CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Fernanda Michelle Nicácio Silva Gouveia

CONGRESSO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA:
Representações sobre o trabalho e o trabalhador (1928-1930)

Belo Horizonte
2021

Fernanda Michelle Nicácio Silva Gouveia

CONGRESSO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA:
Representações sobre o trabalho e o trabalhador (1928-1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação Profissional

Orientador: Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves.

Belo Horizonte
2021

Gouveia, Fernanda Michelle Nicácio Silva
G719c Congresso comercial, industrial e agrícola (1928-1930) / Fernanda Michelle Nicácio Silva Gouveia. – 2021.
254 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.
Orientador: Irlen Antônio Gonçalves.
Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1. Congressos e convenções – Minas Gerais – 1928-1930 – Teses. 2. Comércio – Teses. 3. Indústria – Teses. 4. Agricultura – Teses. 5. Agricultores – Congressos – Teses. 6. Fazendas – Administração – Congressos – Teses. 7. Ensino profissional – Teses. I. Gonçalves, Irlen Antônio. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

CDD 370.1930815

Elaboração da ficha catalográfica pela bibliotecária Jane Marangon Duarte, CRB 6º 1592 / Cefet/MG

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Fernanda Michelle Nicácio Silva Gouveia

"CONGRESSO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA: Representações sobre o trabalho e o trabalhador (1928-1930)"

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 22 de dezembro de 2021 como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves - Orientador
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Carolina Mostaro Neves da Silva
Universidade de São Paulo

Às amigas Daniela de Freitas Pereira (in memoriam) e Lúcia Maria da Silva (in memoriam) e a todos que persistem nos caminhos da Educação.

AGRADECIMENTOS

A música diz que “os sonhos não envelhecem”, e o Mestrado é um desses sonhos que, mesmo diante das muitas dificuldades que a vida apresenta, se manteve pulsante e motivador por muitos anos. Esta jornada no mestrado foi turbulenta, com interrupções e questões de foro familiar, nacional com as inflexões no país e mundial com a pandemia. Por tudo isso, registro minha gratidão àqueles que ajudaram-me nesta caminhada.

A Deus por ter me dado forças para persistir. Ao meu companheiro Ricardo, pelo carinho e apoio constante no percurso. Aos amados filhos Artur e Davi, pela alegria da convivência.

Aos queridos Vovô e Vovó Fufura, Vovó Madalena e Vovô Edval, Auri e Dos Anjos, pelo carinho e ajuda inestimável com os meninos. Aos irmãos Fabrizio e Lorena, cunhados Renata, Bergson, Beto, Mel, Rodrigo e Manu, sobrinhos Luiz Felipe e Enzo pelo afeto em família. Aos amigos Francisco Oliveira e Fernando Pereira pela força.

Ao meu querido orientador, Prof. Irlen, pelo convite para a linha II do PPGET e por ser um orientador atencioso e humano; a quem admiro por seu trabalho, dedicação, ética e pela forma como constrói sua própria história. “O aprendiz não aprende só o ofício, aprende também um pouco do Mestre”. Uma honra esta oportunidade de aprender contigo!

Ao estimado Prof. José Geraldo Pedrosa, meu agradecimento pelo privilégio de ouvir suas aulas tão enriquecedoras. Agradeço também aos demais professores do PPGET, em especial Sabina Maura Silva, Adriana Tonini, Raquel Quirino, Adélia Costa, Silvani Valentim e Carla Chamon, por compartilharem seus conhecimentos. Agradeço também ao Prof. Alexandre Ferry pela gestão atenta à frente da Coordenação do Programa.

Agradeço aos estimados Professores Rosana Areal, Vera Lúcia Nogueira, Luciano Mendes de Faria Filho, James Willian pelas oportunidades de aprendizado. Aos professores e colegas do GEPHHEP (Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Profissional) pelas valiosas discussões.

Agradeço aos colegas que dividiram essa caminhada nos trabalhos, cafés e nas (raras) resenhas: Ana Lícia Braga, Débora Alves, Eduardo Araújo, Fernanda Leroy, Mariana Costa, Sandra, Daniela, Luciana, Cidinha Mendes. Aos veteranos Ainara Costa, Sara, Alex, Fábio e Zaine pelo encorajamento. Agradeço também às queridas Fernanda, Fabiana e Kely pela companhia na jornada.

E agradeço à Beth, amiga nas passeatas pela ciência, por sua ajuda nas conversas e dicas sobre a escrita. Agradeço ao psicólogo Junio Resende, por ajudar-me no processo de enfrentar os bloqueios, e assim caminhar de forma mais leve.

Ao CEFET-MG, em especial aos funcionários da Secretaria do PPGET, do setor de Registro Acadêmico e das Bibliotecas dos Campus II e I, pelos auxílios concedidos.

Agradeço também àqueles sem os quais eu não poderia realizar esse trabalho de pesquisa:

Na ACMinas ao Sr. Valdir pela atenciosa recepção. Ao Superintendente e ao presidente da ACMinas, Dr. Lindolpho Paoliello e atualmente José Anchieta da Silva pelo acesso ao arquivo da instituição.

Na ACEJF, à dedicada Aline Dillon e ao diretor Paulo pela acolhida; ao Presidente, Sr. Aloísio Vasconcelos, pela recepção, autorização de acesso aos arquivos e por apresentar-me aos estimados historiadores Roberto Dilly e Rita Couto, que tanto se dedicam à memória e história de Juiz de Fora. Obrigada à Heliana Casarin, do Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, pelo direcionamento aos documentos e jornais.

Na ACIEI, em Itajubá, agredeço ao Sr. José Geraldo Enout Nadur pela acolhedora recepção e disponibilização tão organizada dos documentos. Agradeço também à dedicada Maju e demais funcionários da ACIEI.

Na Câmara Municipal de Itajubá agradeço ao Prof. Carlos Rodrigo Módena, Diretor da Escola do Legislativo, por toda atenção e apoio na consulta ao acervo sobre a cidade de Itajubá.

À Lucilene Rodrigues e Prof. Amilcar Martins Fillho, no ICAM, pelas tardes de indicações de livros, dicionários biográficos e sugestões apresentadas.

Aos funcionários do Centro de Memória da FIEMG agradeço pelos livros cedidos.

À Fundação João Pinheiro, agradeço pelo acesso à biblioteca e pelo empréstimo de uma sala para estudos durante o mês de julho.

Ao Prof. Isaque Cipriano pela revisão ortográfica e Prof. William Ferreira, pela revisão final.

Ao CNPQ agradeço pela concessão da bolsa de estudos durante um semestre.

Aos Professores da banca pela leitura atenta e pelas observações feitas.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho, o meu afetuoso agradecimento. Muito obrigada!

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo os discursos das elites mineiras ou classes produtoras no Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Belo Horizonte, realizado no ano de 1928. No Congresso discutiu-se as teses para fomento ao desenvolvimento do estado, no qual o Ensino Profissional figurou como tese debatida**.** Com o objetivo de identificar e analisar as representações sobre o trabalho e o trabalhador, nesses discursos, utilizou-se a metodologia de pesquisa documental que tomou como fontes os jornais das associações comerciais, jornais da época, bem como as atas de diretoria e registros das associações comerciais de Belo Horizonte e Juiz de Fora, organizadoras dos Congressos de Classe no período enfocado. Com esse intuito de analisar os discursos das classes produtoras, propôs-se o intercruzamento teórico-metodológicos da História Cultural com a História da Educação. Assim, desenvolveu-se a análise das fontes associando as noções de representações, de Roger Chartier e de estratégia e tática, de Michel de Certeau, com o fim de captar tais noções presentes nos discursos das elites econômicas e políticas. Portanto, trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica. Como resultados verificou-se que houve no Congresso de 28 a educação profissional utilizada como estratégia, empregada pelas classes produtoras, para irradiar uma nova representação do trabalho, atrelada ao taylorismo e americanismo. Verificou-se também a tática das classes produtoras e a sua polivalência para agregar o discurso do engenheiro e do sanitarismo para infiltrar-se no aparato burocrático e político estatal e assim minimizar o conflito direto com os trabalhadores para fazer prevalecer seus interesses por meio do Estado.

Palavras-chave: Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Minas Gerais. Classes Produtoras. Ensino Profissional.

COMMERCIAL, INDUSTRIAL AND AGRICULTURAL CONGRESS:
Representations about work and the worker (1928-1930)

ABSTRACT

This dissertation has as its object of study the speeches of the Minas Gerais elites or producing classes at the Commercial, Industrial, and Agricultural Congress of Belo Horizonte, held in 1928. At the Congress, the theses about the increase the involvement of the State were discussed, in which Professional Education figured as a debated thesis. To identify and analyze the representations about work and the worker, in these speeches, the documentary research methodology was used. As such. It took as sources the newspapers of trade associations, newspapers of the time, as well as the minutes of the directors and records of the trade associations from Belo Horizonte and Juiz de Fora, organizers of the Class Congresses in the period in question. To analyze the discourses of the producing classes, the theoretical-methodological intersection of Cultural History with the History of Education was proposed. Thus, an analysis of the sources was developed, associating the notions of representations, by Roger Chartier, and strategy and tactics, by Michel de Certeau, to capture such notions present in the discourses of economic and political elites. Therefore, it is documental and bibliographic research. As a result, it was found that in the 28th Congress, professional education was used as a strategy, employed by the producing classes, to radiate a new representation of work, linked to Taylorism and Americanism. It was also verified the tactics of the producing classes and their versatility to aggregate the discourse of the engineer and sanitarian to infiltrate the state bureaucratic and political apparatus and thus minimize the direct conflict with workers to make their interests prevail through the State.

Keywords: Commercial, Industrial and Agricultural Congress of Minas Gerais. Producing Classes. Professional Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Biblioteca da ACMinas com livros de Atas de Diretoria 42
FIGURA 2 – Detalhe da caligrafia da Ata de Diretoria da ACMinas, de 28 de outubro de 1928 43
FIGURA 3 – Sala de visitas e documentos na sede da ACEJF 45
FIGURA 4 – Livros de Atas mais antigos da ACEJF e jornais da Gazeta Comercial de 1928 46
FIGURA 5 – Documentos sobre a cidade de Itajubá no Memorial da Câmara Municipal 47
FIGURA 6 – Jornais e documentos de 1927 a 1930 da sede da ACIEI 49
FIGURA 7 – Notícia sobre o Congresso de 1928 do jornal Diário do Comércio reproduzida no Jornal Gazeta Commercial em 21 de janeiro de 1928 71
FIGURA 8 – 1ª página da 1ª Edição do Diário do Comércio (1 de novembro de 1927) 72
FIGURA 9 – Sessão inaugural do I CCIA (recorte do Estado de Minas, 29 de maio de 1928) 92
FIGURA 10 – Artigo "Seu reino é o lar", jornal Gazeta Commercial, 16 de fev. de 1928 132
FIGURA 11 – Propaganda Cafiaspirina – e a representação do trabalho docente 138
FIGURA 12 – Propaganda com representação da Babá e do trabalho doméstico no jornal Gazeta Comercial, 20 de abril de 1928 145
FIGURA 13 – Fidélis Reis, autor da Lei do Ensino Profissional e relator da 5ª Tese do ICCIA 160

QUADROS

QUADRO 1 – Jornais da Hemeroteca Histórica sobre o Congresso de 28 por código e descrição 39
QUADRO 2 – Códigos e categorias temáticas para organização dos jornais 40
QUADRO 5 – Congressos das Classes Produtoras de 1928 a 1935 por data, local e entidades responsáveis 44
QUADRO 9 – Lista com os nomes da Comissão Organizadora do Congresso de 1928 por atividade econômica 80
QUADRO 11 – Lista de Relatores das Teses do I CCIA 84
QUADRO 12 – Partes da Tese 8ª (Legislação Social) e datas de publicação no jornal Gazeta Comercial de 1928 150

ANEXOS

ANEXO 1 - QUADRO 3 – Coleção Linhares - jornais por categoria e descrição 210
ANEXO 2 - QUADRO 4 – Levantamento Jornal do Comércio por categoria e descrição 212
ANEXO 3 - QUADRO 6 – Jornal Gazeta Comercial - Livro 1: 1/jan. a 31/mar. de 1928 213
ANEXO 4 - QUADRO 7 – Jornal Gazeta Comercial - Livro 2: 1/abril a 30/jun. de 1928 214
ANEXO 5 - QUADRO 8 – Jornal Gazeta Comercial - Livro 3: 1/jul. de 1928 a 30/jun. de 1929 216
ANEXO 6 - QUADRO 10 – Dados biográficos dos integrantes da Comissão Organizadora do Congresso de 1928 217
ANEXO 7 - Relatório do Presidente da ACIEI sobre o Congresso de 1928 224
ANEXO 8 - Lei Fidélis Reis – Decreto 5.241, de 22 de agosto de 1927 225
ANEXO 9 - QUADRO 13 – Municípios e seus representantes no Congresso de 1928 226
ANEXO 10 - QUADRO 14 - Levantamento Bibliográfico sobre o Congresso de 1928 em Bancos de Teses e Dissertações 231

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEJF	Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora
ACIEI	Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá
ACMinas	Associação Comercial e Empresarial de Minas
CCIA	Congresso Comercial, Industrial e Agrícola
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CIJF	Centro Industrial de Juiz de Fora
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPDOC-FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas
EUA	Estados Unidos da América
FIEMG	Federação das Indústrias de Minas Gerais
GEPHHEP	Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Profissional
ICAM	Instituto Cultural Amílcar Martins
MHAB	Museu Histórico Abílio Barreto
PPGET	Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
SMA	Sociedade Mineira de Agricultura

SUMÁRIO

Introdução 16
CAPÍTULO I – Aportes Teórico-Metodológicos para a Pesquisa 28
1.1 Historiografia, história cultural e a noção de representação em Roger Chartier 29
1.2 A escrita da História, estratégia e tática, heterologia em Michel de Certeau 35
1.3 Imprensa e História da Educação 38
1.3.1. Percurso de acesso às fontes 38
1.3.2 Arquivos privados e os desafios de acesso 42
1.3.3 Uso da imprensa na História da Educação 52
CAPÍTULO II – O Congresso de 1928 60
2.1 O I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola e suas especificidades 60
2.2 ACMinas e ACEJF nos preparativos para o I CCIA: arregimentação, representação política e instrumentalização da imprensa 68
2.3 As Teses, a Comissão Organizadora e a dinâmica dos debates 79
2.4 A instalação do Congresso 90
CAPÍTULO III - Americanismo e a irradiação de uma nova representação do Trabalho 95
3.1 Americanismo: Fordismo-taylorismo e Eugenia – controle e homogeneização do trabalho 95
3.2 De Jeca Tatu a operário – a regeneração pela eugenia sanitarista e educacional 111
3.3 A fascinação pelo Americanismo e Fordismo: Anísio Teixeira, Fidélis Reis e as representações sobre o Trabalho 115
CAPÍTULO IV - Representações sobre o trabalho feminino e as trabalhadoras 122
4.1 Uma mulher no Congresso de 1928: táticas de Mietta Santiago e do movimento feminista 122
4.2 Representações sobre a mulher das classes abastadas 130
4.3 Representações sobre as trabalhadoras de outras camadas sociais 142
CAPÍTULO V - Representações sobre o trabalho e o trabalhador nas teses do ICCIA 149
5.1 Representações sobre os trabalhadores na 8ª These: Legislação Social 149
5.2 Fidélis Reis – engenheiro, intelectual mediador e polivalente das classes produtoras em defesa do Trabalho 160

5.3 A atuação parlamentar de Fidélis Reis: a Lei de Imigração e a Lei do Ensino Profissional 169
5.4 A 5ª Tese de Educação Profissional e as representações sobre o trabalho e o trabalhador 179
Considerações Finais 192
Referências 196
Anexos 210

INTRODUÇÃO

> *"Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar."* (Certeau, 1992, p. 89).

Esta dissertação insere-se na linha II de pesquisa História e Historiografia da Educação Profissional, do Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

A ligação entre esta dissertação e a referida linha é o programa de pesquisa "Escolarização e formação do trabalhador em Minas Gerais", coordenado pelo professor Dr. Irlen Antônio Gonçalves, para o qual contribuem os estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação Profissional (GEPHHEP) do CEFET-MG.

Nas dissertações desse programa de pesquisa, é recorrente a percepção da importância da educação e da escolarização como vetor a difundir os valores de positivação do trabalho na República.

Nesta abordagem, Gonçalves (2011, p. 2) afirmou como premissa que "os projetos de educação dos republicanos, principalmente o escolar, foram produzidos para produzir a República". Se considerarmos no bojo dos valores republicanos, a defesa do conceito de progresso - que abarca a dimensão econômica, segundo Pádua (2012) -, podemos conjecturar a imbricação entre economia, política e educação.

Nessa perspectiva, Gonçalves; Machado (2011) utilizaram a noção de vetores, proposta por Bernstein (1998), ou "canais", por meio do qual são inculcados normas, valores e reflexões. A instituição escolar seria um "vetor" a difundir e fomentar ideais republicanos de ordem e positivação do trabalho atrelados aos interesses políticos e econômicos das elites produtoras.

No discurso do estadista João Pinheiro da Silva, esses autores enfatizaram a defesa de um ensino aplicável que, por consequência, evidenciasse o seu caráter prático. Tal pressuposto "se apoiava na perspectiva de uma educação produtiva, entrelaçando, assim, economia e educação nas políticas do governo" (Gonçalves; Machado, 2014, p. 10).

Esses autores destacaram ainda na trajetória do estadista João Pinheiro a sua atuação no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, bem como na presidência de Minas Gerais (1906-1908) quando decretou várias leis, dentre elas a que determinava a criação de instituições

de ensino agrícola, tais como as fazendas-modelo, estudadas por Versieux (2010). Esse congresso é tratado pela historiografia como marco na história do desenvolvimentismo.

O tema do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 foi objeto da tese de Silva (2016), e este estudo despertou-nos o interesse de pesquisa na temática dos Congressos.

Em seguida, ao cursar a disciplina "Análise do Discurso", ministrada pela Dr.ª Giani David Silva no CEFET-MG, realizamos como trabalho final da disciplina um breve estudo comparativo dos discursos das classes produtoras no Congresso de 1878, em que constatamos interesses e discursos divergentes, verdadeiras lutas de representação entre os proprietários dos estados do Sudeste, o que ratificou nosso interesse pela temática dos Congressos das Classes Produtoras.

A relação entre empresariado ou "classes produtoras" e a educação mostra-se longeva na história do Brasil, bem como a constância dos Congressos de Classe como cenário de enunciação e encontro dos atores empresariais e governamentais para debater e postular diretrizes para a economia, em que a educação figura como fator fundamental.

Além disso, percebemos a importância desta temática ainda na atualidade, em que a atuação do empresariado na educação, tanto no nível superior quanto no nível da educação básica, é foco de muitos estudos publicados em periódicos e revistas especializadas nos campos da Educação e História da Educação.

Verificamos nos estudos de Minto (2018) a ação do empresariado na Educação Superior e de Macedo (2019) na educação básica. No campo da História da Educação e História da Educação Profissional especificamente, a atuação do empresariado foi abordada em muitos estudos, dentre eles alguns clássicos na historiografia, tais como os de Celso Suckow da Fonseca, e Luiz Antonio Cunha.

Na grande imprensa nacional cotidianamente verificamos notícias da ação de grupos empresariais não somente a influenciar políticas públicas de educação junto ao governo, tal como ocorreu durante as discussões para a aprovação da BNCC (Base Nacional Curricular Comum), como também a influenciar a conformação da educação particular como um mercado dinâmico e lucrativo.

Na história do Brasil republicano, constatamos, em períodos históricos de grandes mudanças societárias o surgimento de novas demandas de formação de um novo tipo de sujeito e de trabalhador, e neles ocorre a forte atuação do empresariado, no sentido de influenciar ou pautar um novo tipo de formação educacional e profissional para prover a sociedade e o

mercado de trabalho com indivíduos adaptados e produtivos segundo as suas representações e parâmetros.

Nesse entendimento, percebemos a atuação desses agentes sociais que ora são denominados “classes produtoras”, ora “classes conservadoras” ora “empresariado”, vindo a incidir na educação e educação profissional em fortes momentos de transição: seja na transição do trabalho escravo para o trabalho livre na passagem do século XIX para o XX, seja no momento de transição do trabalho agrícola para o industrial na passagem da década de 20 para os anos 30, ou ainda na atual transição para uma sociedade pós-industrial, em que as profundas, disruptivas, rápidas e constantes mudanças promovidas pelas tecnologias e sistema econômico demandam dos sujeitos, trabalhadores e recentemente dos estudantes, novas “habilidades e competências”. Mudanças profundas que instigam estudos de vários autores sobre o futuro do trabalho e dos trabalhadores, a exemplo do relatório[1] do Parlamento Europeu acerca deste tema publicado em janeiro de 2021.

A década de 20 foi um período fundamental de transformações. Diversos autores creditam a essa década “as origens do Brasil moderno” (Lorenzo e Costa (orgs)., 1998). Este período histórico foi marcado por intensas transformações societárias em que a Primeira Guerra Mundial e o período pós-guerra marcaram o declínio europeu e a ascensão dos Estados Unidos em termos econômicos e culturais.

Este período suscitou o crescimento urbano e industrial, em que o operariado e as classes médias urbanas passaram a reivindicar maior participação política em meio às intensas transformações no mundo do trabalho marcadas pelo avanço do americanismo-fordismo-taylorismo a demandar um novo homem adaptado ao novo ritmo do capitalismo que impactava a sociedade em múltiplos âmbitos.

O empresariado e as elites políticas nesse novo cenário societário se reorganizaram para responder ao contexto e acionaram diferentes discursos e aparatos, tais como o jurídico, médico, educacional, administrativo, sanitarista etc., para produzir reformas acionando diferentes campos do saber.

No campo educacional, na década de 20 a Educação Profissional ganhou relevo, como mostrou a discussão durante anos (1922-1927) no Congresso Federal até a aprovação da Lei do Ensino Profissional ou Lei Fidélis Reis em 1927, bem como ocorreu a ampliação e

[1]Disponível:<https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2021/656311/EPRS_STU(2021)656311_EN.pdf> Acesso em 10 mar de 2021.

acompanhamento da oferta desta modalidade de ensino pelo poder público por meio da inspeção e dos relatórios das Secretarias de Governo. Esta década foi também o período da profusão de reformas de ensino estaduais para introduzir novos métodos escolares apropriados do escolanovismo, notadamente de origem norte-americana. Deste modo, intelectuais educadores como Anísio Teixeira e Lourenço Filho após formarem-se no Teacher's College financiado pela Fundação Rockefeller, elaboraram suas apropriações e as aplicaram por meio das reformas de ensino que realizaram.

Neste contexto, no final dos anos 20, as transformações ao longo da década se agudizaram e o país e a economia mineira vivenciaram nova crise. Na economia houve o agravamento da crise com as oscilações do café, principal produto de exportação do país no mercado internacional. As *classes produtoras* reforçaram na imprensa o uso deste termo, desta autodenominação, autorrepresentação visando a manter a coesão entre seus integrantes de áreas distintas como agricultura, indústria e comércio que se abrigavam e se organizavam nas Associações Comerciais desde o século XIX.

O crescimento do empresariado industrial no período levou ao surgimento de associações de classe específicas para este segmento, tais como a fundação do Centro Industrial de Juiz de Fora (CIJF) em 1926 e a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) em 1928.

Neste cenário, os Congressos das Classes Produtoras ganharam ainda mais importância para congregar as tradicionais Associações Comerciais e as novas associações ligadas aos industriais, para debater e buscar consenso e coesão na elaboração de diretrizes para a economia, em setores que a impactavam, dentre eles, a educação. Os Congressos tornaram-se assim fundamentais cenários de enunciação (Faria, 1992) para as classes produtoras de suas demandas e representações, presentes em seus debates e discursos.

Ao final da década de 20, neste contexto de transição – de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial – constatamos que ocorreu um outro Congresso em Minas Gerais, o denominado "Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Belo Horizonte", realizado em 1928. Esse Congresso apresentou como uma das teses debatidas para dirimir a crise, a 5ª tese sobre "O Ensino Profissional".

Os estudos de diversos autores sinalizaram para a pertinência do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Belo Horizonte, realizado em 1928.

Na própria tese de Gonçalves (2004, p. 66) se alertava para a importância de investigá-lo, quando apontou que “as propostas para o ensino agrícola se mantiveram até o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928, quando novas perspectivas para o setor educacional alcançaram situações menos agraristas, assumindo, nesse caso, o caráter de formação profissional mais ampliada”.

Aliou-se a essa abordagem a tese de Faria (1992, p. 212) citada anteriormente, que afirmou tomar o Congresso de 1928 “como baliza final” para o seu estudo sobre o ensino agrícola.

Contribuiu com essas questões a obra de Otavio Soares Dulci (1999), que permite-nos compreender como as classes produtoras se adaptaram às mudanças da década de 20, em que a criação da ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária, atual UFV - em 1926 “equivalia a renovar a própria elite agrária, guiando-a numa direção técnico-empresarial.” (Dulci, 1999, p. 52).

Confirmou essa perspectiva de Dulci, a tese de Vieira (1984) que afirmou o crescimento da mobilização das classes produtoras visando a organizar e definir o seu programa de atuação frente às questões centrais que ocuparam o espaço político da década de vinte e que iam se tornando críticas no seu final.” (Vieira, 1984, p. 50).

Os raros estudos que dedicaram poucas páginas a este Congresso, Vieira (1984) e Faria (1992), instigaram nova busca detalhada em bancos de teses e dissertações.

As temáticas dos Congressos e das Elites Mineiras ou “Classes Produtoras Mineiras” parecem configurar uma espécie de nó para o qual convergem algumas produções científicas nos campos da História da Educação, História Econômica e História da Educação Profissional.

A maioria das menções ao Congresso de 1928 em dissertações e teses está atrelada à história do pensamento econômico, ao desenvolvimentismo mineiro, à história das associações comerciais mineiras e estudos mineiros.

O raro trabalho sobre o Congresso de 1935 (Barros, 2007) e a ausência de trabalhos específicos sobre o Congresso de 1928 levaram a reforçar percepção de uma lacuna acerca desse Congresso e a fomentar um escopo de pesquisa partindo dos discursos das “classes produtoras” sobre e no Congresso de 1928 buscando captar suas representações acerca do trabalho e do trabalhador.

A incursão nos bancos de teses e dissertação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), da BTDT (Biblioteca Digital Brasileira de

Teses e Dissertações) e de diversas universidades resultou no Levantamento Bibliográfico no Anexo 10 desta dissertação.

A realização deste levantamento confirmou a lacuna de estudo específico sobre o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928, com foco em identificar no mesmo as representações sobre o trabalho e o trabalhador nos discursos das classes produtoras.

Para a pesquisa, propusemos o recorte temporal de 1927 a 1930, que justificou-se pela intenção de captar os discursos de preparação e articulação do Congresso de 1928, bem como discursos posteriores. Tal escopo (1927-1930) dialogou com o recorte temporal do programa de pesquisa da linha II mencionado anteriormente, ainda na Primeira República (1889-1930) e sua transição para o período republicano seguinte, comumente chamado de "Era Vargas" (1930-1945).

Esse recorte temporal mostrou-se pertinente para a pesquisa, uma vez que o período se constituiu como um momento de transição vivenciado pelo país, marcado pelo esgotamento do modelo agrário-exportador que fomentou rearranjos político-econômicos no âmbito regional e nacional, bem como novas demandas para a formação do trabalhador.

A importância de se estudar essa temporalidade tem a ver com o que afirma Luiz Antônio Cunha (2000, p. 9) ao apontar "o crescimento das cidades, a diversificação das atividades urbanas e a reunião de um número cada vez maior de operários nas fábricas e nas empresas de serviços públicos". Essas mudanças na conjuntura do país permitem pensar em reflexos na premência de novas demandas para o trabalho e para a formação do trabalhador, bem como novas representações acerca dos mesmos.

A lacuna de estudo específico acerca do *Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928,* cuja alteração do nome em relação ao *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903,* ofereceu-nos uma pista acerca do deslocamento no âmbito econômico, bem como do "deslocamento do foco no ensino agrícola para uma nova formação mais ampliada", conforme Faria (1992, p. 213) e Gonçalves (2004, p. 66).

Outro deslocamento foi percebido a partir da tese de Barbosa (2012) que investigou a transição na composição da hierarquia das "classes produtoras" e dos quadros da liderança política e técnica do Estado: dos bacharéis em Direito – que predominaram ao final do séc. XIX e nas primeiras décadas do séc. XX – ampliou-se na década de 20, acolhendo aos engenheiros.

Acrescentou-se nova questão de pesquisa: seria possível perceber esse deslocamento de profissão predominante das "classes produtoras" - do Direito para a Engenharia - entre os

líderes do Congresso de 1928? E esse deslocamento se refletiu nas representações acerca do trabalho e do trabalhador?

Um conjunto de fatores levou a uma hipótese inicial, dentre eles: a maturidade das classes produtoras expressas no Congresso de 1928, tal como afirmado por Faria (1992), o avanço do operariado citado na tese Vieira (1984) e indicado nos estudos do movimento operário por Dutra (1990), a ampliação do foco da Educação Profissional por Gonçalves (2004) e ainda com a crise econômica a refletir-se na quebra do arranjo político das oligarquias, a chamada Política Café com Leite. Esse cenário levou a elaborar uma hipótese: haverá uma síntese, uma amálgama entre os interesses produtivos e políticos expressos no Congresso de 1928, bem como na rede de sociabilidade ali envolvida, fazendo com que o Congresso antecipasse algumas tendências pós-1930?

Depreendemos desse panorama alguns questionamentos para investigação: Quais as representações acerca do trabalho e do trabalhador nos discursos das "classes produtoras" no Congresso de 1928 e reuniões dessas classes nesse período?

Seria possível perceber nos discursos dos congressistas deslocamentos na representação do trabalho bem como do trabalhador no Congresso de 1928? O Congresso de 1928 e seus líderes contribuíram para o fomento ou para a história do ensino profissional em Minas Gerais? Ou, dito de outra forma: os documentos desse período permitiram perceber rearranjos na esfera produtiva ou política a se refletirem sobre novas demandas para o trabalho e a formação?

Em suma, a partir da premissa de Gonçalves exposta acima, podemos pensar que reconfigurações no regime republicano poderiam gerar alterações nas representações acerca do trabalho e do sujeito trabalhador que poderiam ser captadas nos discursos do Congresso de 1928?

Esse conjunto de fatores, como a sinalização de pesquisadores para a importância desse Congresso, a ausência de estudo específico sobre o Congresso de 1928 com enfoque na investigação das representações sobre o trabalho e o trabalhador, e ainda o fato de outros Congressos anteriores e posteriores terem sido estudados, convergiram para a pertinência da pesquisa.

Portanto, esta dissertação teve como objetivos identificar e analisar nos discursos das classes produtoras as representações sobre o trabalho e o trabalhador veiculadas no Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Belo Horizonte, realizado em maio de 1928, que reuniu representantes do empresariado e poder público mineiro para debater teses sobre a economia

mineira. Dentre as teses, destacou-se a 5ª tese sobre Educação Profissional liderada por Fidélis Reis e a 8ª tese sobre a Legislação Social.

Para a realização da pesquisa foi necessário a escolha dos referenciais teórico-metodológicos para o seu desenvolvimento. Tratou-se de uma pesquisa documental e bibliográfica.

Para atender aos objetivos de identificar e analisar nos discursos do Congresso de 28, as representações sobre o trabalho e o trabalhador, constituiu de fundamental importância a mobilização da noção de representação a partir dos estudos de Roger Chartier.

Este autor nos permite entender a representação como algo que marca ao mesmo tempo uma ausência e uma presença, pois remete tanto à ausência daquele que é representado, quanto à presença de algo ou alguém que representa o ausente.

No Congresso de 28, como congresso do empresariado, os trabalhadores estavam ausentes, contudo, nos discursos do empresariado os trabalhadores tornavam-se presentes a partir das falas, dos adjetivos proferidos sobre eles.

Chartier também nos permite entender a importância da representação como instrumento de produzir submissão. Se no passado os homens demarcavam lugares de poder recorrendo à força física, na modernidade a representação pode substituir e cumprir esse papel.

Por meio de uma representação pode-se definir o lugar e o poder de alguém. Chartier exemplificou a importância da representação como mecanismo para conformar a mulher a um determinado lugar social.

A História Cultural, na qual o historiador Roger Chartier é vinculado, nos amplia a compreensão sobre as relações sociais, para as quais o fator econômico não seria o determinante, pois as representações e circulações culturais também contribuem de forma dinâmica nessas relações.

Chartier também nos lega a importante noção de apropriação para entendermos que um discurso, um objeto cultural circula entre os sujeitos, e cada sujeito reelabora as informações que recebe e essa reelaboração própria do sujeito constitui uma apropriação.

Essa noção de apropriação foi mobilizada para entender que no contexto temporal da pesquisa, as ideias que circulavam na época, tais como a eugenia, escolanovismo, taylorismo serão apropriadas de formas distintas pelos distintos sujeitos que reelaboraram as informações recebidas e as adaptaram produzindo apropriação. A apropriação rompe com a ideia de passividade, de mera recepção na circulação cultural.

Chartier também nos lega a noção de lutas de representação, em que as representações de grupos disputam lugar, lugar para impor a sua concepção para hierarquizar, ordenar o mundo social. Essa noção foi mobilizada para perceber as disputas de grupos dentro das classes produtoras para fazerem prevalecer a demanda de um grupo como a demanda das classes produtoras como um todo.

E para entender a dinâmica das relações entre as classes produtoras e destas para com outros atores sociais, tais como os trabalhadores e o Estado, mobilizamos as noções de estratégia e tática de outro autor da História Cultural muito utilizado nas pesquisas em história da educação: Michel de Certeau.

Para Certeau, o critério para distinguir se uma ação seria uma estratégia ou uma tática é o poder. A estratégia, grosso modo, é a ação de alguém que tem um lugar próprio que lhe confere poder de agir a partir desse lugar. A tática seria a arte do fraco, daquele que age no campo do outro, que não tem um lugar próprio, que precisa usar a oportunidade do tempo e a astúcia para realizar uma ação.

A mobilização das noções de estratégia e tática nos permitem entender a dinâmica da ação das classes produtoras junto a outros atores sociais. Quando as classes produtoras estipulam regras a serem cumpridas pelos trabalhadores com vistas ao aumento da produtividade, podemos entender a sua ação sobre os trabalhadores como uma estratégia para aumentar seus lucros.

Ao passo que o empresariado, diante do poder do Estado, especificamente do poder legislativo de elaborar leis para toda a sociedade, este empresariado pode elaborar a tática de infiltrar alguns de seus integrantes no poder legislativo, nos cargos de deputados e senadores, para que estes venham a representar seus interesses. Esta tática do empresariado junto ao Estado verificamos que foi defendida como fundamental pelas classes produtoras, a ponto de ter constituído a 1ª e prioritária tese do Congresso de 28.

Assim, as noções de estratégia e tática de Certeau contribuíram para entender a dinâmica da relação entre empresariado e trabalhadores, bem como entre empresariado e Estado.

Certeau também nos lega o entendimento de que a operação histórica resulta de fatores objetivos: do lugar do pesquisador (em um programa de pesquisa, em uma instituição), das práticas e métodos científicos utilizados e da tarefa da escrita.

Michel de Certeau também nos apresenta uma concepção própria do que é História e do fazer história, e também nos ofereceu uma metodologia para a escrita desta Dissertação. Certeau

nos lega um sentido para o fazer a pesquisa, para o escrever a História: a busca do Outro. A história como heterologia, como saber do outro, aprender com o outro.

E esse outro pode ser um outro tempo, outras pessoas de outro tempo, ou, na expressão de Chartier apropriada do espanhol Quevedo: “ouvir os mortos com os olhos” pela leitura dos documentos. E, em respeito a eles, o historiador tem o dever de relatar, de cumprir seu dever para com os mortos e escrever a história.

Esse compromisso do historiador lhe oferece a motivação para persistir, mesmo diante das dificuldades no percurso da pesquisa, tais como a dificuldade de acesso às fontes, ou ainda a dificuldade de lidar com um volume enorme de documentos para selecionar e categorizar. A noção da importância do Outro, de relatar sobre aquele Outro, encoraja a persistir.

Na busca dos Anais do Congresso de 1928, percorremos diversos Arquivos, bibliotecas e equipamentos públicos de memória da capital mineira e não o encontramos. A partir do levantamento bibliográfico inicial, vimos que nas poucas dissertações que o mencionavam, estas citavam como fontes os jornais da época. A incursão nas hemerotecas em busca de jornais também foi insuficiente.

Pelo fato do Congresso de 28 não ter sido organizado pelo poder público, diferente dos Congressos das Classes Produtoras anteriores, isso explicou a ausência dos seus anais nos arquivos públicos. O levantamento bibliográfico indicou que o Congresso foi realizado pelas Associações Comerciais de Belo Horizonte (ACMinas) e Juiz de Fora (ACEJF). Este fato demandou a realização de procedimentos próprios para acesso e trabalho em arquivos privados.

Constatamos que essas Associações Comerciais fizeram a escolha estratégica de divulgar os debates do Congresso de 28 pelos jornais destas associações. Para lidar com os jornais, com este tipo de fonte, foi necessário mobilizar técnicas próprias para indexação, seleção e trato com as fontes.

Em seguida, após a organização dos jornais, procedemos com a sua leitura e análise. E então iniciamos a operação da escrita visando a responder às questões de pesquisa e atender aos seus objetivos.

Esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos:

O Capítulo I apresenta os aportes teórico-metodológicos que foram mobilizados na realização da dissertação e é subdividido em três partes. Na primeira foram tratadas questões sobre a historiografia, a opção pela história cultural e a noção de representação em Roger Chartier. Na segunda parte, discutimos as noções oferecidas por Michel de Certeau: as noções

de estratégia e tática e a sua importância para esta dissertação, a noção de heterologia como concepção de história e metodologia histórica. E na última parte tratamos da Imprensa e História da Educação, onde no primeiro momento apresentamos o percurso de acesso às fontes, no segundo momento discutimos as especificidades do trabalho com arquivos privados e por último problematizamos os cuidados no uso da imprensa como fonte nas pesquisas em história da educação.

O Capítulo II apresenta a estruturação do Congresso de 28, e o capítulo foi dividido em três partes: na primeira parte discutimos as especificidades deste Congresso em relação aos congressos anteriores, em seguida tratamos da maneira como o Congresso foi organizado e divulgado pelas Associações Comerciais, e por último apresentamos suas teses, comissões e a dinâmica de debates.

O Capítulo III tomou o discurso de abertura do Congresso de 28 como mote para discutir a importância do americanismo para as classes produtoras na elaboração de uma nova representação do trabalho. Este capítulo subdivide-se em três partes: na primeira parte discutimos como o americanismo-fordismo demandou maior controle e homogeneização do trabalho, e como as elites encontraram na eugenia espraiada em diversos campos do saber os meios para exercer controle visando a uma maior racionalização do trabalho aos moldes do taylorismo. Na segunda parte discutimos como as elites sob o paradigma da eugenia mobilizaram os discursos sanitarista e educacional sobre os trabalhadores em prol de uma nova representação. E na última parte discutimos a influência do americanismo e fordismo sobre dois expoentes das elites intelectuais e políticas na elaboração de representações sobre o trabalho.

O Capítulo IV, a partir da inusitada presença de uma única mulher no Congresso de 28, discutiu as representações das classes produtoras direcionadas às mulheres e às trabalhadoras. O capítulo divide-se em três partes: na primeira parte problematizamos a presença de Mietta Santiago no Congresso de 28 e sua relação com o feminismo. Na segunda parte discutimos as representações sobre a mulher, notadamente das classes abastadas, no contexto de crescente importância atribuída às mesmas na manutenção da família e da sociedade requeridas pelo capitalismo-fordismo. E na última parte abordamos as representações direcionadas às mulheres de outras camadas sociais.

O Capítulo V analisou as representações sobre o trabalho e o trabalhador nas principais teses do Congresso de 28 e dividiu-se em três partes: na primeira parte analisamos a 8ª tese sobre a Legislação Social, na segunda parte problematizamos a importância de Fidélis Reis

como intelectual mediador e expoente das representações e projetos das classes produtoras, e na última parte analisamos a 5ª Tese sobre o Ensino Profissional e as representações nela presentes.

CAPÍTULO I

APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA

> Coloca-se como historiográfico o discurso que 'compreende' seu outro – a crônica, o arquivo, o documento –, quer dizer, aquilo que se organiza em texto folheado do qual uma metade, contínua, se apoia sobre a outra, disseminada, e assim se dá o poder de dizer o que a outra significa sem o saber. Pelas 'citações', pelas referências, pelas notas e por todo o aparelho de remetimentos permanentes a uma linguagem primeira (...) ele se estabelece como saber do outro (Certeau, 1982, p. 97).

A proposta deste capítulo consiste em explicitar os autores e suas noções teóricas que ofereceram o embasamento teórico-metodológico para o acesso, manuseio, análise das fontes e escrita desta dissertação.

No primeiro momento, discutimos a noção de representação em Roger Chartier e sua relevância para as pesquisas no âmbito da História Cultural. Desse conhecimento, desdobra-se a noção de lutas de representação, importante para o entendimento das disputas de grupos na estruturação da realidade.

A seguir, apresentamos Michel de Certeau e a importância de estratégia e tática para perceber o movimento dinâmico dos sujeitos sociais nas suas relações e interações. Discutiremos o conceito de História como heterologia (saber do outro) em Certeau e a sua metodologia para realizar a operação historiográfica.

Concluindo o capítulo, na terceira parte, realizamos uma discussão sobre o uso da Imprensa como fonte, subdividindo-a em três momentos: no primeiro, apresentamos o percurso de acesso e seleção das fontes desta dissertação; no segundo, tratamos das especificidades do trabalho com arquivos privados; e, no terceiro momento, abordamos as práticas de formação, técnicas e cuidados para o uso dos jornais nas pesquisas em História da Educação.

No âmbito da metodologia científica, segundo Gil (2008, p. 50), podemos classificar este estudo como uma pesquisa documental e bibliográfica. Documental, por valer-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Bibliográfica, por dialogar com livros e artigos científicos acerca do tema.

1.1 Historiografia, história cultural e a noção de representação em Roger Chartier

A historiografia tradicional realizada no século XIX, a partir da abordagem positivista, priorizava como fontes os documentos oficiais. No século XX, ocorreu uma renovação dos modos de produzir estudos históricos, a partir do surgimento da Escola dos Annales[2] ao final dos anos 20. Os Annales tiveram uma profícua influência por meio de várias gerações de historiadores ao longo do século XX por produzirem novas perspectivas e novas noções para aplicação na pesquisa histórica.

A partir da Escola dos Annales, surgiu a abordagem denominada Nova História Cultural que tornou-se muito aplicada nas pesquisas em História da Educação.

Faria Filho, Vidal (2010), ao analisarem a constituição histórica do campo de História da Educação no Brasil, afirmaram:

> a história da educação ser, ao mesmo tempo, uma subárea da educação e uma especialização da história. Para os historiadores da educação isto tem significado uma forma de marcar o seu pertencimento à comunidade dos historiadores e uma maneira de reafirmar a identificação de suas pesquisas com procedimentos próprios ao fazer historiográfico. No âmbito dos estudos históricos, a influência mais reconhecida refere-se à chamada nova história cultural francesa (FARIA FILHO, VIDAL, 2010, p. 16).

Barros (2005) corrobora que o campo de estudos da História Cultural é aquele que se desenvolveu em torno de um grupo de historiadores franceses, que tem dois de seus principais representantes em Roger Chartier e Michel de Certeau.

Importante mencionar que as pesquisas em História da Educação mobilizam não somente a perspectiva da História Cultural, pois abriga uma pluralidade de vertentes historiográficas, tais como aquela que valoriza uma perspectiva dialética da história e, muito recentemente, podemos citar a emergência das perspectivas “Transnacional” e “Decolonial”.

A respeito da perspectiva transnacional, em artigo recente, Silva (2021) resenhou o livro[3] “História da Educação em perspectiva transnacional” organizado por Vidal (2020), e afirmou que:

---

[2] BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, 153 páginas. Tradução Nilo Odalia.

[3] E-book disponível em: <http://www.finotracoeditora.com.br/livros/000585/9786599156175/e-book-sujeitos-e-artefatos-territorios-de-uma-historia-transnacional-da-educacao.html>. Acesso em 27 maio de 2021.

> A abordagem se define mais pela perspectiva de estudos que "enfatizam a importância da interação e circulação de ideias, povos, instituições ou tecnologias através das fronteiras estaduais ou nacionais e, portanto, o entrelaçamento e influência mútua de estados, sociedades ou culturas" (STRUCK; FERRIS; REVEL, 2011, p. 574), do que como um método específico de arcabouço teórico conceitual delimitado. Para o campo da História da Educação, de tradicional preferência por fontes e marcos oficiais e nacionais (GONDRA,2005; BONTEMPI JR.,2012), a pesquisa com a abordagem transnacional tem o potencial de revelar aspectos desconhecidos e agentes invisíveis, assim como permitir revisões de interpretações tradicionais ou canônicas, construídas sob a égide de uma escrita histórica descritiva e factual (SILVA, 2021, p. 4).

Acerca da perspectiva decolonial, Nery, Nery, Dias (2020) apontam que:

> Estudos e pesquisas em História da Educação ancorados nos referenciais teóricos subalternos e decoloniais podem contribuir como forma de revelar as colonialidades presentes em nossa sociedade, inclusive nos espaços educativos; para a formação de professores a partir da (re)leitura de fontes e sujeitos no ensino da disciplina História da Educação; e, na proposição de projetos de formação para além do meio acadêmico, com práticas educativas nas escolas públicas e movimentos sociais, procurando valorizar e reconhecer vozes e experiências educativas outras (NERY, NERY, DIAS, 2020, p. 15).

O artigo de Veiga (2019) oferece exemplo de pesquisa que mobilizou o referencial teórico de autores pós-colonialistas e especialistas em "estudos subalternos" para tratar da produção da infância subalterna nas primeiras décadas republicanas e no estado de Minas Gerais. Conforme afirmou em seu resumo, o texto[4] discute: "como a oferta escolar diferenciada e desigual, associada ao trabalho infantil, aprofundou as desigualdades da condição de ser criança, contribuindo para a produção de subalternidade das crianças pobres, negras e mestiças e do estigma de sua inferioridade".

Ressalto que o interesse em trazer os artigos acima se justificou para fins de exemplificar a ressonância dessas recentes abordagens historiográficas no campo da História da Educação e, de modo algum, visa a firmar noções ou definições sobre as mesmas.

Para esta dissertação sobre o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (CCIA), mobilizaremos a abordagem da História Cultural a partir das noções oferecidas pelos autores Roger Chartier e Michel de Certeau, conforme discutiremos a seguir.

Para Roger Chartier:

---

[4] VEIGA, Cynthia Greive. Infância subalterna: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas). Perspectiva, V. 37. n.3. (jul a set. 2019). Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e53978/pdf>. Acesso em 9 nov. 2020.

> A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. (...)
> As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos coma posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p. 16).

No trecho acima Chartier apontou a importância das representações para a História Cultural. Cabe, portanto, buscarmos aprofundar no entendimento da noção de "representação" elaborada pelo autor, uma vez que um dos objetivos da pesquisa é identificar e analisar as "representações" sobre o trabalho e o trabalhador nos discursos proferidos em razão do Congresso Comercial.

Segundo Chartier, o conceito de representação:

> manifesta a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado a representação como dando a ver uma coisa ausente (...), por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém (...) A relação de representação – entendida- deste modo como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente valendo aquela por este, por lhe estar conforme. (...) A representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata (idem, p. 20-22.).

Para Certeau (2010), "cada historiador situa o corte inaugurador lá onde para sua investigação, quer dizer, nas fronteira fixadas pela sua disciplina a que pertence". Nesta perspectiva, tomaremos o início temporal da pesquisa em 1927 visando a captar e analisar os discursos de preparação do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928. Os anos de 1929 e 1930 são considerados visando a captar as práticas e reverberações decorrentes das representações e debates ocorridos no Congresso das Classes Produtoras.

Neste recorte histórico da pesquisa, torna-se pertinente o uso da noção de "representação" que pode ser entendida como um recurso ou artifício para substituir o uso de violência imediata, pois passados poucos anos da abolição da escravidão no Brasil, a relação entre empregadores e empregados no contexto do trabalho livre e da recente instalação da República requeria outros dispositivos. Neste contexto, os estudos de Gonçalves (2012, 2020) indicam a importância de entender a escola como vetor para propagar e inculcar representações,

tais como a positivação do trabalho para o progresso da República e assim contribuir para instituir a própria República.

Na mesma direção, a defesa da escola passava a ser imperiosa, pois, como adverte Faria Filho (2000, p. 30), a instrução, a escola, seria a "via de integração do povo à nação e ao mercado de trabalho assalariado". Assim, buscaremos nesta pesquisa identificar e analisar nas fontes coligidas as representações acerca do trabalho e do trabalhador.

Barros (2005) ressalta que

> a contribuição decisiva de Roger Chartier para a História Cultural está na elaboração das noções complementares de "práticas" e "representações". De acordo com este horizonte teórico, a Cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois polos. Tanto os objetos culturais seriam produzidos "entre práticas e representações", como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois polos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos "modos de fazer" e aos "modos de ver" (BARROS, 2005, p. 131).

Roger Chartier entende essa complementaridade considerando as contribuições de Michel de Certeau, que concebia o processo cultural como algo dinâmico, uma vez que, para Certeau, entre o emissor e o receptor haveria um espaço para a reinterpretação, reelaboração, pois o receptor não seria passivo. E essa reelaboração produzida nessa distância, nesse espaço, seria o que Chartier denominou "apropriação". Apropriação que por sua vez vai direcionar as práticas (modos de fazer) e as representações (modos de ver) que se retroalimentam de forma dinâmica.

Essa complementaridade entre representações e práticas mostra-se profícua em trabalhos que tomam os Congressos das Classes Produtoras como objeto, pois os debates que circulam nestes Congressos estão eivados de representações, e seus agentes/sujeitos - as elites econômicas - buscam instituí-las por meio de práticas como acordos, alianças, pressões junto ao Estado para que suas representações e demandas reverberem em leis, políticas públicas e até mesmo planos de governo.

Logo, uma representação não pertence somente ao plano discursivo, pois pode extrapolar para gerar ações e práticas concretas, a incidir sobre o mundo social e afetar coletividades e individualidades.

Constatamos nos Annais do Congresso das Classes Produtoras de 1878 o debate em torno da imigração dos "amarelos" como possíveis substitutos para a mão de obra negra escravizada. De acordo com as teorias raciais e cientificistas da época, os amarelos foram

representados como “raça inferior”, “tal como os negros”, com exceção dos japoneses[5], representados como ordeiros e trabalhadores. Dois anos depois, o governo brasileiro em 3 de outubro de 1891 publicou uma lei colocando várias regras para normatizar e dificultar a entrada dos chineses no país.

Verificamos na tese de Silva (2016) que a autora tomou como objeto o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais realizado em 1903 e apontou que as demandas levantadas pelas Classes Produtoras quanto ao Ensino Profissional foram levadas para o futuro programa de governo do outrora líder deste Congresso, João Pinheiro, que por meio da lei 444, de 03 de outubro de 1906, instituiu o ensino técnico prático e profissional.

Outro exemplo no país que foi o último do ocidente a abolir a escravidão: 133 anos após a abolição persiste a nefasta circulação de representações racistas que prejudicam a maioria da população brasileira, negra e afro-brasileira, na falta de equidade de acesso ao mercado de trabalho e à renda, e ainda causam efeitos a nível da individualidade, subjetividade, trazendo muitos desafios ao seu processo de escolarização, como indica a obra de Tolentino [6](2018).

Chartier (2012) exemplificou uma persistência de representação e seu impacto ao tratar das mulheres na posição social de submissão. Ou seja, um estudo que analisa as representações que circulam e estão presentes nas fontes pode ainda investigar nas mesmas a existência de práticas atreladas a essas representações, como nos exemplos acima citados.

As representações - acrescenta Chartier - inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”; em outras palavras, são produzidas aqui verdadeiras “lutas de representações” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Tal assertiva apresentada por Chartier será apropriada nesta dissertação em que investigamos o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928, evento organizado pelas Associações Comerciais de Belo Horizonte (ACMinas) e Juiz de Fora (ACEJF). Trata-se de evento que reuniu centenas de representantes das classes produtoras para debater teses visando a dirimir os problemas da economia mineira ao final da década de 20.

Assim, a noção de “lutas de representação” trabalhada por Chartier, oferece-nos a possibilidade de uma relação direta com a utilização do termo “classes produtoras” encontrado

---

[5] Menção aos japoneses nos Annais do Congresso Agrícola de 1878 no Rio de Janeiro: “Começou-se por condemnar todas as raças asiáticas, atacando sua civilização; no entretanto que a respeito do Japão, pelo menos, temos um testemunho recente e insuspeito, que contraria um tal juízo” (Commendador Angelo Thomaz do Amaral, p. 222, dos Annais). Disponíveis em: <https://archive.org/stream/congragri1878josemur#page/208/mode/2up>. Acesso em 10 jun. 2020.

[6] TOLENTINO, Luana. Outra educação é possível. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

nas fontes consultadas desta dissertação, uma vez que este termo aparece no plural. Isso indica que o termo refere-se a interesses nem sempre unívocos entre os proprietários de terras, indústria e comércio. Esses interesses nem sempre unívocos, indiciam debates entre as classes produtores, e estas encontram nos seus Congressos o ambiente adequado para expressar estes debates, disputas e lutas de representação sobre problemas e temas diversos.

A existência de debates indica que encontraremos pontos de vista e demandas diferenciadas entre estes proprietários e dos mesmos em relação ao Estado. Logo, a noção de Chartier acerca das "lutas de representação" se aplica para a análise dos debates em torno das representações sobre o trabalho e o trabalhador que ocorreram no Congresso de 1928.

Com base em Faria (1992) podemos tomar os Congressos das elites econômicas mineiras como "cenários de enunciação". Os Congressos tomados como "cenário" para os debates e lutas de representação, foram utilizados pelas lideranças empresariais para dirimir conflitos entre proprietários visando a produzir um discurso de coesão das classes produtoras, tal como foi enfatizado na 1ª tese do Congresso de 28, tratada como prioritária e que será abordada adiante.

No cenário em foco, circularam como atores os proprietários. Se a representação pode falar de uma ausência, nestes congressos os trabalhadores do campo e da cidade, nacionais ou estrangeiros, são representados, ou seja, eles "aparecem" por meio das representações que as classes produtoras elaboraram e proferiram sobre os mesmos. E, com base no entendimento de Chartier, percebemos as representações também como artifício visando a gerar controle e submissão dos trabalhadores. Outro agente presente no cenário dos Congressos da Classes Produtoras é o poder público, o Estado, na presença de prefeitos e governadores.

A partir de Chartier, podemos problematizar nos Congressos a relação entre Classes Produtoras e Estado como lutas de representação. Barros (idem) afirma que "o modelo cultural de Chartier é claramente atravessado pela noção de "poder" (o que, de certa forma, faz dele também um modelo de História Política). E completa:

> A perspectiva cultural desenvolvida por autores como Roger Chartier e Michel de Certeau, enfim, constitui um dos três eixos mais influentes para o atual desenvolvimento de uma História Cultural, ao lado de outras perspectivas importantíssimas, como a da Escola inglesa (Thompson, Hobsbawn e Christopher Hill) e da abordagem polifônica da cultura (Bakhtin e Ginzburg). (BARROS, 2005, p. 139).

Ou seja, no âmbito desta pesquisa, as lutas de representação aparecem nos debates no interior das classes produtoras, bem como na relação destas com o Estado; e ainda aparecem no uso dessas representações como artifício para controle dos trabalhadores.

Assim, esperamos ter explicitado a relevância do uso das noções de representação e lutas de representação a partir de Roger Chartier para a realização desta dissertação.

E, para analisar a relação mencionada entre classes produtoras e Estado, bem como a relação entre classes produtoras e trabalhadores, estes desafios nos remetem à necessidade de empregar as noções de "estratégia" e "tática" a partir de Michel de Certeau (1925-1986).

1.2 A escrita da História, estratégia e tática, heterologia em Michel de Certeau

Nesta dissertação, mobilizaremos as noções de estratégia e tática presentes na obra de Michel de Certeau para fazer a leitura das fontes sobre o Congresso de 1928.

E, tanto nas estratégias quanto nas táticas, estarão presentes as lutas de representação entre os diversos atores sociais e institucionais envolvidos no Congresso.

Estas noções foram empregados por Gonçalves em sua tese (2004) quando elucidou as relações de poder presentes no espaço escolar entre atores distintos, tais como diretores e professores, para a qual nos esclarece: "Aquilo que diferencia estratégia de tática está no poder. Para Certeau (2000, p. 92), as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizar, manipular e alterar" (Gonçalves, 2004, p. 17). Ou ainda, nas palavras de Michel de Certeau (2011, p. 95): "a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder".

Segundo Vidal, Salvadori, Costa (2019), nas pesquisas no campo da história da educação, o autor Michel de Certeau cada vez mais tem se destacado como uma referência fundamental aos estudos sobre educação por parte de historiadores da educação que abraçam a perspectiva da cultura como constitutiva da experiência dos sujeitos e das práticas sociais.

Para Vidal (2019) e Miranda Júnior (2019), Michel de Certeau é um intelectual que investiga o Outro, que percebe a história como operação e como uma *heterologia*, "saber do outro". Michel de Certeau (1925-1986), historiador, jesuíta e erudito francês que transitou e se dedicou a várias áreas do saber: história, filosofia, teologia, psicanálise e ciências sociais. Pensador inquieto, sempre a transitar, a se deslocar, não somente entre áreas de conhecimento,

como entre países e culturas, dada a sua biografia repleta de viagens, várias delas ao Brasil, como aponta o amplo estudo de Vidal (2005).

Cabe aqui explicitar que Certeau oferece a este estudo não somente as noções de estratégia e tática mencionadas acima. Ao interrogar-se sobre o relato historiográfico, Certeau nos oferece além de uma reflexão, uma concepção própria de História (como heterologia); e em sua obra "A escrita da História" e em seus diversos apontamentos, podemos encontrar também uma metodologia.

No âmbito desta pesquisa, a mobilização das noções de *estratégia* e *tática* nos permite entender as relações de estratégia entre as "classes produtoras" junto ao operariado; bem como a tática de uso do próprio Congresso como lócus de enunciação de suas demandas junto às lideranças dos diversos setores econômicos e do Estado respectivamente.

Outro ensinamento e renovação na historiografia a partir dos Annales é a concepção de que a história não é "desencarnada", não basta elencar fatos e "grandes" personalidades nos documentos para se fazer história, tal como concebia o Positivismo. Tanto os sujeitos que são mencionados nos documentos, quanto aqueles que escolheram e investiram na sua preservação, quanto o pesquisador que vai acessá-los e dedicar-se à operação da escrita da História, todos são sujeitos e podem ser problematizados.

A operação histórica, segundo Certeau (2010, p. 56), refere-se à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita. Na introdução, esperamos ter conseguido situar a pesquisa, e, aqui neste capítulo, nos propomos a explicitar os autores e suas noções que nortearam as práticas da pesquisa e da escrita desta dissertação.

Certeau afirma em função de um lugar é que se "instauram métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas se organizam" (Certeau, 2011, p. 56). Ou seja, primeiramente, é preciso situar o seu problema de pesquisa no campo, no programa da instituição, delimitar seu espaço de pesquisa, juntamente com o período de tempo que será considerado, para somente então passar para o inventário de quais podem ser as fontes de informação para responder à questão proposta.

Segundo Lopes e Galvão (2001, p. 92), são as perguntas que o pesquisador tem a fazer ao material que lhe conferem sentido e, no limite, enquanto houver perguntas, o material não está suficientemente explorado. Assim, as fontes não se esgotam, pois podem ser novamente trabalhadas a partir de novas perguntas. Questões referentes ao resultado das inquietações e do olhar do pesquisador do presente ao mirar o passado.

Para Vidal, Salvadori e Costa:

> Certeau (1980) indispunha-se contra uma representação dos consumidores como receptores passivos de conteúdos distribuídos pelos ideólogos do poder. Ao contrário, percebia a apropriação como um exercício de rebeldia. Roger Chartier (1996) distinguiria este espaço entre a emissão e a recepção das mensagens como "a [...] epistemologia da distância" (VIDAL; SALVADORI; COSTA, 2019, p. 10).

Certeau concebeu a história como uma fabricação que se dá na triangulação entre um *lugar, práticas/técnicas e* uma *escrita*. E, ao dizer sobre a natureza e os limites dessa escrita enquanto fabricação da história, permite-nos pensar que tornar-se historiador não é somente pertencer a esse lugar de formação e saber utilizar técnicas; é também escrever. Para Certeau, é praticar essa trindade (licença poética sobre a condição jesuítica do pensador francês).

> A História conta seu próprio trabalho e, simultaneamente, o trabalho legível num passado. Não o compreende, no entanto, a não ser elucidando sua própria atividade produtiva e, reciprocamente, compreende-se a si mesma no conjunto e na sucessão de produções das quais ela própria é um efeito (CERTEAU, 1992, p. 47).

Segundo Vidal (2005), a história para Certeau repousa sobre uma prática que, ao ser concebida como científica, respeitava condicionantes técnicos. A prática de localizar e sistematizar fontes era um dos aspectos identificados.

Vidal afirma que o historiador se "restituía ao hoje sua história, era porque mantinha o valor primordial do ontem: representar aquilo que *falta*" (Vidal, 2005, p. 280). Na introdução desta dissertação, buscamos justificar esta pesquisa a partir da ideia de lacuna, daquilo que *falta*. A prática do levantamento bibliográfico permitiu identificar essa falta de estudo específico sobre o CCIA, buscando nele verificar ou não a presença de deslocamentos de representações acerca do trabalho e do trabalhador.

A metodologia apontada por Certeau ganha contornos didáticos para o historiador que:

> Trabalha sobre um *material* para transformá-lo em história. Empreende uma manipulação que, como as outras, obedece às regras. Manipulação semelhante é aquela feita com o mineral já refinado. Transformando inicialmente matérias primas (uma informação primária) em produtos standard (informações secundárias), ele os transporta de uma região da cultura (as "curiosidades", os arquivos, as coleções, etc.) para outra (a história) (CERTEAU, 2010, p. 72).

Pela citação acima, entendemos que o historiador precisa de um material para trabalhar, uma matéria-prima - ou seja, os documentos, as fontes - sobre as quais trataremos a seguir.

1.3 Imprensa e História da Educação

1.3.1 Percurso de acesso às fontes

> **Em história, tudo começa com o gesto** d**e** separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em **produzir tais documentos**, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou **fotografar** estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (CERTEAU, idem, p. 73. **Grifos** nossos).

A peculiaridade do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928 ter sido organizado pelas classes produtoras gerou a dificuldade do acesso às fontes. Enquanto o Congresso de 1903 teve registros compilados e guardados em instituição pública, no caso, a Fundação João Pinheiro, o mesmo investimento de memória não se deu com o Congresso de 1928.

A visita e vasculha nos arquivos e equipamentos públicos de memória em Belo Horizonte indicaram a ausência de anais e de registros coligidos.

No MHAB (Museu Histórico Abílio Barreto), ao pesquisar documentos sobre os Congressos das Classes Produtoras, foi necessário aguardar 24 horas para a retirada dos manuscritos de Abílio Barreto da câmara fria que os acondicionava e, no dia seguinte, no retorno, encontramos somente escritos sobre os Congressos de 1903 e 1935. A expectativa de encontrar no MHAB documentos sobre o Congresso de 1928 mostrou-se frustrada, pois havia somente menções sobre os Congressos supracitados. Assim, o percurso da procura pelos Anais teve sua continuidade. Por meio do levantamento bibliográfico realizado, nos deparamos com informações de que as fontes tomadas sobre esse Congresso foram acessadas em jornais. Junto a isso, as teses de Faria (1992) e Vieira (1984) indicaram que a realização desse Congresso foi organizado pelas Associações Comerciais de Belo Horizonte (ACMinas) e de Juiz de Fora (ACEJF) e que os debates ocorreram na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), no período de 27 a 31 de maio de 1928, em Belo Horizonte.

Importa ainda informar que nas visitas à ALMG e ao Arquivo Público Mineiro (APM), em busca dos Anais do Legislativo, constatamos que eles estavam ausentes, conforme informação dada pela equipe técnica das instituições. Ademais, a mesma nos fez a indicação para realizar a busca por meio dos periódicos.

Mediante a essas informações, a procura centrou-se na busca dos Anais pelos jornais. Procedemos, então, ao levantamento de periódicos na Hemeroteca Histórica do Estado de Minas Gerais[7], onde foram localizados poucos jornais esparsos, conforme quadro 1 abaixo:

QUADRO 1 - Jornais da Hemeroteca Histórica sobre o Congresso de 28 por código e descrição

CÓDIGO:	*DESCRIÇÃO:*
089253	DM - 31-5-28 - Nova these - Propaganda - continuação
089110	DM - 31-5-28 - Nova these indústria propaganda Americanismo
088996	DM - 30-5-28 - Mietta Santiago - mulher no CCIA
088862	DM - 29-5-28 - 2 sessões diárias CCIA
088747	DM -29-5-28 - 3 Congressos, Abertura Moraes Sarmento CCIA
0000032281	EM - Teses 8 e 10
0000031910	EM - 31-5 - tese CCIA e americanismo
0000031826	EM - 31-5- Curioso de fora - Sarmento X Lauro Jacques
0000031812	EM - 30maio - Voto de Louvor a Fidélis Reis
0000031394	EM - 30 maio- CCIA visto por curioso de fora
0000031276	EM - 3E4 A sessão - foto câmara
0000031253	EM - 2A sessão CCIA
0000030919	EM - 29-5 - continuação
0000030844	EM - 29-5-28- foto início CCIA
0000029999	EM - 26 maio - anuncia CCIA
018415	Lar Catholico anuncia inscrição CCIA
08855	DM - 27-5- instalação CCIA

Fonte: Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual de MG

As leituras dos jornais trouxeram a necessidade de organização dos mesmos por categorias. Para elaboração dessas categorias, consideramos os apontamentos de Goodwin Júnior (2012), consideramos também os objetivos da pesquisa e, principalmente, a recorrência dos temas; pois, “o uso de categorias temáticas permite direcionar melhor a abordagem

[7] Instalada no 2º andar da Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, na Praça da Liberdade em Belo Horizonte, conforme indicado no site: <https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/hemeroteca-historica>.

qualitativa, ao permitir o agrupamento de notícias e artigos a partir de temas" (Goodwin Júnior In: Gonçalves, 2012, p. 186).

Assim, elaboramos as seguintes categorias de representação para organizar/indexar os jornais selecionados para esta Dissertação:

QUADRO 2 - Códigos e categorias temáticas para organização dos jornais

CÓDIGOS	CATEGORIAS TEMÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO DOS JORNAIS
EUA	Estados Unidos - Americanismo
TRN	Trabalhador nacional
TER	Trabalhador estrangeiro
CON	Congressos
EDU	Educação
ESC	Escoteirismo
MEN	Menores
IND	Indesejados: Alcoólatras, Mendigos, Praticantes Religiões Afro-brasileiras, etc.
MUL	Mulheres

Fonte: elaboração própria

Outro repositório de jornais acessado foi a Coleção Linhares[8]. Após incursão e longo trabalho de leitura de 284 jornais encontrados no período de 1927 a 1929, selecionamos aqueles com menção ao CCIA e elaboramos o "Quadro 3: Coleção Linhares - jornais por categoria e descrição", que encontra-se disponível nos Anexos desta dissertação. Estes jornais da Coleção Linhares foram categorizados de acordo com as categorias temáticas do Quadro 2 acima.

Ainda assim, consideramos insuficiente o material coletado, uma vez que nesses jornais esparsos não havia a discussão pormenorizada das teses do CCIA.

Na busca percorrendo os diversos arquivos e museus do poder público municipal e estadual, verificou-se a ausência dos Anais do Congresso de 1928 nos equipamentos de memória a cargo da esfera pública, exceto poucos jornais (Estado de Minas de 27 a 31 de maio de 1928) fotocopiados noticiando o fato na Imprensa Oficial do Estado, bem como os jornais esparsos da Coleção Linhares e Hemeroteca citados acima.

[8] Segundo Santos; Santos; Santos (2011), a Biblioteca Digital Linhares foi criada com o objetivo de "dar acesso à Coleção Linhares, constituída por jornais, revistas e panfletos publicados em Belo Horizonte e colecionados por Joaquim Nabuco Linhares desde 1895, até a sua morte em 1945". Os autores enfatizaram a importância da imprensa e da Coleção Linhares no seu papel de registrar e acompanhar o desenrolar dos fatos cotidianos, sejam eles políticos, econômicos, sociais ou culturais.

O levantamento bibliográfico e a leitura dos jornais citados ratificou a ciência de sua organização a cargo das associações empresariais.

Logo, verificou-se a necessidade da realização de pesquisas nas entidades que foram responsáveis pela realização dos Congressos das Classes Produtoras no período de 1928 a 1930: Associação Comercial de Belo Horizonte (ACMinas), a Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora (ACEJF) e Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá (ACIEI).

Procedeu-se aos pedidos de autorização para realizar a pesquisa nestas instituições empresariais com vistas a localizar nas mesmas documentos (anais, atas de diretoria, relatórios e jornais) apresentando informações sobre o Congresso e suas teses debatidas.

Ainda nestas cidades onde se localizam as associações empresariais responsáveis pela organização dos Congressos de Classe, também foram acessados equipamentos públicos de memória, tais como bibliotecas e arquivos públicos.

A obra de Goodwin Júnior (2015) também chama a atenção para outros aspectos que precisam ser levados em conta pelo pesquisador que é a leitura da seção normalmente ignorada pelos leitores e pesquisadores: a seção de agradecimentos do livro ou dissertação, que oferece valiosas pistas. Também nos agradecimentos, encontramos elencados os registros dos nomes de pessoas fundamentais, das quais os pesquisadores dependem: são as pessoas que trabalham nos arquivos e instituições de memória. Constituiu valiosa contribuição para esta pesquisa, especialmente durante a realização do nosso trabalho de campo em Juiz de Fora, quando a orientação na seção desta obra nos permitiu direcionar onde e a quem procurar nesta cidade.

Assim, na cidade de Juiz de Fora, recorremos ao Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes (Cememor) e em seu acervo público tivemos acesso ao periódico Jornal do Commercio. Algumas tardes de trabalho no Cememor da Biblioteca permitiram compor o "Quadro 4 - Levantamento Jornal do Comércio por categoria e descrição", que encontra-se nos Anexos.

O Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Belo Horizonte realizado em 1928 ocorreu pela iniciativa privada. Ao contrário do Congresso de 1903, que foi organizado por iniciativa do poder público[9], posto que "o Congresso fora convocado pelo presidente do estado, Francisco Salles" (Silva, 2016, p. 30). Assim, cabe problematizarmos os desafios da pesquisa em arquivos privados.

---

[9] que reuniu textos elaborados para este evento e os disponibilizou na Fundação João Pinheiro por meio da sua Revista Análise e Conjuntura: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Análise e Conjuntura. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.11, n.5/6, mai/jun. 1981.

1.3.2 Arquivos privados e os desafios de acesso

A leitura dos jornais organizados em quadros e o levantamento bibliográfico atestaram a organização do Congresso de 28 pela iniciativa privada. Decorreu-se, então, a pesquisa nas Associações Comerciais que, pela sua natureza de instituições privadas, demandaram tempo para o contato com os responsáveis pelo trâmite das cartas até seus respectivos diretores e presidentes, solicitando acesso ao acervo dessas associações e o retorno da autorização e agendamento para trabalho de campo nas respectivas sedes.

Na Associação Comercial de Minas, localizada no Centro de Belo Horizonte, constatou-se acervo disperso em uma biblioteca desativada há alguns anos, quase no subsolo e sem iluminação adequada, e demandou o esforço de duas semanas para localizar, selecionar e coletar documentos, principalmente Atas da Diretoria.

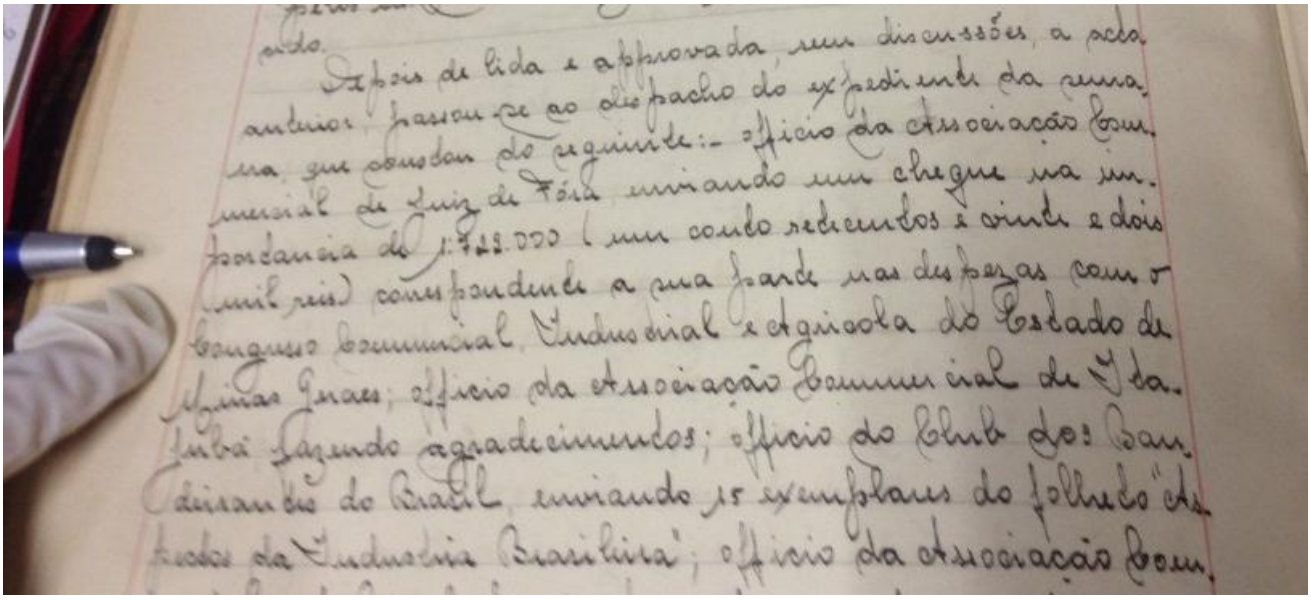
FIGURA 1 – Biblioteca da ACMinas com livros de Atas de Diretoria

Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Na figura 1, percebemos materiais pelo chão e um grande armário aberto, com porta solta, onde encontravam-se os livros de Atas de Diretoria da ACMinas dos anos 10 aos anos 90 do século XX. A biblioteca desativada e empoeirada e a idade dos livros de Atas exigiram a

utilização de luvas para manuseio dos documentos e o uso de máscaras de proteção, antes mesmo do início da pandemia.

FIGURA 2 – Detalhe da caligrafia da Ata de Diretoria da ACMinas de 28 de outubro de 1928



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

A figura exibe no detalhe um trecho da Ata de Diretoria da ACMinas que mencionou o envio do pagamento da ACEJF correspondente à sua parte nas despesas com o I CCIA, meses após o evento. Na figura acima lemos:

> Depois de lida e **approvada** sem discussões a acta anterior, passou-se ao despacho do expediente da semana que constou do seguinte: **offício** da Associação Commercial de Juiz de Fora, enviando um cheque na importância de 1:722.000 (um conto setecentos e vinte e dois mil réis) correspondendo a sua parte nas despesas com o Congresso **Commercial**, Industrial e Agrícola do Estado de Minas Gerais; officio da Associação Commercial de Itajubá fazendo agradecimentos (Ata da ACMinas, 28 de outubro de 1928. **Grifos** nossos).

A figura exemplifica as dificuldades colocadas ao pesquisador ao lidar com um texto quase centenário, no qual encontramos a diferença de grafia das palavras, tal como “officio”. E ainda encontramos uma caligrafia antiga e angulosa, que exige leitura atenta, ainda mais pelo fato de cada Ata ser manuscrita por pessoas diferentes com caligrafias diferentes. Outro desafio é o vocabulário antigo, com palavras como “plasmar”, “lobrigar”, “acoroçoar” etc., a exigir consultas ao dicionário.

A partir do trabalho de leitura das Atas de Diretoria da ACMinas nos livros de 1927 a 1930, selecionamos algumas para fotocópia realizada na própria ACMinas para uso nesta dissertação.

Nestes livros de Atas e nos jornais dos levantamentos, bem como considerando o estudo de Vieira (1984), verificou-se que o Congresso de 1928 passou a ser denominado I Congresso das Classes Produtoras ou I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, pois deu início aos Congressos organizados não pelo poder público e sim pelas entidades das classes produtoras. E o I CCIA deu origem a outros, conforme quadro abaixo:

QUADRO 5 - Congressos das Classes Produtoras de 1928 a 1935 por data, local e entidades responsáveis

Nome do Congresso das Classes Produtoras de Minas Gerais:	*Data de realização:*	*Local de realização:*	*Entidade Responsável:*
I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola	27 a 31/5/1928	Belo Horizonte	ACEJF, CIJF ACMinas
II Congresso Comercial, Industrial e Agrícola	28 a 30/7/1929	Juiz de Fora	ACEJF
III Congresso Comercial, Industrial e Agrícola	19 a 21/6/1930	Itajubá	ACIEI (conforme Annais[10] do III CCIA)
IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola	7 a 17/9/1935	Belo Horizonte	ACMinas, FIEMG e SMA[11]

Fonte: elaborado pela autora

O trabalho com arquivos privados, em instituições privadas, apresenta peculiaridades e desafios próprios que buscaremos abordar.

Observou-se nas Associações Comerciais a recorrência de uma segregação de seus arquivos: parte ficando sob a guarda dos funcionários da Associação, e outros documentos com a característica de maior antiguidade ou considerados de maior importância, a Associação contou com o auxílio de profissionais tais como historiadores de sua confiança para a guarda dos mesmos.

[10] Annais obtidos na viagem a campo na sede da ACIEI em Itajubá em fevereiro de 2019.

[11] Conforme Vieira (1984, p. 120), cujo estudo citou, mas não detalhou os Congressos de 1929 e 1930 da tabela acima, pois focou no posicionamento do empresariado em torno da crise do café e da "Revolução de 1930". A dissertação de Barros (2007) dedicou tópico próprio para análise do Congresso de 1935, ou IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Minas Gerais.

Assim, ao pesquisador que obteve a autorização de acesso para analisar a documentação inicial, muitas vezes exposta na sede da Associação, a ele apresenta-se o desafio de questionar novas ausências e persistir em busca da existência e localização de outros documentos na Associação e fora dela.

Esse desafio de interrogar, questionar as presenças e ausências de documentos, significa um exercício de crítica dos documentos, e nos remete à assertiva:

> Mas os fundadores dos "Annales" davam início a uma **crítica em profundidade da noção de documento. (...) A sua presença ou a sua ausência** nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, **dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise** (LE GOFF, 1990, p. 470. **Grifos** nossos).

Assim, ao esgotar a pesquisa inicial no acervo, coube-nos a análise e o balanço das presenças e ausências, pois ambos não foram estabelecidos pelo acaso, pois dependem de "causas humanas" que não escapam à análise.

Para então estabelecer um novo nível de acesso a um acervo ampliado, são mobilizadas táticas (no sentido apresentado por Certeau) tais como o emprego da persistência, a diplomacia, a argumentação quanto à relevância da pesquisa.

No caso da ACEJF, na primeira viagem de pesquisa, ocorreu o acesso a uma documentação muito linear, ligada à história dos presidentes da instituição.

O local onde são expostos documentos aos visitantes da ACEFJ, nos remete à assertiva de Le Goff, conforme ilustra a figura:

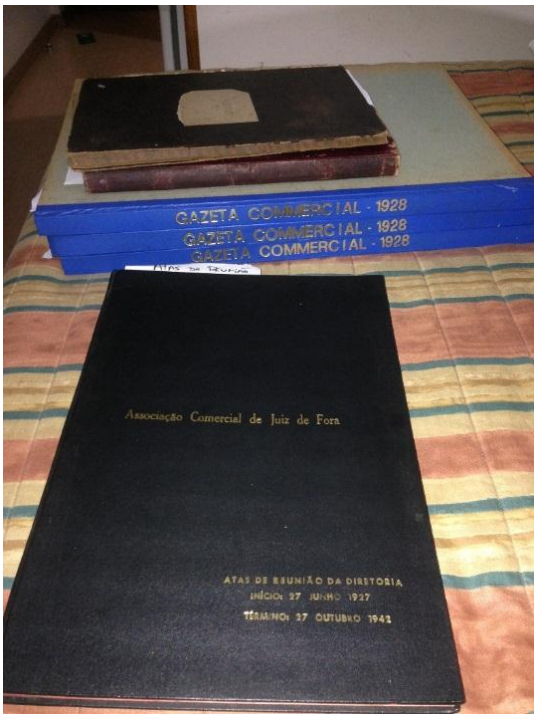
FIGURA 3 - Sala de visitas e documentos na sede da ACEJF

Fonte: fotografada pela autora

A figura mostra o interior da sala de documentos exposta aos visitantes da ACEFJ, exibindo em destaque o livro de visitas aberto na página com assinatura do visitante ilustre Rui Barbosa, e também a disposição dos móveis, dos livros e objetos remetem a uma organização montada, criada, tal como asseverou Le Goff.

Foi necessário, então, uma segunda viagem para estabelecer contato com os historiadores que auxiliam a instituição, e então tentar estabelecer uma relação de confiança necessária para acessar seu acervo mais antigo e ampliado. Neste caso, no acervo localizado no sótão da Associação, sendo preciso acessar seu pátio, subir uma escada externa e adentrar no sótão portando iluminação improvisada para procurar nas várias pilhas de pastas e livros mais documentos para a pesquisa:

FIGURA 4 – Livros de Atas mais antigos da ACEJF e jornais da Gazeta Comercial de 1928



Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

A figura registra os três livros mais antigos de Atas da Diretoria da ACEJF que é a Associação Comercial mais antiga do estado de Minas Gerais, “fundada a 12 de julho de 1896” (Bastos, 1996, p.9). Junto aos livros de Atas, notamos também três livros de maior tamanho contendo os jornais Gazeta Comercial da ACEJF somente do ano 1928.

Estes três livros de jornais foram lidos e, devido ao seu tamanho, não encontramos na UFJF ou nas lojas gráficas pesquisadas da cidade um scanner capaz de digitalizar um jornal destas dimensões. Logo, foi necessário a utilização de smartphone pessoal da pesquisadora para fotografar os jornais, sendo que, devido às suas dimensões, cada página do jornal precisou ser fotografada em três partes para conseguir registrar o início, meio e fim de cada notícia.

O trabalho de ler, fotografar e categorizar as notícias selecionadas destes 3 livros contendo os jornais Gazeta Comercial, veículo oficial da ACEJF, gerou os Quadros 6, 7 e 8 nos Anexos desta dissertação.

Mesmo após os trabalhos de campo nas sedes da ACMinas e ACEJF, ainda ressoava a dúvida sobre uma possível existência dos Annais do I CCIA: se estes de fato não estavam nas sedes já consultadas, ou se restava ainda a última possibilidade de sua existência por meio de uma cópia na ACIEI (Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá), responsável pelo III CCIA, em 1930.

Assim, em fevereiro de 2019 realizamos nova viagem de pesquisa para a cidade de Itajubá.

Em Itajubá realizou-se um percurso inverso: visitamos primeiro os arquivos públicos da cidade e depois concentramos o trabalho na ACIEI. Dentre as instituições portadoras de acervos de acesso público, visitamos o Memorial da Câmara Municipal de Itajubá, onde encontramos informações sobre a história da cidade.

FIGURA 5 – Documentos sobre a cidade no Memorial da Câmara Municipal de Itajubá

Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Quanto à Biblioteca Municipal, foi realizada a visita à mesma em prédio próximo à Estação, com seu acervo destinado a estudantes e consulentes públicos. Ao perguntar por um Arquivo Municipal, fomos direcionados ao Museu Municipal Wenceslau Braz, localizado na antiga Estação da cidade.

No Museu verificou-se um acervo sobre "grandes homens de vulto", tais como o ex-presidente da República Wenceslau Braz, que dá nome ao Museu. Ao perguntar à monitora do Museu pelos jornais e documentos antigos da cidade, a mesma indicou que estes encontravam-se sob os cuidados do Coronel que trabalha no Museu Municipal e também preside a Academia Itajubense de História.

Ainda que os documentos do município teoricamente deveriam estar disponíveis para consulta pública, verificou-se uma postura como se fossem arquivos privados e a necessidade de justificar ao Coronel os objetivos e detalhes da pesquisa. A conversa com o Coronel indiciou forte influência militar sobre a história da cidade, que abriga desde 1934 uma fábrica de armamentos que em 1975 transformou-se em unidade da empresa estatal Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil) sob o Ministério da Defesa. Não foi possível no tempo desta pesquisa consultar os jornais antigos sob a guarda do Coronel.

No caso da ACIEI, a estratégia da pesquisadora de informar e ressaltar a realização de pesquisa anterior na sede de outras Associações Comerciais, no caso as de Belo Horizonte e Juiz de Fora, bem como de apresentar a relevância da associação para a continuidade e encaminhamento da pesquisa, acelerou o nível de acesso ao acervo.

Mediante conversa bem ao estilo mineiro, regada a cafezinho, em tom informal, durante cerca de 1h30min ocorreu uma espécie de entrevista com o Gerente da instituição. A conversa permitiu estabelecer vínculos de proximidade e confiança mútua para então, no dia seguinte, acessar o acervo disponibilizado pela instituição. Recorremos à historiografia[12] para evocar os atributos do estilo mineiro: "reconhece-se nos mineiros qualidades essenciais de bom-senso, de moderação e de equilíbrio, virtudes estas consideradas necessárias à confecção do acordo" (ARRUDA, 1986, p. 2).

Para a pesquisadora foi emprestada uma sala e sobre a mesa da mesma foram colocadas por uma funcionária as várias caixas de documentos para análise.

---

[12] ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Do regional ao nacional: A atuação política das elites mineiras. X Encontro Anual da ANPOCS, 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/10-encontro-anualdaanpocs/gt11/gt05-9/6227-mariaarruda-regional/file>. Acesso em 10 mar. 2020.

FIGURA 6 – Jornais e documentos de 1927 a 1930 da sede da ACIEI

Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Enquanto examinava os documentos, um funcionário da manutenção reparava uma lâmpada e uma janela, artifícios ao estilo foucaultiano para a observação da conduta da pesquisadora. Entre o trabalho de ambos - a pesquisadora na busca de documentos para sua pesquisa e os vários funcionários da Associação a consertar, redigir, arrumar - estabeleceram-se conversas, e à pesquisadora foi requerida a sensibilidade de expor de si, detalhes de si, de sua família, de sua história, de suas motivações para então acessar o Outro, o outro da Associação, da cidade, da pesquisa. Nessas conversas se estabelecem vínculos e relações de confiança necessárias para a possibilidade de continuidade de trabalho da pesquisadora.

Durante este trabalho de levantamento realizado na ACIEI, encontramos o Relatório da Presidência da ACIEI do ano de 1928, ano de realização do CCIA. Neste relatório constou a descrição do Congresso de 28, cuja transcrição encontra-se nos Anexos.

Para os pesquisadores habituados às facilidades de acesso livre aos arquivos de natureza pública, seja em âmbito nacional na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, ou ainda em âmbito estadual, nos arquivos em geral localizados na capital em condições de maior organização e até mesmo digitalizados, apresenta-se uma situação bem distinta no acesso aos arquivos municipais no interior do estado de Minas Gerais, onde mesmo os arquivos públicos do município, que deveriam ser de direito de consulta pública, são tratados como arquivos

privados ou particulares por parte de funcionários. Nuances da Primeira República podem ser percebidas como uma permanência nessas relações entre público-privado.

E quanto ao acesso aos arquivos privados, como constatamos nas Associações comerciais, o desafio ainda é maior para o pesquisador que precisará mobilizar argumentação, táticas e conhecimentos tácitos diversos para alcançar uma chance de acesso.

Para além das técnicas de paleografia necessárias à leitura e interpretação da documentação de grafia centenária presente nas atas e relatórios, ou das técnicas de anotação, transcrição, fotografia e organização do acervo que vai coletando, cabe ao pesquisador interessar-se pela cidade, pela cultura local, pela instituição que vai contatar e realizar pesquisa prévia sobre as mesmas. Essa prática potencializa ao pesquisador o seu futuro contato com as instituições, arquivos e documentos na cidade.

A partir de Certeau, retomemos a proposição da operação de fabricação da história como *heterologia*, saber sobre o outro, a história entendida como “logos do outro”, alteridade (Certeau, 1982, p. 10). Em uma outra cidade, para realizar esse contato com as pessoas que trabalham na instituição Associação Comercial, os conhecimentos tácitos e humanos para além da técnica tornam-se necessários.

Além disso, o pesquisador precisa considerar e buscar minimizar o impacto da sua presença durante horas, dias, semanas de trabalho nas dependências da instituição. A experiência vai facultando ao pesquisador perceber as relações de poder, de hierarquia entre os funcionários para além do organograma oficial, e cabe ao pesquisador com senso ético estabelecer contatos e considerar a possibilidade de abertura para construção de vínculos para além do curto período da pesquisa, pois as pessoas não podem ser objetificadas, tais como o seu objeto de pesquisa. As pessoas tem suas idiossincrasias, interesses e virtudes. Apresenta-se, assim, ao pesquisador que realiza pesquisa documental em arquivos privados um nível de complexidade muito maior do que em arquivos públicos.

Para Certeau (1982, p. 9), “A única pesquisa histórica do "sentido" permanece, com efeito, a do "Outro"”. E, no caso desta experiência de pesquisa em arquivos privados, o outro além dos documentos e sujeitos neles presentes, é também a outra cidade, ou cidades, suas instituições (Associação Comercial, Arquivos, Bibliotecas e Centros de Memória) e especialmente as pessoas que nelas se encontram.

Ginzburg recomenda ao historiador de ofício valer-se permanentemente do estranhamento, como poderoso antídoto ao risco de banalizar a realidade e, simultaneamente,

turvar a pesquisa (Ginzburg, 2001, p. 41). Além do foco em ampliar os conhecimentos para e sobre o tema de pesquisa, ao pesquisador podem se abrir possibilidades de conhecer outras pessoas e culturas locais, atento aos indícios, aos sinais ao seu redor.

A história não é descarnada. Nos documentos, nas atas, a sensibilidade do pesquisador pode permitir ouvir através dos documentos falas, vozes, acordos, conflitos de vários atores já não presentes fisicamente, estão mortos, mas que tem sua presença inscrita no tempo; e por meio dos documentos se fazem existentes no presente e a exigir do pesquisador o compromisso de uma escrita, ética, técnica, a honrá-los na escrita.

O olhar do historiador permite perceber conexões entre o passado e o presente. Constatamos ao analisar os jornais de 1928 tratando do CCIA, na mesma primeira página, porém no canto inferior da mesma e em menor destaque, havia a constante recorrência de notas sobre o problema da mendicância na cidade de Juiz de Fora, seja sobre a captura de pessoas na condição de mendicância e seu encaminhamento para instituições do Estado, seja sobre a abordagem policial no sentido de liberar as vias públicas do centro da cidade da presença dos mesmos.

Curioso que a presença de mendigos também foi tomada como exemplo, na obra de Roger Chartier, em sentido contrário ao caso acima, ou seja, serviu para exemplificar as mudanças nas representações acerca da figura do mendigo. Porém, no trabalho de pesquisa de campo, verificou-se uma permanência entre 1928 e a atualidade.

Segundo Ohara (2013):

> É dessa concepção heterológica (hetero-logos, o saber do Outro) da história que vem a grande importância do pensamento de Certeau: chamar a atenção para o procedimento de fabricação dessa alteridade que já não retorna mais, procedimento no qual o historiador coleta, classifica e desloca vestígios, transforma a todos em linguagem e, por fim, produz um texto que preenche todos os interstícios e todas as lacunas para construir e nos apresentar esse Outro (OHARA, 2013, p. 2).

Assim, nos jornais encontraremos vários Outros a serem analisados. E para lidar com estes jornais e periódicos da imprensa, o pesquisador precisa de técnicas, que discutiremos a seguir.

1.3.3 Uso da imprensa na História da Educação

A partir da realização do acesso, seleção e da organização dos jornais em quadros por categorias temáticas, procedemos ao trabalho de análise dos mesmos. E, diante do volume de jornais, da variedade de repositórios, da diversidade de veículos, formatos e de outras características próprias dos jornais, o pesquisador necessita então conhecer e apropriar-se de técnicas e cuidados adequados para o manuseio e análise deste tipo de fonte. Logo, torna-se pertinente discutirmos referências e experiências de uso da imprensa nas pesquisas no campo da história da educação. Assim, a partir da indicação da operação historiográfica proposta por Certeau, é importante ressaltar o lugar de pertencimento da pesquisa. No caso desta pesquisa, o seu pertencimento à linha II do PPGET do CEFET-MG, que marca o processo de formação do pesquisador para o trabalho com diversas técnicas de pesquisa, e uma delas é a técnica de manuseio de documentos da Imprensa (periódicos, jornais, revistas, folhetos etc.).

Outro lugar de pertencimento importante para o aprendizado de saber pesquisar a história é o lugar das disciplinas cursadas no mestrado. Assim, cabe citar a valiosa disciplina interinstitucional TAET (Tópicos Avançados em Educação) que permite ao pesquisador da linha II do CEFET-MG o contato com outros programas de pós-graduação em Educação das instituições: UEMG, UFOP E UFMG, e, portanto, a possibilidade de expansão da sua rede de sociabilidades, ou em termos *certeaunianos*, a possibilidade de contato com Outros, de expansão de lugar e de formação em técnicas, com vistas a qualificar seu trabalho de pesquisa e escrita em História da Educação.

Em um dos módulos desta disciplina, conduzido pela experiente Prof.ª Dr.ª Rosana Areal (UFOP), tratou-se do tema da imprensa, das suas técnicas de uso e a abertura de rico momento de compartilhamento entre pesquisadores das suas experiências de pesquisa com objetos variados, porém com o emprego de fontes obtidas em jornais e periódicos.

A partir do TAET, ocorreu o convite para outro momento de formação importante, o Colóquio de Inverno “História e Imprensa: percursos, linguagens e possibilidades de pesquisa” do Programa de Pesquisa Interinstitucional “A educação nos Projetos de Brasil: espaço público, modernização e pensamento histórico e social brasileiro nos séculos XIX e XX” com a Prof.ª convidada Drª. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (UERJ) e sua indicação valiosa de bibliografias, referências e apontamentos no uso dos jornais e periódicos nas pesquisas.

Uma das bibliografias indicada que ofereceu direcionamentos a esta pesquisa encontra-se no clássico texto[13] da autora Tania Regina de Luca. Para essa autora, até os anos 70 os pesquisadores relutavam na utilização das fontes impressas na escrita da História. Isso porque na concepção de uma historiografia tradicional, que acreditava na neutralidade da fonte, a imprensa poderia ser uma fonte de uso arriscado, mesmo tendo a Escola dos Annales alargado a concepção de documento desde os anos 30.

Dentre os riscos e críticas apontados, além da dúvida da neutralidade, a imprensa era vista com ceticismo por ser percebida "como instância subordinada às classes dominantes, caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos" (De Luca, 2003, p. 116). No caso desta dissertação, estas críticas que seriam fraquezas, são tomadas como força, pois justamente o que nos interessa é perceber nos discursos das classes produtoras seus valores e representações acerca do trabalho e do trabalhador ao final da Primeira República.

De Luca nos direciona a atentar para a materialidade dos jornais e, para fortalecer seus argumentos, traz as palavras de Chartier: "é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural" (De Luca, 2003, p. 132).

Assim, não são naturais, pois os impressos "são sempre o resultado de múltiplas operações que supõem decisões, técnicas e competências muito diversas" (Chartier, 2010, p. 21).

De Luca também nos atenta a observar o formato do jornal, qualidade de impressão, uso de cores, imagens, ilustrações, anúncios, tiragem, público-alvo.

A autora faz sugestões práticas para nos auxiliar por onde começar a pesquisa com jornais: "o primeiro passo é localizar a fonte numa das instituições de pesquisa e averiguar as condições oferecidas para consulta. (...) Pode-se enfrentar situações longe da ideal, com exemplares em péssimo estado de conservação. Outro problema é a obtenção de longas séries completas, o que muitas vezes exige a peregrinação por várias instituições em busca de exemplares." (De Luca, 2003, p. 142).

Cabe ainda trazer outra contribuição sobre o trabalho com jornais, a partir da Conferência[14] realizada pelo Prof. Dr. Bruno Bontempi Jr.

---

[13] LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2003.p.111-153.

[14] A conferência constituiu a aula 3 "Educação e Imprensa" do curso "Educação e Nação no Bicentenário da Independência" ofertado em 2021 pelo programa de pesquisa "Pensar a Educação Pensar o Brasil" da FAE/UFMG, aula pertinente aos pesquisadores e disponível em :< https://www.youtube.com/c/PortaldoBicentenário/videos>.

Bontempi Jr. também problematiza uma questão a respeito da imprensa, uma permanência que pode ser percebida como um sintoma, indício de outras permanências na História do Brasil republicano:

> Algumas coisas são permanentes porque algumas estruturas permanecem semelhantes, no caso da imprensa e formação da esfera pública no Brasil: a imprensa brasileira se constituiu como esfera pública em cima de uma estrutura arcaica da própria sociedade brasileira, que é a cultura familiar. Então os que viraram grandes conglomerados informacionais, comunicacionais são calcados no patrimonialismo, eles são famílias de antigos proprietários de interesses particulares que eles fazem confundir com interesses públicos. E, seja no jornal, seja na imprensa radiofônica ou televisiva, eles recebem concessões do Estado, ou seja eles usam os canais públicos para veicular interesses privados. Então existe uma anomalia muito importante na circulação das informações no Brasil, em que os grandes conglomerados informacionais são controlados por famílias (BONTEMPI JR, idem, 2021).

O mesmo autor questiona: “como a esfera pública pode se constituir, sendo um domínio privado? Essa é uma questão fundamental”. A pergunta carrega desafios para a concretização, ou ainda manutenção, da democracia no país. Esta questão se colocou no contexto histórico da Primeira República e, como dito, permanece na atualidade.

No âmbito desta dissertação, essa peculiaridade da imprensa no Brasil por vezes entendida como fraqueza e ameaça à democracia; contudo, para atender aos objetivos desta dissertação, tal situação pode ser convertida em força, uma vez que propõe identificar nos jornais das elites as representações que as mesmas elaboraram, veicularam e buscaram instituir pela repetição dos enunciados sobre o trabalho e o trabalhador, e que são veiculadas como de interesse público, contudo com vistas a atender a interesses particulares.

Ao tomar os discursos do empresariado nas fontes produzidas por eles em suas instituições, tais como Associações Comerciais e seus veículos de comunicação, a saber, seus jornais diários da imprensa periódica, neles encontraremos publicados os debates ocorridos no CCIA, debates sobre diferentes teses que poderiam oferecer melhorias para a economia e o progresso de Minas Gerais, dentre elas a 5ª tese específica sobre o Ensino Profissional.

Nessas fontes encontraremos vozes, enunciados e representações proferidos pelo empresariado a respeito dos trabalhadores que seriam submetidos às novas demandas para o trabalho e para o Ensino Profissional, o que não significa que não haveria resistências e apropriações distintas dessas representações por parte desses grupos.

Podemos entender, amparados em Faria (1992) que os congressos das classes produtoras constituíram cenários de enunciação de representações e demandas por parte do empresariado,

expressas pelas teses, as quais após debatidas e consensadas poderiam se constituir em propostas para programas de governo, políticas públicas, leis e reformas educativas.

Por fim, é oportuno mencionar a contribuição dos estudos de Goodwin Júnior no manejo de técnicas historiográficas (ao descrever formas de coleta, indexação, categorização) para uso dos jornais como fonte em pesquisas que articulam imprensa e história da educação profissional.

Sua contribuição também se faz para além da exemplificação de uma leitura qualitativa dos jornais e a aplicação de técnicas de indexação e categorização dos mesmos, pois nos oferece reflexões importantes como esta:

> A imprensa apresentava-se como guia para todos. Representava, assim, uma sociedade civilizada sendo construída. **Representação, não só no sentido de que mostra**, faz conhecer; **mas também no sentido do que encena, faz acontecer**. Ou seja, **a imprensa não era apenas um eco do que ocorria** nas cidades mineiras, **mas buscava interferir ativamente** no espaço e no ambiente urbano.
> A imprensa assumia claramente um papel pedagógico. Seu discurso **procurava instigar um novo comportamento** em seus leitores – e naqueles atingidos de outras formas, com a leitura em voz alta ou a circulação oral das notícias e editoriais, prática corrente nos núcleos urbanos mineiros. (...) **A imprensa se apresentava como porta-voz das elites** (GOODWIN JÚNIOR, 2021, p. 174 -182. **Grifos** nossos.).

Ou seja, a imprensa, não somente mostra, ecoa os acontecimentos, ela seleciona o que será ou não mostrado, e assim interfere na realidade com o que seleciona representar e como será representado. E na representação embute valores e comportamentos que instiga nos leitores. As representações de grupos, das elites, ao serem veiculadas pelos jornais são tornadas públicas, querem formar uma opinião pública, contudo expressam interesses privados.

Nesta perspectiva, ainda que um jornal se autorepresente como imparcial, ele e seus discursos não são neutros, pois há uma escolha do que merece ou não ser noticiado, e como será noticiado. Ou em outras palavras, “o jornal informa a - e dá forma a” (Goodwin Júnior, 2012, p 176).

Sobre a imprensa, ainda Bontempi Jr. afirmou:

> A imprensa vai se tornar um partido e passa a produzir uma representação do mundo social (usando um termo da história cultural), e que passa a prevalecer entre os leitores. Ela **produz um tipo de simulacro da realidade social que vai fechando outras possibilidades. A notícia também será uma mercadoria**, com uma distância entre produtor e receptor, produtor e consumidor. A **mercadoria quer produzir, ela força um determinado entendimento e produz um efeito de significado que visa ao controle, a adesão a determinados postulados** (BONTEMPI JR, 2021. **Grifos** nossos.).

Assim, a assertiva nos alerta para esse papel estratégico da imprensa, que produz “um simulacro da realidade social que vai fechando outras possibilidades”. Ou seja, a maneira como os leitores passam a enxergar a realidade, representar o mundo, será influenciada, delimitada pelos contornos controlados pela perspectiva veiculada pela imprensa. Como no mito da caverna de Platão, a imprensa passa a produzir sombras sobre o papel e a percepção, atrativas, persuasivas que cativam ao leitor e dificultam ao mesmo conceber outras perspectivas para pensar e experimentar a realidade, o cotidiano.

E, a questão da “notícia também [ser] uma mercadoria”, faz com que o leitor além de ser afetado por ela, ainda pague por ela, de um jeito ou de outro: seja diretamente comprando o jornal, ou mesmo que o acesso ao jornal seja gratuito, sua leitura dos anúncios vai ajudar a custeá-lo. Logo, a imprensa mostra-se uma ferramenta poderosa e lucrativa para os grupos, as elites, que dela se servem.

Bontempi Jr. associou a expansão e profissionalização dos jornais ao desenvolvimento do capitalismo no país, pois “com o crescimento dos jornais grandes, jornais-empresas, torna-se menos viável a iniciativa de grupos que não sejam grupos empresariais e políticos poderosos de chegar aos leitores”. (idem, 2021).

Ou seja, à medida que as cidades foram crescendo, o aumento da urbanização e do número potencial de público leitor implicou em mudanças na dinâmica dos jornais, afetando sua escala e as práticas de fabricação e distribuição. Assim, o jornal vai tornando-se cada vez mais uma mercadoria vendida a um público-alvo que seus proprietários, notadamente empresários e políticos, desejam alcançar e fidelizar.

Assim, importa “tomar a imprensa como força ativa da história do capitalismo e não como mero repositório de acontecimentos nos diversos processos e épocas (Cruz, Peixoto, 2007). Portanto, a imprensa não somente é afetada pelo desenvolvimento do capitalismo, como também ela interfere no seu desenvolvimento, ao veicular ideias, valores, comportamentos moldando a representação da realidade, do mundo. Nesta perspectiva, a imprensa não pode ser considerada como mero registro e repositório dos acontecimentos, e sim como agente que interfere nas representações, na realidade.

Esse papel pedagógico da imprensa em veicular representações e comportamentos, corrobora a afirmativa de que “a imprensa, de modo geral, se constituiu como importante meio de transmissão de valores, crenças, hábitos e saberes” (Faria Filho, 2002, p. 134).

Nesta perspectiva, ao veicular representações, a utilização dos documentos da imprensa em pesquisas no campo da história cultural coaduna-se com a concepção de Roger Chartier, para quem

> a História Cultural tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. (...) **As representações do mundo social** assim construídas, **embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam**. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002, p. 16. **Grifos** nossos).

E esta dissertação ocorre no entrecruzamento da história cultural e da história da educação, e para esta última, também a imprensa "é um instrumento privilegiado de pesquisa para construção do conhecimento em história da educação" (Bastos, 2002, p. 153).

Em 1928 as classes produtoras estiveram muito atentas a este papel privilegiado e pedagógico da imprensa, não somente pelo investimento que as Associações Comerciais direcionaram para manter seus órgãos de imprensa próprios, como também pelo seu uso estratégico: em vez de compilar os debates do seu Congresso em Anais, para dar maior visibilidade ao Congresso de 28, às suas teses, debates e conclusões, optaram por noticiá-lo diariamente pela imprensa.

A iniciativa de empresários e políticos em possuir seu veículo de imprensa, pode ser entendido a partir de Le Goff:

> "**a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder**. Tornarem-**se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas**. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p.368. **Grifos** nossos).

Assim, a notícia, os jornais registram, documentam, criam memória. E vimos que além da escolha do que será ou não noticiado, as notícias carregam intencionalidades, efeitos de persuasão e adesão, e são montadas sob e para interesses privados veiculados para o público como se de interesse público.

Portanto, a imprensa permite veicular a representação de um grupo dominante como representação pública, que se quer como opinião pública, servindo, portanto, como um campo

de disputa de poder, o poder de influenciar e afetar os acontecimentos, a realidade e a constituição da memória.

Logo, questionar a parcialidade e intencionalidade dos documentos advindos da imprensa, tais como jornais e periódicos, se faz necessário. No entanto, a crítica normalmente direcionada aos documentos da imprensa, Le Goff alerta que a crítica deve ser feita a todo e qualquer documento, pois

> **O documento não é inócuo**. **É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem**, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram. (...) **O documento é monumento**. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (...) **É preciso começar por desmontar**, demolir esta montagem, desestruturar esta construção **e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos** (LE GOFF, 1990, p. 472-473. **Grifos** nossos.).

A concepção de documento como resultado de uma montagem permite-nos refletir sobre a maneira como sociedades e instituições organizaram e gerem seus documentos, e sobre as escolhas do que decidem exibir ou ainda reservar, ocultar.

E entender o documento – qualquer que ele seja – como montagem, implica também perceber que a maneira como ele é apresentado, disposto, também é uma montagem. Seja em jornais diários, seja em uma sala especialmente mobiliada para exibi-lo (figura 3 desta dissertação), pois

> **o que transforma o documento em monumento: a sua utilização pelo poder**. (...) Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. (...) o **historiador** do seu **dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento**. **O documento** não é qualquer coisa que fica por conta do passado, **é um produto da sociedade que fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder** (LE GOFF, 1990, p. 470. **Grifos** nossos).

Assim, o entendimento do documento como monumento, como montagem, permite ao pesquisador criticar: a presença do documento, a intencionalidade de selecionar publicar tal informação, a forma como ele foi apresentado, e perceber as variações a partir de onde e quem o publicou e decidiu arquivá-lo, mantê-lo como memória.

Ao pesquisador/historiador cabe também fazer um balanço das presenças e ausências, pois ambas não foram estabelecidas pelo acaso, mas pela ação humana, como nos lembram os historiadores dos Annales:

> Faço também notar que a reflexão histórica se aplica hoje à ausência de documentos, aos silêncios da história. Michel de Certeau analisou com sutileza os "desvios" do historiador para as "zonas silenciosas" (...) penso que **é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se** sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e **fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos** (LE GOFF, 1990, p. 90. **Grifos** nossos).

Assim, podemos entender que a ausência de registros compilados e anais do Congresso de 1928, que o diferencia dos Congressos anteriores; essa ausência não foi por acaso, e sim constituiu uma escolha, a escolha das Classes Produtoras em fazer uso estratégico da imprensa para publicá-lo e assim atingir um público maior e instigar no mesmo as representações sobre as teses/temas debatidos atreladas aos seus interesses.

Logo, por todo o exposto, justificamos nossa escolha de tomar os periódicos das classes produtoras (seus jornais, atas, relatórios) como fonte pertinente para captar nos mesmos as representações - sobre o trabalho e os trabalhadores - que interessava às classes produtoras irradiar ao final dos anos 20. Assim, o uso da imprensa como fonte para identificar e analisar estas representações, coaduna-se aos objetivos desta dissertação apresentados na Introdução.

Esperamos neste capítulo termos conseguido explicitar a operação historiográfica do percurso de acesso às fontes, de como foi realizada esta busca, com suas técnicas e desafios próprios. E, uma vez que as fontes foram localizadas, como se deu a formação e o emprego de técnicas para organizá-las por categorias em quadros, e apresentados os referenciais teórico-metodológicos para uso deste tipo de fonte.

Isto posto, torna-se necessário conhecermos a estruturação do Congresso de 28: as suas diferenças em relação aos congressos anteriores, as especificidades na maneira como ele foi organizado e divulgado, e como foi estruturado em suas teses, comissões e dinâmica de debates, é a proposta para o capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

O CONGRESSO DE 1928

> É necessário cumprir seu dever para com os mortos. (...) Escrever é o que resta, numa marcha "interminável" onde se repete o acontecimento que não tem (teve) lugar (CERTEAU, 2011, p. 287 e 292).

> O mesmo movimento de construção da República é, intrinsecamente, o movimento de construção de representações de trabalho e trabalhador, de cidadão e de cidadania (GONÇALVES, p. 223 IN: CARVALHO; FARIA FILHO (ORGS.), 2019, Vol. 3).

2.1 O I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola e suas especificidades

A proposta deste capítulo é identificar no corpus documental – criado segundo a operação descrita no capítulo 1 – as representações que emergiram nos debates das teses do Congresso, nas categorias ligadas aos temas trabalho e trabalhadores, com vistas a perceber sobre os mesmos permanências e deslocamentos ao final da década de 20 do século XX.

Em outras palavras, trazer aquela população do território social representada na materialidade do jornal: sejam aquelas gentes que falam na pompa da primeira página, em letras destacadas e até com o luxo das fotos e ilustrações. Sejam os falados e mal falados, aqueles e aquelas vozes nas e das bordas, nos cantos de página e da cidade, nas notas e não nos destaques, vozes menores, em letras pequenas, mas que insistem e voltam, que repetem mensagens e acontecimentos das bordas para o pesquisador e leitor, que ressoam e que o tempo não conseguiu calar.

Este capítulo está estruturado em três partes. Na primeira, traremos informações gerais sobre o I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, buscando apontar sua singularidade em relação aos Congressos anteriores (de 1903 e 1923). Em seguida trataremos da maneira como o Congresso foi organizado e divulgado pelas Associações Comerciais, e por último apresentaremos suas teses, comissões e a dinâmica dos debates.

Identificamos no levantamento bibliográfico anterior duas teses que dedicaram algumas de suas páginas ao I CCIA. Em ambas, tanto a tese de Vieira (1984) como a de Faria (1992), interpretaram o Congresso das classes produtoras de 1928 e os outros a que ele deu origem (II e III conforme quadro no capítulo 1), como uma resposta das elites mineiras ao complexo contexto do final da década de 20.

Vieira (1984, p. 50-61) tratou os Congressos (de 1928 a 1930) no tópico "Formas de Organização e de Mobilização das Classes Dominantes: os Congressos da Década de 20" dentro do primeiro capítulo "A Constituição de um projeto de Dominação 1927/1930".

Percebe-se na recorrente utilização dos termos "classe", "dominação", "burguesa", "ideologia", "hegemonia" bem como no farto aporte de números, tabelas e argumentação com base na economia, uma proximidade com a perspectiva do materialismo histórico e da história econômica.

O estudo de Faria (1992, p. 202 - 215) dedicou ao CCIA de 1928 um subtópico próprio dentro do tópico "Os Congressos de Classe", por sua vez parte do capítulo "Projeto de Desenvolvimento: cenários de enunciação".

Conceber os Congressos como "cenário de enunciação", local onde serão enunciados discursos, indicia uma perspectiva historiográfica que considera o papel da linguagem, dos grupos e da cultura. Na introdução, Faria (1992) citou Jacques Revel, um dos autores da História Cultural que trabalhou a noção de escalas, para justificar o enfoque do seu estudo na história e na singularidade de Minas Gerais.

O Congresso não foi somente um evento, foi também um palco, um auditório no sentido da retórica, onde grupos vocalizavam e debatiam discursos que incidiriam posteriormente sobre a realidade, seja por meio da imprensa ou da criação de leis, instituições e políticas públicas.

Ambos os estudos são valiosos, não somente por sua raridade em analisar o I CCIA (I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola), como também pela variedade de suas lentes historiográficas. Vieira nos oferece motivações e um quadro mais geral ao tomar o I CCIA de 1928 como o início de uma ofensiva das elites mineiras ao quadro percebido pelas mesmas como de ameaças ao final dos anos 20.

Faria (1992, p. 1) ao buscar "recuperar as particularidades do acontecer histórico mineiro ao longo da Primeira República", usou o termo "Projeto de Desenvolvimento" e não "Projeto de Dominação". Essa perspectiva dos Congressos como cenários para enunciação de projetos de desenvolvimento foi corroborada pela historiografia, e usada não somente para abordar do I ao III CCIA ao final da década de 20, uma vez que o Congresso das classes produtoras de 1903, liderado por João Pinheiro, foi tratado como "origem do desenvolvimentismo em Minas Gerais", como verificamos nas obras de Dulci[15]:

---

[15] DULCI, Otávio Soares. João Pinheiro e as origens do desenvolvimentismo mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). Minas e os fundamentos do Brasil moderno. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

> A crise econômica da passagem do século motivou a iniciativa do Congresso de 1903, e foi aí que se iniciou a escalada política das elites mineiras em direção ao comando da República. Objetivo alcançado em 1906 mediante o lançamento do nome de Afonso Pena, cuja candidatura inaugurou o rodízio do "café com leite" (DULCI, 1999, p. 206).

Nesta mesma perspectiva, Silva (2021) afirma que o Congresso de 1903, ou "Congresso Agrícola, Industrial e Comercial" aparece em diversos trabalhos[16] historiográficos, como marco do aparecimento de um debate sobre o ensino profissional com ênfase na instrução agrícola, que resultou na concretização de políticas públicas voltadas para esse tipo de ensino, a partir do governo de João Pinheiro.

Se o Congresso de 1903 foi o marco do aparecimento do debate do ensino profissional com ênfase na instrução agrícola, a tese de Faria (1992) tomou o Congresso de 1928 ou I CCIA como sua "baliza final", pois "para o tema do ensino agrícola, o evento de 1928 representou momento especial, o que reforçou as razões de tê-lo tomado como baliza final do presente estudo" (Faria, 1992, p. 212).

Gonçalves (2004) corroborou esta perspectiva:

> Na sequência das orientações do Congresso de 1903, resguardando as especificidades dos vários contextos diferentes, as propostas para o ensino agrícola se mantiveram até o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928, quando novas perspectivas para o setor educacional alcançaram situações menos agraristas, assumindo, nesse caso, o caráter de formação profissional mais ampliada (GONÇALVES, 2004, p. 65).

Buscaremos, adiante, discutir como o Congresso de 1928 tratou do Ensino Profissional, reforçando esta concretização das políticas públicas para o Ensino Agrícola afirmada por Silva (2021) e os elementos que apontaram um novo momento (Gonçalves, 2004), uma nova ênfase, e que justificaram a periodização de Faria (1992).

Não somente na historiografia, como também nos jornais, duas décadas depois, em 1927, centralizada na primeira página do Diário do Commercio, continuava presente a memória do Congresso de 1903 e a atuação de João Pinheiro quanto aos problemas relativos à economia e ao trabalho em Minas Gerais, conforme lemos:

---

[16] SILVA (2021) citou como exemplos os trabalhos de Silva (2007), Almeida (2009) e Machado (2010), a tese de Miguel Arroyo (1982) e o artigo de Faria Filho (1990). Acrescento também outros estudos que abordaram a importância do Congresso de 1903, contudo sem o foco específico na instrução agrícola: Dutra (1990), Barros (2007), Barbosa (2012) e ainda Croce (2013).

> DIARIO DO COMMERCIO
> Immigração e Colonização
> Talvez porque lhe parecesse sufficiente **às necessidades do trabalho e da producção o braço escravo de que se valia** - o certo é que só **depois de 13 de maio** teve o nosso Estado a previsão perfeita da necessidade de cuidar, seriamente, do **problema da colonização, já para substituir *o factor alijado pelo imperativo de uma lei generosa***, já para conseguir equiparar-se às demais províncias no tocante ao seu augmento demographico por via immigratoria. (...)
> Exhauridos os seus thesouros, libertados os seus escravos, a evidencia impunha maior coefficiente de energia coordenadora, mais intensiva e atilada actuação em correspondencia com as difficuldades decorrentes da situação excepcional creada pela "lei áurea" quanto à necessidade de "braços para a lavoura".
> Apesar de várias tentativas nesse sentido, logo no início do actual regímen, o problema da colonização, em Minas, **só encontrou a sua definitiva estabilização nos planos e nas iniciativas do governo João Pinheiro**, que, pela sua notável previsão e pelo seu formidável atilamento e descortino, conseguiu imprimir, num impulso de notável repercussão, a mais vigorosa e percuciente energia directiva à dymnamisação dos serviços attinentes à maior amplitude das formidáveis possiblidades econômicas do nosso Estado. (...)
> Como complementares a taes iniciativas - **depois levadas ao Congresso Industrial e Agrícola de 1903 - não tardou egualmente que se tornassem effectivas várias medidas** directamente subordinadas à obra administrativa iniciada sob tão promissores auspícios.
> João Pinheiro procurara, com avisado designio, **tornar favorável o ambiente em que devia desenvolver-se a actividade do estrangeiro immigrado** que, em troca de relativas condições de adaptação que lhe eram proporcionadas, trazia o contingente do trabalho e da actividade em prol de uma obra administrativa de elevada significação - uma larga e bem comprehendida **política de expansão econômica (...)"** (Diário do Commercio, 9 de novembro de 1927. **Grifos *nossos***).

O interesse em retomar a memória de João Pinheiro, enaltecido nesta matéria do jornal Diário do Commercio, no qual o colunista volta ao passado, ao registro de uma crise anterior e seus mecanismos de combate à mesma, como foi do Congresso de 1903 liderado por João Pinheiro, sinaliza a premência de uma nova crise e de problemas relativos à economia, ao trabalho e trabalhador, ao final da década de 20 em Minas Gerais.

Cabe observar no jornal acima, a representação das classes produtoras sobre a questão da escravidão com um foco econômico, relacionando a escravidão à questão do trabalho e da produção. Observamos na adjetivação da Lei Áurea como "lei generosa", a representação da abolição com vistas a exaltar a ação da monarquia, silenciando sobre o processo abolicionista que envolveu, além dos escravizados enquanto protagonistas, outros agentes da sociedade que mobilizaram diversas táticas de resistência e combate durante todo o período em que vigorou oficialmente a escravidão no Brasil.

Usamos o termo “oficialmente”, porque a promulgação da Lei Áurea não significou seu pronto cumprimento em todos os rincões do país[17]. E, retomando Chartier, percebemos a permanência de lutas de representações sobre o próprio processo abolicionista; bem como a permanência de representações escravocratas por meio da continuidade de práticas no âmbito das relações de trabalho e relações sociais que estruturaram a sociedade brasileira por séculos, e ainda estão por ser plenamente superadas no país.

O jornal de 1927 expressou a continuidade de uma representação do ex-escravizado de modo a reforçar o discurso de uma diferença negra, sobretudo na consideração que fez do ex-escravo como um alijado. Sobre a diferença negra explicita Barros:

> Outro ponto importante a se destacar é que, na medida em que se desentrelaçavam as noções de negro e de Escravo – esta última a ser desconstruída pelo processo da abolição – nem por isso houve necessário recuo do discurso que opunha desniveladamente a Diferença Negra à Diferença Branca. **É impressionante como o discurso científico da época, e isto perdura até as três primeiras décadas do século XX**, amparava-se ainda na ideia de inferioridade da “raça negra”. (...)
> O discurso de uma Diferença Negra que estaria assinalada por uma pretensa inferioridade do negro, em contraposição à ideia de que o que ocorria na verdade era uma inferiorização do negro ocasionada pela Desigualdade Escrava, manteria seus partidários para além da abolição, da mesma maneira que tinha suas raízes fincadas nas décadas precedentes (BARROS, 2008, p. 219. **Grifos** nossos.).

A referência, no texto do jornal, ao ex-escravizado como “alijado” a ser substituído pelo imigrante no novo regime de trabalho assalariado evidencia a representação que as classes produtoras[18] direcionavam aos ex-escravizados como menos preparados ao trabalho livre do

---

[17] Vide a obra “Torto Arado”, de Itamar Vieira Júnior, Doutor em Geografia, funcionário público do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e escritor. Este romance literário venceu os prêmios Jabuti e Oceanos no ano 2020, e tratou das práticas escravocratas ainda presentes nas relações laborais e outros tipos de opressão no campo.
O autor, ao ser entrevistado, afirmou que “as relações de servidão ainda são muito presentes no campo brasileiro [...] Isso remonta ao nosso passado escravagista mal resolvido, que nos legou um racismo estrutural e relações de trabalho muito precárias, principalmente onde o Estado está ausente, a Justiça está ausente — e aí eu falo do campo brasileiro". Entrevista ao DW em 15. Mar. 2021 e disponível em < https://www.dw.com/pt-br/torto-arado-reflete-passado-escravagista-mal-resolvido/a-56851069>. Acesso em 28 abril de 2021.
O estudo de Fernandes (2021) aponta que a obra de “literatura, como veículo para acessar traumas e processar as experiências que os desencadearam, ajuda a reposicionar a população negra na história, não como vítimas, mas como agentes construtivos de suas próprias identidades em resposta às opressões e violência a que foram e ainda são submetidos”. Fernandes, Joyce. O Legado Traumático da Escravidão em Torto Arado. *Revista Entrelaces* V. 11, Nº 23. Jan.- Mar. (2021) . Disponível em: < http://www.periodicos.ufc.br/entrelaces/article/view/60511>.

[18]Aqui estamos tratando das representações sobre o pós-abolição na perspectiva das classes produtoras, mas na historiografia outros trabalhos se propõem a perceber o pós-abolição a partir das expectativas e ações dos libertos, considerando diferenças regionais, alertando que o caso paulista que privilegiou o trabalho imigrante não pode ser tomado como o todo brasileiro (lembremos das diferenças dentro do estado de MG com a noção de mosaico mineiro de regiões tratada por John Wirth e citada amplamente na historiografia), pois haviam diferenças do

que o imigrante. O termo indicia a ação de excluir ou preterir o ex-escravizado em relação ao imigrante no novo cenário de mercado de trabalho predominantemente livre e assalariado, bem como da sociedade brasileira que se constituiria a partir dali. Lembrando que um ano depois ocorreu o golpe que instaurou a o regime republicano no país.

O uso da palavra "alijado", "alijamento", "alijar" no dicionário[19] apresenta dois significados: "tornar menos pesado, aliviar a carga" e enquanto termo náutico ligado à marinha significa "lançar [ao mar] (carga, artilharia etc.), por força maior, para aliviar o navio; arremessar (ao mar)". Assim, o termo nos remete diretamente ao tráfico negreiro.

Obras clássicas da historiografia, tal como a de Luiz Felipe de Alencastro[20], fogem ao padrão de perceber a formação do Brasil como simples resultado da mundialização capitalista europeia, e credita a formação do Brasil ao caráter singular do tráfico negreiro transatlântico. Os brasílicos (sejam fluminenses, pernambucanos, paulistas etc.) tornaram-se os maiores operadores do comércio de escravizados dentro do Império ultramarino português.

A anuência da coroa portuguesa e as relações amistosas com as elites econômicas brasileiras ajudam a explicar uma independência *sui generis* tal como a brasileira: o Brasil independente a partir de 1822 manteve o príncipe português como seu Imperador do Brasil. E, claro, houve a manutenção da escravidão, bem como do tráfico negreiro. Diante da crescente pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos, o Império brasileiro reagia com as famosas "leis para inglês ver"[21], cujo efeito foi postergar o fim da sua prática ao longo do século XIX no Brasil Imperial. E, assim, sabemos que o Brasil foi o último país do mundo ocidental a deixar de praticar a escravidão oficialmente. Não foi coincidência o fato de que:

> (...) a supressão do tráfico de escravos é acompanhada quase que simultaneamente por leis que regulamentam o acesso à propriedade da terra – leis estas que, na prática,

---

significado da abolição a partir de muitas variáveis, dentre elas "a liberdade alcançada com o fim legal da escravidão teve significados diferentes para ex-escravos urbanos e rurais", como alertou o estudo:
RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Revista Topoi*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

[19] Dicionário de Português da Google - Oxford Languages and Google. Copyright © 2021 Oxford University Press. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>.

[20] ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

[21] Barros no artigo *"Emancipacionismo e abolicionismo - Tensões de um debate no Brasil escravista"*, exemplificou:
"(...) também as pressões internacionais contra o tráfico atlântico, que haviam conduzido à instituição em 1831 a uma primeira lei anti-tráfico – a Lei Feijó, uma "lei para inglês ver" que praticamente permaneceu letra morta – e posteriormente ao já mencionado fechamento do tráfico em 1850, o que por um outro lado estimula depois desta data não apenas o contrabando como também o 'tráfico interno', com o deslocamento de escravos do norte para o sul (das zonas de açúcar, por exemplo, para as áreas do café, estas em plena ascensão)" (BARROS, 2008, p. 14).

> vedam ao homem livre pobre a possibilidade de se tornar um pequeno proprietário. Desde a década de 1850, então, quando a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre já se colocava de forma incontornável (...), delineia-se uma política clara de condicionar esta transição a um projeto mais amplo de continuação da dominação social dos proprietários (CHALHOUB, 2001, p. 46).

Como vimos, não é sem sentido afirmarmos que o efeito da abolição, sobretudo pela Lei Áurea, em Minas Gerais, algumas décadas depois, ainda se fazia sentir nos debates sobre trabalho, instrução, produção, economia no Congresso das Classes Produtoras de 1903, assim como no Congresso de 1928.

Tomando o mesmo ano de 1927 como foco de análise, as classes produtoras atentas aos "ventos preocupantes, soprados das áreas urbanas" (Borges, 1996, p. 92) se uniram e demandaram leis para conter o seu efeito multiplicador. Estes "ventos preocupantes", entendidos como a agitação dos trabalhadores ao final dos anos 20, também explicam a retomada do pensamento de João Pinheiro no jornal das classes produtoras, se lembrarmos de sua frase e concepção: "(...) da ordem como condição de progresso e do Progresso como desenvolvimento da ordem" [22] (João Pinheiro da Silva, 1904).

De alguma forma, podemos afirmar que tal pensamento se tornou recorrente na Primeira República[23] tal como Ribeiro Júnior (2008) nos ajuda a compreender:

> A República, que aparecia como condição da prosperidade e felicidade, deveria obstar os perigos da ação revolucionária, restringindo a participação popular, significando, portanto, ordem sem cidadania; progresso sem distribuição equânime das rendas nacionais.
> **A participação popular na ordem republicana deveria restringir-se à conformação do mundo do trabalho** (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 11. **Grifos** nossos).

---

[22] SILVA, João Pinheiro. Cesário Alvim. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Ideias políticas de João Pinheiro.* Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. P. 157-166.

[23] Nesta dissertação utilizaremos o termo "Primeira República" para designar o período da história republicana brasileira compreendido entre os anos de 1889 (momento de proclamação da República) a 1930 (momento de alterações do regime republicano, dentre elas a centralização e fortalecimento do governo federal).
A partir do estudo de Gomes, Abreu (2009) optamos por não utilizar o termo "República Velha" por entender que o mesmo embute uma adjetivação pejorativa, "velha", que segundo as autoras foi erigida pelos ideólogos autoritários das décadas de 20 e 30 e amplamente difundida durante o regime autoritário do Estado Novo (1937-1945) para desqualificar a experiência republicana anterior como "velha", "desorganizada", "caótica", e silenciar uma série de experiências de participação política e cultural de atores sociais diversos - tais como trabalhadores, intelectuais, o patronato, as classes médias e populares – em sua capacidade e iniciativas de associativismo.
Neste trabalho, ainda que perscrutemos os discursos e representações vocalizados pelo empresariado em seus Congressos ao final da década de 20, não ignoramos que estes discursos, bem como a própria realização dos Congressos e seus desdobramentos, articularam-se a uma diversidade de atores sociais e institucionais que buscamos considerar.

Tal excerto permite-nos aceder que os Congressos das Classes Produtoras foram de fato "cenário de enunciação" de propostas e debates sobre o mundo do trabalho. E seus desdobramentos influenciaram ações governamentais, como constatamos no Congresso de 1903 cuja Comissão Fundamental fora liderada por João Pinheiro e quando da sua eleição a presidente do estado mineiro, este colocou em ação diversas demandas elencadas no Congresso, tais como aquelas visando ao aumento da produtividade por meio do ensino profissional agrícola que gerou diversas iniciativas, uma delas foi a criação das Fazendas-modelo (Gonçalves, Versieux, 2015), ou ainda alterações mais amplas no âmbito educacional, tal como a instituição do ensino técnico primário:

> (...) a reforma de 1906 levou para dentro do ensino primário a formação profissional (...) Depois de alguns anos de experiência, a relação ensino primário e profissional teve desdobramento. Com o Decreto n. 3.191, de 9 de junho de 1911, o então Ensino Técnico Prático Profissional passou a ser configurado como Ensino Complementar, cujo fim era ampliar e integrar o primário, com "caráter acentuadamente profissional", conforme aludido nos arts. 340 e 343 do regulamento. Com a reforma, essa modalidade de ensino ganhou nova forma e ampliou, assim, seu âmbito de atuação na formação tanto da atividade na agricultura e no campo quanto na atividade industrial, nos grandes centros populosos (GONÇALVES; CHAMON, 2012, p. 166).

Retomando as diferenças de interpretação sobre o I CCIA especificamente, este foi entendido por Vieira (1984) como o *início* de uma atuação mais contundente do empresariado e por Faria (1992) como o *fim de uma defesa mais agrarista* em um novo cenário de crescimento urbano. Entretanto, essa tensão início/fim, continuidade/ruptura, permanência e mudança, são oximoros para os quais encontramos explicação em Borges[24] (1996):

> Esta conjugação do par continuidade/mudança pode ser explicada em função da adoção de uma tipologia de simbiose entre tradição e modernidade, a qual torna o caso brasileiro próximo de outras experiências de construção da modernidade. (...) a explicação das singularidades do caso brasileiro devem ser buscadas em seu próprio processo histórico.(...)
> Ao tornar visíveis certos indicadores de modernidade, como a construção do Estado-nação, a abolição da escravidão, o sufrágio universal, a proclamação da República, (...) estes "expertos" da construção da história do processo de desenvolvimento nacional não se esquecem de ressaltar **que as mudanças ocorridas e/ou em curso foram outorgadas e tuteladas por homens abalizados para garantir o progresso da nação.** Assim, a intenção de atribuir visibilidade ao novo (moderno), não é suficiente para ocultar o velho (tradição). Isto significa que, **se, por um lado, a mudança é um fator concreto dos vários momentos-chave do processo de mudança, por outro, o fator continuidade também o é** (BORGES, 1996, p. 88. **Grifos** nossos).

[24] BORGES, Maria Eliza Linhares. A diáspora dos trabalhadores rurais mineiros: direitos civis e cidadania. *Varia História*, Belo Horizonte, n.º 15, mar. 1996, p. 87-101.

Na sequência, apresentaremos um pouco da ação dos proprietários, dos *"homens abalizados*", como citado no excerto, homens que aparecem nas primeiras páginas dos jornais ao final dos anos 20. Ou seja, trazer as ações do empresariado mineiro, liderado pelas Associações Comerciais de Belo Horizonte e Juiz de Fora, e Centro Industrial de Juiz de Fora, em torno do Congresso de 1928.

2.2 ACMinas e ACEJF nos preparativos para o I CCIA: arregimentação, representação política e instrumentalização da imprensa

Os integrantes do empresariado se agrupavam e se organizavam por meio de associações de classe, as Associações Comerciais, voltadas para a defesa de seus interesses, dentre eles, o progresso econômico.

Ao final da década de 20, o empresariado buscou a união de todos os seus segmentos como instrumento de pressão:

> E esta união é concretizada nos Congressos, realizados, respectivamente, em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Itajubá, cidades-chaves da economia do estado, onde se acompanhará a formulação das diretrizes (...) para o atendimento das suas reivindicações (VIEIRA, 1984, p. 8).

Ainda a autora destacou entre as Associações, a importância da ACMinas (Associação Comercial e Empresarial de Minas) sediada em Belo Horizonte, que para o empresariado mineiro "irá se constituir, paulatinamente num centro formulador e irradiador das propostas de luta conjunta e para a concretização de suas demandas" (Vieira, idem, p. 11).

No livro de Pereira; Faria (2001) sobre o Centenário da ACMinas, encontramos a menção a Vieira (1984) para justificar a iniciativa de realização e a importância do Congresso de 28. Vejamos:

> A ideia de realização do Congresso em 1928 partiu da ACMinas, da Associação Comercial de Juiz de Fora e do Centro Industrial daquela cidade, fundado em 1926. Com base na análise de Vieira e na documentação da época, é possível inferir que o Congresso de 1928 representou, para o empresariado mineiro, o coroamento de uma fase e o início de outra, em seu processo de autoconstrução enquanto classe. O primeiro indício da nova fase foi a própria convocação do Congresso.
> No início do século, já é sabido, o "toque de reunir" soara do interior dos centros de decisão do Estado, convocando a todos para o Congresso de 1903. **No final dos anos 20 o toque soou do interior das entidades de classe, com o objetivo de conclamar seus integrantes à ação conjunta** no enfrentamento dos obstáculos interpostos à defesa de seus interesses. (...)

> **A sutil rejeição ao patrocínio oficial ficou evidenciada na classificação do evento como "Primeiro Congresso Comercial, Industrial e Agrícola**", desconhecendo, claramente, o evento de 1903. Subjacente ao chamamento de 1928, estava, segundo Vieira, a questão social, que se originava na acelerada organização dos trabalhadores no Brasil e em Minas. (...) Ratificando o discreto apoio do Governo Mineiro ao Congresso, o jornal "Minas Geraes" divulgou e publicou com destaque a temática proposta por seus organizadores (PEREIRA; FARIA, 2001, p. 34. **Grifos** nossos).

O texto afirmou que "a ideia de realização do Congresso em 1928 partiu da ACMinas, da Associação Comercial de Juiz de Fora e do Centro Industrial daquela cidade". E ainda destacou a peculiaridade deste Congresso que "soou do interior das entidades de classe, com o objetivo de conclamar seus integrantes à ação conjunta".

Ou seja, enfatizou-se que este Congresso surgiu da iniciativa, convocação e patrocínio do empresariado, e não do interior do Estado, como em congressos anteriores. Tal fato "revelou que o associativismo pregado em 1903 se tornara realidade em Minas e mostrou a maturidade social e política das classes conservadoras em se legitimar enquanto sujeito histórico" (Faria, 1992, p. 202).

E a ação conjunta dos integrantes destas associações verificou-se não somente na partilha da ideia de realização do Congresso de 28, ou ainda na ênfase de sua classificação como "Primeiro Congresso Comercial, Industrial e Agrícola", como também ocorreu nas ações para a sua concretização: seja na partilha dos custos e das tarefas para a sua organização, na partilha das representações sobre problemas/teses a serem enfrentados, como também no seu fomento e divulgação por meio de seus veículos de imprensa.

Assim, os líderes empresariais de ambas as associações comerciais, de Belo Horizonte e Juiz de Fora, dispunham de jornais[25] onde veicularam suas notícias para mobilizar a realização do Congresso de 1928. Nestes jornais verificamos a prática do compartilhamento e troca de notícias entre estas associações. Notícias que serão exemplificadas a seguir.

Barros (2007, p. 41) chama atenção para a importância do Jornal Gazeta Comercial como veículo de imprensa das classes produtoras. Da mesma forma, Bastos (1996) também registrou a relevância da Gazeta Comercial para a história da ACEJF:

---

[25] A ACMinas ao final dos anos 20 dispunha para veicular notícias de seu interesse dos jornais Diário do Comércio - propriedade de Lauro Jacques, presidente da ACMinas na época - e do jornal O Momento, administrado por Jair Negrão de Lima, secretário da ACMinas.
A ACEJF por sua vez, possuía um jornal de sua propriedade, a Gazeta Comercial, órgão oficial para divulgar suas notícias e eventos, dentre eles, o Congresso de 1928, e por isso a Gazeta Comercial constituiu fonte fundamental para esta pesquisa.

> Como a preocupação do presente estudo foi uma abordagem histórica da Associação Comercial de Juiz de Fora durante os cem anos de sua existência, não se teve a preocupação de fazer inferências ao se tratar de determinados pontos (...). Aproveita-se apenas a oportunidade para anotar ou registrar alguns merecedores de um aprofundamento, em que este livro se apresenta como base informativa. Eis alguns:
> - Juiz de Fora no preciso momento da fundação da Associação Comercial (....)
> - **A "Gazeta Comercial", órgão oficial da Associação, de divulgação diária, sua montagem, seus grandes problemas** (...) (BASTOS, 1996, p. 11. **Grifos** nossos).

Bastos (1996), no livro sobre o Centenário da ACEJF, dedicou um tópico ao estudo do jornal Gazeta Comercial, desde a sua criação no ano de 1923 pela ACEJF e abordando os diversos problemas financeiros que o jornal trouxe à Associação, relatados desde junho de 1925, e que levaram à "votação ou não da venda da Gazeta Comercial" (Ata da ACEJF de 10 de maio de 1927).

Essas dificuldades foram dirimidas a partir de julho de 1927, quando em Assembleia Geral Extraordinária, decidiriam designar ao "Presidente da Associação a administração do Jornal" e, na_mesma Assembleia, votaram uma nova Diretoria. Esta nova Diretoria, sob a presidência de José Carlos de Moraes Sarmento, reverteu a situação do jornal Gazeta Comercial que de fonte de dificuldades, passou a gerar lucro para a ACEJF:

> **A Diretoria, sob a presidência do dr. José Carlos de Moraes Sarmento**, trabalhou com afinco e em silêncio, conseguindo dar aos associados um clima de tranquilidade e confiança. O certo é que, **ao término do período administrativo**, foi convocada uma Assembleia Geral Ordinária. (...) Também **não passou despercebido à Comissão de Contas o lucro líquido apurado na exploração do jornal "Gazeta Comercial"** de RS 2:395$140. (...) o Cel. Olímpio Pinto Reis pediu a palavra e propôs a reeleição total da Diretoria, sendo aprovado em aclamação unânime. (....) Encerrou-se assim a Assembleia de 16 de julho de 1930 (BASTOS, 1996, p. 51. **Grifos** nossos).

A seguir, constatamos o compartilhamento de notícias entre as lideranças das Associações Comerciais de Belo Horizonte e Juiz de Fora, por meio da publicação comum nos seus jornais, conforme sublinhado na figura abaixo:

FIGURA 7 – Notícia sobre o Congresso de 1928 do jornal Diário do Comércio reproduzida no Jornal Gazeta Commercial em 21 de janeiro de 1928

Gazeta Commercial

ORGAM DO COMMERCIO, LAVOURA E INDUSTRIA

Propriedade da Associação Commercial de Juiz de Fóra

Juiz de Fóra — Terça-feira, 21 de janeiro de 1928

ciação Commercial de Juiz de Fóra

Congresso Commercial, Industrial e Agricola do Estado de Minas

Do Diario do Commercio, de Belo Horizonte:

«O proximo Congresso Commercial, Industrial e Agricola que a Associação Commercial de Minas e suas congeneres de Juiz de Fóra vão realizar, dentro de breve tempo, nesta capital, vae ser incontestavelmente uma grande, uma luminosa obra de patriotismo.

A notavel assembléa, em que se fará ouvir, por intermedio de autorizados representantes, o justo reclamo das classes productoras do Estado, vae marcar o

com olhos de observador desinteressado, procure conhecer a realidade da situação.

Os esforços do commercio, da industria e da lavoura de nosso Estado têm até hoje permanecido dispersos, sem unidade de vistas, ora feitos isoladamente por individuos, outras vezes ainda agindo isoladamente as associações.

Não se formou, por ora, a força invencivel que resulta da combinação, em um derivativo de todas as energias dispersas.

Não se creou ainda o rigoro-

Associação

pregados

Fechament

Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Na figura, observamos a notícia sobre o Congresso de 28 em destaque na primeira página da Gazeta Commercial, em posição central, e seu conteúdo reproduziu a notícia do jornal Diario do Commercio, de Belo Horizonte. Dessa forma, como se pode verificar, os integrantes das Associações comerciais compartilhavam e veiculavam notícias de interesse comum em seus jornais.

Esta notícia compartilhada apresentou um tom laudatório e festivo com vistas a enaltecer o Congresso, e assim não somente o noticiou, como também fez a sua publicidade. Desse modo, os líderes das Associações Comerciais de Belo Horizonte e Juiz de Fora, utilizaram dos veículos de imprensa disponíveis para divulgar e fomentar a realização do Congresso de 1928.

Além disso, o jornal Diário do Comércio, atestava ser um veículo de vocalização dos interesses das classes produtoras em seu próprio título, pois observamos na figura a seguir, logo abaixo do nome do jornal "Diario do Commercio" aparece "Órgão da Lavoura, Industria e Commercio". Vejamos a sua primeira edição obtida na Plataforma Linhares[26]:

[26] A tabela com o Levantamento dos jornais da Plataforma Linhares sobre o Congresso de 28 consta nos quadros Anexos desta dissertação.

FIGURA 8 – 1ª página da 1ª Edição do Diário do Comércio (1 de novembro de 1927)

Diario do Commercio

ORGÃO DA LAVOURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

PROPRIEDADE DA EMPREZA MINEIRA DE PUBLICIDADE

Bello Horizonte, 1 de Novembro de 1927

ANNO I | NUMERO 1

DEPUTADO LAURO JACQUES | «DIARIO DO COMMERCIO» | A TRIBUTAÇÃO DO POVO

Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Na figura, no seu canto superior esquerdo, encontramos a matéria com o título “Deputado Lauro Jacques”. Nesta matéria lemos:

> O DIARIO DO COMMERCIO, **fundado para reflectir o pensamento e as aspirações das classes conservadoras de Minas**, não podia, por isso mesmo, deixar de trazer a expressão da sua solidariedade, na justa homenagem que ora lhe tributa, ao illustre deputado sr. Lauro Jacques, director da Empreza Mineira de **Publicidade** e **Presidente da Associação Commercial de Minas** (**Grifos** nossos).

E no mesmo jornal, na coluna ao lado, com o título "DIARIO DO COMMERCIO" constou:

> Objectivando um ponto de vista de elevado alcance **economico**, que é a defesa das classes **conservadoras de Minas, conforme se evidencia do seu próprio título**, O DIARIO DO COMMERCIO não precisa, por isso mesmo, traçar, em detalhes, o programma que lhe há de servir de norma à acção." E finaliza: "não lhe faltarão apoio decidido e a solidariedade inflexível do Commercio, da Lavoura e da Industria de Minas, **em nome de cujos interesses acaba de surgir** (**Grifos** nossos).

Se o jornal da ACEJF, Gazeta Commercial, fora fundado em 1923, os dois jornais a serviço da ACMinas foram criados somente em 1927: o Diario do Comercio, empresa do

presidente da ACMinas, Lauro Jacques. E este outro, “O Momento”, descrito também a serviço das classes produtoras, conforme lemos:

> Diz ainda que nesse dia também visitou a Associação o Dr. José Carlos de Moraes Sarmento, presidente da Associação Commercial e do Centro Industrial de Juiz de Fora.
> Em seguida o sr. Presidente lembrando o aparecimento a 7 do corrente do **órgão das classes conservadoras de Minas – “O Momento”** – pede a todos os presentes que dediquem os seus esforços afim de que esse jornal possa ser coroado do mais completo êxito.
> O sr. Jair Negrão de Lima, na qualidade de gerente d’“O Momento”, faz um apelo a todos os diretores no sentido de fornecerem, com a possível urgência, listas de comerciantes, industriais e agricultores do interior, que posam ser assignantes do jornal que vem se bater em prol dos seus interesses (Ata da ACMinas, 15 de setembro de 1927. **Grifos** nossos).

Segundo registro do CPDOC[27], Lauro Jacques fora eleito Deputado Federal pelo Partido Republicano Mineiro em maio de 1927. Logo em seguida, em novembro, como vemos acima, criou seu próprio jornal, “Diario do Commercio”, em defesa das classes conservadoras.

Esses jornais, ligados as classes produtoras, como temos visto, funcionavam como *locus* de representação das classes, assim como mantenedores dos seus interesses. Essa assertiva encontra respaldo nos estudos e na conferência de Bontempi Jr. (2021) sobre a imprensa[28] no Brasil, quando analisou a sua origem no país a partir de empresas privadas, de indivíduos e famílias que utilizavam a imprensa como instrumento para que seus interesses privados fossem veiculados como se fossem de interesse público.

Vieira (1984) corroborou esta instrumentalização da imprensa pelas classes produtoras:

> Assim, articulam-se e elaboram-se posições ideológicas que se mostram fundamentais tanto para o controle do comportamento dos atores dominados, quanto para assegurar a coesão no interior dos próprios grupos dominantes. Com este objetivo, a burguesia mobiliza uma série de recursos específicos que asseguram a produção e a divulgação de um conjunto de ideias que conformam o seu projeto político (...) **a sua mobilização é reforçada pela criação e/ou ampliação de instrumentos destinados a reproduzir o conteúdo de seus procedimentos: seja através da imprensa, seja através da organização de congressos da classe, como os realizados entre 1928 e 1930** (VIEIRA, 1984, p. 47. **Grifos** nossos).

---

[27] Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JACQUES,%20Lauro%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em 25 de abr. de 2021.

[28] Conferência realizada em 14 de janeiro de 2021 como “Aula 3 – Educação e Imprensa” do Curso “Educação e Nação no Bicentenário da Independência, no canal do Youtube do Portal do Bicentenário, disponível em: <https://www.youtube.com/c/PortaldoBicentenário>.

E, como dito anteriormente, a parcialidade destes órgãos de imprensa os tornam ainda mais pertinentes a esta pesquisa, por vocalizarem diretamente as representações, visões de mundo e interesses das classes produtoras.

Sobre a noção de representação, Chartier (2002, p.23) argumenta que esta noção "pode ser a pedra angular de uma abordagem a nível da história cultural" por permitir ao historiador apreender os significados que a representação articula com o mundo social a partir de três modalidades:

> Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, **as práticas que visam fazer reconhecer** uma identidade social, exibir uma maneira de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma **posição**; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns "**representantes**" (instâncias colectivas ou pessoas singulares) **marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe** ou da comunidade (CHARTIER, 2002, p. 23. **Grifos** nossos).

Amparados em Chartier, podemos entender o uso da imprensa por parte dos membros das classes produtoras como também uma prática que visava a se fazerem reconhecer na sociedade de sua época, e nesse fazer, utilizaram a imprensa para veicular a autorrepresentação que desejavam irradiar.

Outra estratégia empregada pelas classes produtoras foi marcar sua presença no aparato legislativo do Estado por meio de seus representantes. A ofensiva das classes conservadoras mineiras junto ao legislativo federal com a candidatura e vitória de Lauro Jacques animou as mesmas a continuar neste intento, inclusive colocando a necessidade de união e maior representação política como a 1ª Tese a ser discutida no I CCIA.

A candidatura de Lauro Jacques ficou registrada nos documentos da ACMinas:

> Pede a palavra o Sr. Eduardo Dalloz Furett e propõe que seja lançada a candidatura do sr. Preisente Lauro de Oliveira Jacques, em nome das classes conservadoras e apoiada pelo brilhante órgão "Correio Mineiro". Essa proposta é aprovada sob estrondosa salva de palmas dos presentes (Ata da ACMinas, B. Horizonte, 20 de janeiro de 1927).

E ainda em outra Ata, deixou explícita a intenção das classes produtoras de ocupação do Legislativo por meio de seus representantes. Vejamos:

> O sr. Presidente Lauro Jacques (...) faz referência e cita factos sobre a victoria de sua candidatura em Fevereiro do ano passado.
> Essa victória, diz o sr. Lauro Jacques, teve menos a virtude de assignalar a força de que já dispõe a Associação Commercial, do que revelar, de modo positivo, **a possibilidade de se conseguirem triumphos maiores, effectivando uma representação imprescindível, como sejam as das classes conservadoras nos órgãos legislativos do paiz.**
> O Sr. Lauro Jacques, continuando as suas considerações, expõe aos presentes que, desde a época da victoria da sua candidatura, a Associação Commercial de Minas começou a intensificar o serviço de alistamento eleitoral, aparelhando-se de meio para esse fim (Ata da ACMinas, 1 de março de 1928. **Grifo** nosso.).

Esta ofensiva das classes produtoras no sentido de marcar lugar com seus representantes – como apontado por Chartier – sobre as instâncias do poder legislativo, ocorria não somente no nível federal, como constatamos com a eleição do deputado Lauro Jacques. O mesmo deputado defendia a importância de representação das classes produtoras também no Conselho Deliberativo[29] da capital mineira. Vejamos:

> O Sr. Lauro Jacques comunicou à casa o motivo da reunião, que é para se organizar o serviço de propaganda eleitoral, a favor dos 3 candidatos indicados pela Associação Commercial, para membros do **Conselho Deliberativo. Faz sentir a necessidade de nossa classe ter ali os seus representantes, aonde são julgados todos os nossos interesses.** Haja visto o que se está passando agora com relação ao extraordinário augmento dos impostos e, portanto, **chegou o tempo de não mais deixar-nos correr à revelia a composição do referido Conselho**. (..)
> Em seguida lê uma carta dos srs. Drs. Pedro Aleixo, Álvaro Pimentel e Jarbas Vidal Gomes, pedindo o nosso apoio às suas candidaturas, pessoas essas que muito nos auxiliaram no pleito de 24 de fevereiro. Entretanto acho que oficialmente não podemos (...); muito embora tenhamos 3 nomes disponíveis em nossas cédulas; mas que deveria dar-lhes alguma votação, sem nenhum caracter official (Ata da ACMinas, 19 de março de 1927. **Grifos** nossos.).

Cabe mencionar a ata da ACMinas que registrou o início das deliberações sobre o I CCIA um ano antes da sua realização. Nela lemos:

> Pede a palavra o Sr. Lauro Jacques, que se achava presente, afim de agradecer a visita que lhe fez uma comissão de diretores em nome da Associação Commercial, no seu

[29] Conforme o site da Câmara Municipal de Belo Horizonte, o Conselho Deliberativo de Belo Horizonte "que foi o primeiro órgão legislativo da nova capital, começando a atuar em 1900, apesar de eleito pelo povo, atuava somente com a função de discutir e votar o orçamento e os impostos propostos pelo prefeito. Em 1930 (...) o Conselho Deliberativo foi fechado. Quatro anos depois, o governo federal (...) aprovou a Constituição de 1934. Esta Constituição permitiu abrir de novo as casas legislativas, sendo que a de Belo Horizonte voltou a funcionar em 1936, com o nome de Câmara Municipal e com mais poder para tratar dos assuntos locais". Fonte: site da Câmara Municipal de Belo Horizonte, disponível em: < https://cmbh.mg.gov.br/A-Câmara/memoria>. Acesso em 25 de abr. de 2021.

> regresso do Rio. Trata da organização do Serviço Eleitoral e do Congresso do Commercio, Industria e Lavoura. Propõe que seja convidado o Sr. Jair Negrão para servir de Secretário do Congresso (Ata da ACMinas, Belo Horizonte, 19 de Maio de 1927).

A comunicação entre ACEJF e ACMinas era intensa, como demonstram as atas de reuniões de Diretoria. Eis como a comunicação aparecia nas pautas das reuniões: "Lida e aprovada a acta da sessão anterior, passou-se ao expediente, que constou do seguinte: (...) cartas: do Sr. José Carlos de M. Sarmento sobre o próximo Congresso do Commercio, Industria e Lavoura". (Ata da ACMinas de 11 de agosto de 1927).

A autorrepresentação das classes produtoras, como lideranças patrióticas—que necessitavam unir-se para a resolução dos problemas da economia do país, foi usada para justificar o I CCIA. Na Gazeta Comercial foi reproduzido o artigo do Diário de Minas, exibindo, nessa prática, a união entre os órgãos de imprensa e seus proprietários, respectivamente ACEJF e ACMinas. Vejamos:

> GAZETA COMMERCIAL, 21 de janeiro de 1928
> Do Diario do Commercio, de Bello Horizonte:
> "O próximo Congresso Comercial, Industrial e Agrícola que a Associação Commercial de Minas e suas congeneres de Juiz de Fora vão realizar, dentro de breve tempo, nesta capital, vae ser incontestavelmente uma grande, uma luminosa obra de **patriotismo**. (...) A notável assembléa, em que se fará ouvir, por intermedio de autorizados representantes, o justo reclamo das classes productoras do Estado, vae marcar o início de uma éra nova em que as fecundas energias do povo mineiro terão uma expansão mais ampla e mais poderosa. (...)
> Mas se tantos e tão prementes problemas estão a desafiar uma solução urgente (...) por que não se age, desde logo, com tenacidade e constancia afim de conseguir lhes uma solução? (...) **Os esforços do commercio, industria e da lavoura de nosso Estado têm até hoje permanecido dispersos, sem unidade de vistas**, ora feitos isoladamente por indivíduos, outras vezes ainda agindo isoladamente as associações.
> (...) E é justamente, por isso, tendo em vista a situação em que encontram actualmente o commercio, a industria e a lavoura, que o próximo Congresso Commercial, Industrial e Agricola vae assignalar perspectivas para o futuro das classes productoras do Estado" (Jornal Gazeta Commercial de 21/01/1928, p. 1. **Grifos** nossos.).

No trecho acima, verificamos a justificativa para a instalação do Congresso como uma necessidade de união de esforços, ultrapassando ações isoladas de indivíduos ou associações para um enfrentamento conjunto dos problemas, elencados sob as teses a serem debatidas no evento.

Na seção de "Notas e Comentários" da página 2 do mesmo jornal, outro motivo apareceu para justificar o Congresso e a união das classes produtoras: o enfrentamento à questão

tributária, pois "os tributos crescem anno para anno. (...) Nova mentalidade se vae formando, e as classes trabalhadoras verificam ser inútil protestar, se esse protesto não for formulado nas corporações legislativas, por intermédio de representantes seus, que façam sentir o valor de seu voto". (Jornal Gazeta Commercial de 21/01/1928, p. 2). A questão tributária foi elencada como uma das Teses do I CCIA.

O estudo de Dulci (1999) corroborou esta necessidade e justificativa para a realização dos Congressos das classes produtoras, conforme se pode ver no excerto:

> Um ângulo não foi ainda explorado de modo sistemático pelos estudiosos: o da construção e evolução de espaços tecno-empresariais de discussão, de formulação e até mesmo de iniciação de projetos desenvolvimentistas. Tais espaços constituem eixos de aglutinação de membros das elites empresarial, técnica e acadêmica, ocorrendo também a participação ocasional de interlocutores do meio político. Até os anos 50 observamos quatro espécies de fóruns com essas características. (...)
> O primeiro é o dos **congressos das "classes produtoras".** O primeiro em 1903, o segundo e terceiro ao final da Primeira República, em 1928 e 1930, quando já se observava a tendência à diferenciação de interesses entre os segmentos rurais e os urbanos (industriais, comerciais e financeiros). **Eles serviam para reforçar uma estratégia de frente única na defesa dos interesses da classe e para ampliar sua capacidade de intervenção diante do Estado** (DULCI, 1999, p. 179. **Grifos** nossos.).

Verificou-se uma ampla cobertura da imprensa acerca do I CCIA desde o ano anterior, 1927, bem como a repetição do argumento da necessidade de união de forças como justificativa para a realização do mesmo, conforme noticia o jornal "O Momento":

> É preciso, pois, que **nos congreguemos todos, a fim de que as energias, unidas em uma só e grande força**, formem e consolidem o órgão dinâmico, que há de **promover a conquista de nossas** justas **reivindicações**. Inúmeros assuntos de interesse para o comércio e a indústria serão ali debatidos. (...) Até aqui as aspirações das classes produtoras, em virtude da própria dispersão que as caracteriza, raramente têm alcançado êxito seguro. Os protestos se fazem isoladamente e, por isso, desprovidos da força invencível que provém da unidade de pontos de vista, resultam na maioria dos casos vãos e estéreis (O Momento, Belo Horizonte, 13 out. 1927. In: VIEIRA (1984, p. 50) **Grifos** nossos.).

Além das notícias nos jornais, a movimentação em torno do Congresso também acontecia nos bastidores, conforme registraram as Atas de Diretoria das Associações Comerciais.

Na Ata de 19 de abril de 1928, lemos:

> Faz um apelo aos Srs. Directores para que compareçam à reunião de domingo próximo, já convocada, fazendo da mesma a maior propaganda entre a classe, a fim de termos uma assembléa concorrida, a qual **vae escolher os representantes do município de Bello Horizonte no Congresso Commercial, Industrial e Agrícola** (Ata da Diretoria da ACMinas, 19 de abril de 1928. **Grifos** nossos.).

E, na Ata de reunião da mesma ACMinas, em 3 de maio de 1928 encontramos:

> O Sr. Jair Negrão de Lima, secretário geral da **Comissão Executiva** do Congresso, pede a palavra para fazer as suas expressões com o que o Sr. Antonio Ribeiro de Abreu se dirigiu aos presentes.
> Expõe demoradamente o brilhante êxito que vão tendo os esforços da Comissão Executiva. E termina manifestando o seu enthusiasmo cada vez mais pela grandiosa iniciativa do Congresso e a convicção de que os trabalhos dos Srs. Diretores muito concorrerão para o brilho ainda maior da assembléa de 27 de maio.
> Logo em seguida, cada um dos srs. **Diretores se propôs a fazer a propaganda do Congresso em municípios de suas relações, tendo logo feito uma distribuição para esse fim, dos municípios que ainda não adheriram ao Congresso**, entre os presentes (Ata da Diretoria da ACMinas, 3 de maio de 1928. **Grifos** nossos.).

Pelo excerto acima percebemos a capilarização das informações, ações e projetos das lideranças das classes produtoras pelos municípios do Estado. Essa articulação da ACMinas e ACEJF a se espraiar pelos municípios ao final dos anos 20, foi descrita por Borges (1996):

> As elites dirigentes regionais deixaram de lado, pelo menos momentaneamente, idiossincrasias e insolidarismos e reuniram-se para debater e propor estratégias comuns de ação. No ano de 1928 foram realizados 4 Congressos Municipais Regionais no estado; em maio do mesmo ano foi realizado o I Congresso Industrial, Comercial e Agricola Minas Gerais (Faria,1992:206). Nos Congressos municipais os interesses do setor primário foram listados e ordenados em uma pauta de ação, imediatamente encaminhada as duas casas do legislativo mineiro por seus representantes políticos (BORGES, 1996, p. 92).

Assim, entendemos que os Congressos Municipais serviram como meio de articular os municípios por região dentro do Estado mineiro, como uma espécie de preparatório para o I CCIA, mobilizando e arregimentando todas as regiões do "mosaico mineiro"[30] para, juntas, na Capital em 1928 enfrentarem o contexto de complexidade e ameaças ao final dos anos 20.

---

[30] Termo criado pelo brasilianista John Wirth (1982) e amplamente utilizado na historiografia sobre Minas Gerais. Segundo Costa; Matos (2020, p. 10) em Minas Gerais havia "grande diversidade interna, com sistemas econômicos regionais de autonomia variável e que dificilmente se conectavam, característica que levou ao brasilianista John Wirth (1982) a denominar a província de "mosaico mineiro".

2.3 As Teses, a Comissão Organizadora e a dinâmica dos debates

Para entendermos como se deu instalação e a dinâmica do Congresso de 1928 trataremos dos sujeitos ilustres e ilustrados que constaram nas primeiras páginas dos jornais e nas Atas de Diretoria das Associações empresariais.

Para isso, utilizaremos excertos dos jornais categorizados com o tema "Congresso" para buscar perceber a dinâmica dos debates, e se houve distinção na maneira como os jornais oficiais das Associações e da imprensa em geral trataram o Congresso.

Na primeira página, o Presidente da ACEJF veiculou no jornal da Associação a movimentação em torno da instalação do I CCIA:

> Partiu para Bello Horizonte o senhor dr. José Carlos de Moraes Sarmento, presidente da Associação Commercial de Juiz de Fora e do Centro Industrial de Juiz de Fora, que ali foi tomar parte nos trabalhos preliminares do grande Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, a reunir-se proximamente naquella capital. (...)
> A sessão preliminar do referido congresso, na qual deverão ser assentadas as bases da grande assembleia, realizar-se-á hoje. Nella serão apresentadas as theses as serem discutidas" (Gazeta Commercial, 5 de fevereiro de 1928).

As theses do I CCIA foram noticiadas pela ACEJF no dia 23 de fevereiro de 1928:

> Está marcado para a primeira quinzena de maio o CCIA. (...) A Comissão Executiva, eleita a 5 do corrente mez, vem se reunindo regularmente em Bello Horizonte para o estudo das medidas necessárias ao bom resultado do emprehendimento. Em reunião do dia 19 resolveu admitir os seguintes grupos de theses:
> 1º
> a) Necessidade de união das classes conservadoras do Estado e os meios de conseguil-a.
> b) Necessidade de representação política das classes conservadoras; meios efficazes para alcançar esse objectivo; o desenvolvimento e arregimentação de suas forças eleitoraes.
> 2.º As tarifas das estradas de ferro e os meios de barateal-as; electrificação da Central.
> 3º O regimen tributario.
> 4º O credito agrícola. A estabilização.
> 5º O ensino profissional.
> 6º A legislação Commercial, suas falhas e deficiências.
> 7º A defesa do café
> 8º A legislação social.
> 9º As vias de communicação
> A todos aqueles que se interessam pelo congresso tomo a liberdade de solicitar a apresentação de theses devidamente redigidas, terminando por uma conclusão que deverá ser discutida e votada pelo congresso.
> José Carlos de Moraes Sarmento
> Presidente da Associação Commercial e do Centro Industrial de Juiz de Fora (Gazeta Commercial, 23 de fevereiro de 1928).

Segundo Pereira e Faria (2001, p. 37) a realização do Congresso ficou a cargo de uma Comissão Organizadora composta por 19 líderes do empresariado mineiro, presidida por Sebastião Augusto de Lima, ex-presidente da ACMinas. A tese de Faria (1992) listou os membros da Comissão Organizadora do Congresso de 1928:

QUADRO 9 - Lista com os nomes da Comissão Organizadora do Congresso de 1928 por atividade econômica

NOME	ATIVIDADE ECONÔMICA
1. Antonio Gonçalves Gravatá	Comerciante
2. Antonio Ribeiro de Abreu *	Industrial
3. Antonio dos Reis Meirelles	Fazendeiro
4. Augusto Botelho Junqueira	Fazendeiro
5. Cristiano F. Teixeira Guimarães *	Industrial-banqueiro
6. Eduardo Dalloz Furett	Comerciante
7. Genaro Vidal Leite Ribeiro	Industrial
8. Jair Negrão de Lima	Comerciante
9. José Carlos de Moraes Sarmento	Industrial
10. José Procópio Teixeira Filho	Comerciante
11. Lauro Gomes Vidal *	Comerciante-Industrial
12. Lauro Jacques de Oliveira	Comerciante-Industrial
13. Olimpio Pinto Reis	Fazendeiro
14. Saint Clair de Miranda Carvalho	Industrial
15. Sebastião Augusto de Lima *	Industrial-banqueiro
16. Severino Costa	Industrial
17. Theodulo Leão	Comerciante
18. Teofilo Ribeiro *	Fazendeiro-industrial
19. Victorino Dias	Industrial/banqueiro

Ex-diretores da SMA (Sociedade Mineira de Agricultura)
Fonte: quadro elaborado por Faria (1992, p. 204)

Consideramos que para buscar compreender a atuação dos sujeitos da Comissão Executiva, suas ações e discursos no I CCIA, torna-se necessário investigar o sujeito do discurso (posicionado e inserido numa temporalidade e vida social). Ou, nas palavras de Gonçalves[31] (2020):

> Qualquer discurso não pode ser apreendido desencarnado da sua historicidade, pois a sua produção se deu num tempo específico com todas as repercussões e contradições próprias da realidade complexa onde se deu.

[31] GONÇALVES, Irlen A. Discurso político sobre a Educação Profissional. 41min10s. Youtube, Canal PPGEP IFRN, 26 jun. 2020. 1h30min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GH2wGJbPsZs>. Acesso 01 fev. 2021.

> De igual maneira, os sujeitos dos discursos precisam ser considerados, uma vez que trazem consigo as marcas da sua *história de vida*, as marcas da sua *formação*, de seu *pertencimento geracional*, as marcas do *grupo* que se filia (...). O conhecimento do sujeito poderá ser feito via biografia, estudos itinerários e, caso envolva mais de dois sujeitos, a *prosopografia* poderá ser um elemento útil para captar esses sujeitos a partir dessas várias dimensões (GONÇALVES, 2020, 41'10. *Grifos* nossos.).

A Comissão Organizadora foi composta por dezenove sujeitos representantes das classes produtoras listados acima. Assim, por tratar-se de um grupo, para conhecer um pouco sobre esses sujeitos, buscaremos aplicar a técnica indicada por Gonçalves (2020): a prosopografia.

Segundo Lawrence Stone (2011):

> A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes (...) com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto com outras formas de comportamento ou ação. (...) A prosopografia: formaria o elo perdido entre a história política e a história social (STONE, 2011, p. 134).

Importa ainda considerar o estudo de Monteiro (2014) que problematizou os diferentes usos da prosopografia, como método ou técnica em diferentes campos científicos. A autora afirma que no campo da História houve:

> (...) uma apropriação da abordagem prosopográfica (...) para ampliar seu foco de ação, abarcando os diversos grupos sociais situados historicamente. Entretanto, tanto no campo das Ciências Sociais, quanto da História, a prosopografia será considerada um método ou uma técnica auxiliar de pesquisa conforme a construção do objeto de investigação (...) o peso e a importância que o pesquisador atribuir a este modo de abordagem cientifica (MONTEIRO, 2014, p. 20).

A partir do quadro de Faria (1992) realizamos breve esforço de pesquisa prosopográfica acerca dos membros da Comissão Executiva do Congresso de 1928 em dicionários biográficos do ICAM (Instituto Cultural Amílcar Martins) e em outras referências que resultaram no Quadro 10 - Dados biográficos dos integrantes da Comissão Organizadora do Congresso de 1928, nos anexos.

A partir das informações contidas neste Quadro com Dados biográficos nos Anexos, podemos tecer algumas observações sobre os membros da Comissão Executiva do Congresso de 1928: percebemos pontos característicos e tendência de deslocamentos no âmbito da atividade produtiva e no âmbito da formação das elites produtoras.

Dos 19 membros da Comissão Organizadora do I CCIA, identificamos que 12 eram industriais, e destes, 5 da indústria têxtil.

No âmbito da atividade produtiva, dentre os 12 industriais, observamos que quase metade dedicava-se à atividade produtiva da indústria têxtil. Tal fato aponta a importância da indústria têxtil na história do desenvolvimento industrial de Minas Gerais. Corrobora essa importância o estudo sobre a origem e o desenvolvimento da indústria em Minas Gerais do século XIX até a primeira metade do século XX em que "destacaram-se três setores: a mineração aurífera subterrânea, a siderurgia e a indústria têxtil" (Paula, 2002, p. 6). Quanto à caracterização do setor têxtil em Minas Gerais:

> Dentre os setores enumerados pelas estatísticas, **o têxtil pode ser considerado o que mais se beneficiou da exploração de mão-de-obra barata**, obtendo maior rendimento no valor final do produto e menor emprego de capital no processo de produção. Por causa da facilidade de operação das máquinas, não havia necessidade de qualificação dos trabalhadores, **favorecendo o emprego de mulheres e crianças nas fábricas** (ALMEIDA, 2005, p. 55. **Grifos** nossos).

Corroboraram este amplo emprego de mulheres e crianças nas indústrias têxteis, Gonçalves e Nogueira (2018):

> Concomitantemente ao processo de formação da classe operária, acentuou-se o processo de industrialização, especialmente o desenvolvimento do setor têxtil, onde as dificuldades de constituição dessa classe foram muitas, principalmente se considerarmos que o proletariado emergente conviveu, lado a lado, com o trabalhador cativo, com o liberto, com o trabalhador não remunerado e com **crianças e mulheres, em sua grande maioria** (GONÇALVES, NOGUEIRA, 2018, p. 17. **Grifos** nossos).

No âmbito da formação das elites, observamos, no início da República, o padrão de cargos de liderança serem ocupados por profissionais com formação no Direito. Na esfera da política mineira esta característica foi apontada por Gonçalves (2015) quando analisou as mensagens dos presidentes do Estado enviadas ao Legislativo referentes a projetos de República e de Educação Profissional, e averiguou que dos 15 presidentes que o fizeram, 12 eram formados em Direito. Na esfera das classes produtoras, dos 19 membros da Comissão Organizadora do I CCIA, 4 eram advogados.

Observamos também o crescente número de Engenheiros, 4 na Comissão, sendo vários deles fundadores ou ligados à crescente indústria siderúrgica.

Verificamos que os municípios de origem dos membros da Comissão Executiva constam importantes cidades no âmbito econômico e político: Juiz de Fora, Belo Horizonte, Ouro Preto, Diamantina.

Observamos entre vários membros da Comissão do I CCIA a característica denominada por Dulci (1990) de "polivalência das elites", que se manifesta na dedicação a vários ramos distintos de atividades, onde verifica-se que o "padrão comum [era] o da circulação de quadros do setor privado para o setor público e vice-versa". (Dulci, 1990, p. 106).

Interessante que Dulci analisou a circulação do setor privado para o público e depois do público para o privado, justamente a partir de dois membros da Comissão do I CCIA: o advogado Jair Negrão de Lima e o deputado Daniel de Carvalho, respectivamente.

Na análise da relação Estado-Empresariado, Dulci (1990) alertou que tomar a ocupação profissional "oficial" dos membros da elite pode gerar distorções que "levam a subestimar a presença do empresariado no aparelho de Estado".

Dulci (1990) citou o estudo de Vieira (1984) ao defender que o empresariado aparece, se analisado atentamente, como um setor social ativo, organizado e influente ao longo do processo de modernização de Minas. Assim afirma:

> Todas as questões debatidas pela burguesia envolvem tomadas de posição a respeito da forma e curso das lutas no interior do processo histórico. Por isso não existe uma lacuna ou ausência do empresariado neste momento de transição de base econômica. Sua atuação consiste, sim, num passo importante em direção a uma nova organização da sociedade (VIEIRA, 1984, p. 61 apud Dulci, 1990, p. 100).

Como se vê, para Dulci, a elite empresarial mineira foi bastante atuante no período de transição aqui tratado, dos anos 20 para 30, bem como na transição seguinte, quando apontou:

> No plano político, porém, o empresariado regional manteve-se aparentemente como força organizada, como se infere da análise de Heloisa Starling sobre a insurreição das elites mineiras contra o governo Goulart. Em sua investigação, Starling fornece sólida base empírica à hipótese da presença ativa da classe no processo político, ainda que tal presença se tenha deliberadamente desenvolvido na penumbra. O alto grau de eficácia das elites empresariais, em aliança com setores auxiliares, nessa conjuntura, demonstra que a proposição de Evantina Vieira, acima citada, aplica-se com igual validez para os anos 60 (Dulci, 1990, p. 101).

Dulci afirma a existência em Minas Gerais de uma elite empresarial bastante ativa na cena política, inclusive no plano nacional.

Em 1 de março de 1928 a Gazeta Comercial informou os nomes dos relatores

responsáveis por conduzir os debates sobre cada tese do I CCIA:

QUADRO 11 - Lista de Relatores das Teses do I CCIA

Número	Tese:	Relator:
1	a) Necessidade de união das classes conservadoras do Estado, meios de conseguil-la; b) Necessidade de representação política das classes conservadoras; meios eficazes para alcançar esse objetivo; o desenvolvimento e arregimentação de suas forças eleitoraes.	Deputado Lauro Jacques[32]
2	As tarifas das estradas de ferro; meios de barateal-as; a electrificação da Central,	Dr. Frederico Alvares da Silva[33]
3	O regimen tributário	Dr. José Eduardo da Fonseca[34]
4	a) O crédito agrícola b) Estabilização.	Dr. Juscelino Barbosa[35]
5	O ensino profissional	Dr. Fidelis Reis[36]
6	A legislação comercial; suas falhas e deficiências	Dr. Rodolpho Jacob[37]

[32] Lauro de Oliveira Jacques: seus dados biográficos encontram-se no Quadro 10 (Dados biográficos dos integrantes da Comissão Organizadora do Congresso de 1928) nos Anexos.

[33] Na tese de Silva (2016) encontramos menções a Frederico Augusto Álvares da Silva, "industrial, que no Congresso [de 1903] integrou a comissão de tecelagem" (p. 116), "diplomado em engenharia" (p. 184), cujo "pai era senador em Minas, foi indicado para exercer o cargo de engenheiro civil da 7ª circunscrição das obras públicas pouco depois de ter-se diplomado" (p. 121). Ele escreveu sobre as indústrias manufatureiras em que indicou "entre outras questões, as necessidades de formar engenheiros (...) e oferecer instrução profissional ao trabalhador" (idem, p. 170).

[34] Dados biográficos não localizados.

[35] Juscelino Barbosa nasceu no município de Minas Novas (MG), no dia 13 de junho de 1875, e faleceu em Belo Horizonte (MG), a 9 de outubro de 1947. Formou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1894, e em Ciências Sociais pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1896. Com apenas 21 anos, elegeu-se deputado federal no ano de 1895. Durante o período compreendido entre 1898 a 1903, exerceu o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Teófilo Otoni (MG), cidade em que fundou e dirigiu o semanário Mercure. Nos anos de 1902 e 1903, foi Chefe de Polícia e Comandante-geral da Brigada Policial de Minas Gerais. No período entre 1903 a 1905, foi Advogado-Geral do Estado, e, em 1905, foi o primeiro Prefeito, por nomeação, do município de Poços de Caldas (MG). Em 1908, dirigiu a fiscalização de rendas do estado e, em seguida, dirigiu a Secretaria da Fazenda até 1910. Foi um dos fundadores do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, em 1911. Neste mesmo ano, fundou a Companhia Industrial e Agrícola Riacho Fundo e presidiu a Sociedade Mineira de Agricultura. Em 1912, foi Inspetor do Governo Federal, junto a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, e Diretor da Rede Sul-Mineira de Viação, em 1916. De 1912 a 1930, regeu a cátedra de Direito Comercial, de Legislação Comparada e de Direito Romano na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Jornalista de intensa atividade, **lançou, em 1928, com Pedro Aleixo e Álvaro Mendes Pimentel, o jornal Estado de Minas, do qual foi o primeiro diretor.** Fonte: Arquivo Público Mineiro, disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=59>. **Grifos** nossos.

[36] Será tratado no Capítulo V, em tópico próprio.

[37] Rodolpho Jacob nasceu na cidade de Grão Mogol, em lº de julho de 1870. Filho do comendador João Júlio Jacob e de Ana Florinda Gomes Jacob. Em Paris cursou humanidades. Ao retornar ao Brasil, revalidou os cursos realizados no estrangeiro, bacharelando-se na primeira turma da Faculdade de Direito, em Ouro Preto, de que foi

7	A defesa do café	Deputado Ribeiro Junqueira[38]
8	A legislação social	Deputado Daniel de Carvalho[39]
9	As vias de comunicação	Dr. Arthur Guimarães[40]

Fonte: jornal Gazeta Commercial, 1 de março de 1928

o orador. Durante o curso, casou-se com Maria Vicentina Chaves, filha de Antonio Gonçalves Chaves, presidente da Província, Senador Federal e Diretor da nossa primeira Faculdade de Direito. Foi catedrático do antigo Ginásio Mineiro (1894 a 1933), hoje Colégio Estadual, onde lecionou grego e francês. Graças ao seu fluente francês, Jacob tornou-se intérprete dos governadores do Estado, quando estes recebiam autoridades de outros países em visita a Minas Gerais. Já em 1922, respondeu pelas festividades comemorativas do Centenário da Independência. Jacob substituiu Afrânio de Melo Franco (1922 a 1925) na Faculdade de Direito, tornando-se, ainda, professor de Economia e Finanças (1931), Direito Público (1932) e Direito Romano (1934 a 1936). Dotado de excepcional conhecimento jurídico, como professor e advogado, foi convocado a participar da elaboração da Constituição Estadual em 1934. Rodolpho Jacob faleceu em 20 de agosto de 1946. Fonte:< https://ihgmg.org.br/>.

[38] Deputado Ribeiro Junqueira foi Promotor de justiça. Bacharel Faculdade de Direito de São Paulo,08/12/1893. Mandatos (na Câmara dos Deputados): Deputado(a) Federal - MG, PRM, Dt. Posse: 30/05/1927; 02/05/1903; 02/05/1906; 05/05/1909; 02/05/1912; Deputado(a) Federal - 1915-1918, Dt. Posse: 03/05/1918; Posse: 03/05/1921; Dt. Posse: 03/05/1924; Dt. Posse: 22/05/1930; Deputado(a) Federal - (Constituinte), MG, PP, Dt. Posse: 14/11/1933.

Mandatos Externos: Deputado(a) Estadual. Período: 1895. Atividades Profissionais e Cargos Públicos: Presidente, Centro Republicano Mineiro e da Sociedade Mineira de Beneficência; Promotor Interino, Leopoldina, MG; Presidente, Conselho Distrital, Leopoldina- MG; Agente Executivo; *Fundador das seguintes Organizações*: Companhia Leiteria Leopoldinense, Casas Bancárias Ribeiro Junqueira, Companhia Fiação e Tecidos Leopoldinense; Rep. do Conselho Nacional do Café; Secretário da Agricultura; Fundador "A Gazeta de Leopoldina", 1895. Fonte: < https://www.camara.leg.br/deputados/4602/biografia >.

[39] Deputado Daniel de Carvalho: Advogado; Fac. de Direito de Belo Horizonte, 1909. Jornalista. Mandatos: Deputado(a) Federal - MG, PR , Dt. Posse: 02/05/1927; Deputado(a) Federal - MG, PR , Dt. Posse: 22/05/1930**;** Dt. Posse: 14/11/1933; Posse: 02/05/1935; Dt. Posse: 05/02/1946; Deputado(a) Federal - MG, PR , Dt. Posse: 11/03/1951; Dt. Posse: 14/06/1955. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal, na legislatura de 1946-1956, para assumir o cargo de Ministro da Agricultura, de 1946 a 1950. *Atividades Profissionais e Cargos Públicos:* Assessor Jurídico da Secretária de Agricultura de Minas Gerais, 1913; Catedrático de Direito Civil, Faculdade de Direito da Universidade Católica; Catedrático de Instituição de Direito Privado, Faculdade Nacional de Ciências Econômicas; Inspetor da Fazenda Federal; Fiscal do Loide Brasileiro, 1912-1913; Consultor jurídico da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, 1913; Advogado Geral do Estado de Minas Gerais em questões de Terras Públicas, 1914; Interventor no contestado entre Minas Gerais e Espírito Santo; Oficial de Gabinete do Ministro da Fazenda Francisco Antônio Sales, 1910-1913; Chefe de gabinete do Secretário de Agricultura de Minas Gerais, Raul Soares, 1915-1917; Inspetor da Fazenda Federal no Rio de Janeiro, 1912; Representante do Governo de Minas Gerais junto a São Paulo; Assessor jurídico do Ministro da Marinha, Raul Soares, 1919-1920; **Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, 1922-1926; Consultor jurídico da Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico** e Diretor-Secretário, Companhia Siderúrgica Nacional, 1943; Ministro da Agricultura, 1946-1950; Presidente da Companhia Construtora Meridional S.A e da filial do Banco Industrial de Minas Gerais, Rio de Janeiro, DF.. Membro do Instituto dos Advogados; Membro da Sociedade de Geografia; Membro do Instituto Histórico de Minas Gerais; **Membro e Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro,** 1942-1945; Membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política, 1943-1945; Diretor e Presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1943-1946; Consultor Jurídico e membro, Conselho da Ordem dos Advogados. Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/1545/biografia>. **Grifos** nossos.

[40] Biografia não localizada.

O jornal Gazeta Commercial da data acima, afirmou que "os relatores escolhidos são todos especialistas nos assumptos confiados pela Comissão Executiva a sua competência" (idem op.cit.).

Sobre a definição da data do Congresso, houve a intencionalidade do I CCIA coincidir com a Exposição Pecuária[41] realizada anualmente no Prado Mineiro, bem como iniciar no dia seguinte ao término do Primeiro Congresso de Crédito Popular e Agrícola[42] realizado pela Secretaria de Finanças do governo do Estado. Essa estratégia facilitaria uma ampla participação dos representantes das classes produtoras concentrados na última semana de maio na capital mineira.

> Congresso Commercial, Industrial e Agrícola
> (...) O sr. Lauro Jacques lembrou a necessidade de fixar-se a data de instalação do congresso, pois necessário se torna fazer-se desde já, tal Comunicação aos diferentes municípios mineiros, muitos dos quaes são bem distantes da capital. A esse respeito foram trocadas ideas, tendo a comissão deliberado fixar o dia 27 de maio para a instalação do Congresso, época essa que, coincidindo com a da Exposição Pecuária, offerecerá encejo feliz para a presença dos congressistas na capital do Estado (Gazeta Commercial, Terça-feira, 3 de abril de 1928).

A ênfase na união das classes produtoras foi refletida na hierarquização das teses, na qual essa temática figurou como 1ª tese, a mais importante e subdividida em 2 itens. O presidente da ACEJF, semanas antes do início do I CCIA, ratificou sua relevância:

> Congresso Commercial, Industrial e Agrícola
> These 1 – Necessidadde da união das classes conservadoras. Meios de conseguila.
> **É incontestavelmente a mais importante das theses** a serem estudadas pelo Congresso Commercial, Industrial e Agrícola do Estado de Minas Geraes. É de toda actualidade e **de sua solução, a bem dizer, depende o êxito das demais**, uma vez que, adoptando determinada orientação, terá o congresso também decidido como tornar viáveis e praticáveis as deliberações outras. (....)
> É mister, porém, **sem demora, cuidar da creação de um orgam executivo**, de vigilância, **capaz de agir no momento apropriado**, dotado de elementos materiaes fartos, organizado, **apparelhado para a defesa dos grandes interesses das classes conservadoras e sempre coadjuvado, assistido, mantido e orientado pelas**

[41] Os Annais da Exposição Agropecuária de 1928 encontram-se no acervo do ICAM (Instituto Cultural Amílcar Martins) em Belo Horizonte.
[42] As teses e debates deste Congresso foram veiculadas também no jornal oficial do governo, o *Minas Geraes*, nos exemplares dos dias 26 e 27 de maio de 1928.

> **associações espalhadas pelas diversas cidades mineiras. Deve ter amplos poderes**, únicos conducentes a uma actuação firme, decisiva e enérgica quando necessária.
> **Além desse orgam central** impõe-se um regimen de estreitamento de relações de troca de idéas, de colaboração mais intensa entre comerciantes, industriaes e lavradores. Para esse fim, **pode e deve ser resolvida a realização de um congresso anual cada anno numa cidade diferente**, onde sejam discutidos, votados e solucionados os assumptos de mais palpitante oportunidade e de maior relevância para as classes denominadas conservadoras. José Carlos de Moraes Sarmento – Juiz de Fora, 8 de maio de 1928 (Gazeta Commercial, Quarta-feira, 9 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

Observa-se no trecho acima, na preocupação com a criação de um órgão executivo para organizar e centralizar as decisões, a ideia embrionária da futura FIEMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais) da qual Sarmento seria o primeiro diretor, em 1933.

O final da década de 20, em que ocorreu o CCIA, mostrou-se como um período de transição e de conflito entre o arranjo federalista – caracterizado pelo poder dos coronéis e proprietários – e o crescimento de tendências centralizadoras que marcarão o período seguinte da Era Vargas. Amparados nos conceitos de Certeau, podemos entender que a proposição de realizar o I CCIA, e seus próximos anualmente, bem como instituir posteriormente as Federações, constituíram estratégias adotadas pelas Classes Produtoras.

No Gazeta Comercial de Sexta-feira, 11 de maio de 1928, Onofre Mendes Junior expressou esse conflito e momento de transição:

> A REPRESENTAÇÃO DAS CLASSES CONSERVADORAS
> Entre as theses que serão atiradas ao tapete da discussão, no próximo Congresso Commercial, Industrial e Agrícola, a reunir-se em Bello Horizonte, afigura-se-nos de capital importância a que se refere à representação das classes conservadoras nos concílios legislativos do paiz.
> Iniciativa incommoda a certas pretensões de políticos, que já se habituaram a enxergar os seus postos de representação como privilégios (...).
> Já era tempo de sobra das **classes conservadoras compreenderem as vantagens excepcionaes que lhes poderão advir da sua representação nas assembléas legislativas**, que só agora se esboça, com os melhores prenúncios de triumpho.
> Effectivamente, constituindo talvez, a maior força dentro do paiz, **essas três classes – o commercio, a lavoura e a indústria – têm-se conservado, até agora, deante dos governos, na posição humilhante de escravos, que obedecem, passivamente, à autoridade irritante e despótica do senhor de fazenda.**
> Tendo o direito legitimo de ingressar e de pesar com a sua opinião no seio daqueles a quem está cometida a direção dos negócios públicos, as classes conservadoras se conservam à margem, num verdadeiro desperdício de energias, que ellas deviam empregar, para a defesa intransigente dos seus interesses quase sempre espezinhados por aquelles que se arrogam a prerrogativa de fazer deste paiz um feudo, onde hajam de prevalecer sobre a vontade do povo, os desejos e as ambições pessoaes de uma meia dúzia de caciques do poder, escudados na materialidade numérica de uma tropa eleitoral supinamente ignorante e absolutamente alheia ao que convém aos destinos do paiz.

> (....) E se o grande mal para essas classes tem sido essa atitude de renúncia de absoluta resignação deante de todos os golpes que, de contínuo, lhes está desferindo o governo é bem que, acordando em tempo ainda, tratem ellas de, quanto antes, arregimentar-se, para, num **movimento que se pode definir bem como um acto de legítima defesa, colocar nas assembléas deliberativas do paiz mandatários que saibam zelar por seus interesses** (...) (Gazeta Comercial de Sexta-feira, 11 de maio de 1928. **Grifos** nossos.).

No artigo acima transpareceu certo incômodo e conflito das classes produtoras com a classe política. O autor recorreu ao repertório e à memória ainda arraigada da escravidão, mesmo passados 40 anos após a abolição, à vívida imagem da relação escravo – senhor para a representação da relação entre a classe produtora na "posição humilhante de escravos que obedecem passivamente" e a autoridade da classe política, caracterizada por "irritante e despótica do senhor de fazenda".

Outro ponto interessante é a representação sobre o regime político, que o autor cita como "negócios públicos", dirigidos por "meia dúzia de caciques do poder", tomando a República de forma pejorativa. Nota-se a crítica e insatisfação com o arranjo de poder que caracterizou este período: o coronelismo, a política dos governadores que fraudava eleições, negociava votos, cargos e recursos públicos sob o arbítrio de poucos.

De forma estratégica, as classes produtoras procuravam marcar seu distanciamento entre elas e a classe dos "políticos profissionais", ainda que entre as suas lideranças era comum assumirem cargos públicos, vide Lauro Jacques, Presidente da ACMinas e Deputado Federal. Para argumentar esse distanciamento, recorriam a elencar sua "competência técnica", como veremos adiante.

A Comissão Executiva do I CCIA utilizou a imprensa para arregimentar e orientar muitos participantes para o I CCIA. Vejamos:

> A comissão executiva do Congresso Commercial, Industrial e Agrícola está desenvolvendo amplo trabalho junto aos municípios mineiros, afim de conseguir a representação das classes conservadoras de cada um delles na assembléa de maio próximo. Nas localidades onde existem associações commerciaes, industriaes e agrícolas, a comissão dirigiu-se a esses orgams de classe, pedindo-lhes enviar um representante ao congresso.
> Nos municípios, porém, em que não existem associação de classe, a comissão executiva deliberou dirigir-se aos principaes commerciantes, industriaes e lavradores da localidade, pedindo lhes a convocação de uma reunião dos elementos conservadores do município afim de designarem representantes ao congresso (Gazeta Commercial, 3 de março de 1928).

A constante propaganda e divulgação das ações da Comissão Executiva, não impediu suspeitas e críticas ao I CCIA. Para entender essas suspeitas, precisamos recorrer à memória do Congresso anterior, o Congresso das Municipalidades de 1923, que foi realizado para:

> avaliar a execução do projeto de desenvolvimento delineado em 1903. A avaliação sinalizou, para as classes conservadoras, as possibilidades que, cinco anos mais tarde, se concretizaram através do Congresso de 1928. Ou seja, as possiblidades de **tomarem as rédeas do próprio destino, rechaçando a tutela oficial**, **pelo menos no que se referisse às suas organizações e congressos.** (...)
> Para além da avaliação do projeto de desenvolvimento, o Congresso de 1923 inscreveu-se também como tentativa do governo em se fortalecer politicamente naquele início de década, quando novos ventos sociais e políticos começavam a balançar as sólidas bases do modelo vigente (FARIA, 1992, p. 198. **Grifos** nossos.).

A crítica ao governo pelo uso político do Congresso das Municipalidades de 1923, retornava em desconfiança quanto ao Congresso de 1928. Como resposta a essa situação, a Comissão Executiva do Congresso publicou artigo com o título:

> A injustiça de um conceito
> (...) É assim que **antes de políticos**, conforme se allega e se argue, os relatores das theses que serão submettidas à deliberação do congresso **são technicos de reconhecida competencia** e a cuja intelligente capacidade, por isso mesmo, se confiou a tarefa de relatar as questões que serão ali debatidas.
> Não há, pois, **nenhuma razão que autorize a suspeita** que já vae fazendo opinião de que o **Congresso Commercial, Industrial e Agricola não terá a efficencia pratica** reclamada pelas necessidades da situação econômica do Estado (Gazeta Commercial, 20 de março de 1928. **Grifos** nossos.).

Os constrangimentos impostos às classes produtoras pelo governo estadual no Congresso de 1923, mobilizaram as classes produtoras a enfatizarem a independência e a "necessidade de tomarem as rédeas do próprio destino", saindo da posição de liderados para liderarem as mudanças necessárias ao novo contexto social ao final da década. Daí a importância conferida à 1ª tese do Congresso de 1928 e a sua nomeação como Primeiro Congresso Commercial, Industrial e Agrícola.

O mesmo Onofre Mendes Júnior[43] retornou na edição do dia seguinte com outro artigo em defesa do Congresso de 1928:

---

[43] Desembargador. Nasceu aos 19 de abril de 1899, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, filho de Onofre Mendes e de D. Elisa Monteiro Mendes. Fez seus primeiros estudos em sua terra, completando-os no Distrito Federal (RJ), onde se matriculou, mais tarde, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (...) graduando-se em dezembro de 1912. A partir de 1918, até 1940, advogou em Bom Despacho, Pitangui e Belo Horizonte. Em Pitangui, fundou e dirigiu o jornal "O Bandeirante". Transferiu-se para o Rio, em 1940, e ali passou a advogar. Em 1941, assumiu, como Catedrático Interino, a cadeira de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito,

> O CONGRESSO COMMERCIAL
> Está em vias de realização **o Congresso Commercial, Industrial e Agrícola de Minas Gerais, a reunir-se, na capital do Estado, em maio vindouro**. (...) Infelizmente, porém, os nossos, a começar pelo Congresso Nacional, costumam reduzir-se a uma pomposa inutilidade. (...)
> Dahi esse platonismo que resulta quase sempre, dos nossos congressos: excellentes idéas, magnificas sugestões, extraordinários alvitres, mas tudo fica como dantes...
> **Encerrado, porém, o congresso**, fica delle uma ligeira impressão nos dias subsequentes (...) até que ninguém mais se lembra do que foi discutido, do que ficou resolvido, do que se deve fazer. A assistência, o povo, ficou satisfeito em aplaudir, e o orador, o congressista ficou pago com os applausos que recebeu...
> **As conclusões lá ficam nos annaes, dormindo o pacífico somno, no meio da poeira silenciosa dos archivos**...
> Entretanto, pela própria natureza dos assumptos que serão discutidos que serão discutidos (...) assumptos que não dão margem às divagações literárias, e devem ser encarados na sua faceta puramente realista, bem como pelos nomes dos que tomaram a si a iniciativa do grandioso certamen, **é de se esperar que ele não padeça desse mal** (...). São vastíssimos os horizontes do congresso e de real importância as questões sujeitas a sua deliberação (Gazeta Commercial, 21 de março de 1928. **Grifos** nossos).

A crítica aos "Annais dormindo nos archivos" ajuda a compreender a estratégia diferenciada da ACEJF e ACMinas em relação ao seu Primeiro Congresso: em vez de produzir Annais, utilizou a imprensa para divulgar, pouco a pouco, por meio dos seus jornais, os debates, conclusões e reverberações do Congresso e, assim, estender no tempo e na sociedade a presença e a influência do Congresso e de si mesmos.

2.4 A instalação do Congresso

Os jornais de 27 de maio de 1928, noticiaram a instalação do Congresso Commercial, Industrial e Agrícola:

> Installa se hoje, em Bello Horizonte, o Congresso Commercial, Industrial e Agrícola, promovido pela Associação Comercial de Minas, daquela capital, pela Associação Commercial de Juiz de Fora e pelo Centro Industrial de Juiz de Fora.
> Quase todos os municípios far-se-ão representar nessa grande assembléa das classes conservadoras.
> (...) **A nosso ver, a mais importante dessas theses é a primeira, porquanto dela depende o êxito das demais.** (...) Certamente, do **Primeiro Congresso Commercial, Industrial e Agrícola de Minas** resultarão benéficos resultados para as classes conservadoras do Estado, constituindo o primeiro passo para que as classes conservadoras do paiz assumam a atitude de que lhes compete nos negócios públicos,

---

regendo-a, cumulativamente, com Direito Civil, até 1946. Em 2 de fevereiro de 1946, foi nomeado Procurador Geral do Estado de Minas Gerais, cargo que exerceu até 6 de maio de 1957. A 7 de maio de 1946, foi nomeado Desembargador, com assento na Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Fonte: Revista da Faculdade de Direito da UFMG, vol. 10, 1958, p. 251. Disponível em: < https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/637>.

> com o que só terão a lucrar o Brasil e os governos bem orientados e honestos, que não podem prescindir da colaboração dessas importantes classes (Gazeta Commercial, 27 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

O trecho acima, além de noticiar a instalação do Congresso na capital mineira, frisou tratar-se do "Primeiro" Congresso, assim demarcando um duplo distanciamento: em relação à interferência do governo e à memória do Congresso anterior de 1923. Era um novo Congresso, o Primeiro, sem relação com os anteriores. Corroborou esta assertiva:

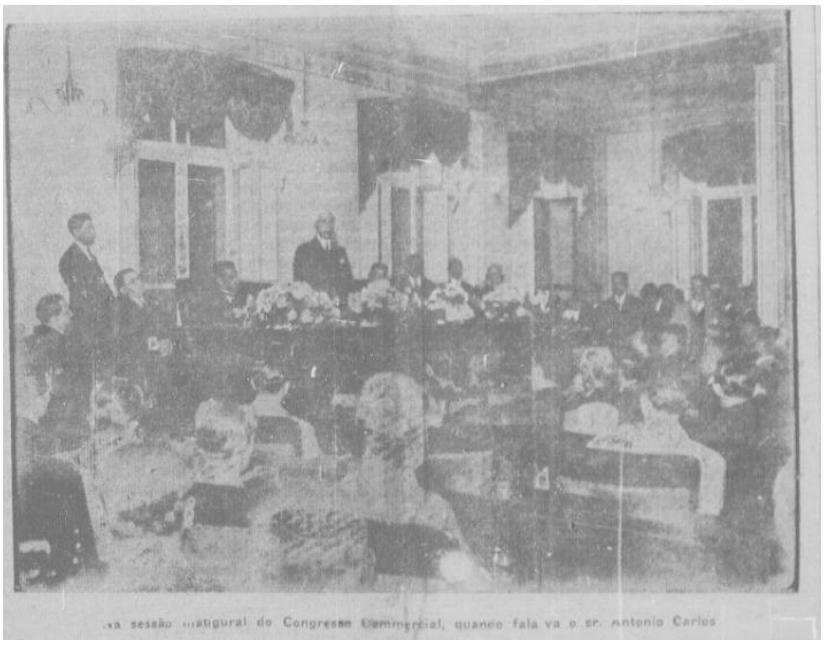
> Assim, praticamente às vésperas do movimento revolucionário (...) sob convocação da ACEJF e do recém criado Centro Industrial de Juiz de Fora – CIJF, havia sido realizado em Belo Horizonte, no ano de 1928, o "Primeiro Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Minas Gerais". **Ao denomina-lo "primeiro", o empresariado já sinalizava a decisão de tomar para si as rédeas do processo de desenvolvimento** e de não considerar, como primeiro, o famoso Congresso de 1903 que fora patrocinado pelo governo do Estado. No título do evento de 1928, o termo agricultura passou do primeiro para o terceiro lugar, ficando evidenciada a supremacia que se queria dar ao comércio e à indústria (PEREIRA; FARIA, 2007, p. 63. **Grifos** nossos.).

A abertura do I CCIA foi assim noticiada:

> Installou-se, domingo, solenemente, às 20h, na Câmara dos Deputados o Congresso Commercial, Industrial e Agrícola de Minas (...) Abriu a sessão o sr. Dr. José Carlos de Moraes Sarmento, presidente da Comissão do Congresso. O sr. Presidente nomeia uma comissão (...) para receber o sr. Dr. Antonio Carlos, presidente do Estado, sr. Dr. Mello Vianna, vice-presidente da República, secretários de Estado e demais autoridades, e conduzi-los até a mesa. (...) Levanta-se o sr. Moraes Sarmento e lê o discurso de abertura (Estado de Minas, 29 de maio de 1928).

O I CCIA teve sua abertura no dia 27 de maio de 1928, domingo, às 20h, conforme imagem:

FIGURA 9 – Sessão inaugural do I CCIA (recorte do Estado de Minas, 29 de maio de 1928)



Fonte: acervo fotográfico da autora

O Congresso ocorreu de 27 a 31 de maio de 1928, e a sua dinâmica de realização contemplou duas sessões diárias na Câmara dos Deputados: uma às 13h e outra às 19h30min, conforme noticiado:

> **A hora das reuniões**
> Dia 29 – 13 horas; 3ª reunião ordinária
> Dia 29 – 19 ½ horas: 4ª reunião ordinária
> Dia 30 – 13h horas; 5ª reunião ordinária
> Dia 30 – 19 ½ horas: 6ª reunião ordinária
> Dia 31 – 13 horas: 7ª reunião ordinária
> Dia 31 – 20 horas: sessão solemne de encerramento
> Todas as reuniões ordinárias se realizarão na Câmara dos Deputados
> As comissões devem reunir-se diariamente, às 8 horas, na sede da Associação Commercial, à Avenida Afonso Pena, n. 372 (jornal Minas Geraes – Segunda e Terça-feira, 28 e 29 de maio de 1928).

O número de Congressistas participantes foi assim descrito no discurso de abertura do Congresso por José Carlos de Moraes Sarmento, presidente da ACEJF e CIJF, e presidente da Comissão Executiva do Congresso de 1928: "Quanto à composição e organização do Congresso devo informar que se fizeram representar as classes conservadoras de **cento e dez municípios**,

por intermédio de delegações diversas, compostas de **duzentos e sessenta e oito membros”**[44]. (Minas Geraes, segunda e terça-feira, 28 e 29 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

Os jornais davam destaque ao Congresso, sempre na primeira página, contudo apresentavam formas distintas de realizar sua cobertura, de acordo com a sua linha editorial.

O jornal Estado de Minas, criado semanas antes do I CCIA, teve sua estreia em 7 de março de 1928 e se propunha um estilo de reportagem com tom a se aproximar do leitor com informação em estilo mais ágil e propostas novas. Uma delas foi notícia na primeira página, com uma proposta inusitada, com toques de ironia, humor, intrigas e suspense para atrair ao leitor:

> **Um curioso, vendo o Congresso por dentro, apanha algumas daquelas cousas que não figuram na acta...**
> Si alguém nos perguntasse que tal o Congresso Commercial, Industrial e Agrícola, ora reunido na Câmara dos Deputados, responderíamos promptamente com aquellas mesmas palavras pronunciadas ante-hontem, no recinto, pelo sr. major João Líbano, veterano da oratória: "Louvo, estimo e applaudo este Congresso”. (...)
> Os congressistas que vêm tomando parte nos debates começam por demonstrar um pouco de fé nos resultados da assembléa e isto é singular, porque em geral os congressos não gozam de bom nome... (...)
> Na sessão diurna de hontem, notamos que o sr. Moraes Sarmento, que o presidia, se levantava sempre, sem o querer. Effectivamente, dentro de poucos minutos, retirou-se e não mais voltou.
> Não queremos dizer que o sr. Lauro Jacques seja o "leader" do Congresso. Absolutamente. **Mas no momento em que se retirava o sr. Sarmento, quem assumiu a presidência foi o sr. Lauro**, já então eleito, por aclamação, um dos vice-presidentes da casa...
> (...) O senhor Genaro Vidal comparou, então, os trabalhos do congresso aos que saem das mãos desses pedreiros que brigam sempre, sopapeiam-se, e depois, no final das contas, surge dahi um edificio grande e bonito. O Congresso deve ser assim, naturalmente. Mas o sr. Genaro, comparando o Congresso a uma casa de sopapos, foi bem mais infeliz porque se esqueceu de que as casas, que no interior tem esse nome (casas de sopapos), são as peores do logar, horríveis, inhabitaveis... (...)
> Enfim, continua despertando interesse e curiosidade o primeiro Congresso Commercial, Industrial e Agrícola de Bello Horizonte. W. Z. (Estado de Minas, 31 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

O comentário em destaque acima sinaliza disputas entre as elites de Juiz de Fora, representada por Moraes Sarmento, e de Belo Horizonte, representada por Lauro Jacques. Estas disputas nos anos seguintes culminariam na situação assim retratada por Barros: “a outrora

[44] Nos Anexos desta dissertação, encontra-se a listagem com os municípios e seus respectivos representantes no I Congresso Commercial, Industrial e Agrícola.

influente comunidade empresarial de Juiz de Fora perdeu visibilidade, em contraste com o peso cada vez maior dos interesses radicados em Belo Horizonte". (Barros, 2007, p. 187).

Segundo Antunes (2004), o jornal Estado de Minas veio a público em 1928 apostando em referências de ruptura com o quadro tradicional do jornalismo:

> Na época do **`sensacionismo americano`, nos dias febris em que vivemos**, a função precípua da imprensa é informar. O melhor jornal é aquele que possui maior cópia de notícias certas e reais, aquele que mais completamente pode satisfazer à **curiosidade** dos leitores. (...) A obra jornalística há de ser viva, rápida, impressionante e leve. Nada de confundir livro ou enciclopédia com jornal (Estado de Minas. 07/03/29. p.1 apud ANTUNES, 2004, p. 13. **Grifos** nossos.).

Ainda que o novo veículo buscasse instituir uma nova representação sobre o trabalho jornalístico e o papel da imprensa, mais adequado ao acelerado ritmo urbano, e imprimindo diferenciação quanto ao estilo e formato das notícias; ele continuava a ser um jornal de um empresário das classes produtoras como os outros. Cabe lembrar que o Estado de Minas foi fundado por Juscelino Barbosa, relator da These 4 do I CCIA em questão, conforme o Quadro 11.

Este capítulo apresentou o Congresso de 28, discutimos a singularidade deste Congresso em relação aos congressos anteriores, apresentamos como foi a sua forma de organização e divulgação, e por fim apresentamos suas teses e a dinâmica escolhida para o funcionamento dos debates.

A seguir, vamos adentrar o discurso de abertura do Congresso de 28 e a partir dele analisar as novas representações sobre o trabalho.

CAPÍTULO III

AMERICANISMO E A IRRADIAÇÃO DE UMA NOVA REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO

> *Tupy, or not Tupy that is the question*.
> (...) Contra todos os importadores de consciência enlatada. A existência palpável da vida. (...) A nossa independência ainda não foi proclamada. (Oswald de Andrade, Manifesto Antropofágico[45], Maio de 1928).

3.1 Americanismo: Fordismo-taylorismo e Eugenia – controle e homogeneização do trabalho

No discurso de abertura do I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, proferido pelo presidente da ACEJF, o engenheiro e industrial José Carlos de Moraes Sarmento, encontramos o programa com as teses a serem debatidas e um modelo a partir do qual se irradiaram novas representações sobre o trabalho e os trabalhadores: o modelo americano. Vejamos:

> Em nossos dias, principalmente em consequencia da Grande Guerra, novas tendencias se manifestaram. O productor, seja o industrial, seja o agricultor, na luta intensa pela conquista do consumidor, cada vez mais exigente, se vê na contingencia de estudar e applicar novos methodos, novas theorias. Dahi a producção em massa, tão bem ideada e com tanto exito posta em victoriosa execução, por **Henry Ford; o Taylorismo ou direcção scientífica de empresas**, quer commerciaes, quer industriaes, quer agricolas; a standartização; a nacionalização; tendentes todos à obtenção de maior efficiencia na produção tendentes todos à obtenção de maior efficiencia na producção e tornados exequiveis pelos collossaes recursos financeiros proporcionados pelos trusts e super-trust e constituindo os elementos básicos da **nova Era Industrial, em que os Estados Unidos da America do Norte apparecem como nação "leader"**.
> Nosso paiz, (...) não poderia deixar de soffrer o seu influxo (...) Congressos como este, meus senhores, que ora se inicia sob os melhores auspícios, são a **fonte irradiadora de novos ideaes** e contribuem decisivamente para sua divulgação. (...) Este congresso, meus senhores, deverá, após as necessárias discussões, indicar qual a melhor orientação a ser adoptada em assumptos de relevância excepcional, como, por exemplo: a defesa do café, a cotabilização, as vias de communicação, legislação social, regimen tributário, ensino profissional e credito agrícola (Jornal Gazeta Commercial, 26 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

Assim, neste discurso de abertura do Congresso de 1928 percebemos o intuito de utilizar este Congresso para "irradiar" o fordismo, taylorismo junto às classes produtoras, visando ao

---

[45] A epígrafe remeteu a uma tripla coincidência: dialoga com o discurso de abertura do ICCIA; com o fato de estarmos às portas do Bicentenário da Independência do Brasil, e com o fato de que o Manifesto Antropofágico ter sido lançado no mesmo mês do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola: maio de 1928. A Revista de Antropofagia, onde foi publicado este Manifesto, está disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/7064/1/45000033273.pdf>. Acesso em 16 mar. 2021.

aumento da produtividade e a sanar o atraso do país perante a liderança dos Estados Unidos, representados como modelo de progresso.

O Congresso de 1928 informou a necessidade de inserção da produção econômica de Minas no chamado mundo moderno. (Faria, 1992). Para isso, a mobilização do empresariado no sentido de interferir no mercado de trabalho, na necessidade de formar um novo homem apto a um trabalho substancialmente mais abrangente do que no início do século.

Se após a abolição, na transição do trabalho escravo para trabalho livre e na instauração da República houve a demanda pela positivação do trabalho, verificamos ao final dos anos 20 a demanda por esse novo homem, e assim a necessidade de positivação desloca-se para o trabalhador.

Segundo Vieira (1984) a necessidade de aumento do controle, da racionalização do trabalho com vistas a arrefecer sua organização política e aumento de produtividade estavam no horizonte das classes produtoras ao final dos anos 20:

> A classe dominante percebe que **o controle das condições de trabalho não poderia ser viável apenas pela repressão ou por meio legais**. Desta maneira, irá desenvolver, de um modo mais elaborado, formas de controle, já enunciadas no final da década de vinte, **que ultrapassam o processo de trabalho e se estendem por toda a vida social,** como as escolas profissionalizantes, as vilas operárias, a assistência médica para valorizar o trabalhador (VIEIRA, 1984, p. 10. **Grifos** nossos).

E os predicados em torno deste novo trabalhador se dariam a partir de representações que miravam não mais o Velho Mundo, a Europa e sim o Novo Mundo, como atestou o discurso do Presidente da ACEJF na abertura do I CCIA: o Americanismo.

O Americanismo segundo Santos (2012) é um termo tomado como algo característico do *modus vivendi* norte-americano; algo que indica o surgimento de uma nova civilização, distinta da civilização europeia. Para ele, “o americanismo retrata não apenas a peculiaridade da cultura americana, e sua especificidade, mas principalmente a sua capacidade de difusão”. (Santos, 2012, p. 13).

Chamon (2004) apontou que “no final do século XIX essa influência já podia ser notada em duas esferas de grande importância para o país. A primeira delas (...) pode ser detectada na Constituição Brasileira de 1891. A segunda, na esfera educacional (Chamon, 2004, p. 489).

O Americanismo enquanto civilização distinta da europeia, marcou também o pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci[46] (1891-1937), que dedicou a este tema um dos seus 33 Cadernos do Cárcere, escritos durante o período em que ficou preso sob o regime fascista de Mussolini, o seu Caderno 22 denominado "Americanismo e Fordismo".

Interessa-nos especialmente as percepções de Gramsci acerca da mobilização e efeitos subjetivos que o americanismo e o "novo" modo de produção do fordismo requeriam desse novo trabalhador. Para Gramsci, esse novo capitalismo nos EUA encontrou uma de suas causas nesta diferença em relação à Europa:

> **A não existência destas sedimentações viscosamente parasitárias, deixadas pelas fases históricas**, permitiu uma base sã à indústria e especialmente ao comércio, e sempre reduziu a função econômica representada pelos transportes e pelo comércio a uma atividade subalterna a da produção, ou melhor, a uma possível absorção dessas atividades pela produção. Visto que existiam estas condições preliminares, garantidas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho (...)" (GRAMSCI, 2008, p. 38. **Grifos** nossos.).

Outro ponto a se destacar seria se o todo foi tomado pela parte, ou seja, se os estados do Norte dos EUA foram tomados como representativos dos EUA como um todo; uma vez que o desenvolvimento histórico do Norte e Sul dos EUA apresentou e apresenta diferenças significativas, vide a Guerra de Secessão no séc. XIX e os recentes conflitos raciais e políticos que estão a marcar a história do país[47] no séc. XXI.

O olhar europeu de Gramsci se evidencia aqui, pois ao focar na falta de tradição histórica, de aristocracia, nobreza, classes parasitárias etc., ele centrou seu olhar no colonizador europeu e desconsiderou tradições históricas e culturais dos povos nativos norte-americanos.

Porque as tradições da miríade de povos nativos que habitavam a América do Norte não eram ausentes, mas foram substancialmente reduzidas por meio do extermínio ou confinamento desses povos[48] durante o processo de anexação de territórios aos Estados Unidos bem como na Marcha para o Oeste.

---

[46] Gramsci foi um italiano "oriundo de família pobre e que viveu entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX. É um autor que viu o fordismo como o traço distintivo do caráter americano e a América como referência de um novo ciclo civilizatório" (PEDROSA, 2009, p. 14).

[47] Exemplos: os eventos de Charlotesville em agosto de 2017, as manifestações em torno da morte de George Floyd em 2020 desencadeando o movimento "Black Lives Matter" que repercutiu a nível global, bem como a invasão do Capitólio por manifestantes contrários ao resultado das últimas eleições presidenciais norte-americanas no início de 2021.

[48] De acordo com o U.S. Census Bureau, a atual população total de nativos americanos nos Estados Unidos é de 6,8 milhões, o que é cerca de 2,09% de toda a população. Existem cerca de 573 tribos nativas americanas

Pedrosa (2009) esclarece-nos que:

> **Gramsci não separa americanismo de fordismo**, mas afirma que essa simbiose só se tornou **possível graças a uma condição preliminar**. Essa condição **é a composição demográfica marcada pela inexistência de classes** numerosas "sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente **parasitárias**". (p.243). **Na América essa condição existe "naturalmente",** mas no velho mundo é diferente: "A (...) 'civilização' europeia (...) caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela 'riqueza' e pela 'complexidade' da história passada, que deixou um grande número de sedimentações passivas..." (p.243) e de "...massas ociosas e inúteis que vivem do 'patrimônio' dos 'avós'..." (p.243). Isso constitui uma barreira ao fordismo (PEDROSA, 2009, p. 11. **Grifos** nossos.).

Essa América, a "terra da liberdade" e "berço da democracia" que tanto encantou homens europeus como Tocqueville (1805-1859) e Weber (1864-1920), declarou sua independência em relação à Inglaterra, nasceu como novo país em que todos eram iguais, mas nem todos[49]; posto que a escravidão negra perdurou até a Guerra Civil (1865-1870) que não foi suficiente para alterar a situação de dominação sobre a população afro-americana, pois somente após outros cem anos, com o Movimento pelos Direitos Civis, esta população conseguiu em 1964 a revogação das leis de segregação no país, não sem antes o assassinato de suas lideranças: Martin Luther King, Malcolm X e outros.

Por fim, os EUA ao adentrarem a terceira década do século XXI, vivenciam um momento de questionamento dos seus mitos fundadores, da sua própria história, a partir da intensa polêmica em torno do *Projeto 1619*[50] que problematiza o surgimento da nação americana não na chegada dos peregrinos europeus, mas no desembarque do primeiro grupo de negros escravizados em agosto de 1619, dando início a um sistema de escravidão que perduraria 250 anos.

Santos (2012) ao estudar o fenômeno do Americanismo, apontou que:

---

reconhecidas federalmente nos EUA. Disponível em: <https://www.census.gov/newsroom/facts-for-features/2018/aian.html>. Acesso em 7 jun. 2021. Em 2060, a população projetada de índios americanos e nativos do Alasca deve chegar a 10 milhões de pessoas, ou aproximadamente 2,4% da população dos Estados Unidos. Fonte: <https://www.ncai.org/about-tribes/demographics>. Acesso em 7 jun. 2021.
Recentemente, desde março de 2021, Debra Haaland, do povo Kawaik (Pueblo Laguna), uma das duas primeiras nativas a integrar o Congresso Americano, passou a ocupar o cargo de Secretária do Interior do governo Joe Biden. Fonte: < https://www.doi.gov/secretary-deb-haaland>.

[49] Historicamente, os povos nativos americanos não eram contados como um grupo até 1860. Para as contagens do censo seguinte, os recenseadores foram instruídos a não contar "índios não tributados", uma frase mencionada na Constituição e interpretada como aqueles que vivem em reservas ou fora de assentamentos reconhecidos**. O Censo de 1890 foi o primeiro a contar os nativos americanos em todo o país.** Fonte: <https://usafacts.org/articles/native-americans-and-us-census-how-count-has-changed/>. Acesso em 7 jun. 2021.

[50] Consulte: < https://pulitzercenter.org/sites/default/files/full_issue_of_the_1619_project.pdf>.

> Uma das características mais abordadas com relação aos norte-americanos é aquela que os definem como individualistas. (...) O que ocorreu com o individualismo e com o liberalismo ao chegarem aos E.U.A. é que lá eles foram expandidos, ou melhor, intensificados. E o que propiciou esta intensificação, entre outras coisas, foi o próprio local, ou seja, as **terras virgens a serem desbravadas**. O ato que possibilitou aos E.U.A. instaurarem um novo individualismo, foi a marcha para o Oeste. Esta teoria se baseia na tese do historiador norte-americano, Frederick Turner, para quem **a causa do "excepcionalismo americano" estaria assentada no que ele denominou de "fronteira"**, ou seja, a expansão populacional para o Oeste. (...) Na visão de Turner, a fronteira é a pedra de toque que irá moldar o caráter americano (SANTOS, 2012, p. 73-74. **Grifos** nossos.).

A ideia de uma expansão americana sobre "terras virgens a serem desbravadas", citada acima, constituiu a tese apresentada pelo jovem historiador Frederick Jackson Turner (1861-1932) em sua obra "The Significance of the Frontier in American History", divulgada em 1893 e analisada no estudo[51] de Oliveira (2010).

Esta tese de Turner, segundo Oliveira (2010), está ligada ao contexto de reconstrução do país após a Guerra Civil Americana, à substituição de uma sociedade agrária pelo crescimento de uma ordem urbano-industrial e à instrumentalização da história, na qual esta serviria como o estudo da política passada que havia evoluído para o Estado nacional.

Assim, "o objetivo era abaixar o tom do debate sobre a guerra civil e criar um consenso nacionalista. A tese da fronteira foi capaz de fazer exatamente isso" (Oliveira, 2010, p. 107). Ou seja, a tese de Turner serviu para aquela sociedade deslocar sua compreensão sobre si mesma: do eixo do conflito norte-sul para uma representação de unidade dos EUA via expansão do Leste para o Oeste.

Além disso, a mesma autora afirma que a obra de Turner configura um exemplo das narrativas históricas que:

> apesar de buscarem elementos de unidade para os espaços nacionais, foram extremamente excludentes, principalmente no que se refere hoje ao que chamaríamos de "minorias", como as populações indígenas e defensores do avanço de uma suposta "civilização", notadamente branca, urbana e masculina (OLIVEIRA, 2010, p. 87).

---

[51] OLIVEIRA, Juliana Jardim de Oliveira e. *De muitos, um: estado, território e narrativas nacionais nos Estados Unidos e na Argentina no século XIX*. Dissertação. ICHS/UFOP, 2010, 145 p. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3284/1/DISSERTA%C3%87%C3%82O_EstadoTerrit%C3%B3rioNarrativas.pdf>.

Uma síntese dos apontamentos acima podemos encontrar na assertiva de que "o ofuscamento do eurocentrismo no Ocidente não significava o ofuscamento do etnocentrismo**.** O americanismo é compatível com o fortalecimento do etnocentrismo" (Pedrosa, 2009, p. 4).

A partir da assertiva, podemos pensar o Americanismo como o prolongamento de um eurocentrismo que expressa o etnocentrismo; seja no trato para com a diversidade de populações no território norte-americano (impondo pela força - seja da winchester[52], da lei, da constituição ou ainda dos mitos históricos - a liderança dos "pais fundadores" brancos), seja nas relações dos EUA para com outros países.

E ainda a servir de modelo sobre como manejar a diversidade populacional para produzir uma unidade nacional com vistas ao progresso técnico e econômico.

O cenário pós Primeira Guerra Mundial, em que a participação vitoriosa na guerra conferiu intenso ritmo de crescimento econômico e industrial aos Estados Unidos (que permaneceu acelerado nos anos 20), momento em que despontaram para o mundo como farol, como baluartes da ciência, da técnica, da inovação, da cultura, da velocidade, do futuro, do novo homem.

O arguto Gramsci, mesmo encarcerado e com acesso restrito a informações externas, identificou e criticou a dimensão dessas mudanças ao afirmar que "os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida. Não é possível obter sucesso num campo sem obter resultados tangíveis no outro" (Gramsci, 2008, p. 66).

Assim, importa considerar cinco excertos do Caderno 22 de Gramsci sobre este novo homem:

> **A vida na indústria demanda** um tirocínio generalizado, um **processo de adaptação psicofísico** a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de hábitos, etc., que não é inato, natural, mas **que deve ser adquirido** (GRAMSCI, 2008, p. 44. **Grifos** nossos).
> É revelador **como os industriais (especialmente Ford) se interessam** pelas relações sexuais de seus empregados e em geral **pela ampla sistematização de suas famílias.** A aparência puritana que assumiu, como no caso do proibicionismo, não deve induzir ao erro; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem demandado pela racionalização da produção e do trabalho até que o instinto sexual esteja totalmente regulado, até que ele tenha sido também racionalizado". (Idem, p. 45).

[52] Nome genérico dos rifles de repetição usados na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos, tanto nos conflitos com povos indígenas quanto nos conflitos entre colonos durante a Marcha para o Oeste; e exibidos nos filmes de estilo "Western" que retratam o período. <https://revistamoviement.net/especial-western-a-grande-marcha-para-o-oeste-10b863132f8c>.

> (...) novos métodos de trabalho que se impuseram: **o taylorismo e a racionalização em geral. Estes novos métodos demandam uma rígida disciplina dos instintos sexuais (do sistema nervoso), um reforço da família no sentido amplo** e não desta ou daquela forma de sistema familiar, da regulamentação e estabilidade das relações sexuais (op. cit. p. 63).
> Parece claro que o novo **industrialismo quer a monogamia**, **quer que o homem-trabalhador não desperdice as suas energias** na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional. O operário que vai ao trabalho depois de uma noite de extravagância não é um bom trabalhador, **a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos** (...) (op. cit. p. 70).
> Parece ser possível responder que o **método Ford** é racional, isto é, deve generalizar-se, mas que para isso **é necessário** um processo longo, no qual ocorra uma **mutação das condições sociais e uma mutação dos costumes e dos hábitos individuais**, o que não pode ocorrer somente com a coerção (autodisciplina) e da persuasão, também sob a forma de altos salários, isto é, com a possiblidade de um melhor nível de vida, ou talvez, mais exatamente, com a conquista de um nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, **que demandam um particular dispêndio de energias musculares e nervosas** (op. cit. p. 78. **Grifos** nossos).

Os excertos acima são pertinentes para entendermos as representações sobre os trabalhadores por parte das classes produtoras mineiras que estarão presentes nas teses do Congresso de 1928, uma vez que este congresso, nas palavras de seu presidente, também visava a irradiar os ideais do Fordismo e taylorismo. A partir da representação dos EUA como modelo, as classes produtoras tomam o Fordismo como parâmetro para as representações acerca do trabalho e trabalhadores.

A partir dos excertos de Gramsci percebemos a importância que essas classes produtoras - ao buscarem aplicar os métodos do Fordismo/taylorismo - atribuiriam à família, pois esta seria representada como um elemento de estabilidade, não somente para o sujeito trabalhador, como também para os sistemas produtivo e social que dele necessitavam.

Emerge a importância de um repertório - de regulamentos, multas, inspeções, dispositivos e instrumentos variados de vigilância de hábitos, que não estão na esfera religiosa (mas que podem acioná-la para garantir este efeito) - mobilizado pelas elites produtoras como estratégia no processo de controle dos trabalhadores e do trabalho.

Um outro ator destaca-se nesse processo: o Estado, "(...) para conservar, renovar e, se possível, aumentar sua eficiência muscular-nervosa, e não para destruí-la ou danificá-la." Nesse ponto o Estado é requisitado" (Gramsci p. 267 apud Pedrosa, 2009, p. 14).

Cabe repetir a afirmação: "O americanismo é compatível com o **fortalecimento** do etnocentrismo" (Pedrosa, 2009, p. 4. **Grifos** nossos.).

Ainda o mesmo autor, Pedrosa em outro artigo afirmou: "(...) o Brasil era o último país ocidental a admitir a escravidão. Surgida em 1889, foram necessários vinte anos para que a

República brasileira inserisse na agenda do Governo Federal a formação do trabalhador nacional: republicano, urbano e industrial" (Pedrosa, 2020, p. 253).

Essa dilação de duas décadas por parte do governo federal no direcionamento de políticas públicas para o trabalhador nacional, se explica pelo foco inicial das elites brasileiras ter se voltado ao favorecimento do trabalhador estrangeiro, na busca em facilitar a entrada de imigrantes, mas não de qualquer imigrante, e sim do branco europeu.

No estudo sobre Americanismo e Educação, encontramos a afirmação de que na segunda metade do século XIX "as teorias racistas passaram a circular no Brasil, alimentadas pelas sociedades científicas recém-criadas e pelas Faculdades de Medicina e Direito que controlavam com quase absoluta exclusividade a cena cultural do final do século" (Warde, 2000, p. 41).

Logo, podemos entender esta demora no investimento no trabalhador nacional e na sua educação profissional - citados acima - a partir da circulação e apropriação das teorias raciais que permeavam o pensamento das elites brasileiras.

Uma destas teorias dizia que a população brasileira se caracterizava em ser mestiça, e por isso seria "degenerada", e que para "elevar o nível" da população e constituir uma República forte para o progresso, seria necessário trazer o imigrante branco, para que em poucos anos, a miscigenação alterasse o quadro de uma população majoritariamente negra, pobre e marginalizada visando a embranquecê-la.

Esta ideia baseada em um racismo pretensamente científico, direcionava aos negros e mestiços a culpa pelo atraso e pelos males do país. Domingues (2016) analisa esta perspectiva:

> "Muitos intelectuais atribuíam a inferioridade do povo brasileiro à herança biológica e cultural da "raça negra", impressa no fenômeno da mestiçagem. No entanto, **esses pressupostos racistas** não ficaram confinados aos meios acadêmicos, tendo sido divulgados por jornalistas através da imprensa, incorporados nos postulados e discursos médicos e debatidos por políticos, que, aliás, os adotaram na elaboração e implementação de **programas governamentais.** (...) Para a população negra, nesse contexto deveras adverso (...) a cidadania plena continuava sendo um sonho. (DOMINGUES, p. 329 IN: FONSECA, BARROS (Orgs.), 2016. **Grifos** nossos.).

Ilustrativo do programa governamental de incentivo à imigração do branco europeu foi a defesa desta tese do "embranquecimento racial em três gerações" pelo cientista João Baptista de Lacerda, médico, diretor do Museu Nacional e Presidente da Academia Nacional de Medicina, representante do governo brasileiro durante o Congresso Universal das Raças em Londres, em 1911.

Naquela época, o Brasil era apontado como “laboratório racial” e exemplo do problema de “degeneração” pelo efeito da “mistura de raças”:

> Naquele momento **o país era conhecido como um ‘laboratório racial’**, sobretudo pelos viajantes europeus e norte-americanos que por aqui estiveram em busca do espetáculo da natureza e dos homens. O Brasil servia como um exemplo do cruzamento extremado de raças, algo que, no período, era visto como extremamente negativo: **representávamos um exemplo de degeneração, obtida pelo efeito perverso da mistura de raças** (...) os resultados da mestiçagem permaneciam uma incógnita, a ameaçar a certeza desses modelos deterministas (SCHWARCZ, 2011, p. 226. **Grifos** nossos.).

Segundo Schwarcz (2011), Lacerda buscaria converter o problema em solução, pois

> apostava em uma espécie de mestiçagem redentora, que se lograria a partir de algumas políticas públicas concernentes à imigração; de algumas certezas da ciência que apostava na seleção - branca - dos mais fortes. Na abertura do seu trabalho (...) levou ao Congresso Universal das Raças, a tela do artista acadêmico Modesto Brocos (1852-1936) chamada "A redenção de Cam" e a partir dela ilustrou o processo 'depurador' que ocorreria no Brasil com o passar do tempo. Na legenda da tela, a frase não deixava dúvidas acerca da interpretação a ser seguida: "O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças" (SCHWARCZ, idem, p. 228).

Entre as elites intelectuais e econômicas ocorriam circulação e apropriações diversas destas ideias – evolucionismo, positivismo, darwinismo social – que buscavam na ciência o respaldo para legitimar a continuidade do seu domínio sobre a população brasileira de maioria afro-brasileira e mestiça durante a Primeira República (1889-1930).

A este quadro de ideias racistas instaladas e em circulação entre as elites brasileiras se somaria a eugenia. Foi na virada do século XIX para o século XX que a eugenia ganhou adeptos no mundo todo, inclusive no Brasil.

Luppi (2009) apresenta-nos um estudo com as origens dos termos “raça” e “eugenia” no qual citou diversos outros autores:

> Stepan (2005) afirma que raça e eugenia são conceitos relacionados desde sempre, e ambos estão intimamente relacionados aos avanços e à interpretação da ciência moderna. O termo **raça**, segundo Schwarcz, foi “introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por Georges Cuvier, inaugurando a idéia de existência de heranças físicas e permanentes entre vários grupos humanos” (1993: 47). Já o termo **eugenia** – “eu: boa; genus: geração – foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton” (Idem: 60). Primo de Charles Darwin, Galton (1822- 1911) acreditava que as habilidades humanas estavam relacionadas com a hereditariedade. Para ele a eugenia era uma ciência que buscava compreender as leis da hereditariedade, com o objetivo de aprimorar o que as raças possuíam de melhor, sejam essas características físicas ou mentais, e garantir saúde às gerações futuras (LUPPI, 2009, p. 3. **Grifos** nossos).

Para as elites brasileiras equacionar o ideal do progresso com a realidade da mestiçagem racial, a eugenia oferecia uma solução viável: promover o melhoramento racial da população, tornando-a apta ao progresso (Kern, 2014).

Essa correlação eugenia, modernidade, progresso, foi corroborada por Stepan (2004) quando afirmou que "a história da eugenia no Brasil deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como 'sinal' de modernidade cultural". Stepan (2004), em seu estudo sobre a Eugenia no Brasil, mencionou as diferenças entre a eugenia mendeliana e a eugenia neolamarckiana.

Assim, segundo Stepan (2004) havia o tipo de eugenia de abordagem genética mendeliana, que enfatizava as características hereditárias e relacionada a um tipo de eugenia negativa, com ações visando à restrição da reprodução e dos indivíduos portadores de características consideradas negativas. Praticada inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente de forma mais abrangente e agressiva na Alemanha dos anos 30.

Portanto, verificamos que "no final do século XIX e início do século XX, o governo norte americano adotou medidas legislativas em vários estados como fator de melhoramento racial". (Rocha, 2014, p. 11).

E essas medidas dos Estados Unidos, tais como as leis de imigração para coibir a entrada de raças consideradas "inferiores", influenciaram nossas elites, como constatamos na figura polivalente de Fidélis Reis, deputado e representante das Classes Produtoras, uma vez que

> os **discursos** proferidos por Fidélis Reis na Câmara **expõem com clareza o seu conhecimento sobre a política imigrantista norte-americana** (...) O parlamentar se apegava ao fato que a **Lei aprovada nos EUA**, a Emergency Quota Law, em 1921, estabelecia cotas para a entrada de diferentes elementos estrangeiros no território daquele país. (...) Entende-se que, é justamente nestas leis de cotas, principalmente as quetolhiam entrada de asiáticos, **uma das fontes de inspiração de Fidélis Reis** (RICCIOPPO, 2014, p. 93-94. **Grifos** nossos).

Havia também a eugenia de abordagem neolamarckiana, que enfatizava a influência do meio sobre as características do indivíduo e a possibilidade de transferência destas características para as gerações seguintes. Essa foi a chamada eugenia positiva, ou ainda preventiva, praticada notadamente nos países latinos, tal como o Brasil, por meio de ações em diferentes áreas, tais como saúde e educação da sua população com vistas a moldá-la para tornar-se apta ao trabalho e ao progresso.

Dávila corrobora estas assertivas e afirma o uso da eugenia pelo

> Estado porque o pensamento eugênico serviu para ordenar e fornecer lógicas para a definição da atuação de governos sobre populações, alimentando projetos de criar saberes, estabelecendo controle social e moldando populações em áreas tão diversas quanto a criminologia e obras de saneamento. E formação nacional do ponto de vista de esforços de definir e orientar a suposta natureza da nação e de seu povo através de controle de imigração, migração interna, e reprodução (DÁVILA, 2016, p. 232).

Por todo o exposto acima, entendemos que a eugenia era o paradigma subjacente a circular entre as elites intelectuais e econômicas do Brasil na Primeira República. A eugenia se espraiava nos discursos jurídico, médico e educacional para oferecer a essas elites e ao Estado brasileiro instrumentos, saberes e técnicas em diversas áreas para manejo e controle da população com vistas ao progresso.

E esse controle da população passava pelo seu controle enquanto agentes produtivos, enquanto trabalhadores, ou ainda, enquanto sujeitos que se conformavam ou que resistiam ao trabalho. Nesta perspectiva, Stepan (2004) afirma:

> Dadas as circunstâncias descritas anteriormente, a **eugenia** – por definição, a ciência do 'aprimoramento racial' – era um **atrativo óbvio para uma elite** convencida do poder da ciência para criar 'ordem e progresso' (lema da República) e perturbada pela composição racial do país (STEPAN, 2004, p. 339. **Grifos** nossos.).

Como afirmou Ribeiro Júnior (2008), a assimilação da população à República se fazia por meio da sua conformação ao trabalho. Ou, mais claramente, segundo Gonçalves (2019): "falar da produção de um conceito de trabalho na República é falar da produção da própria República".

Nesse mesmo compasso, Chalhoub ressaltou:

> O conceito de trabalho se erige, então no princípio regulador da sociedade, conceito este que aos poucos se reveste de uma roupagem dignificadora e civilizadora, valor supremo de uma sociedade (....) que iria, até mesmo, despertar o nosso sentimento de "nacionalidade"(...) (CHALHOUB, 2012, p. 48).

Assim, os trabalhadores imigrantes, os braços estrangeiros, seriam geridos pelo Estado, por meio do seu aparato jurídico, acionando leis de imigração e controles necessários, sejam indutórios ou fiscalizatórios pela diplomacia e setores de colonização no nível estadual ou federal.

Os trabalhadores nacionais, sejam os ex-escravizados ou os mestiços e brancos pobres deveriam se civilizar, se conformar à ordem do trabalho regular e assim à República, sendo elementos úteis ao progresso da República, pois:

> Deseja-se, na verdade, que os homens livres **internalizassem a noção de que o trabalho era um bem, o valor supremo do pacto social**. Note-se, ainda, que este movimento de controle de espíritos e mentes lançava suas garras muito além da disciplinarização do tempo e do espaço estritamente do trabalho – isto é, da produção, – pois a definição do homem de bem, do homem trabalhador, passa também pelo seu enquadramento em **padrões de conduta familiar e social** compatíveis com sua situação de indivíduo integrado à sociedade, à nação (CHALHOUB, 2012, p. 49. **Grifos** nossos).

Os padrões de conduta mencionados acima nos remetem aos excertos de Gramsci citados anteriormente. Assim, a educação também foi demandada como vetor a inculcar valores, hábitos, instrução e disciplina para a positivação do trabalho, seja em instituições de ensino primário e de forma mais incisiva, nas instituições de ensino profissional e correcionais. Gonçalves (2012) afirmou:

> Nesse caso, a escola e o trabalho são considerados de fundamental importância, pois atuam como vetores responsáveis pela integração de múltiplas referências culturais às quais compete estabelecer as normas e os valores determinantes da representação que a sociedade faz de si mesma, bem como das referências que, além de darem respostas às crises, às angústias e aos problemas da sociedade, desempenham o papel dominante, criando espaços férteis para a geração de determinada cultura (GONÇALVES, 2012, p. 14).

E para os desviantes e variantes, o aparato jurídico estaria sempre presente e seria sempre acionado, seja por meio das leis (como as de repressão à vadiagem) ou por meio da vigilância e repressão policial. Afinal, nessa época da Primeira República, surgiu “o aforismo pretensamente atribuído a Washington Luiz: “a questão social é um caso de polícia” (Rosemberg, 2016, p. 6).

Neste compasso, Ribeiro Júnior concluiu:

> Nesse processo de domesticação e civilização do projeto modernizador, duas instituições se tornaram centrais nas representações da ordem e do progresso: a polícia e a escola. No interior delas e por meio delas, serão desenvolvidas ações estrategicamente pensadas, de modo a produzir o trabalhador nacional disciplinado, submisso, eficaz, produtivo e ordeiro (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 50).

A eugenia estava subjacente aos vários discursos ordenadores da sociedade brasileira na Primeira República e se espraiava nos discursos jurídico, médico e educacional das elites do país. Nesse sentido, para Souza (2008), "quando as discussões sobre a eugenia foram introduzidas no Brasil nas primeiras décadas do século XX, suas ideias e pressupostos tornaram-se recorrentes no meio intelectual e científico, especialmente entre médicos, higienistas, juristas e educadores" (Souza, 2008, p. 146).

Para Dávila (2016), a eugenia formou conexões entre disciplinas e campos de investigação científicos novos e abriu espaço de diálogos entre pesquisadores de áreas diferentes como medicina, psicologia, antropologia e zootecnia. Como a eugenia abrangeu políticas públicas, gerava espaço para os cientistas definirem intervenções privilegiando seus campos de atuação. Tornou-se também espaço de articulação de campos ainda não consolidados.

Como constatamos, sobre a eugenia utilizada para privilegiar um campo de atuação, podemos citar o início da eugenia no Brasil vinculada ao movimento sanitarista, em que membros do campo da medicina criticaram o abandono a que a "República dos Bacharéis" legara aos brasileiros que se encontravam doentes. Reivindica-se, assim, "para os médicos um papel relevante na gestão da saúde pública" (Lima; Hocman In: Maio; Santos (orgs.), 1996, p. 37).

E sobre a eugenia ser utilizada para articulação de campos científicos ainda não consolidados, podemos citar a introdução da psicologia na métrica e classificação dos indivíduos, dos alunos. E ainda na articulação do campo da enfermagem.

É importante destacar que, no Brasil e em outros países da América Latina, não ocorreu uma simples reprodução das ideias eugenistas que circulavam nos EUA e na Europa, e sim um processo de apropriação[53] que criará suas interpretações e práticas próprias. Stepan, a partir de uma história social da ciência, afirmou:

> em lugares como a América Latina, temos de estudar a eugenia não como pálido reflexo da eugenia de outras partes do mundo, algo talvez "mal entendido" ou "mal interpretado", mas como algo enraizado na experiência cultural e na história da própria região (STEPAN, 2005, p. 40).

[53] Apropriação no sentido dado por Roger Chartier que "visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem" (CHARTIER, 1991, p. 180).

A eugenia se institucionalizou no Brasil a partir da criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918, com 140 membros. Kern (2020), em seu estudo[54] sobre Eugenia e Educação nos Annaes desta Sociedade, afirmou:

> A presidência da instituição coube ao médico Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), ninguém menos que o então diretor da prestigiada Faculdade de Medicina de São Paulo. Entre seus sócios fundadores encontravam-se homens de ciência nacionalmente consagrados, como Belisário Penna e Arthur Neiva, destacados por sua atuação na cruzada sanitarista idealizada por Oswaldo Cruz, o que demonstra a **relação intelectual que imediatamente se estabeleceu entre os teóricos sanitaristas-higienistas e os teóricos eugenistas.** Além disso, tornaram-se membros os psiquiatras Antonio Austregésilo (1876-1960) e Juliano Moreira (1873-1932), bem como o futuro escolanovista Fernando de Azevedo (1894-1974) (KERN, 2020, p. 307. **Grifos** nossos).

Confirma o trecho grifado acima o fato de que a eugenia no Brasil se expressou inicialmente pelo discurso médico nas primeiras décadas do século XX. Destacou-se nesse período a relação com os Estados Unidos por meio da Fundação Rockefeller, instituição filantrópica a serviço da diplomacia científica norte-americana que teve ampla atuação no país:

> Nas primeiras décadas do século XX, a Fundação Rockefeller atuou de modo decisivo na implementação de ações voltadas para a saúde pública no Brasil, especialmente naquilo denominado de movimento sanitarista. Nesse mesmo período, a eugenia brasileira era equivalente ao sanitarismo, onde defendia-se a máxima de que "sanear era eugenizar" (KOBAYASHI; FARIA; COSTA, 2009, p. 314).

Moreira (1999) analisou a estruturação da enfermagem profissional no Brasil pela ação conjunta dos Estados brasileiro e norte-americano, através, respectivamente, do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e da Fundação Rockefeller. Moreira apontou

> a formação, no período, de uma conexão sanitária internacional para viabilizar o projeto dos Estados Unidos de se afirmarem como líderes na exportação de higiene e saúde pública como pilares de um **capitalismo industrial cuja vitalidade dependia** da reconstrução das nações/mercados no pós-guerra e **do aumento da qualidade e quantidade da força de trabalho disponível** (MOREIRA, 1999, p. 4. **Grifo** nosso).

A ação da Fundação Rockfeller não se restringiu à enfermagem. Segundo Labra (1985), houve uma interferência na estruturação da saúde pública nacional por meio da elaboração do

---

[54] KERN, Gustavo da Silva. A educação eugênica nos Annaes de Eugenía. Revista Linhas. Florianópolis, v. 21, n.45, p. 301-321, jan./abr. 2020. DOI: 10.5965/1984723821452020301

currículo para formar sanitaristas no Brasil e de reformas de cunho modernizante preconizadas pelos sanitaristas pró-modelo americano na organização de serviços de saúde e de formação técnica de dirigentes para as novas instituições. A Fundação Rockefeller e sua Comissão Sanitária Internacional tiveram no Brasil a sua sede para toda a América Latina até 1942.

Além disso, segundo Korndorfer (2018) a Fundação Rockfeller realizou nas capitais e cidades do interior de diversos estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Maranhão, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Bahia, Santa Catarina, Pernambuco e Alagoas, além do Distrito Federal) entre 1916 e 1923, campanhas de combate às verminoses, tais como a ancilostomíase e impaludismo que acometiam grande contingente da população, posto que em sua maioria, esta não tinha acesso ao saneamento básico, aos serviços de saúde e à educação. Assim

> estabelece-se, nesse contexto, a relação da eugenia com a higiene e o saneamento, pois caberia aos médicos "sanitaristas a implementação de grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação, enquanto os higienistas seriam responsáveis pelas pesquisas e pela atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças que mais afligiam as populações." (SCHWARCZ, 1993, p. 206).

Em Minas Gerais, Marques (2004) analisou a atuação da Fundação Rockefeller e sua influência na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte a partir de 1916 na formação de seus quadros técnicos, por meio de bolsas para estudos nos EUA oferecidas a alunos que posteriormente tornar-se-iam professores da instituição, como o Prof. Baeta Vianna.

Analisou também a temporalidade da vinda da Fundação Rockefeller para Minas Gerais, no momento em que o governo do Estado e professores da Escola de Minas de Ouro Preto se opunham e embargavam o funcionamento da empresa de exploração mineral Itabira Iron, do empresário americano Percival Farquhar por considerarem a empresa prejudicial aos interesses nacionais e de soberania. O imbróglio[55] jurídico sobre a empresa se arrastou por toda a década de 20.

Segundo Marques (2004), no período em que atuou em Minas Gerais, a Fundação Rockefeller contribuiu para arrefecer o anti-americanismo junto aos setores católicos do Estado, a partir da retórica de "caridade" sobre o serviço de saúde prestado para a população pobre.

[55] Segundo Santos (2009, p. 43), a "discussão foi encerrada definitivamente em 1939, quando o contrato foi enfim recusado pelo governo federal, vinte anos após a sua proposição". Este estudo descreve a história da siderurgia e maiores empresas do segmento em Minas Gerais.

Assim, a “caridade” da Rockefeller foi aprovada e aproveitada pelo Governo mineiro para estabelecer uma parceria fundamental no combate às endemias, na montagem de postos de profilaxia e na disseminação de preceitos de higiene” (Marques, 2004, p. 175).

Em Capela Nova de Betim, cidade próxima a Belo Horizonte, os serviços de saúde da Fundação ofereceram milhares de atendimentos de saúde à população. No Quadro 10 - Dados Biográficos[56] da Comissão Organizadora do Congresso de 1928, consta nos dados de Antônio Gravatá a sua liderança e mediação junto à Fundação Rockfeller, indicando as boas relações entre as classes produtoras mineiras e os norte-americanos.

Sobre o ano de 1928, Marques (2004) apontou:

> O volume de trabalho desenvolvido, em nove municípios mineiros[57], foi apresentado no Annual Report da Fundação Rockefeller, de 1928. Segundo esse relato, os dispensários realizaram aproximadamente 80.000 tratamentos em 35.000 pessoas; desses tratamentos, 43.000 foram administrados para combater parasitas intestinais e 28.000 para doenças venéreas. (...) **A higiene escolar foi considerada prioridade do departamento estadual de educação** (...) e **o Estado preparou um novo código sanitário, editado em 1928**. (...) Ao tempo em que se encerrava o capítulo das dificuldades da Rockefeller ante a igreja católica e a opinião pública, por volta de 1928, (MARQUES, 2004, p. 187. **Grifos** nossos).

Observamos pelos trechos grifados acima, a ação tentacular do sanitarismo abrangendo as esferas da educação e do judiciário por meio de leis e regulamentos a incidirem sobre diversas camadas da população mineira. Esta ação tentacular da eugenia, pode ser entendida como estratégia[58] das classes produtoras e do Estado mineiro para a gestão da população, com vistas a torná-la saudável e produtiva.

A população dos municípios atendidos pela Fundação Rockfeller recebia por alguns meses, enquanto instalados os ambulatórios, os serviços de atendimento médico e tratamento para doenças tropicais, tais como a ancilostomíase, com a realização de exames laboratoriais de fezes para indicar a presença dos parasitas causadores das enfermidades.

Um personagem que se tornou caricato e representativo da população pobre brasileira, analfabeta e acometida por doenças parasitárias foi o Jeca Tatu.

---

[56] Consulte o Quadro 10 nos Anexos desta dissertação.

[57] MARQUES (2004) citou os municípios: Barbacena, Curvelo, Itajubá, Oliveira e Queluz. Além destes, também citou Belo Horizonte, Juiz de Fora e Capela Nova de Betim.

[58] Estratégia, no sentido dado por Michel de Certeau, “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta" (CERTEAU, 1998, p. 46).

3.2 De Jeca Tatu a operário – a regeneração pela eugenia sanitarista e educacional

A representação do trabalhador nacional foi marcada pela figura do Jeca-Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato[59] que passou a circular nos jornais em 1914. O Jeca-Tatu era um habitante do interior do país e foi representado como um caso de mestiço degenerado, preguiçoso.

Segundo Kern (2016):

> Em 1918, ano em que foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, Belisário Penna protagonizou a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil. No mesmo ano, as duas entidades científicas reuniram-se para publicar *Problema Vital*, obra que faria de Monteiro Lobato (1882-1848) uma das principais referências intelectuais do movimento sanitarista-higienista. Reconhecido como um importante manifesto em favor do saneamento e da higienização da nação, o livro foi prefaciado pelo próprio Renato Kehl, indicando o vínculo de Lobato com o movimento eugenista (KERN, 2016, p. 150).

Após Monteiro Lobato conhecer as ideias eugenistas sanitaristas, ele alterou o personagem Jeca Tatu inicial, redimindo-o pela ciência. Segundo Lima (1997) a frase que sintetiza essa espécie de "conversão" de Lobato ao ideário sanitarista é bastante conhecida:

> "O Jeca não é assim: está assim." Uma vez feito o diagnóstico dos "males do Brasil", tornava-se necessário determinar a possibilidade de cura (...) como observa Lobato, a ideia do saneamento era "avassaladora e consoladora", uma vez que **o dilema do país era "ou doença ou incapacidade racial"** (ibidem, p. 297). **Para a primeira havia cura e era possível salvar o país e promover a redenção do trabalhador nacional."** (LIMA, 1997, p. 12. **Grifos** nossos).

No estudo de Sgroi, Kouri (2019) o personagem Jeca-Tatu representou e sintetizou culturalmente a grande transição demográfica pela qual o país atravessou no século XX: a de uma cultura rural e agrária para outra urbano-industrial. A eugenia por meio do discurso e ações médico-sanitaristas promoveria, assim, a habilitação do trabalhador nacional, tornando-o saudável, apto ao trabalho, e "fator útil" para o progresso, como desejavam as elites do país.

---

[59] José Bento Monteiro Lobato nasceu em Taubaté (SP), em 1882 e faleceu em São Paulo em 1948. Advogado, jornalista e escritor, diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1904, segundo o CPDOC. Monteiro Lobato foi apontado como "membro da Sociedade Eugênica de São Paulo e amigo pessoal de expoentes da eugenia no Brasil, como os médicos Renato Kehl 1889-1974) e Arthur Neiva (1880-1943), dados que apenas ilustram sua imagem de adepto fervoroso dos ideais eugênicos de melhoramento da raça, refletidos plenamente em seus textos, privados e públicos" (EISENBERG; FERES JUNIOR; NASCIMENTO, 2013, p. 82).

Em 1924 Lobato publicou Jeca Tatuzinho, um conto infantil no qual o personagem protagonizou uma narrativa de superação. Para Lima (1997) a ressurreição do Jeca Tatu foi narrada na forma de uma parábola dirigida às crianças:

> Ao passar a acreditar na ciência médica e a seguir suas prescrições, o personagem transforma-se. Livre da opilação e, como consequência, do estado de permanente desânimo, torna-se produtivo e, em pouco tempo, um próspero fazendeiro, **competindo com seu vizinho italiano** e, rapidamente, ultrapassando-o. Mais do que isso: **modernizou sua propriedade, introduziu novas lavouras e tecnologia e aprendeu a falar inglês** (LIMA, 1997, p. 12. **Grifos** nossos).

Observamos no excerto acima, a representação do imigrante italiano como um concorrente do trabalhador nacional. E ainda percebemos a força do americanismo e sua representação como modelo positivo na representação de Monteiro Lobato e das elites brasileiras, pois o Jeca curado tornou-se produtivo, evoluiu e aprendeu até a falar inglês.

A força da representação do Jeca Tatu, a sintetizar a transição de um Brasil rural, atrasado para um Brasil urbano-industrial e próspero pelos auspícios da ciência, mostrou-se pela sua ampla difusão tanto na abrangência de leitores quanto na abrangência do seu tempo de veiculação.

Machado, Rocha, Rodrigues (2013) analisaram a importância dessa difusão do personagem Jeca-Tatu por meio do Almanaque Fontoura, cuja primeira tiragem ocorreu em 1920 e tornou-se um fenômeno de distribuição e de consumo:

> Para republicanos como Monteiro Lobato, a prosperidade da nação era ameaçada por fortes contrastes entre o campo e a cidade, além disso, problemas ligados à saúde pública passavam a ser preocupação não apenas de médicos, mas de intelectuais e políticos da época. (...)
> Na última edição do Almanaque, em 1982, o número recorde de 100 milhões de exemplares. (...) O fato de seus idealizadores terem associado imagens visuais ao texto escrito permitiu que pessoas analfabetas também tivessem acesso às informações descritas no almanaque. (...)
> Ao escrever a história do Jeca Tatuzinho e produzir o Almanaque Biotônico Fontoura, Lobato teve uma intenção prévia, pois tinha como objetivo alertar seus leitores para a aquisição de novas práticas higiênicas, para o interesse pelos estudos, a importância do trabalho para o progresso pessoal e da nação, os benefícios da ciência (MACHADO, ROCHA, RODRIGUES, 2013, p. 157-160).

Constatamos presentes nas obras de Monteiro Lobato os objetivos de “alertar seus leitores para a aquisição de novas práticas higiênicas” e para a “importância do trabalho para o

progresso pessoal e da nação". Suas obras, assim, disseminavam preceitos consoantes com os princípios da eugenia e defendidos pelas elites republicanas na época.

Na década de vinte a eugenia permeou o discurso da educação como regeneradora do país, como salvação nacional, e seus intelectuais atuaram em defesa da expansão da escola pública, do combate ao analfabetismo e do movimento da Escola Nova.

Vários professores e gestores da educação em viagem aos Estados Unidos tiveram contato com as ideias de John Dewey e preceitos da Escola Nova e, ao retornarem, elaboraram apropriações aplicadas na educação brasileira por meio de Reformas de Ensino em diversos estados, com vistas a moldar um aluno participante, ativo, útil ao trabalho.

Constatamos que um destes intelectuais da educação adepto da eugenia foi Fernando de Azevedo. Mineiro, formado em Direito na Faculdade de São Paulo, Fernando de Azevedo foi o redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932 e era membro da Sociedade Brasileira de Eugenia desde a sua fundação em 1919. Segundo Kern:

> **A militância desse importante intelectual e educador em favor da eugenia,** que mais tarde se destacaria como principal líder do movimento escola-novista no Brasil e **autor do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, de 1932, **é por vezes pouco considerada em sua trajetória biográfic**a. (...) Azevedo procurou reelaborar a própria definição corrente de eugenia, conferindo à educação física a devida relevância no interior do projeto eugenista (KERN, 2016, p. 164. **Grifos** nossos).

A atuação de Fernando de Azevedo demonstra a conexão entre as redes de sociabilidade envolvendo a eugenia e a educação. Outro signatário do famoso Manifesto dos Pioneiros, Manoel Bergstrom Lourenço Filho, educador, "formado em ciências jurídicas" (Pedrosa; Duenhas; Ramos, 2021, p. 28), também estava inserido na rede de sociabilidade que envolvia os intelectuais nas ideias eugenistas. Rocha (2010) apontou:

> Relevante é o fato de o **livro de Octavio Domingues**, Hereditariedade em face da educação, **prefaciado por Lourenço Filho** e **parte da Biblioteca da Educação**, organizada por Lourenço Filho. (...) O livro de Domingues e de tantos outros eugenistas e higienistas fizeram parte da nova racionalidade educacional. **Ao mesmo tempo em que a educação incorporava preceitos eugenistas em suas ações pedagógicas e organização escolar, ela também era vista como um meio de divulgação da eugenia** (ROCHA, 2010, p. 112. **Grifos** nossos).

No âmbito jurídico, a eugenia expressava sua influência também por meio dos estudos da criminologia, baseada na antropologia italiana que reverberaram na Nova Escola Penal brasileira, em que se associavam características físicas a uma predisposição à criminalidade.

Gonçalves (2019) aduz esta perspectiva:

> (...) o saber jurídico, sobretudo aquele relacionado ao tema da criminalidade, voltou-se para o pensar a sociedade brasileira a partir da perspectiva do controle social. Nesse sentido, não foi sem razão que a preocupação principal era a de criar normas que pudessem controlar as condutas ou preveni-las para evitar comportamentos indesejáveis. No caso da criminologia, o debate sobre o crime deslocou-se, no final do século XIX, para o criminoso (GONÇALVES, 2019, p. 108).

Neste mesmo compasso, Pereira (2021) abordou como o aparato jurídico e, em especial a Nova Escola Penal, serviram ao controle social na Primeira República:

> Ou seja, em uma sociedade republicana que tinha todos como cidadãos iguais, mostrou-se como aquela sociedade precisou de outros meios, para conter a "invasão" daqueles considerados "incivilizados". Por isso, demonstrou-se, como a **Nova Escola Penal** e sua teoria com enfoque no criminoso encontrou meios para se sustentar, porque **seus discursos diziam aquilo que a elite queria e precisava ouvir**. **A ciência como um alicerce e motivador para a exclusão e o aprisionamento**[60] **daqueles que incomodavam e, mormente, impediam a chegada do progresso capitalista** (PEREIRA, 2021, p. 19. **Grifos** nossos).

No nível estadual, o recrudescimento do uso das proposições eugênicas no controle da população mineira se fez presente com a aprovação do Regulamento da Saúde Pública, por meio do Decreto n. 8.116, de 31 de dezembro de 1927, que passaria a vigorar no primeiro dia de 1928. Na exposição dos motivos para a aprovação do Regulamento[61], o secretário de Segurança e Assistência Pública, José Francisco Bias Fortes, apontou:

> [...] ser 'imprescindível': sanear; cuidar da higiene das habitações; promover o abastecimento de água; instalar esgotos; fiscalizar a pureza e a conservação dos alimentos; "[...] organizar a defesa contra as epidemias e mover guerra contra as endemias reinantes nas extensas zonas do Estado [...]" que estavam afetando trabalhadores e, por conseguinte, "[...] a fortuna pública [...]" e o "[...] desenvolvimento econômico [...]"; e, ainda, "[...] zelar pela **formação eugênica** [...]" do povo (MINAS GERAIS, 1928, v. 3, p. 1879-1880. **Grifo** nosso.).

Esperamos com estes apontamentos termos explicitado o título desta seção. Ou seja, perceber que o modelo americano e a presença da eugenia subjacente e espraiada nos discursos médico, jurídico e educacional, permitiu a elaboração de dispositivos diversos (leis,

---

[60] O livro "Encarceramento em Massa", de Juliana Borges, aborda a conexão entre o racismo e o sistema de justiça criminal no Brasil.

[61] Regulamento de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Bello Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1928.

regulamentos, práticas, instituições) mobilizados em direção a moldar esse "novo homem" demandado pelo Fordismo e pelas elites da época, como preconizado no discurso de abertura do I CCIA.

3.3 A fascinação pelo Americanismo e Fordismo: Anísio Teixeira, Fidélis Reis e as representações sobre o Trabalho

Além da influência da eugenia e do Americanismo tratadas acima, cabe discutirmos também a influência da figura de Ford e as representações que este industrial suscitou sobre as elites brasileiras à época do Congresso de 1928.

O deslumbramento com o Americanismo, e notadamente com Ford, não foi exclusividade do empresariado e do presidente da ACEJF, Dr. José Carlos de Moraes Sarmento, na abertura do Congresso de 1928. O americanismo e Ford exerceram fascinação sobre dois personagens importantes ligados às transformações no âmbito educacional no Brasil a partir da década de 20: Anísio Teixeira e Fidélis Reis.

Anísio Teixeira, um intelectual da educação, baluarte da Escola Nova[62], signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação[63], defensor da escola pública laica e da democracia. Segundo Santos,

> Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) é natural do nordeste brasileiro, teve a juventude marcada pela formação católica jesuíta, graduou-se em Ciências Jurídicas e foi intelectual com intensa atuação na educação pública brasileira como articulador, gestor, escritor e tradutor. Nos anos 1920 - 30 Anísio Teixeira foi um destacado articulador do movimento pela escola nova (SANTOS, 2018, p. 12).

---

[62] Segundo Vidal e Rabelo (2021) foi um movimento mundial surgido no período entreguerras com "várias denominações que este assumiu em diversos países, como New Education, Progressive Education, Reform pedagogik, **Escola Nova**, (...) École Nouvelle" e que "forjaram o núcleo de uma epistemologia ainda presente no campo educacional, na reiteração de propostas como protagonismo infantil, método de projetos, centros de interesse, professor como mediador, educação para democracia, dentre outras, porque constitutivas do embrião da disciplina acadêmica no seio das universidades". As autoras destacam como instituições importantes para a circulação internacional de teorias e experiências relacionadas à Educação Nova: "a "New Education Fellowship (NEF), em 1921 (....) ou simplesmente por Liga e a ação sistemática de formação de, ao menos, dois grandes institutos internacionais, ligados ao Teachers College (TC) e ao Institute Jean-Jacques Rousseau (IJJR)" (VIDAL; RABELO, 2021, p. 23).

[63] O Manifesto, segundo Santos (2018, p. 11), surgiu "em 1932, articulado por Fernando Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira e mais 23 signatários intelectuais educadores ilustres da época. O manifesto propunha que o Estado tomasse a responsabilidade e organizasse um plano geral de educação que defendesse uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita".
A defesa da escola pública, "apresentada pelo Manifesto dos Pioneiros, sob um determinado ângulo de análise, pode ser concebida como um movimento educacional/civilizatório em que se reivindicou "[...] para a educação a função de 'criar' cidadãos e de reproduzir/modernizar as 'elites', simultaneamente à de contribuir para o trato da questão social" (Iwasse, Araújo, Ribeiro, 2021, p.5).

Pedrosa e Silva (2020) apontaram a importância que as viagens aos EUA exerceram sobre Teixeira na sua inclinação para a república, a democracia liberal e a educação pública e laica:

> Viaja aos Estados Unidos da América-EUA (1927), retoma a gestão da educação baiana (1928) e, em 1928-29, retorna aos EUA para cursar mestrado com John Dewey na Universidade de Columbia. Ao retornar ao Brasil em 1929, Teixeira, com 29 anos, já é inclinado à educação pública, da qual torna-se protagonista (PEDROSA; SILVA, 2020, p. 155).

Assim, os autores corroboram a importância das viagens aos EUA para o pensamento de Anísio Teixeira e suas posteriores ações no campo educacional.

Teixeira, durante a viagem aos EUA em 1927, produziu um diário com suas notas a bordo do navio, descrevendo suas impressões e representações sobre os Estados Unidos, seu povo, seus costumes e peculiaridades.

Antes, Teixeira já tivera contato com a obra "Métodos Americanos de Educação", do belga Omer Buyse, que lhe causaram impressão tão positiva, a ponto de solicitar autorização de Buyse para traduzi-la e distribui-la pelas escolas da Bahia. Inclusive a carta de autorização constou no início do livro publicado pela Imprensa Official do Estado da Bahia enquanto Teixeira ocupou o cargo de Diretor Geral de Instrução.

Vejamos algumas similaridades entre o texto de introdução à obra de Buyse, escrito por Teixeira, e o discurso de abertura do I CCIA. Vejamos:

> Os paizes industriaes e commerciais, animados no mais ardente estimulo, se aprestam e organizam com furuor, para conquistar uma parte cada vez maior da producção e do trafego unversaes. Desenvolvem-se então, verdadeiros prodígios de estratégia para a **conquista da clientela mundial e o afastamento da concurrencia.** (...) **Nessa competição os Estados Unidos revelaram methodos audaciosos** que transformaram as regras classicas da fabricação e do commercio (....)
> O factor essencial de tudo isso é o espirito de emprehendimento, o **genio organizador**, a devoradora actividade **dos americanos**.
> **"Um estado forte só pode existir se os homens e as mulheres que o compõem levam uma vida pura, vigorosa e sã;** se os seus filhos são educados de tal modo que se esforcem, não para evitar as difficuldades, mas vencel-as (...)
> O homem deve julgar-se feliz em dar conta da sua tarefa de homem, em ser ousado, tolerante, **trabalhador**, em defender-se e saber defender os que delle dependem.
> **A educação familiar e escolar americana tende para a formação de um typo de vigor (TEIXEIRA, pág. 1-3 In: BUYSE, 1927).**

Por sua vez, no discurso de abertura do I CCIA, proferido pelo presidente da ACEJF, encontramos

> Em nossos dias, principalmente em consequencia da Grande Guerra, novas tendencias se manifestaram. O productor, seja o industrial, seja o agricultor, **na luta intensa pela conquista do consumidor**, cada vez mais exigente, se vê na contingencia de estudar e applicar novos **methodos**, novas theorias. Dahi a producção em massa**, tão bem ideada e com tanto exito posta em victoriosa execução, por Henry Ford; o Taylorismo** ou direcção scientífica de empresas, quer commerciaes, quer industriaes, quer agricolas; a standartização; a nacionalização; **tendentes todos à obtenção de maior efficiencia na produção** (...) **Congressos como este**, meus senhores, que ora se inicia sob os melhores auspicios, **são a fonte irradiadora de novos ideaes** e contribuem decisivamente para sua divulgação. (...) Este congresso, meus senhores, deverá, após as necessarias discussões, indicar qual a melhor orientação a ser adoptada em assumptos de relevancia excepcional, como, por exemplo: a defesa do café, a cotabilização, as vias de communicação, legislação social, regimen tributário, ensino profissional e credito agrícola (Jornal Gazeta Commercial, 26 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

Dentre os pontos em comum, percebemos a ênfase na concorrência econômica, o tom elogioso aos Estados Unidos, bem como a atribuição do sucesso desse país aos seus métodos de educação e de trabalho. Outro ponto em comum que observamos é a indicação dos valores morais do homem americano como fator essencial ao progresso. Notamos também a demanda pela família, por um tipo de moralidade, de vida, um "novo tipo humano", como Gramsci criticou em seu Caderno 22: Fordismo e Americanismo.

É importante considerar que a mesma instituição, a Fundação Rockfeller, teve atuação expressiva nos anos 20 e 30 no campo da educação, por meio do Teacher's College, que acolheu e treinou vários brasileiros na "modernidade pedagógica" dos métodos americanos escolanovistas, dentre eles, Anísio Teixeira em 1927 e Lourenço Filho posteriormente. Segundo Rocha (2016):

> O **Teachers College da Universidade de** Columbia também estava inserido neste movimento de internacionalização aqui descrito (...) **Em 1923 fundou o International Institute**, um departamento criado tanto para incentivar a chegada de alunos estrangeiros quanto para auxiliar os que ali já se encontravam. O Instituto foi criado **com verba doada pela Fundação Rockefeller, que também estava envolvida no projeto diplomático norte-americano** (ROCHA, 2016, p. 40).

O projeto diplomático norte-americano se fazia presente no Teachers College, que recebia aportes financeiros da Fundação Rockefeller para concessão de bolsas de estudos para alunos estrangeiros, tal como a concedida a Anísio Teixeira. Por meio da formação no Teachers College a influência do americanismo ocorreu sobre vários educadores brasileiros escolanovistas.

Dentre estes educadores, constatamos Lourenço Filho, uma vez que “fazia apropriações na psicologia da aprendizagem anglo-americana e as fazia circular no Brasil.” (Pedrosa, 2020, p. 254). Como expoente de um “saber técnico” (Rocha, 2016, p. 228), os preceitos do taylorismo de racionalização e eficiência, foram aplicados não somente nas escolas sob as reformas de ensino e métodos escolanovistas, uma vez que Lourenço Filho também levou às fábricas e espaços de trabalho os testes psicológicos e as técnicas para colocar “o homem certo, no lugar certo”, e assim neutralizar conflitos de classe no interior do corpo social.

Portanto, na década de 20 houve uma “**complementaridade** de atuação dos reformadores e dos industriais (Carvalho, 1998, p. 29).

Retomando o foco em Anísio Teixeira, na viagem que ele realizou com destino aos EUA, no seu diário de viagem expressou o fascínio que o livro de Ford lhe causou. Conforme Carvalho (1999):

> O conhecimento "dessa extraordinária alma americana" já lhe é anunciado, ainda a bordo do Pan American, pela leitura do livro **Ford, My Life and Work. Seus registros de leitura são taxativos: não conhecera, até então, outro livro que lhe produzisse "uma mais profunda e positiva impressão de otimismo e confiança**". Nele não havia lugar para fraseologias, sentimentalismo ou hesitações. (...) Ninguém **além de Ford havia tratado da "prosperidade material da humanidade com maior pureza, com maior retidão".** Nada no livro revelava o "desvio, a superposição do homem à obra divina". Havia nele uma confiança evangélica. Sem falar de Deus, o livro, mas também toda a obra industrial de Ford respiravam o "Seu espírito", de tal forma estava ela impregnada de "ordem, de desprendimento, de humildade, de subordinação do homem a qualquer coisa maior do que ele." Em nenhuma outra obra o homem estava "mais subordinado, mais ligado, mais no seu lugar". **Como o Evangelho, a obra de Ford trazia "verdades tão elementares quanto formidáveis**". Ela revelava a verdade que estava "na superfície das coisas", a verdade que já estava "na vida de todos" sem que ninguém a visse. A verdade que só agora se revelava: a "indústria como serva do bem estar coletivo". Essa "lúcida concepção sobre a vida" era "**confiança evangélica" de que havia "lugar para todos no mundo", de que estava próxima a supressão da miséria. E isso, sem "revoluções", "sobressaltos" ou "reviravoltas".** Estaria aí o "segredo da verdade fordiana": "Nós não progredimos por saltos". Tal era o impacto dessa verdade sobre Anísio que ele confessava não ter terminado a leitura do livro sem ter-se obrigado "ao mais vasto, mais confiante e mais generoso ato de fé na vontade e na obra humana" que já havia feito, fixando no seu diário de viagem essas suas impressões de leitura (CARVALHO, 1999. **Grifos** nossos).

Outro personagem da história da educação brasileira deslumbrado com o americanismo e Ford foi Fidélis Reis[64]: deputado Federal por Minas Gerais, engenheiro agrônomo, foi o relator da 5ª Tese do I CCIA, sobre o Ensino Profissional.

[64] Mais informações sobre Fidélis Reis no capítulo V, em tópico próprio.

Fidélis Reis, no seu livro “Homens e Problemas do Brasil” publicado em 1962, perto de sua morte, apresentou tom autobiográfico, posto que reuniu seus discursos ao longo das décadas com louvores a diversas personalidades. Fidélis Reis, neste livro, dedicou à Ford uma seção com cinco páginas intitulada: “Henry Ford, força da natureza”.

Transcreveremos seus dois parágrafos iniciais:

> Exorbita dos âmbitos da grande pátria em que nasceu o nome de Henry Ford. Universal é Ford, pela obra de gênio e de realização que legou ao futuro. Inscrever-lhe o nome nestas páginas é iluminá-las de imperecível fulgor, num preito de merecida homenagem a quem, pela inteligência e **pelo trabalho, tanto fez pelo progresso e pelo avanço do nosso tempo**.
> **Ford realizou esplendidamente o destino do homem.** Inteligência das mais poderosas, gênio verdadeiramente, ele foi um criador, um inventor, um admirável realizador. Construiu, fecundou e dominou a matéria em todos os setores. Dirigiu conscientemente a própria atividade e a dos outros, mas, sobretudo, conheceu e ensinou a superioridade do caráter humano. Um forte, por conseguinte, e de inigualável têmpera. Que missão maior ao homem reservada? Dêle é a opinião, segundo a qual **jamais se chegará a inventar um sistema que acabe com a necessidade de trabalhar. Porque no Trabalho – di-lo Ford – está a nossa saúde, o nosso respeito próprio e a garantia do nosso futuro. E por isso, longe de ser uma maldição, o Trabalho – afirma-o – é a mais alta das bênçãos, o melhor dos favores do céu.** (REIS, 1962, p. 82. **Grifos** nossos).

As representações acerca do Trabalho e do Fordismo são muito profícuas para entendermos a ação das elites na Primeira República no sentido de conformar, moldar sua população por meio e para o trabalho, e assim, para a República. (Gonçalves, 2019).

A representação do Trabalho como “a mais alta das bênçãos”, “o melhor dos favores do céu”, remete a uma inversão da polaridade religiosa, posto que na tradição cristã, notadamente católica, o trabalho representa a punição resultante do pecado, e não uma bênção, conforme lemos na Bíblia cristã, no livro de Gênesis capítulo 3, versos 17 a 19.

Essa alteração da representação do Trabalho no discurso religioso brasileiro foi descrita por Ribeiro Júnior (2008) quando apontou que pela reiteração das imagens cristãs foi

> notável o esforço e a tentativa de reintegrar o trabalho à tradição católica ressaltando os imperativos morais de uma relação entre credor e devedores. Portanto, trabalhar, por espírito de penitência, torna-se exigência que deve ser cumprida por todo cristão, pois é nele que se encontrará a condição da salvação. A emergência do discurso religioso evidencia a participação da Igreja Católica na produção de representações do trabalhador nacional. À sua imagem de regular, disciplinado, ordeiro, vão sendo agregados os símbolos cristãos e católicos (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 65).

A admiração de Fidélis Reis ao americanismo, de tradição protestante, não o impedia de ser favorável ao catolicismo no Brasil.

Observamos que a importância atribuída ao trabalho é de tal ordem no texto de Reis, que o Trabalho com T maiúsculo no texto, seria o responsável por conferir saúde, respeito e futuro ao indivíduo.

Esta representação alinhava-se às elites brasileiras que na Primeira República conformaram o respeito ao indivíduo se o mesmo trabalhasse, se este fosse considerado um elemento útil ao progresso econômico do país. Nesse sentido, "desejava-se, na verdade, que os homens livres internalizassem a noção de que o trabalho era um bem, o valor supremo regulador do pacto social". (Chalhoub, 2012, p. 49).

Assim, condicionava-se ao Trabalho o respeito ao indivíduo na Primeira República. Logo, aqueles que não trabalhavam seriam representados como potenciais: doentes, rebeldes, indisciplinados, vagabundos, desprovidos de honestidade, malandros, sem rumo, sem futuro.

Logo, entendemos assim porque até na atualidade, diante de uma abordagem policial no Brasil, os pobres argumentam que são trabalhadores para tentar evitar uma abordagem desrespeitosa e violenta por parte dos agentes do Estado, da "República".

O uso das palavras "destino" e "missão" atreladas ao trabalho buscam imprimir uma representação do trabalho como algo inevitável, natural, próprio e central à vida do homem.

Curiosa é a assertiva de que segundo Ford "jamais se chegará a inventar um sistema que acabe com a necessidade de trabalhar". Interessante que até mesmo uma teoria como a marxista, que propunha um modelo de sociedade distinta da capitalista, ainda mantinha a centralidade do trabalho na vida humana. No século XIX foram poucos contemporâneos a Marx que se opuseram a essa vinculação do humano ao trabalho. Um contraponto encontramos no genro de Marx, Paul Lafargue, em seu livro "O direito à preguiça".

Observamos a representação dos Estados Unidos como "grande pátria" e que Ford "exorbita", excede aos predicados dos EUA, pois seria ainda maior do que a medida da nação americana, seria "universal" pela sua obra de "gênio" da humanidade. O tom laudatório de Reis exorbitou aos encômios que as elites intelectuais da época direcionavam aos EUA.

A partir do panorama apresentado, vimos que a eugenia como paradigma subjacente aos discursos das elites ofereceu-lhes representações e justificativas que se queriam racionais e científicas para legitimar a sua gestão sobre a população, com vistas ao progresso, e ao modelo americano.

Assim, a representação das elites intelectuais sobre os EUA, sobre o americanismo e seu imperativo do Fordismo, direcionou a demanda por um "novo homem" e decorrentes representações sobre os trabalhadores.

E esta demanda por um novo homem, um novo trabalhador e "a necessidade de inserção da produção econômica de Minas no chamado mundo moderno" (Faria, 1992 p. 216), mobilizou centenas de homens, representantes das classes produtoras dos municípios mineiros, para realizar o Congresso de 28 visando a debater teses em busca de soluções para questões acerca do trabalho e da racionalização da economia.

Nestes debates das teses encontraremos as representações sobre o trabalho e o trabalhador, que abordaremos adiante. Antes, entre essas centenas de homens presentes no Congresso de 28, constatamos a presença de uma única mulher, e esta singularidade nos instiga a abordar as representações das classes produtoras sobre a mulher e as trabalhadoras, constituindo a proposta do capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

REPRESENTAÇÕES SOBRE O TRABALHO FEMININO E AS TRABALHADORAS

Mulher Eleitora
Mietta Santiago
loura poeta bacharel
Conquista, por sentença de Juiz,
direito de votar e ser votada
para vereador, deputado, senador,
e até Presidente da República,
Mulher votando?
Mulher, quem sabe, Chefe da Nação?
O escândalo abafa a Mantiqueira,
faz tremerem os trilhos da Central
e acende no Bairro dos Funcionários,
melhor: na cidade inteira funcionária,
a suspeita de que Minas endoidece,
já endoideceu: o mundo acaba.
(Carlos Drummond de Andrade)

Poema sem maracatu
Minha tetravó não era nenhuma rainha na África
Minha tataravó veio num cavalo negro de morte que
Andava sobre as águas
Minha bisavó ficou livre depois dos sessenta e chorou
De tristeza até poder ficar
Sinhazinha deu beliscões roxos nela e ela sorriu
Desdentadíssima
Minha avó, muito antes, já fora tirada roubando leite
De suas tetas
Fugiu cedo e foi tornada catadora de papel
Minha avó abandonada abandonou minha mãe
E eu escrevi este poema.
(Adriane Garcia, livro Garrafas ao Mar)

4.1 Uma mulher no Congresso das Classes Produtoras de 1928: táticas de Mietta Santiago e do movimento feminista

Ao cotejar os jornais organizados sob a categoria "Congresso" nos levantamentos indicados no capítulo 1, encontramos em um único veículo a peculiaridade de relatar, entre os 268 homens congressistas representantes dos municípios mineiros[65], um participante diferente no I CCIA: uma mulher. No levantamento da Hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual encontramos no jornal "Diário de Minas – orgam do Partido Republicano Mineiro", a notícia:

[65] A listagem com os municípios e seus respectivos representantes no Congresso de 28 encontra-se no Quadro 13 – Municípios e seus Representantes no Congresso de 1928 nos Anexos.

> *CONGRESSO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA*
> *Prosseguem animados os seus trabalhos*
> *A sessão nocturna de ante hontem*
> Completando as notas que publicamos sobre a 2a sessão ordinária, realizada na noite de ante hontem, passamos a resumir os trabalhos da mesma.
> (...) O Sr. Lauro Vidal envia à mesa um **instrumento particular** em que **substabelece, com reserva, poderes à senhorinha Mietta Santiago**[66] **para representar as classes conservadoras de Tiros**[67].
> O Sr. Vito Leão envia à mesa uma these sobre "A propaganda, elemento primordial de todo o progresso econômico" (Diário de Minas, 30 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

A partir das noções de estratégia e tática elaboradas por Michel de Certeau, podemos entender a ação da advogada criminalista e escritora Mietta Santiago, ao solicitar sua participação no I CCIA, como uma *tática* sua e da Liga Mineira pelo Progresso Feminino, instituição que ela liderava e que era articulada ao movimento feminista nacional em prol do direito das mulheres ao voto no país.

Sobre a noção de tática de Michel de Certeau:

> **A tática não tem por lugar senão o do outro.** E por isso deve **jogar com o terreno que lhe é imposto** tal como o organiza a lei de uma força estranha. (...) A tática é movimento "dentro do campo de visão do inimigo". (...) Ela **opera golpe por golpe, lance por lance**. **Aproveita as "ocasiões" e delas depende**, **sem base para estocar**

---

[66] Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira, conhecida como Mietta Santiago, foi advogada, escritora, poeta, sufragista e líder da Liga Mineira pelo Progresso Feminino. Nasceu em Varginha em 1903, estudou na Escola Normal de Belo Horizonte, entrou na Faculdade de Direito e viajou para Europa onde concluiu estudos e tomou contato com o movimento sufragista. Aos 20 anos retornou ao Brasil. Em 1928, notou que a proibição ao voto feminino contrariava o artigo 70 da CF então em vigor. Com base nisso, Mietta impetrou Mandado de Segurança e obteve sentença favorável que lhe permitiu votasse em si mesma para um mandato de deputada federal. Embora ela não tenha conseguido se eleger, foi a primeira a exercer, plenamente, os seus direitos políticos. Mietta Santiago frequentava com desenvoltura tanto o círculo de políticos – como Getúlio Vargas e Tancredo Neves – como as rodas boêmias e literárias dos seus amigos, o memorialista Pedro Nava e poeta Carlos Drummond de Andrade e do acadêmico Abgar Renault. Carlos Drummond de Andrade, impressionado com a conquista do voto feminino, dedicou a Mietta o poema "Mulher Eleitora". Mietta fez parte do grupo responsável pela primeira publicação modernista em Minas Gerais, "A Revista" da qual faziam parte Carlos Drummond, João Alphonsus, Emílio Moura, Pedro Nava e outros. Faleceu em 1995.
Fonte:<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/coordenadoria-dos-direitos-da-mulher/arquivos-e-documentos/biografia-mietta-santiago/view>.
Consta que Mietta também foi docente e homenageada em 2020 nos "128 anos da Faculdade de Direito da UFMG", conforme o site: <https://biblio.direito.ufmg.br/?p=1682>.
A **medalha Mietta Santiago**, condecoração concedida pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, foi criada em 2018 para homenagear iniciativas relacionadas aos direitos das mulheres e é entregue anualmente em março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

[67] O município foi criado pela Lei estadual nº 843 de 7 de setembro de 1923. A 10 de fevereiro de 1924, deu-se a instalação do município de Tiros. O topônimo surgiu de um incidente entre garimpeiros vindos para o Rio Abaeté ou para ele se dirigindo, e soldados do Quartel D'Assunção, junto a um córrego situado nas proximidades da atual sede do município. Houve escaramuça com forte tiroteio, ficando o córrego conhecido como 'ribeirão dos tiros', expressão que passou a topônimo e se estendeu a toda a região. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tiros/historico>.

> **benefícios**, aumentar a propriedade e prever saídas. **O que ela ganha não se conserva**. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as **possibilidades oferecidas por um instante**. **Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário.** Aí vai caçar. Cria ali surpresas. **Consegue estar onde ninguém espera**. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco (CERTEAU, 1998, p. 100. **Grifos** nossos).

Observamos que Mietta aproveitou a ocasião do I CCIA, o lugar da sua realização na Câmara dos Deputados, para pleitear a representatividade da mulher na sociedade e nos lugares de decisão política do estado mineiro.

A possibilidade foi estar ali, entre 267 congressistas homens, representantes dos poderes econômico e político do Estado mineiro, dentro da Câmara dos Deputados estadual. Câmara, lugar da vida pública, lugar do outro, do homem; lugar contrário ao que se direcionava à mulher, para a qual a representação em voga na época definia ela e seu lugar como "Rainha do Lar", como mãe e esteio da família, ou seja, seu lugar seria a esfera privada.

E este seria o argumento para, da vida pública, a mulher ser então privada. A esfera pública não seria lugar para mulheres na visão das elites masculinas. O artigo abaixo exemplifica a opinião corrente na época:

> O suffragismo
> (...) Isso das **mulheres quererem votar**, além de ser essencialmente cômico, **é de um absurdo deplorável**; a política hoje em dia é uma mulher de vida airada, que vive a corromper os homens e cuja companhia as meninas devem evitar. (...) Para um pobre marido será então a ascensão e descenção contínuas dos sete círculos infernaes o possuir uma querida costella que se meta em eleições. (...) pois **ser mãe, e não eleitora, é a sua bella missão na terra** (GUIMARAENS, 1928, pág. 1. **Grifos** nossos).[68]

Assim, entendemos a condição de surpresa quanto à presença de Mietta, percebida no uso do termo "instrumento particular". Ou seja, era uma exceção e direcionada a uma pessoa, a Mietta Santigo, e não ao conjunto das mulheres.

---

[68] Artigo de opinião publicado no jornal Gazeta Comercial de 28 de fevereiro de 1928. Seu autor, Alphonsus de Guimaraens, pseudônimo de Afonso Henrique da Costa Guimarães, foi juiz, promotor de Direito e poeta. Nasceu em Ouro Preto em 1870. Aos dezoito anos, presenciou um fato que marcaria profundamente sua vida e suas poesias: a morte de Constança (filha de Bernardo Guimarães), sua prima e noiva, às vésperas do casamento. Logo vai para a cidade de São Paulo estudar Direito, vindo a se formar em 1895. Em São Paulo conheceu os ideais simbolistas e escreveu a maior parte de sua obra. Em viagem pelo Rio de Janeiro, conheceu outro ícone do Simbolismo: Cruz e Sousa. De volta a Minas Gerais, exerceu o cargo de juiz na cidade de Mariana com sua esposa, Zenaide de Oliveira, e seus catorze filhos, até sua morte em 1921. Fonte: <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/literatura/alphonsusdeguimaraens.htm>.

Além disso, os termos “substabelece, com reservas, poderes para representar” permitem muitas reflexões. A palavra substabelecer significa nomear como substituto.

Logo, Mietta estava a substituir outro Congressista. Na lista de participantes do I CCIA (no Anexo 1) consta: “Villa de Tiros: Sr. Lauro Gomes Vidal”. Ou seja, o próprio Sr. Lauro Vidal enviou à mesa o pedido para Mietta substituí-lo “com reservas”, indiciando “a vigilância do poder proprietário” afirmada por Certeau.

Portanto, a substituição não lhe daria plenos poderes e sim poderes “com reservas”, parecendo uma concessão e ao mesmo tempo prescrevendo a interdição aos mesmos poderes de participação de que gozavam os outros congressistas, configurando assim a ação de Mietta como uma tática, pois “a tática não tem lugar senão o do outro”. Mietta só esteve ali na condição de estar substituindo “com reservas” outro congressista, e um congressista de peso, posto que Lauro Vidal constou na Lista de Membros da Comissão Executiva.

Mesmo com as reservas, Mietta Santiago esteve presente, sua tática funcionou, pois, nos termos de Certeau, Mietta aproveitou o lugar, a ocasião do I CCIA e “foi à caça” da sua representação e da representação feminina. E, curioso, foi para a caça pela Villa de “Tiros”, preparada, para atirar por vários lados, pelos círculos das elites intelectuais e político-econômicas de Minas Gerais que transitava, e direcionando seus privilégios para favorecer a causa sufragista.

A tática “opera golpe por golpe, lance por lance”. Assim, o ineditismo de Mietta no I CCIA direcionou a ela os holofotes para favorecer outro ineditismo: após o I CCIA Mietta continuaria nos jornais por desferir outro golpe, outro lance: impetrar Mandado de Segurança solicitando votar e ser votada. Após a tramitação, obteve sentença favorável e, assim, entrou para a história como a primeira mulher brasileira a exercer, plenamente, os seus direitos políticos.

Uma biografia mais completa de Mietta Santiago abordando suas obras como escritora, poeta, intelectual feminista, espiritualista, romancista, ensaísta e as premiações que recebeu como pintora, encontra-se no Dicionário crítico de escritoras brasileiras, de Nelly Novaes Coelho e cujo verbete[69] de número 1055 foi-lhe dedicado.

---

[69] O verbete presente no Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras (COELHO, 2002) apresenta biografia mais completa de Mietta Santiago do que as biografias presentes em teses e dissertações que citam somente sua atuação no direito ou na história do feminismo. O verbete também encontra-se disponível em:<http://historiademuzambinho.blogspot.com/p/67-mietta-santiago-uma-das-maiores.html>. Acesso em 21. Jun. 2021.

As poucas teses e dissertações encontradas que mencionaram a figura de Mietta Santiago, tais como os estudos de Holl (2019), Galvão (2016) e Karawejczyk (2013), abordaram sua participação dentro do movimento sufragista brasileiro.

Entretanto, nos bancos de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e BTDT (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) não encontramos nenhum trabalho específico sobre a mesma.

Mieta Santiago foi assim descrita por Holl (2019):

> Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira, que ficou conhecida como Mietta Santiago, advogada, impetrou mandado de segurança em 1928, questionando a validade da restrição ao direito de voto das mulheres, em face do art. 70 da Constituição de 1891. Como fato inédito no país, Mietta Santiago obteve sentença favorável, de forma que pode, além de votar, candidatar-se ao cargo de Deputada Federal, apesar de não ter sido eleita. Depois de ter conseguido o voto das mulheres pela via judicial, Mietta Santiago também fundou em Minas Gerais a Liga das Eleitoras Mineiras (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 80-81). E foi a partir desse precedente criado por Mietta Santiago, que o Partido Republicano do Rio Grande do Norte indicou Alzira Soriano, como candidata à Prefeitura de Lajes (HOLL, 2019, p. 50).

Na tese de Karawejczyk (2013), registrou-se sobre Mietta Santiago: “Em 1928, quando contava com 20 anos de idade e era auxiliar jurídica do advogado geral do Estado (MG)” (...) conseguiu se alistar para votar em Belo Horizonte e foi eternizada numa poesia de Carlos Drummond de Andrade intitulada “Mulher eleitora”.

Durante a tramitação jurídica do pedido de Mietta, a veiculação de textos de oposição ao voto feminino era frequente nas primeiras páginas dos jornais. Constatamos a notícia sobre a vinda de Bertha Lutz, líder do movimento sufragista do Brasil, a Belo Horizonte em setembro de 1928:

> O Feminismo em Minas
> **É esperada por estes dias em Bello Horizonte a senhora Bertha Lutz**, leader do feminismo no Brasil. (...) Ao que nos consta, a senhora Bertha Lutz vem plantar nestas plácidas e virgilianas montanhas sua bandeira feminista de reforma completa do papel da mulher na sociedade. **Desejamos à brilhante revolucionaria branca os maiores êxitos em sua missão.**
> **Avisamos-lhe, entretanto, que o campo por aqui, não será dos mais favoráveis à propaganda.**
> **Encastelladas** nestas alturas, **nossas santas mullheres** têm aquella noção antiga de **seu papel social**. **Preferem mais o lar** e estão convencidas de que um carinho vale mais do que um discurso. (...)
> Nós não achamos que **nossas mulheres de Minas** estejam muito dispostas a trocar a força do amor pela do voto. Com aquella, ellas tem alcançado muito. E, todos esses

> triumphos são discretos e silenciosos. São executados no **ambiente recolhido do lar**. (...)
> **Não; nós não achamos que a illustre senhora tenha pleno exito em sua missão por estas terras**. Em todo caso, nos conhecerá a senhora Bertha Lutz mais de perto e saberá quanto a mulher mineira já conquistou sem o voto, mas com o coração (Gazeta Commercial, Juiz de Fora, 16 de setembro de 1928, 1ª página. **Grifos** nossos).

As representações sobre a mulher enfatizando o seu "papel social" na "santidade" do "ambiente recolhido do lar" eram mobilizadas para oposição ao movimento feminista, naquele momento focado na luta pelo direito ao voto feminino.

Com tom irônico, a líder feminista Bertha Lutz[70] é representada como "brilhante revolucionária **branca**". Importante observar que tanto Mietta Santiago[71] como Bertha Lutz eram sim mulheres brancas, com alto nível socioeconômico, e formação superior na época em que a maioria da população brasileira era analfabeta.

O artigo da Gazeta Commercial apresentou forte contraste se compararmos seu início ("É esperada por estes dias em Bello Horizonte a senhora Bertha Lutz") e seu fim ("Não; nós não achamos que a illustre senhora tenha pleno êxito em sua missão por estas terras"), indiciando a hostilidade do jornal diante do tema.

Dias após ser noticiada a visita de Bertha Lutz, o jornal da ACEJF reproduziu uma entrevista concedida por Mietta Santiago informando o deferimento do seu pedido para votar e ser votada. Vejamos:

> O feminismo em Minas
> Numa entrevista concedida colegas do Diário de Minas, disse a senhorita dra. Maria Ernestina Carneiro Santiago, conhecida na intimidade e no mundo das letras por Mieta Santiago:
> "A idea não é nova; sempre existiu; no Brasil, porém, apesar de sempre assegurada juridicamente, só agora começa de ser aproveitada. (...) Foi Minas Geraes que há cinco ou dez annos deu as três primeiras eleitoras brasileiras: a dra. Alzira Reis e duas senhoras de Minas Novas. O Rio Grande do Norte, por vontade do grande presidente Juvenal Lamartine, agitou e iniciou o movimento actual. Há já no Rio Grande Norte uma prefeita eleita e duas candidatas a deputadas.
> **Estamos, no Brasil, todas organizadas sob no nome da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, cuja presidência, entregue a Bertha Lutz tem tido uma ação internacional de diplomacia e propaganda internacional mais poderosa porque**

---

[70] Biografia em: < http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/berta-maria-julia-lutz>.

[71] No documentário de 20 min do TJ sobre Mietta Santiago, o filho da escritora folheou as obras literárias e várias personalidades foram convidadas a falar sobre Mietta Santiago. A primeira senadora mulher participou deste documentário. Em sua fala, esta primeira senadora, Emilia Michiles, relatou que foi eleita em 1979. Entretanto, somente em 2015, após reivindicações, a bancada feminina do Senado conquistou o direito a um banheiro feminino no Plenário. Tal fato ilustrou como no Brasil a política e o espaço público foram pensados como espaços reservados aos homens.
Fonte: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario>. Acesso em 20 jun. 2021.

> **mais silenciosa e desconhecida do que talvez o Itamaraty. Aqui temos a Liga Mineira pelo Progresso Feminino, da qual sou presidente. Inactiva, porque não era opportuna a sua actuação, que vae começar agora. Já estamos organizadas e temos plano de actividade e finalidade.**
> E foi por amor a essa corporação nobre e perfeitamente organizada que iniciei o movimento de alistamento aqui... Por interesse pessoal eu nunca o faria... Mas, a invocação de meu nome para patrocinar uma causa justa, honesta, grave e seria, é um categórico sociológico ao qual, pela minha profissão e meus principios philosophicos de humanismo, não podia deixar de attender. Eis porque impetrei meus alistamentos com farta fundamentação jurídica e não seria a elegante e alta mentalidade folgadora de **um magistrado mineiro capaz senão daquella magnifica fundamentação à sentença favorável** a com que me incluiu no eleitorado mineiro (Gazeta Commercial, 23 de setembro de 1928. **Grifos** nossos.).

Observamos na entrevista de Mietta Santiago a organização das mulheres em prol do direito ao voto e direitos femininos, articuladas do nível local ao global. A intensa comunicação epistolar, as viagens, as articulações nas esferas da política, da cultura, oferecem meios para acompanhar o momento, a oportunidade e assim realizar ações táticas até atingir o objetivo.

A comunicação epistolar foi abordada por Karawejczyk (2013) que constatou como Bertha e Mietta mantiveram esta comunicação desde 1925, discutindo sobre o momento mais oportuno para pleitear o voto, e se a nível estadual ou federal. Reforça assim, a percepção da participação de Mietta no Congresso de 1928 como mais uma tática a aproveitar a ocasião, a oportunidade, e dar mais um passo em prol da conquista pelo direito ao voto feminino.

Sobre a ação do magistrado que deferiu seu pedido, Mietta qualificou seu parecer como "magnífica fundamentação". A esse respeito, encontramos em Galvão (2016), detalhes do deferimento do pedido de Mietta:

> Em 13 de setembro de 1928, foi aprovado o alistamento de Maria Ernestina Carneiro Santiago, mais conhecida como Mietta. (....) Na decisão do juiz Gentil Nelaton de Moura Rangel, a base legal fundou-se por inteiro no art. 70 da Constituição, uma vez que não havia lei local que permitisse expressamente o voto feminino. (..)
> Diz o trecho final da decisão: "Considerando que a Constituição Federal longe de proibir, permite o direito de voto às mulheres; Considerando que tal direito é hoje reconhecido pela doutrina e expressamente consagrado pelas leis de perto de quarenta Estados dos mais civilizados da Terra; Considerando que a requerente provou ter todos os requisitos da lei para que lhe seja reconhecido por sentença o direito de votar e ser votada nas eleições políticas, defiro o seu requerimento e determino que seja seu nome incluído na lista dos eleitores desta Capital" (Folheto da FBFP,1929: 22-26) (GALVÃO, 2016, p. 184).

A ação de Mietta fez com que ela entrasse para a história do Brasil como a primeira mulher a exercer seus direitos de votar e ser votada e abriu o campo a outras eleitoras, tais como

na cidade mineira de Pitangui e no Rio Grande no Norte. Em 1928 ocorreram passos importantes, porém a conquista do voto feminino ocorria em esfera individual ou ainda localizada, como foi no estado do Rio Grande do Norte.

Contudo, o direito do voto feminino só foi obtido por meio do Código Eleitoral Provisório, instituído pelo Decreto n° 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Ainda assim, a conquista não foi completa. O código permitia apenas que mulheres casadas com autorização do marido, viúvas e solteiras com renda pudessem votar. Tais restrições só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934. No entanto, o código tornou apenas o voto masculino obrigatório. O feminino só passou a ser obrigatório em 1946.[72]

Bertha e Mietta, transitavam nos círculos das elites intelectuais e políticas, e decidiram articular seus privilégios e redes de sociabilidade em prol da luta pelo direito ao voto feminino e assim desferir um novo lance, um novo passo no "campo do outro", no campo da política, tomado pelo masculino, para a conquista do direito ao voto feminino.

Lembremos da citação de autoria de Certeau, acima, quando afirmou que a tática "aproveita as ocasiões" e delas depende, sem base para estocar benefícios" e tem que "utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário". Estas afirmações de Certeau sobre a carência de base para estocar benefícios, lembra-nos que os direitos das mulheres não são permanentes, podem ser alterados ou retirados conforme as crises e contextos.

A historiografia classifica o movimento feminista em ondas, sendo a primeira onda caracterizada pela participação das sufragistas, lideradas por mulheres brancas de classes abastadas, onda feminista na qual ambas, Bertha Lutz e Mietta Santiago, se incluíram. Segundo Carlos, Franzolin, Alvim (2020):

> **para mulheres de classe média**, as barreiras começaram a se quebrar a partir da década de 1920, quando elas se tornaram professoras, advogadas e funcionárias públicas. No entanto, **ainda permaneciam limitadas e aglomeradas em áreas mal pagas do ensino, na burocracia e em funções na enfermagem e farmácia**. Nesse ponto, encontramos a linha de gênero bem demarcada: as mulheres inicialmente se concentraram nas **áreas que envolviam o cuidado e a saúde,** novamente em torno das **características da maternidade, nas quais ocupavam raramente os cargos mais reconhecidos e de maior status.** (...) **Censurava-se o trabalho extradoméstico das mulheres, que, sobretudo nas camadas mais elitizadas da sociedade**, era **visto como** um gasto físico de energias femininas, além de elemento **nocivo à moralidade** (CARLOS, FRANZOLIN, ALVIM, 2020, p. 787. **Grifos** nossos).

[72] Site do Ministério Público Federal, disponível em: < http://www.prr3.mpf.mp.br/institucional2/180-o-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em 20 de junho de 2021.

Constatamos a inserção da mulher das classes médias e das "camadas mais elitizadas" no mercado de trabalho circunscrita às profissões ligadas ao cuidado e saúde, "em áreas mal pagas" e este trabalho "extradoméstico" era visto como "nocivo à moralidade".

Angela Davis, Lélia Gonzalez e recentemente Djamila Ribeiro, apontaram a importância de considerar a presença das questões de raça e classe no movimento feminista, uma vez que essas questões interferem e estruturam a realidade social. Assim, "enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para serem consideradas pessoas. E essa diferença radical fazia toda a diferença." (Ribeiro, 2016, p. 100). Assim, essas questões nos permitem entender as distâncias entre as mulheres dos dois poemas do início deste capítulo.

4.2 Representações sobre a mulher das classes abastadas

O voto feminino suscitou fortes debates na sociedade e nos jornais em 1928. A novidade da mulher exigindo ser eleitora e participar da esfera pública acarretou oposições e lutas de representações sobre a mulher nos jornais deste período. Constatamos em duas situações descritas abaixo.

No dia seguinte ao encerramento do I CCIA que contou com a inusitada participação da advogada Mietta Santiago, circulou na primeira página do Gazeta Commercial, na coluna "Livros recebidos" a notícia e sutil propaganda sobre "O voto político das mulheres". Vejamos:

> Livros recebidos
> Halim Phares[73] - O voto político das mulheres.
> Num interessante opúsculo de 40 páginas, condensou o illustrado sr. Halim Fares seu modo de encarar o direito ao suffragio que ora se trata de conceder às mulheres no Brasil. Do modo de encarar essa questão diz o seguinte summario do capítulo I do O Voto político das mulheres:
> - Erros femininos provenientes das modernas idéas egualitárias. - Opiniões de notáveis juristas sobre o voto político das mulheres. - **Inconveniência do suffragio feminino e sua desagradavel repercussão sobre a raça, sobre a família, a sociedade e o regime político**. - Escandalosos matrimônios e innumeros **divorcios** verificados **nos paizes feministas**. - **Differenças mentaes entre os dois sexos, provadas pela sciencia.** - Injustificável referencia, por parte dos feministas, à competência de certas mulheres da antiguidade, como prova da capacidade política feminina. - Erros políticos. **Missão natural do homem e da mulher**.

[73] Dr. Halim Phares discursou, em nome da colônia síria, no velório do ex-Presidente Delfim Moreira em julho de 1920, segundo o jornal: < http://www.emporiodenoticias.com/as-ultimas-horas-do-presidente-delfim-moreira/>.

> - **O importante papel, na família e na sociedade, da mulher como mãe e educadora da infância**. - Conclusão.
> Ao talentoso autor desse opusculo agradecemos a oferta de um exemplar (Gazeta Commercial, 1 de junho de 1928. **Grifos** nosso.).

Observamos na sucinta propaganda do livro na primeira página do jornal argumentos elencados e sumarizados para a oposição ao voto feminino. Chama atenção a mobilização da autoridade da ciência para "provar" as "diferenças mentais entre os sexos", e o apelo à "natural" diferença de "missão" do homem e da mulher.

A representação da mulher como esteio da família e, assim, da sociedade, aparece. Logo, o controle social dependia do controle da mulher, da representação sobre a mulher e a manutenção dos papéis a ela designados. Uma alteração na ordem do feminino causaria abalo na ordem social.

Assim, o autor entendeu que qualquer alteração no papel da mulher, como passar a votar, poderia causar abalos na sociedade, na "raça" e até no "regime político". Então, implicitamente, havia uma associação das ideias feministas de emancipação a outros regimes políticos, como o socialismo e anarquismo. Nos países considerados feministas, o autor associa o feminismo aos "escandalosos matrimônios" e aumento do número de divórcios, assim, o feminismo causaria a "dissolução" do arranjo familiar tradicional e seria uma ameaça à sociedade.

O artigo enfatizou o papel social da mulher como mãe e educadora; a ela caberia cuidar da família, núcleo moral do mundo do trabalho, e "desempenhariam os papéis de trabalhadoras e de formadoras de cidadãos e trabalhadores nacionais, indispensáveis à conformação da sociedade civilizada" (Ribeiro Júnior, 2008, p. 181).

Assim, cuidar e educar os filhos, seria preparar a prole como futuros trabalhadores e cidadãos para o engrandecimento da pátria, da República, uma vez que "seria no espaço doméstico, onde os homens recebem a primeira educação, dirigido por mulheres moralmente inatacáveis, o lugar onde o futuro de progresso e civilização teria início". (idem, 2008, p. 170).

Constatamos outro artigo anterior ao I CCIA e à participação da congressista Mietta Santiago veiculado com o título "Seu reino é o lar" na Primeira Página do jornal da ACEJF, a Gazeta Commercial.

O artigo apareceu como primeiro texto e o seu título em negrito, com letras maiúsculas, em tamanho maior do que quaisquer outros títulos da capa do jornal, enfatizando a importância dada ao mesmo, como mostra a figura:

FIGURA 10 – Artigo “Seu reino é o lar”, jornal Gazeta Commercial, 16 de fev. de 1928

Gazeta Commercial

ORGAM DO COMMERCIO, LAVOURA E INDUSTRIA

Propriedade da Associação Commercial de Juiz de Fóra

Juiz de Fóra — Quinta-feira, 16 de fevereiro de 1928

SEU REINO E' O LAR

Associação Commercial de Minas

ACADEMIA DE COMMERCIO

GRANDE FESTIVAL

PAGAMENTO DE IMPOSTOS

O café entrado no mercado do Rio de Janeiro

MINISTRO AGRACIADO

CONGRESSO COMMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRICOLA

EXPOSIÇÃO PECUARIA DE BELLO HORIZONTE

Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Neste artigo, a autoridade da religião, da figura de Deus, foi mobilizada para reafirmar e legitimar papéis sociais, e qualquer mudança nestes papéis seria uma subversão. Vejamos a transcrição do artigo acima:

SEU REINO É O LAR

Trago isto a lume a propósito da **moderna campanha em prol da chamada "emancipação da mulher", à querem dar o direito do voto nos comícios públicos, afastando-a de seu legitimo logar e reino, que é o lar, e não a praça pública**.

Recentemente, em modestíssimo discurso de paranympho da turma de normalistas do Collegio Immaculada Conceição, de Barbacena, foi meu thema principal "A mulher e sua missão na terra" (...).

Lemos no Genesis que, após a desobediência de nossos primeiros paes, ***Deus* determinou claramente o que deviam fazer o homem e a mulher.** (...) Dahi se deprehende facilmente que o Creador destinou o homem ao trabalho, à luta pela acquisição do pão quotidiano, e **a mulher a sua missão de mãe, sob a guarda de seu marido**. A falada emancipação da mulher, outorgando-lhe os mesmos direitos do homem, é uma verdadeira utopia, é um thema já muito sediço, que somente serve para os discursos bombásticos, sem pé nem cabeça (...)

A mulher foi creada para ser a verdadeira rainha do lar, em sua tríplice missão de esposa, mãe e preceptora, e não para as lutas exteriores da vida, próprias do homem, que é o sexo forte.

Muitas se têm formado em medicina, direito, engenharia, pharmacologia, etc.; entretanto, a história não mostra, entre ellas, summidades nessas carreiras, como mostra nos homens.

É que contra as leis da natureza são impotentes os preconceitos e as convenções sociais. **A mulher estuda, faz-se doutora em qualquer coisa e apresenta-se como tal; mas, não podendo, ainda que o queira, contrastar as leis da sábia natureza que chama tudo a seus logares, casa-se; vêm os filhos e os cuidados destes e as**

> **obrigações domésticas, o nobre encargo de dona de casa, tiram-lhe a attenção dos livros, e a mulher forçosamente tem de voltar ao que lhe compete, a ser a rainha do lar, que é seu próprio e legítimo reino. (...)**
> Não, minas queridas patrícias! Não vos deixeis levar pela **onda do modernismo inconsciente que vae desviando vossas semelhantes dos deveres que Deus lhes traçou com toda sabedoria; nem deis ouvidos às doutrinas subversivas** dos iconoclastas da sociedade humana.
> Deante vós está este terrível dilemma: **ou a mulher continua ennobrecer seu nobilissimo papel de rainha do lar e vestal desse sagrado templo e a sociedade progredirá; ou masculiniza-se de vez e desaparecerá a *família* e consequentemente a sociedade.**
> Se já sois rainhas; se, pela própria natureza, já tendes um reino tão sublime, mais sublime do que todos os reinos da terra, para que haveis de trocal-o pela escravidão da política, pelos dissabores das lutas partidárias, querendo um direito de effeitos completamente negativos para vossa felicidade? Continuae a ser o que sois: rainha do lar, na tríplice missão de esposa fidelíssima, mãe carinhosa e **preceptora** exemplar. Carmo Gama[74] (Gazeta Commercial, 16 de fevereiro de 1928. **Grifos** nossos).

Observamos no artigo a representação da mulher como "Rainha do Lar", papel que "Deus determinou claramente" como seu "legítimo reino" e em caso da mulher querer assumir outro papel, se masculinizaria e colocaria em risco a família e a sociedade. Observamos também a importância dada à família como elemento estabilizador, estruturador da sociedade; pois se a família viesse a desaparecer, desapareceria a sociedade.

Segundo Ribeiro Júnior (2008), as mulheres feministas e simpatizantes eram representadas como

> potenciais culpadas pela degeneração da família e da sociedade, já que se recusavam a cumprir seus desígnios como mães e esposas. A recusa a tais papéis e a escolha pela autonomia e liberdade de circulação, de trabalho e de lazer era vista como ameaça à ordem social (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 211).

Nota-se que o articulista entende o fato da mulher estudar e se formar como "convenções sociais" que entretanto seriam "impotentes" diante das "leis da natureza", "criada por Deus" que as "chama aos seus lugares" quando se casam e tem filhos.

Observamos que a autoridade de "Deus" e da "natureza" são mobilizadas para determinar o "lugar" da mulher como algo inescapável, natural, inexorável, inevitável: que o lar seja "seu próprio e legítimo reino". Assim,

---

[74] Na tese de AMANTINO (2001, p. 23) consta que Carmo Gama "seria o pseudônimo de Augusto de Lima Júnior", historiador e procurador da Marinha. FERREIRA (2014, p.12 e 42) o aponta como advogado, jornalista e escritor, colaborou em diversos jornais e publicou várias obras referentes à História do Brasil e de Minas Gerais; delegado responsável pelo repatriamento das ossadas dos Inconfidentes de 1789 da África para o estado de MG; foi responsável pela escrita do projeto que em 1933 elevaria a cidade de Ouro Preto a monumento nacional e participou do Integralismo.

> essa atribuição de papéis, restrita ao lar, funcionou como exercício de poder que promoveu a interdição da palavra das mulheres no espaço público. Na medida em que elas se apresentavam reivindicando participação política institucionalizada, o poder maternal foi mobilizado como argumento para esvaziar o conteúdo político e transformador de suas ações e de suas práticas. A estratégia de contrapor poder materno ao poder político atualizou a organização patriarcal da sociedade (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 180).

Até mesmo instituições com o foco na formação profissional feminina na Primeira República não podiam abdicar da formação dessas mulheres trabalhadoras como mães. Como se pode verificar nesta citação sobre a Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte:

> Entre os anos 1920 e 1960, a Escola Profissional Feminina surgiu e se tornou uma instituição marcada por lutas e contradições. Formou moças belo-horizontinas de extração burguesa e da classe trabalhadora. **Todas recebiam formação para o trabalho e para serem boas mães** (RIBEIRO, ARAÚJO, 2021, p. 92. **Grifos** nossos.).

O texto de Carmo Gama adquiriu contornos de pregação ao clamar às mulheres que "Não vos deixeis levar pela onda do modernismo inconsciente que vae desviando vossas semelhantes dos deveres que Deus lhes traçou com toda sabedoria; nem deis ouvidos às doutrinas subversivas".

Logo, nessa representação da mulher expressa por Gama, o seu lugar social, seu papel e "nobre missão" na sociedade já estariam determinados e deixar-se "levar pela onda do modernismo" seria desviar dos deveres traçados por Deus, seria uma subversão.

Esta luta das mulheres pelo direito ao voto não era recente no Brasil. Constatamos a existência da publicação em 1868, em contexto escravocrata e monárquico, do "Tratado sobre a Emancipação política da Mulher e Direito de Votar – por A.R.T.S.".

A autora, que assinou sob o pseudônimo A.R.T.S., iniciou seu Tratado[75] com a frase: "Não queremos menosprezar outros methodos de defender a mulher, mas o direito de votar é na minha opinião a pedra angular da empreza desde que não só procuramos proteger a mulher mas antes pô-la em uma posição de se proteger ela mesma" (A.R.T.S., 1868, p. 3).

O estudo de Ribeiro (2019) analisou este Tratado e a vida de sua autora, que foi identificada como Anna Rosa Termacsics dos Santos (1821-1886). No Tratado encontra-se uma

[75] Tratado disponível na Biblioteca Brasiliana Mindlin: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6702>.

frase que se contrapõe à representação da mulher como “Rainha do Lar”. Para Termacsics, ao contrário: “a vida caseira é a sepultura dos talentos” (A.R.T.S., 1868, p. 16).

O ato de enfatizar as representações tradicionais nos jornais indiciou o recrudescimento das lutas sociais, das lutas das mulheres por mais espaço no mercado de trabalho e na sociedade que se modernizava ao final dos anos 20.

E, mesmo em Belo Horizonte, cidade associada à modernidade, planejada, construída sob a racionalidade e para ser símbolo da República, essa tensão entre o moderno e o tradicional se expressou nas representações sobre a mulher e sua escolarização e profissionalização. Assim, sobre a Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte, Gomes e Chamon afirmaram:

> Não seria exagero dizer [...] que é, de certa forma, produto de novas sensibilidades surgidas então. Ela busca refletir o moderno, em uma cidade moderna. É uma forma de se integrar ao discurso, de se construir a partir dele, mesmo que suas práticas ainda estejam arraigadas pelos velhos hábitos. De certa forma é inegável que ela representa uma vontade de mudança em relação ao lugar da mulher na sociedade. Mas por outro lado ela também mostra como este era um passo difícil de ser dado (GOMES; CHAMON, 2010, p. 5).

Nesse compasso, Carlos, Franzolin, Alvim (2020) corroboraram que em países da América Latina, como o próprio Brasil, “a maioria dos homens e mulheres via ideias feministas como interpretações estranhas e estrangeiras sobre necessidades e papéis naturais das mulheres”.

Portanto, neste contexto em que as ideias feministas eram consideradas “estranhas” e ainda hostilizadas, percebemos que priorizando alcançar o direito ao voto, o discurso feminista na Primeira República tornou-se moderado por razões táticas.

Assim, entende-se a afirmação de Bertha Lutz, de que “não é exato, nem procedente declarar que, adquiridos direitos eleitorais, a mulher abdica do lar que a natureza lhe concedeu (...) O domínio da mulher, todas nós feministas concordamos, é o lar” (Lutz apud Ribeiro Júnior, 2008, p. 213).

A fala tática de Lutz procurou dissipar o argumento de Carmo Gama e comum à época, de que a mulher exercendo seu direito ao voto estaria abdicando ou não priorizando o “lar que a natureza lhe concedeu”. Seria possível conciliar as duas coisas: continuar a ser a rainha do lar e votar. Assim, o voto não seria uma subversão, posto que a mulher ao votar não iria “abdicar do lar”, “domínio da mulher”.

Observamos ao longo do artigo de Carmo Gama a mobilização da tríade “Deus – Família – Sociedade” na defesa de uma representação da mulher restrita ao lar, aos filhos e sob a tutela do marido, e assim, cumprindo sua função no corpo social. A tríade, quatro anos depois, seria adaptada quando da criação do Integralismo e seu lema “Deus, Pátria e Família”, dos quais o autor foi adepto. Ainda Ribeiro Júnior apontou:

> Deus, família e pátria eram representações que se entrelaçavam nas representações do ‘brasileiro típico’. Segundo Margareth Rago, o nacionalismo “crescente entre as décadas de 20 e 30, fundamentava uma forte preocupação eugênica como fortalecimento da raça, com a formação dos futuros cidadãos da pátria e com a transmissão de valores éticos, condições indispensáveis para a produção do trabalhador nacional: forte, saudável, ordeiro, e disciplinado, ético, patriótico e civilizado (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 188).

Para completar a tríade do papel da mulher, Carmo Gama no final do artigo enfatizou o papel de “preceptora exemplar”. A representação da mulher como preceptora, ou formadora, orientadora, remete ao processo de feminização do magistério na Primeira República. O magistério seria um trabalho fora da esfera doméstica, contudo este trabalho levaria a esfera doméstica do cuidado materno extensivo à escola.

Antes de tratar da feminização do magistério, cabe dizer da preocupação com o processo educacional das mulheres relativo não somente à sua conduta, laboriosidade e moral; existia também a preocupação com a formação de seus corpos. Assim, o educador e escolanovista Fernando de Azevedo, defendia a importância da prática da Educação Física nas escolas, pois

> Azevedo via na regeneração física da mulher brasileira, a pedra angular da nacionalidade. Partia da premissa que "mulheres fortes fazem uma raça forte; que com a fraqueza das mães começa a dos homens e que não é possível nenhum progresso social durável se não houver a intervenção da mulher no processo de regeneração da raça" (Azevedo, 1920 B, p. 99). (...) formar fisicamente a mulher de hoje é reformar a geração futura" (Azevedo, 1920 b, 98-100). A regeneração física da mulher brasileira seria o meio mais lógico, mais seguro e mais direto de obter-se, no futuro, uma geração sadia e robusta (VECHIA, LORENZ; 2009, p. 65.)

Sobre a feminização do magistério, as Reformas de Ensino criadas pelos governos estaduais durante a Primeira República promoveram este quadro. Estas Reformas legislaram e criaram essa condição em Minas Gerais. Carvalho (2012) analisou a trajetória das reformas educacionais promovidas em Minas Gerais, entre 1906 (Reforma João Pinheiro) a 1928 (Reforma Francisco Campos).

Para Carvalho (2012), o objetivo das Reformas foi difundir a escola primária no estado, bem como possibilitar o controle social, fundamental à formação da "cidadania controlada" dentro do ideário das elites republicanas, que pudessem contribuir para "processo civilizatório" da sociedade mineira, pois sua "missão" seria criar/recriar novos sujeitos para o contexto social urbano. Assim,

> no pensamento pedagógico dos reformadores, **a mulher compreenderia mais a infância**, **logo a professora estaria apta a educar** sem "desviar" o espírito, sem "corromper" o coração e sem "degradar" o caráter. "Acresce que a professora com mais facilidade sujeita-se aos vencimentos com que o Estado pode remunerar o seu professorado." (Diário Oficial de Minas Gerais, 16 dez. 1906, p. 1.cl. 3). Essa feminização da docência tinha suas razões de ser: uma era afetiva — a **docilidade e o caráter da mulher, tidos como essenciais à educação de crianças**; outra era de fundo social e moderno — estimular abertura do mercado de trabalho à mulher; a terceira era econômica — **o Estado não podia pagar bons salários, mas a mulher podia se submeter a essa condição.** Eis a **visão sacerdotal do magistério: trabalho feito por abnegação, por "amor" à causa. Eis o mito do sacrifício: dedicação sem pecúnia**. Não nos esqueçamos, porém, de que essa mulher que ganhou espaço num trabalho útil e digno era de **classe social abastada**, por isso o salário era secundário (CARVALHO, 2012, p. 224. **Grifos** nossos).

Observamos nos discursos de Carmo Gama e dos reformadores, a representação da mulher como "apta a educar", apta naturalmente ao papel de "preceptora exemplar", ao magistério, pela "docilidade e caráter da mulher essenciais à educação de crianças".

A representação da mulher como professora, doce, paciente, delicada e a visão sacerdotal do magistério como profissão "nobre" aparecem nesta propaganda nos jornais em 1928:

FIGURA 11 – Propaganda Cafiaspirina – e a representação do trabalho docente

Fonte: Jornal do Comércio, 26 de outubro de 1928

Na Figura acima lê-se:

> A senhorita Doremifá
> É a nossa **professora** de piano. Chama-se Dorothéa, mas eu prefiro chamal-a senhorita Doremifá. É uma **encantandora creatura, cheia de paciência e delicadeza**. Diz a mamãe que ella teve muitas desillusões e muitos desgostos amorosos. É por isso, talvez que o seu semblante se apresenta, às vezes, tão melancholico. Entretanto, parece que ella sabe vencer essas mágoas e **tem sempre um doce sorriso nos lábios**."
> Como todos os que professam **a nobre arte de ensinar** e abusam do esforço cerebral e nervoso, a senhorita Doremifá, soffre de enxaquecas e dôres de cabeça com exgottamento nervoso e mal estar.
> Ella, porém, sabe combater também os males physicos. Com dois comprimidos de Cafiaspirina fica alliviada e recupera as energias por completo. "Isto, diz ella em linguagem musical, me conserva sempre 'em tom' e dentro do 'compasso'" (Jornal do Comércio, 26 de outubro de 1928. **Grifos** nossos).

A representação da professora destacando seus atributos profissionais enquanto atributos femininos, “cheia de paciência e delicadeza”, bem como a representação do ensino como “arte nobre” mostraram-se na propaganda acima.

Nestas representações, à mulher caberia - enquanto “rainha do lar”, e o lar enquanto “base da sociedade” - o papel primordial de formar os futuros trabalhadores nacionais para o progresso da nação. E se professora, esse papel de formadora, preceptora, teria ainda maior alcance, para além do núcleo familiar.

O jornal Gazeta Comercial de 11 e abril de 1928 apresenta-nos as representações acerca da educação e do trabalho docente sob os efeitos da Reforma do Ensino em Minas Gerais realizada em 1927 pelo Secretário do Interior Francisco Campos, para a qual teceu críticas:

> Ou muito nos enganamos, ou, a não ser modificado o regulamento nessa parte, chegaremos a um destes resultados: as professoras abandonarão o ensino, trocando-o por outros empregos, como já estão fazendo algumas empregando-se como caixas no comercio; continuarão a leccionar e no fim de poucos annos estarão inutilizadas physicamente, tuberculosas, ou relaxarão, cansadas, exhaustas, sem estímulo.
> Outros factores contribuem para cansar **o professor e principalmente a professora, que se presume ser uma senhora, ou senhorita de educação**, entre os quaes o pessoal com que lida: em sua maioria, moleques, apedrejadores de arvores, que assaltam bondes e proferem obscenidades...
> **O regulamento de ensino não admite o menor castigo, de qualquer espécie, além do conselho carinhoso. Esse processo é optimo para crianças bem educadas** por seus paes. **Vão lá empregalo com negrinhos que até bebem cachaça** dada por seus próprios paes e aprendem com estes um vocabulário do mais baixo calão (Jornal Gazeta Comercial, 11 de abril de 1928, p. 4. **Grifos** nossos.).

Percebemos no trecho acima, a comparação entre "crianças bem educadas" tomadas como alunos de um plano idealizado a contrastar com a realidade encontrada pelos docentes, cuja representação remete à sua identificação com o trabalho feminino "que se presume ser uma senhora, ou senhorita de educação" e que se depara com "negrinhos que até bebem cachaça". A reprodução de representações associadas ao racismo e ao machismo podem ser percebidas nos relatos do ambiente educacional neste período.

O regulamento de ensino que "não admite o menor castigo" é criticado, pois o mesmo se adequaria às "crianças bem educadas por seus paes" e não para alunos "negrinhos que até bebem cachaça dada por seus próprios paes e aprendem com estes um vocabulário do mais baixo calão".

Ou seja, aos alunos negros não seria adequado abolir os castigos, pois no texto foram representados como propensos ao alcoolismo e aos desacatos por influência "dos próprios pais". E as professoras, sem recorrerem aos castigos para obter a disciplina dos alunos, teriam um grande desgaste físico e "no fim de poucos annos estarão inutilizadas physicamente".

Interessante notar a objetificação da figura docente, da professora como uma "machina humana" sujeita ao desgaste e possível inutilização. A retirada do recurso ao castigo físico promovida pela Reforma Francisco Campos geraria maior desgaste da professora, reduzindo assim sua "vida útil" pois "no fim de poucos anos estarão inutilizadas physicamente".

E, claro, a redução da utilidade a “poucos anos” acarretaria custos para a sua substituição e manutenção dessa função tão cara à República, dado o papel da escola como vetor de instituição e manutenção da própria República, conforme Gonçalves (2011).

Além disso, percebemos implicitamente a ideia de que o valor de uma pessoa se daria pela sua possibilidade de trabalhar, de “ser útil”, caso contrário, sem trabalhar a pessoa estaria na condição de “inutilizada”, “inútil”. Era comum o emprego da expressão “ser elemento útil” ao trabalho, à sociedade, nos documentos, legislação educacional e jornais na Primeira República.

Ao noticiar a abertura da Escola de Ensino Profissional Feminino em Belo Horizonte, constou:

> fundada em agosto de 1919, conforme consta no jornal Minas Gerais do referido mês e ano: “A Escola Profissional Feminina, com sede em Bello Horizonte, é uma instituição de ensino technico e profissional, com duração indefinida, que **tem por fim** preparar suas alumnas, ministrando-lhes sólidos conhecimentos de uma arte ou profissão, de modo a **tornal-as** na luta pela vida, **uteis a si e à pátria** (Minas Geraes, 23 jan. 1920, p. 4 apud RIBEIRO, ARAÚJO, 2021, p. 92. **Grifos** nossos).

As elites republicanas para transformar sua população pobre, mestiça, analfabeta, em “elementos úteis” à ordem e ao progresso da nação, lançou mão de discursos e dispositivos variados de seus aparatos educacional, médico, jurídico etc. para tal fim.

E aos “vagabundos”, “mendigos”, “inúteis”, “inassimilados”, “desviantes”, se necessário seria convocado o aparato policial e judicial do Estado para seu enquadramento. Gonçalves (2019) analisou as representações sobre o trabalho e o trabalhador presentes nos discursos dos Presidentes do estado de Minas Gerais na Primeira República, e explicitou essa ação do Estado em prol do trabalho a partir da repressão à vadiagem e ao crime:

> Assim como é recorrente nas mensagens a relação entre trabalho/trabalhador e vadiagem, ócio e vagabundagem, o é também a sua relação com o crime. Sobre isso, encontra-se na afirmação do presidente Francisco Antonio de Salles a seguinte assertiva:
> “a ação do Governo tem-se feito sentir em benefício do trabalho, da indústria e do comércio, pela repressão dos crimes e da vadiagem, pela garantia à propriedade, pelos esforços empregados junto das estradas de ferro para facilitar os transportes e reduzir tanto quanto possível os fretes, especialmente das mercadorias de pouco valor e de grandes distancias a percorrer” (SALLES, 1904, p. 83 apud GONÇALVES, 2019, p. 108).

O artigo de jornal anterior que criticou a Reforma do Ensino, exemplificou a afirmação de Barros (2018):

> Em relação ao século XX, campos como história da educação, política educacional, educação popular, entre outros, vêm concluindo que **a ideia de uma escola apenas para brancos, abastados e urbanos é mais um mito de origem da escola pública brasileira do que algo ancorado em dados da realidade**. Com essas mudanças na maneira de considerar a educação, e o próprio desenvolvimento do campo, **a história da educação começou a comportar sujeitos negros.** (...) **Além da documentação oficial** da administração pública, já costumeiramente utilizada pela historiografia da educação, e lida por esses novos pesquisadores "à contrapelo", **outras possibilidades foram acessadas, tais como imprensa** (BARROS, 2018, p. 8. **Grifos** nossos).

Para além da documentação oficial da Reforma de Ensino, este regulamento gerou leituras, apropriações e interpretações variadas dos sujeitos sociais, e no caso deste artigo de jornal, a Reforma não foi enaltecida, mas criticada.

Importante mencionar que a historiografia da educação recente aponta que houve um apagamento dos professores negros na passagem do Império para a República, ou seja, houve um processo de embranquecimento do corpo discente na Primeira República, conforme apontou Muller (1999).

O trabalho de Jerry Dávila (2006) mostrou como a Primeira República embranqueceu a escola, excluindo professores e alunos negros. Segundo Barros (2018, p. 7), este trabalho de Dávila "argumenta que a eugenia e as leituras de intelectuais sobre os problemas do povo brasileiro teriam sido utilizadas por reformadores da educação no sentido de embranquecer o país. Com isso, a escola pública teria gradualmente excluído o público negro".

Veiga (2019) corrobora estas afirmações ao apontar que:

> a consolidação das sociedades de mercado capitalista, garantida pelo Estado, acabou por naturalizar as relações de opressão e exploração fundadas na meritocracia, tomando o trabalho humano como eixo. A condição de subalternidade de muitas crianças, pela sua origem étnico racial e/ou de classe, produziu-se nesse contexto. (...) Por sua vez, na perspectiva de tornar a subalternidade suportável, para si e para a pátria, as elites defenderam, com unanimidade, instituições cujo principal objetivo era o fazer-se das crianças pelo trabalho (VEIGA, 2019, p. 788).

Destaco que não somente o fazer-se das crianças seria pelo trabalho, mas o fazer-se da população brasileira se daria pelo trabalho na ordem republicana. O trabalho seria o elo entre a ordem e o progresso na República conforme Ribeiro Júnior (2008), o supremo regulador do

pacto social segundo Chalhoub (2012) e ainda conclui Gonçalves (2019) falar da produção do conceito de trabalho na República é falar da produção da própria República.

4.3 Representações sobre as trabalhadoras de outras camadas sociais

As ideias racistas que permeavam o pensamento das elites nas primeiras décadas do século XX, geraram a produção de representações e de práticas de classificação e hierarquização dos sujeitos da população brasileira, refletindo-se em diversos discursos e práticas nos aparatos educacional, médico, jurídico etc.

As representações sobre as mulheres de outras camadas sociais nem sempre apareciam em destaque nas primeiras páginas, pois apareciam nos cantos inferiores, nas páginas do interior e ainda nas colunas policiais dos jornais.

Nos jornais, o tema da mendicância era recorrente, dada a preocupação das elites de Juiz de Fora e também da capital mineira que se queriam modernas, republicanas, higiênicas e harmoniosas, em coibir a presença e a prática da mendicância em suas ruas e avenidas. A mendicância incomoda, pois seus praticantes circulam entre o mundo da ordem e o mundo da desordem. Em um artigo sobre os "Falsos Mendigos" foram mencionadas meninas e moças pobres. Vejamos:

> Com effeito, a criança, em sua própria innocencia e desconhecendo as consequências a que está sujeita, mandada a pedir esmolas, vae perdendo o acanhamento, depois, a vergonha, depois, até o **pudor**, que é **a maior joia** que a natureza nos concede, principalmente **ao sexo frágil**.
> E, por cumulo da infelicidade, são sempre **meninas e mocinhas que vemos pelas ruas no triste mister de pedir esmolas**, sujeitas aos palavrões dos libertinos, dos desalmados, que desconhecem os comezinhos preceitos da honra, do respeito (...)
> **Vejamos sempre nas meninas e nas mocinhas, por humildes e pobres que sejam, as futuras esposas e mães e nunca as escravas do vício e da miséria, destinadas à libidinagem e à lascívia das mãos**, atrahidas às fauces hiantes da desgraça.
> Antigamente, nos virtuosos tempos do antanho, a regra era: "Faze o bem, não olhes a quem". Hoje, porém, devido à evolução social e ao progresso do mal, a regra deve ser: Nunca façamos a bem, antes de vermos a quem, para não cahirmos na esparrela de acoroçoar o vício com nosso sentimento de caridade christã.
> Reprimindo o vício, façamos sempre benefício a quem merece.
> Que ao menino dê se - a escola. Ao veterano - uma esmola... A todos - luz e fanal (Gazeta Commercial, 25 de janeiro de 1928. **Grifos** nossos).

A representação da “pureza”, do “pudor”, como atributo maior, máximo “concedido pela natureza” à mulher, ao “sexo frágil”, aparece no texto. A pureza e o pudor contrastam com a “libidinagem e a lascívia”.

O autor evoca a caridade cristã, as representações cristãs. Observamos que o autor mobilizou a imagem redentora do sexo feminino na perspectiva cristã, ou seja, mobilizou a representação da mulher como esposa e mãe, para buscar coibir as mãos da libidinagem e da lascívia sobre as meninas e moças pedintes. A figura de mãe, esposa, associadas à Maria na tradição cristã, são mobilizadas para conferir respeito ao sexo feminino na representação cristã. O trabalho de gerar, parir, maternar e educar seria a redenção da mulher pecadora na perspectiva cristã.

A prática rotineira da mendicância levaria ao “vício”, ameaçaria a moralidade em sua recusa ao trabalho, assim, de uma prática infeliz, aproximar-se-ia de uma prática de vício, crime.

Segundo Ribeiro Júnior (2008), homens, mulheres e crianças que se mostram resistentes à introjeção dos valores positivados do trabalho, que não protagonizavam a instituição do trabalhador nacional, serão definidos como vadios e criminosos.

Observamos que o texto termina indicando ao menino a escola, como meio de escape da mendicância. E ao veterano, ao idoso, considera-o digno de receber a esmola. O articulista apelou aos cidadãos para verificarem quem estava pedindo, a quem se faria a doação, para evitar que o sentimento de “caridade cristã” que mobilizaria a doação, viesse a contribuir para o oposto da virtude: contribuir para encorajar o vício.

Na primeira página do jornal Gazeta Comercial de 14 de março de 1928 encontramos duas notícias: uma sobre a repressão à mendicância e outra sobre a repressão à prática do jogo. Vejamos:

> ASYLO DE MENDIGOS DE JUIZ DE FORA
> O movimento do Asylo de Mendigos de Juiz de Fora no mez de fevereiro último foi o seguinte:
> Existência em janeiro: homens, 56; mulheres, 47. Total, 103.
> Entraram dois homens; sahiram três; falleceu um e existiam em 29 de fevereiro 54. Entraram duas mulheres; sahiram três e existiam em 29 de fevereiro 46. Total dos asylados, 100.
> **Donativos**; Por intermedio da Gazeta, 33$; idem do Jornal do Commercio, 10$; srs. Coronel José Procópio de Aguiar, 50$ e Dr. José Procópio Teixeira Filho, **um sacco de café**.
> O JOGO EM JUIZ DE FORA
> "Exmo. sr. redactor da Gazeta. (...)
> Juiz de Fora, sr. redactor, é, como alguém já disse, a moderna Monte Carlo. Aqui se jogo a campista sem rebuço e o "bicho" nem se fala. Consta que o exmo. sr. **Dr. Bias Fortes deu ordens severas para que seja perseguido o jogo, mas suas ordens não**

> **tem sido cumpridas**. (..) Espero que a Gazeta chame attenção do illustre secretário de Segurança Pública (...) moço bem intencionado, alertando-lhe o abuso daquelles que desobedecem suas determinações.
> Um leitor (Gazeta Comercial, 14 de março de 1928. **Grifos** nossos).

Observamos a preocupação das elites e do governo em acompanhar e controlar o movimento, a circulação dos trabalhadores e dos que se negavam ao trabalho. Para Chalhoub (2012) o movimento de controle de espíritos e mentes lançava suas garras além da disciplinarização do tempo e do espaço estritamente do trabalho – isto é, da produção –, pois a definição do homem de bem, do homem trabalhador, passa também pelo seu enquadramento em padrões de conduta familiar e social.

Estas intervenções visando ao enquadramento da conduta do trabalhador nos remete à afirmação de que "o estudo da organização do processo de trabalho a partir do final dos anos 20 é impossível sem fazer uma investigação minuciosa de um conjunto mais amplo de instituições sociais, que o pesquisador deve ter a sensibilidade para apreendê-lo". (Decca, 1984, p. 72)

Podemos perceber na notícia acima a propaganda da filantropia direcionada ao Asylo de Mendigos praticada por figuras de autoridade da cidade de Juiz de Fora. O doador seria citado como benemérito e caridoso, ainda que doasse apenas um saco de café, como foi este caso do Dr. José Procópio Teixeira Filho: cafeicultor, investidor, advogado, escritor e político[76] de Juiz de Fora.

Na data do 1 de maio de 1928, o jornal das classes productoras de Juiz de Fora noticiou:

> 1 de Maio - A festa do Trabalho
> Pelo decreto n. 4859, de 26 de setembro de 1924, o dia 1 de maio foi considerado feriado nacional consagrado ao trabalho. (...)
> O dia de hoje é consagrado ao trabalho pelo operariado de todo mundo civilizado.(...)
> **O trabalho é o grande redemptor do homem**. É graças a ele exclusivamente que o homem se aperfeiçoa, que a humanidade caminha para seus altos destinos. O **progresso, a civilização, a grandeza dos povos, tudo, enfim, que distingue o homem culto e civilizado do selvagem, é devido exclusivamente ao trabalho**, seja ele intellectual, moral ou material.
> Glorificar, pois, o **trabalho** é elevar um **hymno ao progresso e à civilização**. (...)

[76] Biografia do Dr. José Procópio Teixeira Filho, ex-prefeito, disponível no site da Prefeitura de Juiz de Fora: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=34487>. Acesso em 2 jun. 2021.

Observamos a representação do trabalho como o “redentor” do homem, como responsável por distingui-lo da condição de “selvagem” para a condição de “civilizado” e “culto”, para a conquista do “progresso”.

Um trabalho convencional no Brasil e que aparecia nas propagandas diárias dos jornais: o trabalho doméstico. Vejamos a representação desses trabalhadores:

FIGURA 12 – Propaganda com Representação da Babá e do trabalho doméstico no jornal Gazeta Comercial, 20 de abril de 1928

Fonte: acervo fotográfico da pesquisadora

Na figura acima lemos:

> Depois da Mamãe, disse Stellinha, ninguém, ninguém me quer tanto e a ninguém dedico uma ternura tão profunda como à **pobrezinha da Babá**.
> **Ella nos criou a todos**; mas a mim, talvez por eu ter sido a última, ella me adora com todas as véras da sua **alma bonissima**.
> Para ella sou sempre o mesmo nenensinho, não cresço nunca, e apesar de eu já ser uma mocinha, são sem conta as vezes que ella me assenta em seus joelhos e canta para adormecer-me."
> **Envelhecida no serviço** de seus patrões, **Babá é humilde, submissa, callada**; todos para ella continuam a ser os "meninos". Também em casa, **ninguém a considera uma creada, mas uma pessôa da família**. **Sempre foi san e forte**; mas tantos trabalhos, **tantas noites de vigília**, **causaram-lhe certas dôres** nas juntas que muito a encommodam, e umas picadas nas costas que quasi não a deixam mover-se. Mas desde que começou a usar a Cafiaspirina e viu que em poucos minutos lhe

> desappareciam as pontadas e as dôres nas juntas, adquiriu uma **fé** absoluta no excellente remedio. E agora, ao sentir-se alliviada, junta as mãos e exclama: "**abaixo de Deus e de Maria Santíssima**, não há nada como a Cafiaspirina" (Gazeta Comercial, 20 de abril de 1928. **Grifos** nossos).

Inicialmente observamos que a Babá não apresenta um nome na propaganda, é "Babá"; percebemos assim uma despersonalização. E outra propaganda deste mesmo produto conferiu um nome à professora, a Srta Dorothéa, como comentamos anteriormente.

Para a Babá foram direcionados termos como "pobrezinha", "alma boníssima". Seu comportamento é enfatizado nos termos "humilde, submissa, calada". Suas características físicas "sempre foi sã e forte" e suas dores foram dirimidas com o medicamento da propaganda. É representada como uma mulher de fé. É a representação idealizada pelas elites econômicas sobre a Babá, uma das trabalhadoras domésticas no Brasil.

Os termos "envelhecidas no serviço de seus patrões" e "ninguém a considera uma criada, mas uma pessoa da família", denotam a persistência das relações paternalistas, pessoais e longevas entre patrões e empregados.

O trabalho doméstico é um tipo de trabalho em que as relações baseadas na pessoalidade resistem às relações contratuais e ao tempo histórico.

A respeito do trabalho doméstico no Brasil, existem muitos estudos em campos como a História Social do Trabalho, Estudos de Gênero, e também no campo da Sociologia sobre a divisão sexual do trabalho. Souza (2015) realizou balanço historiográfico sobre este tema no Brasil.

Dada a profundidade e complexidade do tema, nesta breve dissertação priorizamos os dados básicos sobre trabalho doméstico apresentados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Koselleck (1992) indica a importância de perceber que um conceito tem seu sentido alterado ao longo do tempo. Os conceitos possuem historicidade. Um conceito tem História. O conceito de Trabalho, do que seja trabalho, do que significa, também apresenta historicidade.

Gonçalves (2019) analisou os discursos dos presidentes do Estado de Minas Gerais sobre o trabalho e o trabalhador nas décadas iniciais da República, onde percebemos que o conceito de trabalho foi sofrendo alterações no intervalo de quarenta anos dos discursos perscrutados.

Marques (2020) apontou como a categoria do trabalho doméstico foi excluída do alcance da proteção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) editada em 1943, justamente porque foi utilizado o artifício de considerar que o trabalho doméstico não entraria no conceito de Trabalho considerado pelos parlamentares. Assim:

> No decurso do debate sobre o que fazer com as mulheres que trabalhavam nos lares, as **feministas da FBPF[77] não tiveram força, ou não desejaram, opor-se a grupos poderosos e bem articulados** que haviam encampado a questão do trabalho doméstico após o encerramento da Constituinte. (...) **A resposta que apresentaram aos desafios do seu tempo sugere a persistência da ideia da subordinação das mulheres pobres, sobre as quais se ergueria a emancipação econômica e política das mulheres de classe média.**
> Do ponto de vista da opinião dominante nos setores integrados ao círculo do poder varguista, **o serviço doméstico não se enquadrava na concepção teórica de trabalho, que compreendia apenas as atividades capazes de agregar valor ao capital**. Os termos encontrados nos documentos do Ministério e nos jornais publicados sob a censura do Estado Novo insistiam que os "empregados domésticos não cooperam com o capital", logo, não cabe ao Estado estender a legislação social a essa categoria (MARQUES, 2020, p. 211. **Grifos** nossos).

Somente em 2015, a Lei[78] Complementar n.º 150 foi sancionada e regulamentou os direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Em 2018 o Brasil era um dos países com o maior número de empregados domésticos do mundo, junto à Índia e México; países caracterizados por apresentarem agudos índices de desigualdade social.

Segundo a OIT[79], em 2016 o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadoras(es) domésticas(os), dos quais 92% eram mulheres[80]. Apenas 32% possuem carteira de trabalho assinada. Em 2015, 88,7% das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) entre 10 e 17 anos no Brasil eram meninas e 71% eram negras.

---

77 No feminismo tático (SOIHET, 2006) de Bertha Lutz, houve derrota na inclusão das trabalhadoras domésticas na CLT de Vargas. Por outro lado, segundo LOPES (2008, p. 88), Lutz: "participou, como delegada plenipotenciária do Brasil na Conferência de São Francisco, da fundação da ONU, em 1945. (...) Em 1948 ela figura entre as quatro mulheres a assinarem a Declaração dos Direitos Humanos pelas Nações Unidas. Bertha, do Brasil, e as delegadas dos Estados Unidos, Virginia Gildersleeves, da República Dominicana, Minerva Bernardino, e da China, Wu YiTang, foram as responsáveis pela mudança do nome da Declaração de Direitos do Homem para Declaração dos Direitos Humanos. Lutaram para que as mulheres fossem reconhecidas no conteúdo da carta e por sua inclusão nos cargos políticos da ONU".

78 Lei Complementar n.º 150 disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm>.

79 Dados disponíveis em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>.

80 A pandemia do coronavírus (anos 2020 e 2021) teve uma empregada doméstica como a sua primeira vítima fatal no Brasil. Essas trabalhadoras foram muito afetadas neste período.

Se às classes produtoras em seus jornais em 1928 interessou exaltar o trabalho como redenção do homem; algumas notas recorrentes nos cantos de página informaram a perdição de várias vidas: o suicídio de meninas trabalhadoras domésticas.

No levantamento no jornal Gazeta Commercial no ano de 1928, várias notas de suicídio apareceram na cidade de Juiz de Fora e nelas observamos um padrão: as suicidas eram meninas "de côr preta", "menores" de 16 anos, trabalhadoras domésticas "em casas de família" e que retiravam a própria vida recorrendo a venenos ou atirando-se sob os trilhos dos trens. Um caso:

> SUICÍDIOS
> Maria Antonia, de côr preta com 16 annos de edade, empregada na casa do sr. Manoel Gomes, à avenida Sete de Setembro n. 949, envenenou-se antehontem, ao meio-dia, ingerindo forte dose de formicida, tendo morrido pouco depois. A policia foi immediatamente feita communicação do occorrido, tendo comparecido ao local o investigador Manoel Ferreira da Costa, que tomou as providencias necessarias. Ao referido investigador foi dito pela cozinheira da casa que Maria Antonia tomara o formicida por ignorar os effeitos venenosos do mesmo. O enterro da victima realizou-se hontem, com numeroso acompanhamento (Gazeta Commercial, 18 de abril de 1928).

Em 1928 as leis regulamentando questões relativas ao trabalho no Brasil eram incipientes e a questão social era tratada de forma truculenta pelo Estado, pois nas palavras atribuídas ao último presidente da Primeira República: "a questão social era um caso de polícia[81]". A crescente organização dos trabalhadores do campo e da cidade ao longo da década de 20, foi responsável pela deflagração de várias greves e agitações reivindicando mudanças e direitos.

Neste capítulo constatamos a luta das mulheres por mudanças e direitos no contexto de crescente importância atribuída às mesmas na manutenção da família e da sociedade requerida pelo capitalismo-fordismo. E constatamos as representações e tratamentos diferenciados dispensados às mulheres e trabalhadoras das diferentes camadas sociais.

As classes produtoras de Minas Gerais não estiveram alheias às lutas e reivindicações sociais, à questão social, pelo contrário.

No Congresso de 1928, a sua 8ª These foi dedicada a discutir o tema da Legislação Social e, nela, verificamos a presença de diversas representações sobre os trabalhadores. Esta 8º tese e a 5º cujas propostas incidiam diretamente sobre os trabalhadores, serão analisadas no capítulo a seguir.

---

[81] "Aforismo supostamente proferido por Washington Luiz: "a questão social é um caso de polícia"" (ROSEMBERG, 2016, p. 5).

CAPÍTULO V

REPRESENTAÇÕES SOBRE O TRABALHO E O TRABALHADOR NAS TESES DO ICCIA

> Cultura de palavras e só palavras. Discursadores e nada mais é o que nós somos. Quando muito, escrevedores de relatórios que não são lidos e relatores de pareceres que não são seguidos. (...) Precisamos é despertar as vocações para o Trabalho, para a Ciência e para a Técnica, aparelhando de saber e de experiências as gerações que terão de edificar o futuro (REIS, 1962, p. 204).

Nos debates das teses do Congresso de 28 constatamos a veiculação de diversas representações sobre o trabalho e o trabalhador. Dentre as nove teses do Congresso, optamos por analisar a 8ª e 5ª teses que apresentaram volume expressivo de representações e por tratarem de temas que impactavam diretamente o regime de trabalho e aos trabalhadores, pois tratavam respectivamente da Legislação Social e do Ensino Profissional.

A articulação entre estas duas teses percebemos na afirmação de que as formulações "de valorização do trabalho inscrevem-se também como mecanismo de controle" (Vieira, 1984, p. 35) e uma "política de valorização do trabalho, de "proteção" ao trabalhador – tinha que dar **ênfase especial à educação** (...) vista como elemento importante para a constituição de um povo integral, adaptado à realidade social de seu país e preparado para servi-lo" (idem, p. 37. **Grifos** nossos).

Portanto, torna-se pertinente neste capítulo analisarmos as teses de Legislação Social e do Ensino Profissional.

Este capítulo está estruturado em três partes: na primeira apresentamos a 8ª Tese de Legislação Social e discutimos as representações sobre o trabalho e o trabalhador presentes na mesma. Na segunda parte abordamos a figura de Fidélis Reis - propositor da Lei do Ensino Profissional Obrigatório e relator da 5ª Tese do Ensino Profissional no Congresso de 1928 - em dois momentos: no primeiro problematizamos sua biografia e no segundo analisamos sua atuação parlamentar. E na última parte analisaremos a 5ª Tese e as representações nela contidas.

5.1 Representações sobre os trabalhadores na 8ª These do I CCIA – Legislação Social

As classes produtoras de Minas Gerais não estiveram alheias à questão social, pois no I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928, a 8ª These foi dedicada a discutir o tema

da Legislação Social e nela verificamos a presença de muitas representações sobre o trabalho e os trabalhadores.

A These VIII foi apresentada pelo relator, deputado Daniel de Carvalho, representante das classes conservadoras dos municípios de Conceição e de Itabira no mesmo Congresso, no dia 27 de maio de 1928.

A estratégia dos organizadores (ACEJF e ACMinas) de veicular as teses do I CCIA por meio dos jornais fez com que a tese 8ª fosse noticiada por partes no jornal Gazeta Commercial durante o mês de junho. Este parcelamento da divulgação da tese em várias notícias por vários dias denotou também a importância que as classes produtoras conferiram ao tema. Vejamos:

QUADRO 12 - Partes da Tese 8ª (Legislação Social) e datas de publicação no jornal Gazeta Comercial de 1928:

Parte I – A questão econômica e social	13 de junho	1ª página
Parte II – A nossa questão social	14 de junho	1ª página
Parte III – Como resolver o nosso problema	16 de junho	1ª página
Parte IV – Aspectos da nossa legislação	17 de junho	1ª e 2ª páginas
Parte V – Symptomas animadores – e Conclusão	19 de junho	1ª e 2ª páginas

Elaboração da autora - Fonte: Jornal Gazeta Commercial, 1928 – ACEJF

Em cada parte da 8ª tese, selecionamos trechos contendo representações sobre os trabalhadores. Vejamos:

> **Parte I - A questão econômica e a social**
> Não pode haver liberdade nem ordem, nem jogo regular de nenhum systema político sem os alicerces da independência material do indivíduo e da collectividde.
> Theoricamente póde conceber-se um povo livre e miserável. Praticamente só é livre quem é independente, isto é, quem dispõe de meios para fazer valer os direitos de que é titular.
> Não se podem dissociar as duas theses, que constituem faces do mesmo problema e devem ser estudadas e resolvidas paralelas e harmoniosamente, sob pena de erros irremediáveis.
> Este – o vício congênito que mina a organização de todas doutrinas comunistas, que tiram ao homem todos os estímulos para aumentar o trabalho e a produção (Gazeta Comercial, 13 de junho de 1928).

Observamos acima a defesa das elites produtoras dos princípios de ordem, liberdade e progresso; bem como a condição de acesso a esses fatores a partir do trabalho e da produção.

O deputado criticou o regime comunista por considerar que a questão social não pode ser resolvida sem a econômica, e que priorizar a questão social, como no caso comunista, seria um erro, pois tiraria do homem o estímulo de aumentar sua produtividade no trabalho.

> **Parte II - A nossa questão social**
> Há no Brasil questão social? A resposta affirmativa se impõe: a questão social é de todos os tempos e todos os logares (...)
> A gravidade dramática da **questão social na Europa provém** de uma circunstância decisiva: - a existência **de um exército permanente de trabalhadores sem occupação** (chômage obrigatório).
> **Entre nós, dá-se exatamente o inverso**, ouvindo-se, alto e incessante, o velho clamor da lavoura pedindo braços para o amanho das terras e colheitas dos produtos.
> Releva ainda notar que **não temos classes fechadas, isto é, camadas sociais formadas por lenta sedimentação histórica**, constituindo compartimentos estanques, separados pela muralha secular de hábitos, tradições, preconceitos e ódios. (...) Os operários de hoje são os patrões de amanhã. (...) conforme seu trabalho e inteligência.
> **Insensato, pois, será copiar simplesmente a legislação do trabalho de outros paízes** e aplicá-la ao Brasil, pensando assim resolver a sua questão social. (...)
> De feito, num paiz que vive da agricultura e da criação do gado - todos os carinhos se voltam para os operários das industrias urbanas, **abandonando-se a sua sorte o roceiro analfabeto, resignado e triste** (...) sem estradas, sem escolas, sem justiça e **sem hygiene, soffrendo** com igual submissão as inclemências do tempo, **as asperezas do meio**, os impostos dos governos e a indiferença e o escárnio dos felizes habitantes das cidades de beira mar.
> No frontispício litorâneo de nossa civilização, constituídos centros cosmopolitas onde se desviriliza o caráter nacional, ainda não ecoou a **voz profética de Euclydes da Cunha, quando, com o seu verbo genial nos advertiu** no Os Sertões.
> Ascendemos, de chofre, arrebatados no caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que fazem, no amago do paiz, um terço da nossa gente (...)
> Porque não nos separa um mar, separam-nos três séculos (OS Sertões, 4a edição, p. 205). Quem são esses párias da nossa civilização? (Gazeta Comercial, 14 de junho de 1928. **Grifos** nossos).

O deputado procurou diferenciar as condições do trabalho e trabalhadores da Europa e do Brasil para assim argumentar pela não adequação da importação de leis do trabalho praticadas na Europa para o contexto brasileiro.

Além disso, o deputado evocou o escritor d'Os Sertões, tão caro às elites brasileiras na Primeira República, para colocar em evidência o trabalhador do interior do Brasil, o sertanejo, como "abandonado", sem os "privilégios" dos trabalhadores urbanos das metrópoles e cidades do litoral.

Observamos a evocação de Euclides da Cunha e a semelhança do texto acima com a assertiva de Carvalho (1999):

> Constituir o país como "nação", "organizá-lo", era tarefa de "elites", pensadas como cérebro que dirige o desenvolvimento orgânico. Era tarefa inadiável. O dilema nacional sintetizado por **Euclides no lema - progredir ou desaparecer** - é tomado como um desafio de proporções descomunais pois os "milhões de **analfabetos** de letras e ofícios", que "vegetavam", **desamparados**, nos "latifúndios enormíssimos do país", eram "peso morto" a consumir as **escassas energias** do incipiente organismo nacional, retardando perigosamente a marcha do Progresso (CARVALHO, 1999. **Grifos** nossos).

A estratégia discursiva das dualidades foi muito empregada nos discursos na época, assim, da dualidade Europa x Brasil, o deputado introduz as dualidades internas: interior, sertanejo x litoral, trabalhador nacional x operário, imigrante; rural x urbano.

> **Parte II - O Jeca e O Sertanejo**
> Não é só o Jeca-Tatu, o typo piraquara do Parahyba, imortalizado pela observação penetrante e luminosa de Monteiro Lobato (...) a modorrar silencioso no recesso das grotas.
> **Se a grey do Jeca Tatu tem núcleos de representantes, formando gânglios** (...) **muito maior, certamente, é a raça do sertanejo, que inspirou a Euclydes da Cunha** as páginas de bronze da sua epopeia imorredoura. O Jeca é fraco, raquítico, sedentário, preguiçoso, merencório, apalermado, a vegetar de cócoras na sua eterna sonolência pitando (...) espia, coça a cabeça, imagina, mas volve à modorra e não dá pelo resto.
> O sertanejo, ao contrário, é antes de tudo, um forte, apesar da sua figura desgraciosa (...) Acostumado a lutar sozinho com o despotismo do meio physico e social (...) No amago de seu ser dormem energias physicas e moraes de primeira ordem. **São os enteados da patria, mãe carinhosa para os filhos predilectos da capital e de algumas regiões felizes e madrasta cruel para esses desherdados (...)**
> **Que doloroso contraste!** De um lado os requintes de civilização e do outro os estygmas da mais pungente barbaria. Para a pequena minoria dos grandes centros urbanos - agua, luz, esgotos, telephonios, assistencia, tudo! Para as populações do interior - nada! (...) a causa suprema que se institui para o Brasil contemporâneo é a do resgate dessas forças nacionaes. (...)
> **Canudos foi uma advertência. Lampeão lembra**, de vez em quando, as elites distrahidas, o caminho do dever, mas estas (..) não querem estragar o seu passeio de auto, o chá das cinco (...) preocupando-se com **esses patrícios maltrapilhos, violentos, soturnos e, felizmente, distantes.** Mas elles, apesar de tudo, constituem a grande maioria dos obreiros da producção nacional. (...) Não há como desprezar esses valores que **se tornarão preciosos, uma vez que se lhes ministre** (...) communicações e transportes, **educação, hygiene**, justiça. O programa é vasto. (...)
> **A abolição livrou-nos de uma mancha negra que ainda ensombra o presente** com a pesada herança dos seus estigmas morais - ainda não aprendemos a mandar sem arrogância nem a obedecer sem servilismo.
> Mas desorganizou o trabalho agricola e trouxe, sem duvida, grandes males para os antigos escravos. **No captiveiro, tinham em regra, por interresse ou philanthropia, casa ampla, arejada, hygienica (senzalas),** alimentação abundante e sadia, vestuario, trabalho adequado ao sexo, edade e condições pessoaes de cada um, descanso dominical, diversões (batuques e mutirões), cuidadoso tratamento nas enfermidades, pois o negro era um valioso capital, conservado com carinho, para render fartos lucros. Tinham também vida religiosa, assistindo aos officios de missa e confessando-se nas capellas das fazendas (...) **Extincta a escravidão de chofre (!),** sem medidas preliminares que preparassem senhores e cativos para a nova ordem de coisas, **que sucedeu?**

> - Paralysaram-se os trabalhos da lavoura, **esvaziaram-se as fazendas, enquanto os negros** arvoraram o lábaro de Paul Lafargue e **foram gozar** nas vendas e tabernas **o direito à ociosidade**. Alapardando-se em casebres imundos semini-nus, suprem as deficiências de alimentos com a excitação alcoólica e esquecem mágoas e mazelas (barbeiros e toda casta de parasitas) **tocando viola e cantando modinhas**. Dahi a devastação que nelles fizeram a syphilis, o escorbuto, a tuberculose e outras moléstias. Nestas condições, de muito maior alcance será a cruzada de redempção de **milhões** de brasileiros que hoje vivem como os **sobrevidentes de 13 de maio, no captiveiro da ignorância, da pobreza, do isolamento, da miseria organica, da falta de hygiene e de luz espiritual**.
> Será uma obra benemérita, ao mesmo passo de previsão econômica e de justiça social, de interesse prático e de solidariedade humana, de caridade cristã e de finalidade patriótica, investir pelo sertão adentro com as novas bandeiras, não para descer índios ou buscar ouro e esmeraldas, mas para libertar os nossos irmãos dos pesados grilhões de três séculos de opressão, de atraso e de abandono (Gazeta Comercial, 14 de junho de 1928. **Grifos** nossos).

Observamos no discurso do relator muitas representações sobre os trabalhadores constituidores da população e da história brasileira.

O relator evocou a comparação entre o Jeca-Tatu e o Sertanejo para traçar sua visão sobre a realidade brasileira da sua época. Para o relator das classes produtoras, o Jeca seria fraco e o Sertanejo forte, o Jeca em regiões concentradas comparadas a gânglios e o sertanejo disperso em maior área por todo interior do país. Ambos seriam preteridos pela Pátria, representada como mãe para os moradores do litoral e como madrasta cruel para o Jeca e o Sertanejo.

A representação da Pátria como mulher, como mãe, ao gosto dos republicanos, aparece para diferenciar seus filhos da cidade e seus enteados do interior, criando a dicotomia urbano x rural, civilização x barbárie, pois nas palavras do relator: “para a pequena minoria dos grandes centros urbanos - água, luz, esgotos, telephonios, assistência, tudo! Para as populações do interior - nada!”.

Na sua simplificação o autor exagera a condição de vida nos centros urbanos, pois ao contrário do que afirmou, as crônicas dos jornais, as notícias, a realidade dos moradores dos centros urbanos enfrentando problemas de moradia, carência de saneamento urbano, de transporte, que mobilizaram greves e revoltas populares na Primeira República era bem distante da idealização do deputado, talvez pelo mesmo vivenciar a cidade e enxergá-la a partir da sua condição e de seus privilégios de deputado.

O relator evocou as imagens dos habitantes de Canudos e Lampião, “felizmente distantes”, e associados à sombria violência para então alertar às elites da ameaça em potencial desses habitantes do interior, caso a elite não se aperceba da importância e do seu papel de “levar à eles a civilização”.

A representação do deputado das classes produtoras a respeito da escravidão faz a mesma parecer quase um paraíso para a população negra que a ela foi submetida durante séculos não sem rebeliões e resistências várias. Ao contrário da descrição do deputado, as senzalas não foram as habitações higiênicas e arejadas por ele descritas. Também a "alimentação abundante e sadia", vestuário e "trabalho adequado ao sexo e à idade" não condizem com a realidade imposta ao escravo de ser tratado como um bem, uma propriedade, para o seu dono dispor como e quando quisesse, escravo cujo nome era mudado, sua cultura e religião coibidas, bem como a realidade da sua baixa expectativa de vida.

A representação do deputado sobre a abolição como algo ocorrido de chofre (!), de forma repentina. Ao contrário, o Brasil teve um processo lento, gradual se arrastando por várias décadas, com várias leis criadas e algumas "para inglês ver" até a Lei Áurea, e assim, foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão. Os proprietários tiveram tempo e várias benesses do Estado, como no caso da opção da escolha de indenização do Estado no caso da Lei do Ventre Livre.

A população negra, ex-cativa, foi representada como seguidora de Lafargue, autor do "direito à preguiça", e na visão das elites, a ociosidade levaria à falta de higiene e a condutas consideradas reprováveis como a música, a dança, o alcoolismo e doenças várias. As elites da Primeira República representaram a população ex-cativa como uma ameaça aos seus valores de ordem, trabalho, higiene, progresso. Foram libertos da escravidão para o "cativeiro da ignorância da pobreza, do isolamento, da miséria orgânica, da falta de higiene e de luz espiritual".

Imbuídas das ideias eugenistas que circulavam na época, as elites brasileiras criarão dispositivos vários para priorizar os trabalhadores brancos e mestiços, seja de origem estrangeira ou nacional, e para dificultar o acesso da população negra até em profissões que já realizavam, como verificou-se no apagamento de professores negros ocorrido na Primeira República conforme Muller (1999); e ainda dificultando sua mobilidade social pela educação conforme D'avila (2006) e, assim, criando uma República que sob o verniz legal igualitário foi estruturada como uma sociedade de hierarquia racial e social.

Observamos que em seguida o relator propõe "investir pelo sertão adentro", realizar "novas bandeiras" para "libertar" os interioranos do "atraso e do abandono". Assim, direciona um caminho para resolver a "questão social".

> **III – Como resolver o nosso problema**
> Constituindo a massa dos trabalhadores rurais mais de dois terços dos operários brasileiros e sendo eles os principais elementos da nossa vida econômica, pela classe agrária é que deve **começar a tarefa de reabilitação do trabalho nacional**. (...)
> Ora, como assegurava uma grande figura da democracia mineira, o **inolvidável João Pinheiro**, a maioria dos nossos males origina-se da insuficiente produção, obsolutamente desproporcional com o algarismo da nossa população.
> Em taes condições, **uma larga política de fomento econômico valerá mais**, muito mais, para a mão de obra nacional, **do que um minucioso Código do Trabalho**, trasladado das legislações sociais mais adiantadas do mundo. (...)
> O **gigante deitado** (...) dorme, de carne e osso, estendido desde as escarpas meridionais do planalto central até as praias nordestinas e a planície amazônica. **Despertemol-o de seu sono secular**, **oferecendo-lhe as mesmas condições que ao imigrante estrangeiro** – e os seus braços afeitos ao laço, à enxada, à foice, ao machado, ao varejão e ao clavinote terão força e destreza centuplicada (...)
> Todas as experiências feitas em nosso paiz demonstram que ninguém excede ao caboclo no trabalho. **A falsa opinião de que o caipira é indolente**, fraco, andejo, incapaz de aprender e desordeiro **– está hoje abandonada (...)**
> **O trabalhador nacional é ótimo pela resistência**, pela fidelidade aos compromissos, pela capacidade de aprender, pelo espírito de ordem, pela **probidade e pela moralidade**. **A propalada preguiça do sertanejo provem geralmente de moléstia** adquirida ou herdade ou deve correr por conta de sua insuficiente alimentação. (...)
> A índole do trabalhador brasileiro é muito diferente da do europeu ou americano. A este, sobretudo, ajusta-se a definição de *dollar hunting anima*.
> Desprendido em questões de dinheiro, **o nosso homem do povo em geral faz muito mais questão do respeito a sua dignidade do que propriamente de maior salário**. (...) Outro aspecto consolador da vida do caboclo é **seu amor à família** (...) São caracteres preciosos que deverão ser aproveitados na obra grandiosa do levantamento das populações roceiras. (...)
> **A habitação higiênica** constitui outra **necessidade fundamental tanto para os operários das industrias como para os trabalhadores rurais**. Em geral, uns e outros tem entre nós melhores condições higiênicas no local em que trabalham do que nos aposentos ou na casa em que habitam. Outro ponto que repudio digno de atenção prende-se à qualidade dos alimentos fornecidos aos trabalhadores e ao uso generalizado da cachaça. (...) Entre os maiores flagelos de nossa plebe urbana e rural destacam-se a ankylostomiase ou opilação, o impaludismo e o mal de Chagas. (...)
> **Não será preferível educar o trabalhador, dar-lhe calçado e ensiná-lo a defecar,** obrigando os patrões a construir latrinas ou fossas assépticas **– a brindá-lo com a lei dos três oito, a semana inglesa, o salário mínimo ou os conselhos arbitrais?** (...)
> Finalmente, entrelaçando-se os problemas de hygiene com os de desenvolvimento econômico, de educação e de progresso material, intelectual e moral do povo, reputo da maior importância a criação de núcleos coloniais localizados em pontos convenientes (...) O problema social brasileiro terá assim encaminhada a sua solução, quando os dirigentes meditarem sobre a sorte desses parias (...) (Gazeta Comercial, 16 de junho de 1928. **Grifos** nossos).

Percebemos no texto que as elites produtoras diagnosticaram o problema da população, a "questão social" enfocando as questões relativas à higiene. A representação do médico sanitarista Belisário Penna do Brasil como "um grande hospital" era uma metáfora muito empregada na época e com traços perceptíveis no texto.

O deputado propõe que as elites deveriam investir nas bandeiras do sanitarismo para "acordar seu gigante", reabilitar seu trabalhador nacional e assim regenerar a nação. Ocorre que este foi o mote usado na década de 10 e início dos anos 20.

O contexto do I CCIA era de reivindicações dos trabalhadores por regulamentação das horas de trabalho, melhores salários, etc. Verificamos assim, a mobilização do discurso do sanitarismo e higienismo pelas classes produtoras como estratégia para postergar o cumprimento de leis trabalhistas e o atendimento às reivindicações dos trabalhadores.

O relator buscou enfatizar uma representação do trabalhador nacional com os atributos desejados pelas classes produtoras, tais como: "resistência, fidelidade aos compromissos, capacidade de aprender, espírito de ordem, probidade e moralidade", "amor à família". Apelou ainda à suposta valorização que o trabalhador nacional daria mais ao tratamento cortês recebido, aos elogios, do que propriamente ao salário; indício do paternalismo e da pessoalidade de relações de trabalho arcaicas as quais os empresários buscavam manter e lançar mão para o trato com seus empregados e para arrefecer reivindicações.

> **IV - Aspecto de nossa legislação**
> Não está em questão o mérito indiscutível das leis de proteção e assistência ao trabalho, que ninguém de boa-fé pode combater. O que se põe em dúvida é a oportunidade de tais medidas, antes de outras mais convenientes, mais uteis, mais urgentes. **O carro não deve andar antes dos bois**, diz a sabedoria popular.
> Sob tal prisma, não me parece ousadia sustentar que **antes do Código do Trabalho seria mister decretar e aplicar a todo Brasil um Código de Higiene**!
> Com efeito, **o Código do Trabalho pressupõe um homem são**, em condições de produzir o rendimento normal do trabalho. (...)
> Por outro lado, para que o Código do Trabalho tenha eficácia indispensável se faz que o operário **saiba ler** a carta de seus direitos e tenha os conhecimentos technicos, (...) para o rendimento standard do serviço. (...) Com estas considerações parece fundamentada a afirmativa de que **o Código do Ensino Fundamental (primário e profissional) deve proceder ao Código do Trabalho** (...)
> Tudo isso me leva a considerar **acertado o caminho que temos trilhado neste quadrante de nossa questão social: - promulgar leis para cada um dos casos,** à medida das exigências de nossa marcha evolutiva. (...) **cumpre-nos fugir à tendência para adoptar as leis estrangeiras** sem indagação de nossas condições, afim de não incidir em erros que ahi estão patentes.
> Alguns exemplos ilustrarão nosso asserto:
> O CÓDIGO DE MENORES
> (...) Não há negar que ele foi uma grande conquista, porque até então só tínhamos a lei não regulamentada (...) Era justo o clamor por uma lei humanitária que pusesse fim à ganância de pais e capitalistas.
> O Código de Menores, que tem tido na capital federal um fiel e abnegado executor na pessoa do íntegro magistrado doutor Mello Mattos, encontra, porém, tropeços em sua aplicação, por ter dado um salto muito grande para nosso meio, mudando bruscamente de oito para 80 o número das restrições de interesse social. A própria fixação de 14 anos para admissão dos menores ao trabalho merece reparo. (...)
> Depois, convém ter em vista a época em que o menino sae da escola. Assim, em Minas o menino começa o curso primário aos sete anos e termina aos dez anos nas escolas

> rurais, distritais e urbanas ou aos onze anos se faz o curso em escolas reunidas e grupos escolares (regulamento 9.970 A de 15 de outubro de 1927, art. 254). Assim, **ficará ele sem ocupação dos dez ou onze anos até 14, tempo mais que suficiente para perder-se na vadiagem e adquirir vícios dificilmente extirpáveis depois**. (...) Não seria **melhor que eles pudessem ser aproveitados em trabalhos** compatíveis com seu desenvolvimento físico, **em vez de deixá-los à toa na idade mais perigosa** para o rapazinho? (Gazeta Comercial, 17 de junho de 1928. **Grifos** nossos).

O deputado das classes produtoras defendeu a necessidade de um Código de Higiene e de um Código de Ensino antecederem à criação e aplicação de um Código do Trabalho. Verificamos o discurso de racionalização, higiene e educação mobilizados pelas classes produtoras para postergar o cumprimento das leis trabalhistas existentes e daquelas requeridas pelos trabalhadores.

O relator considerou acertado o caminho das autoridades mineiras de investirem em leis relativas à Higiene e ao Ensino. Assim, podemos perceber uma articulação entre as políticas públicas realizadas pelo Estado mineiro, sob a gestão do presidente do Estado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que atendiam aos interesses das classes produtoras nos âmbitos da saúde e educação: respectivamente o Código de Higiene de 1927 e a Reforma do Ensino, conhecida como “Reforma Francisco Campos”, também criada em 1927.

Os jornais de 1928 relatavam os efeitos da Reforma do Ensino, cujos novos métodos além de retirarem os castigos aos alunos também geravam excessivo aumento da carga de trabalho dos professores, o que motivou críticas, como verificamos no artigo de jornal apresentado anteriormente e ainda serviu de mote para propagandas de remédio para dor de cabeça para as professoras.

O relator da Tese utilizou outra lei de 1927, o Código de Menores conhecido como “Código Mello Mattos” e analisado por Azevedo (2007). O relator apresentou suas críticas a esse Código para argumentar que adotar leis externas vindas das Europa relativas ao trabalho poderia trazer problemas, assim como o Código de Menores vindo da capital federal, o Rio de Janeiro, gerou problemas no contexto mineiro.

A realidade do trabalho infantil, do trabalho de menores nas fábricas, nas ruas, contrastava com o Código de Menores e com as leis da Reforma Francisco Campos, analisada por Oliveira (2011) e ainda com as leis de obrigatoriedade escolar tratadas por Veiga (2019).

O Código de Menores expressava “a lógica da assistência e do disciplinamento a infância, particularmente aquela das crianças pobres. Diferentemente das ricas, estas viveriam

sob uma liberdade policiada, bússola corretiva calibrada pela moral capitalista" (Queiroz; Souza, 2021, p. 251).

Verificamos várias matérias nos jornais de 1928 relativas aos Menores e Código de Menores, a ponto de criar uma categoria própria para o tema nos levantamentos realizados para esta pesquisa e indicados no capítulo 1. Contudo, a análise destes artigos de jornal foge ao escopo desta dissertação.

Constatamos nas colunas policiais muitos casos da aplicação da lei de obrigatoriedade escolar, que noticiaram nomes e multas e ainda ameaça de prisão aos vários pais que negligenciavam a frequência escolar de seus filhos, em meio à realidade familiar da pobreza e carências várias. Continuemos a análise da parte final da 8ª tese:

> **V - Symptomas animadores**
> **As leis de proteção ao** trabalho tem entre nós resultados satisfatórios, chegando mesmo a surpreender-nos. (...) e **acabam de entrar em nova fase com o regulamento de Saúde Pública** (decreto n. 8116, de dezembro de 1927) **afirma**:
> a) **Organizar a defesa contra as endemias** e combater as endemias reinantes em extensas zonas do Estado;
> b) **Zelar pela formação eugênica do povo**.
> Esse **regulamento contém numerosas disposições sobre a higiene** das fábricas e oficinas (...) Folgo em notar que, na sua maioria, **essas exigências estão satisfeitas em muitas fábricas**, entre as quais posso citar por conhecimento pessoal, a da Companhia Cedro e Cachoeira (Villa Paraopeba e Curvelo, as da Companhia Cachoeira dos Macacos (Sete Lagoas), da Companhia Industrial Belo Horizonte (Belo Horizonte e Pedro Leopoldo), as de Pedreira e Gabiroba (Itabira) e as da Companhia Industrial Sul-Mineira (Itajubá).
> Como se vê, por esses expressivos exemplos **(...) os industriais mineiros estão se adiantando à legislação no tocante às necessidades reais dos trabalhadores**. Confio muito na ação espontânea e sugestiva desses industriais em prol da **cooperação entre capital e o trabalho** (...)
>
> **Conclusão**
> I – A legislação social terá no brasil alcance limitado enquanto não se modificarem as condições do meio e não desenvolverem as fontes de produção.
> II – A mão de obra nacional compõe-se na sua maior parte de trabalhadores rurais, abandonados a sua dura sorte no interior do paiz e carecendo de desvelada assistência dos poderes públicos.
> III – **Ao lado** dos meios fáceis de comunicações e transportes, **da instrução primaria e do ensino técnico-profissional, as leis de caráter higiênico são necessidades primordiais** do povo brasileiro.
> IV – Na elaboração das leis de proteção ao trabalho devemos ter em vista as condições peculiares do nosso povo, **evitando copiar leis estrangeiras** inadaptáveis ao paiz. (Gazeta Comercial, 19 de junho de 1928. **Grifos** nossos).

Observamos que o deputado citou algumas fábricas que supostamente já aplicariam preceitos do Código de Higiene para defender que "os industriais mineiros estão se adiantando à legislação no tocante às necessidades reais dos trabalhadores". Criou assim contornos da

representação de um empresariado atento e eficiente na aplicação dos preceitos de saúde em prol dos seus empregados.

Observamos ainda na conclusão da 8ª tese, a importância conferida pelo Código de Higiene, pelas elites econômicas e pelo Estado à "formação eugênica do povo". Este regulamento, em suas dezenas de itens, visava a produzir uma população mineira higienizada, saudável e apta ao trabalho, de acordo com os preceitos republicanos. O Código de Higiene e seus efeitos sobre a população mineira foram analisados por Ribeiro Júnior (2008).

As classes produtoras utilizaram o discurso da conciliação, "da cooperação entre capital e trabalho", para buscar dirimir as insatisfações e conflitos entre os trabalhadores e os empresários, antecipando o mote que viria a ser adotado pelo Estado a partir de 1930.

Contudo, estudos de Dutra (1990) classificam o movimento operário em Minas Gerais como dotado de um caráter reformista. Tal percepção foi corroborada pela análise das atas da ACMinas entre 1927 a 1930 nas quais foram constantes as missivas entre organizações operárias e sindicais e organizações patronais como a ACMinas. Como se pode verificar:

> "(...) circular do sr. Arthur Haas, desta capital, enviando uma lista do Corpo Consular de Minas, residente nesta capital; idem da Liga Operária Mnieira, convidando parra a sessão de posse da sua Directoria e Conselho a realizar-se no dia 1º de janeiro de 1929 (Ata da ACMinas, 17 de dezembro de 1928).

Percebemos também a ênfase dada ao ensino técnico-profissional ao lado das leis de higiene como instrumentos no âmbito da educação e saúde com vistas a produzir o trabalhador demandado pelas classes produtoras. Segundo Carvalho:

> A amorfia e a doença atribuídas ao "povo" brasileiro dimensionam o papel diretor que é conferido a "elites" e, com ele, o próprio espaço delineado para a educação. Obra de moldagem, a educação era o instrumento com que podiam e deviam contar as "elites" para unificar, disciplinar, moralizar, homogeneizar e hierarquizar as populações brasileiras, com vistas à efetivação de um particular projeto de sociedade. Esse trabalho diretor era pensado como "obra de organização nacional" (CARVALHO, 1999).

Essas representações sobre o povo brasileiro acometido de amorfia e doença oportunizaram para as elites o papel redentor de aplicar a higiene e educação para sanar a nação. Essas representações circularam nos discursos durante a década de 20 e dimensionavam às elites o papel de dirigir, e ao povo, o de ser dirigido.

A circulação dessas representações em diferentes discursos das elites no início da República ilustra como a representação "pode transforma[r]-se em máquina de fabrico de respeito e submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata" (Chartier, 2002, p. 22).

Portanto, ressaltamos na 8ª tese as representações originadas nos discursos eugenista, higienista e educacional utilizados como estratégia das classes produtoras para postergar o cumprimento de leis trabalhistas e o atendimento às reivindicações dos trabalhadores.

A seguir, prosseguiremos para a análise da 5ª Tese sobre a Educação Profissional no Congresso de 1928. Para isso, começaremos por abordar a figura do relator desta 5ª Tese: Fidélis Reis.

5.2 Fidélis Reis – engenheiro, intelectual mediador e polivalente das classes produtoras em defesa do Trabalho

Fidélis Reis foi o relator da 5ª Tese sobre a Educação Profissional no Congresso de 1928. Antes de adentrarmos à tese, é importante conhecermos um pouco sobre seu relator, intelectual de relevância na história da Educação Profissional e expoente do pensamento das classes produtoras.

FIGURA 13 – Fidélis Reis, autor da Lei do Ensino Profissional e relator da 5ª Tese do ICCIA

Fonte: site da Academia de Letras do Triângulo Mineiro – Patrono da Cadeira 01

Para buscar recuperar um pouco da trajetória deste sujeito histórico multifacetado, visando a uma maior abrangência, mobilizaremos para a sua compreensão a noção de "intelectual mediador", presente nos estudos de Gomes; Hansen (2016).

Primeiro, temos a preocupação em definir a figura do intelectual, quem seriam os intelectuais, e, a partir disso, buscarmos caracterizar o intelectual mediador. Assim,

> Os intelectuais seriam homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10).

Gomes e Hansen trataram da historicidade do conceito de intelectual e argumentam que houve uma mudança na ideia de intelectual, antes associado a um gênio e suscitando desconfiança, e, a partir da abordagem da história cultural, ao final do século XX, ganharam relevo na sua análise as questões como "condições de produção político-social de ideias", "dos paradigmas vigentes em dado contexto cultural" e "em diálogo com as questões políticas e sociais de seu tempo". Assim, com tais propostas de análise "a figura do intelectual, como sujeito pensante e agente, ganha centralidade e concretude" (Gomes; Hansen, 2016, p. 12).

Ao problematizar a mudança na concepção do intelectual, as autoras então procedem à apresentação da definição do intelectual mediador:

> O **intelectual** que atua como **mediador** cultural **produz**, ele mesmo, **novos significados, ao se apropriar** de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, **aquilo que o intelectual "mediou" torna-se, efetivamente, "outro produto**": um bem cultural singular. (...)
> **Esse intelectual muitas vezes ocupa um cargo estratégico numa instituição** cultural pública ou privada, numa associação ou organização política, **ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos** (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18-19. **Grifos** nossos).

As autoras destacam a importância da noção de apropriação de Roger Chartier tanto para a História Cultural quanto para a categoria de intelectual mediador, pois se a primeira "volta-se para processos socioculturais de produção e alteração de significados pelos diversos sujeitos históricos, é imprescindível compreender as dinâmicas de circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais", e sobre a segunda é "fundamental atentar para os fenômenos de sua mediação" (Gomes; Hansen, 2016, p. 13).

Ainda as autoras consideram que “os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade” (idem, p. 21).

Pelo exposto, constatamos que Fidélis Reis pode ser apontado como um intelectual mediador, tanto entre seus pares nos campos da ciência, das associações de classe e da política, quanto entre um público não especializado, a partir da sua intensa utilização da imprensa, para veiculação ao público de artigos e discursos publicados em jornais e periódicos.

Para ser mediador junto a um público não especializado, “em muitos casos o intelectual mediador necessita de um grande empenho para se especializar em escrever/falar/fazer/gerir/organizar” (Gomes; Hansen, 2016, p. 21).

“Falando, escrevendo e agindo” foi o subtítulo do primeiro livro de Fidélis Reis, de título “A política da Gleba”, publicado em 1919. Neste livro, na seção “Falando”, Reis publicou seu discurso que proferiu “Ao empossar-se no cargo de presidente da Sociedade Mineira de Agricultura” (Reis, 1919, p. 9).

Neste discurso de abertura do livro de Fidélis Reis, encontramos algumas marcas da sua formação e temas que mobilizaram sua atuação como intelectual mediador nos diversos cargos de sua trajetória. Vejamos:

> Dia a dia sentimos mais intensa a necessidade de **desviar os nossos filhos das carreiras liberais para o cultivo da terra.**
> Despertar-lhes, portanto, **o amor da gleba, fazendo-a produzir**, chama-los à **realidade da vida no trabalho** fecundo dos campos, é a **missão redentora e providencial** que o momento reclama e o paiz exige do nosso **patriotismo**.
> Ainda bem que a obra está aqui iniciada e prosseguir não será difícil.
> Do Congresso Agrícola e Industrial de 1903 (...) origina-se, evidentemente, o movimento auspicioso, depois ininterruptamente continuado até hoje.
> Ao alumiado espírito de João Pinheiro, com a vidência que lhe era peculiar, coube imprimir aos nossos processos de administração, a nova orientação, hoje seguida e abraçada por todo o paiz. (...) **Nada de ideólogos, para longe o espírito metafísico; do que precisamos é do homem de trabalho, do homem de ação:** eis a **nossa divisa e que foi também a sua e do governo que lhe sucedeu**. (...)
> Quem vale, diz **Roosevelt**, é o homem que desceu pessoalmente à arena e cujo rosto se cobriu de pó, de suor e de sangue; é o homem que lucta corajosamente, que comete um erro, tomba e torna a tombar, mas que persiste na ação (...) Ahi está, senhores, **para servir-nos de programa a lição memorável** do grande **estadista americano**. (...)
> Nem só em Minas, felizmente, está iniciada a obra reformadora. O paiz inteiro se agita e uma **nova era desponta nos horizontes da nossa vida econômica**.
> Emprehende-se o **povoamento** do solo, criam-se novos e importantes serviços – funda-se o Ministério da Agricultura. (...)
> Assim, senhores, sob tão benéfico influxo, relevantes poderão vir a ser os **serviços prestados ao Estado**, pela Sociedade Mineira de Agricultura (REIS, 1919, p. 9-13. **Grifos** nossos).

Nos trechos grifados do discurso, encontramos vestígios, marcas da sua formação para as quais buscaremos correlacionar os cargos e as temáticas para as quais se dedicou a defender e mediar.

No primeiro parágrafo do discurso, na frase "desviar os nossos filhos das carreiras liberais para o cultivo da terra", percebemos a crítica às carreiras liberais, bacharelescas, que indiciam a formação de Fidélis Reis como engenheiro agrônomo, uma categoria profissional que ampliava o leque de formação das elites brasileiras, porém com o foco mais prático, "útil", voltado a "cultivar", "produzir".

Encontramos em Vieira, Gonçalves (2020) os dados biográficos que atestam sua formação:

> Fidélis Gonçalves Reis nasceu em Uberaba/MG em 4 de janeiro de 1880 e faleceu em 29 de março de 1962 na mesma cidade, aos 82 anos de idade. **De origem humilde**, filho de Fidélis Gonçalves dos Reis e Escolástica Guilhermina dos Reis. **Formado em Agronomia**, graduou-se na primeira e única turma do Instituto Zootécnico de Uberaba, em 1901, **iniciando sua vida profissional como agrônomo** do "Horto Florestal" da cidade de Campinas – SP (VIEIRA; GONÇALVES, 2020, p. 139. **Grifos** nossos.).

A biografia acima indicou que Fidélis Reis iniciou sua vida profissional como engenheiro agrônomo do Horto Florestal de Campinas. A partir desse lugar de formação Reis iniciou sua trajetória em diversos cargos estratégicos no aparato estatal, a começar do nível municipal, e em seguida

> a serviço da **Diretoria-Geral de Povoamento, ligada ao Governo Federal** em 1907, investigando secretamente na Argentina o serviço de colonização e imigração (...) de 1907 a 1909, **atuou** como inspetor do Serviço de Povoamento Federal **no Estado do Espírito Santo**. Em 1910, já em Belo Horizonte, assume as funções de **inspetor agrícola federal em Minas Gerais** e participa da inauguração da Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, em 8 de setembro de 1910, hoje Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG (Idem, p. 139. **Grifos** nossos.).

Reis, a partir de sua formação como engenheiro agrônomo e da sua passagem por diversos cargos, tais como Diretor de Povoamento e inspetor agrícola federal, permite-nos retomar o seu discurso, quando no segundo parágrafo mencionou "o amor da gleba, fazendo-a produzir" e este "trabalho fecundo" como "missão redentora" como obra de "patriotismo".

Podemos perceber, em seu discurso, as marcas de sua formação, na defesa do trabalho com a terra para a produção visando à redenção do atraso econômico e civilizatório e, assim, uma obra de patriotismo. “Só o Trabalho eleva e dignifica o Homem” (Reis, 1962, p. 184). Seu discurso, na defesa incisiva da representação do Trabalho como forma de redenção do homem e progresso da nação, o constituía um expoente das representações, discursos e projetos das elites da época.

Posto isto, a partir desta defesa veemente de uma representação do Trabalho, consideramos apontar Fidélis Reis como um intelectual mediador nesta dissertação, uma vez que

> Tais intelectuais seriam aqueles **voltados para a construção de representações** que têm grande impacto numa sociedade, sendo estratégicos para se entender como uma série de novos sentidos são gestados a partir da recepção dos bens culturais; de como tais bens transitam entre grupos sociais variados (GOMES; HANSEN, idem, p. 26. **Grifos** nossos).

Nesta mesma perspectiva, o estudo de Mendonça (2000) problematizou a importância dos engenheiros agrônomos nas três primeiras décadas do século XX no Brasil, e afirmou que

> Era **o saber dos agrônomos** – os novos técnicos em agricultura – **que refletiria o paradigma da nova ordem**, possibilitando o alcance do objetivo proposto pelo espírito científico como premissa da difusão da civilização. (...) **Por essa via generalizava-se a ética da classe dominante** agrária por toda a sociedade (...) **o agrônomo seria seu veículo e veiculador.**
> A elevação moral das massas rurais inertes era o pretexto para um projeto de educação agrícola destinado a legitimar **um novo tipo de intelectual qualificado a intervir** sobre o espaço social rural. Demarcava-se claramente, a distinção entre competências originadas da tradição humanística e aquelas **provenientes da formação técnica,** única vista como capaz de preparar os atores ideais para a missão de espalhar as luzes no campo. (...)
> Os **agrônomos** progressivamente **se constituiriam nos novos intermediários** entre trabalhadores rurais/pequenos produtores e as frações da classe dominante agrária, **em concorrência com os intelectuais por eles mesmos denominados de tradicionais** – os notáveis locais, **bacharéis** e párocos – **dos quais se distinguiam pela profissionalização e pelo saber.**
> Era em prol de sua afirmação enquanto novo tipo de intelectual que convergiam todas as propostas de difusão da educação agrícola enquanto fator de superação do atraso (MENDONÇA, 2000, p. 10. Grifos nossos).

Nesta concepção, os agrônomos como “novos intermediários”, novos intelectuais na mediação da circulação do saber técnico científico para o público, poderiam ser entendidos como novos “intelectuais mediadores”.

Retomando o discurso inicial de Fidélis Reis, podemos perceber a defesa da distinção entre esse saber e atuação do engenheiro como "intelectual qualificado a intervir" em relação aos "intelectuais tradicionais", como os "bacharéis", quando afirmou: "Nada de ideólogos, para longe o espírito metafísico; do que precisamos é do homem de trabalho, do homem de ação".

Em outras de suas obras e discursos, Reis reforçou esse distanciamento em relação às elites intelectuais tradicionais, letradas, bacharelescas, que ele associava à herança ibérica, como quando afirmou: "As nossas elites só nasceram para o pelintrismo letrado. O trabalho não foi criado para elas. A sua maior aspiração é o parasitismo, a sinecura do emprego público em todas as profissões, inclusive as militares" (Reis, 1962, p. 56).

Em seu discurso inicial, Reis frisou seu lema: "precisamos é do homem de trabalho, do homem de ação", marcando com essa divisa, o distanciamento em relação às antigas e tradicionais elites. E continuou seu argumento de valorização do trabalho, recorrendo a Roosevelt, presidente norte-americano, que diz "quem vale" é "o homem que luta", que trabalha.

E ao qualificar essa fala do estadista americano como "lição memorável", "para servir-nos de programa", Fidélis Reis vocalizou a representação do trabalho que encontrou nos Estados Unidos o modelo, "o programa" para o país. As novas elites de intelectuais mediadores, nas quais grassavam os engenheiros, miravam o modelo norte-americano, especialmente após o declínio da Europa pós- I Guerra Mundial.

Portanto, para Reis, a representação do modelo ideal do trabalho encontrava-se no americanismo, que como abordamos anteriormente, era o modelo para o qual as elites brasileiras miravam e, a partir dele, identificavam no país uma diferença que qualificavam como "atraso".

Para combater esse "atraso", e alcançar o "progresso", buscavam o modelo americano de trabalho. A irradiação dessa representação do trabalho do americanismo-fordismo, trabalho "útil", "produtivo", "eficiente", adequado aos tempos modernos, reverberou em outras representações, como aquelas a respeito dos trabalhadores.

Nesta mesma perspectiva, encontramos a afirmação de que

> (...) ao "conhecimento moderno" são confrontados os bacharéis e os eclesiásticos ... e os **engenheiros tornam-se o paradigma de uma nova linhagem de intelectuais da elite.** Isso acontece justamente por que, no novo arranjo das forças produtivas que começa a se instalar, **sua posição é estratégica**; esses profissionais **são os agentes portadores** dos conhecimentos mais adequados, mais próximos do núcleo fundador da legitimidade do **arbítrio** cultural **que vai se tornando dominante** (**a ciência e a**

> **técnica**). Nesse sentido, o espaço da escola [de engenharia] é fundamental e decisivo uma vez que ela se constitui no centro irradiador **do conhecimento científico** (BARBOSA, 2012, p. 59. Grifos nossos).

Os engenheiros ocupariam uma "posição estratégica" e sua legitimidade adviria da sua posição de agentes de mediação do saber da ciência e da técnica junto à sociedade em prol do progresso. O estudo de Faria (1992) nos permite continuar em sua trajetória apontando que

> estudou agronomia na Universidade de Sorbonne – Paris. Foi diretor do serviço de povoamento do Estado entre 1907 e 1908. Dirigiu os patronatos agrícolas de Minas Gerais pertencentes ao Ministério da Agricultura. Como presidente da SMA [Sociedade Mineira de Agricultura] **participou em 1911 da fundação da Escola Livre de Engenharia da Capital** hoje integrada à Universidade Federal de Minas Gerais (FARIA, 1992, p. 131. **Grifos** nossos).

Em outro discurso, quando dedicou-se a rememorar a história[82] da criação do Instituto Eletrotécnico de Itajubá[83] em 1913, atual UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá), Reis expressou essa importância "estratégica" conferida aos engenheiros e à engenharia. Vejamos:

> Compreendera Teodomiro Santiago que na educação e instrução do povo se resume o maior dos nossos problemas. E, idealista da ação, não tardou em equacionar para uma acertada **solução nos âmbitos da ciência e da técnica** o problema da formação profissional das futuras gerações. (...) Sem ser um profissional, percebera, entretanto que **é na Engenharia** – no ensino politécnico de base matemática, abrangendo a eletricidade, as ciências experimentais, a Geologia, a Mineralogia – é **na difusão dessa cultura que**, a um tempo, **repousam o progresso e o engrandecimento do Brasil.** (REIS, 1962, p. 71. **Grifos** nossos.).

Ainda sobre a importância dos engenheiros neste contexto histórico, na mesma toada, o dossiê sobre "Engenheiros e Engenharia no Brasil", em seu texto de apresentação corroborou que:

> Assistia-se à crescente influência dos **engenheiros** e seu "**saber instrumental**", validando-se seu conhecimento como "discurso competente", em **oposição aos bacharéis e seu "saber ornamental**". Os projetos modernizadores que circularam então nessa transição, implantados total ou parcialmente, requisitaram engenheiros das mais diversas formações (...). **Engenheiros que bem encarnavam**, junto com os médicos, **o papel de "missionários do progresso**". (..) Somente através dessa identidade determinada **tornou**-se-**lhes possível** reivindicar **o reconhecimento social e político** para suas aspirações (...)

---

[82] Mais informações no site da UNIFEI: <https://unifei.edu.br/institucional/historia/>
[83] Outras informações no site da Fundação Teodomiro Santiago em: <https://fts.org.br/>

> Os **engenheiros brasileiros, "ávidos por produzir grandes e eficazes transformações direcionadas ao progresso** intelectual e material, sustentados por conhecimentos científicos e por suas convicções político-ideológicas", colocaram-se à frente dos grupos concretamente promotores do cientificismo e do progressismo típico desse momento histórico. (FIGUERÔA, 2010, p. 123. **Grifos** nossos.).

O discurso de distinção do engenheiro o representa como portador de um "saber instrumental", útil a si e à sociedade, agente e "missionário do progresso", em oposição às elites bacharelescas de "saber ornamental". Essa autorrepresentação, uma espécie de ethos do engenheiro, foi apropriada por Fidélis Reis e, confirmamos que esteve presente em muitos de seus discursos.

Com base nesta distinção do saber do engenheiro, "tornou-se-lhes possível (...) o reconhecimento social e político". Assim, a partir da sua formação como engenheiro agrônomo, e portador de um saber técnico-científico, tornou possível ao engenheiro Fidélis Reis a continuidade de sua trajetória em direção ao "reconhecimento social e político".

Fidélis Reis logrou ser reconhecido na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) como um "dos nomes que mais apareceram como autores do material publicado (...), sendo todos agrônomos" (Mendonça, 2000, p. 13). Como importante autor de publicações da SNA, Reis atuou como intelectual mediador ao colocar em circulação o conhecimento científico e as representações de sua classe para o público.

Reis liderou a Sociedade Mineira de Agricultura entre os anos de 1911 e 1919 (Soares, s/d. p. 103). E "como presidente da Sociedade Mineira de Agricultura [SMA] participou em 1911 da fundação da Escola Livre de Engenharia da Capital hoje integrada à Universidade Federal de Minas Gerais. (Faria, 1992, p. 131). Nesta entidade lecionou ao longo de cinco anos (Vieira; Gonçalves, 2020, p. 140). E "elegeu-se deputado estadual em 1919 e federal em 1921." (Faria, 1992, p. 131). O estudo de Faria apontou que os cargos de lideranças da SMA

> estiveram sempre ocupados por pessoas que, além de representarem os interesses agrários, **detinham prestígio social e político** suficiente para garantir às demandas das classes conservadoras acesso mais fácil aos centros de decisão do Estado. É assim que (...) **Fidélis Reis** assumiu a presidência (...) não só a presidiu como foi também o seu **principal líder** (...)
> A entidade estava profundamente entrelaçada com o poder vigente. (...) grupo considerável de político-empresários que **transitava com desenvoltura entre as esferas dos setores público e privado**. Foi esta *intelligentsia* que mediatizou as relações entre o mundo da produção e o Estado (FARIA, 1992, p. 131 e 135. **Grifos** nossos).

A eleição de Fidélis Reis como deputado, eleição do "principal líder", da "intelligentsia" das classes produtoras permitirá sua atuação como intelectual mediador, para "mediatizar", divulgar as demandas e as "relações entre o mundo da produção e o Estado".

Estas demandas serão expressas em discursos e projetos de lei nas Câmaras estadual mineira (1919 a 1921) e posteriormente federal (1921 a 1930). Antes de buscar compreender a atuação parlamentar de Fidélis Reis e os temas que defendeu e mediou nas Câmaras e na sociedade, cabe trazermos mais elementos de sua biografia.

No campo empresarial, além de ser proprietário de fazenda agropecuária, membro da SMA e da SNA mencionadas, Fidélis Reis também foi um dos fundadores e primeiro presidente da Associação Brasileira dos Criadores do Zebu (ABCZ), e por 10 anos presidiu a Associação Comercial de Uberaba quando a sede da mesma foi construída (1938), e ainda participou da fundação e presidiu o Banco do Triângulo Mineiro de 1936 até sua morte. Fidélis Reis foi homenageado como o Patrono da Cadeira 01 da Academia de Letras do Triângulo Mineiro[84], criada em 1962 em reunião realizada na sede da ABCZ.

Pelos elementos de sua biografia, constatamos que Fidélis Reis preencheu os critérios para o seu entendimento como "intelectual mediador", pela sua ocupação de cargos estratégicos em instituições públicas e privadas, onde "atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos (Gomes; Hansen, idem, p. 19).

E essa ocupação de cargos, esse transitar entre as esferas do poder privado e público, confere a Fidélis Reis a posição de expoente da polivalência das elites, conforme a definição de Dulci (1999).

Corrobora esta perspectiva o estudo de Faria (1992) que reconheceu em Fidélis Reis um líder importante das classes conservadoras, e especialmente o expoente de suas representações e imaginário, capaz de mediar, traduzir seus anseios em ações, tais como projetos de lei e projetos de desenvolvimento. Assim, ao:

> narrar a quadra histórica mineira da Primeira República, deixando vir à tona, tanto quanto possível, as vozes, os sentimentos, e as percepções dos contemporâneos, me apropriei, não raro, de sua própria terminologia. Foi assim que **tomei** de empréstimo **o título da coletânea de discursos de Fidélis Reis** publicada em 1919 – A política da Gleba – para nomear o estudo, **por considera-lo capaz de traduzir**, em boa medida, **o imaginário de uma das principais lideranças das classes conservadoras**

[84] Conforme atesta o site: <https://academiadeletrastm.com.br/historia.php>

> **mineiras** sobre o projeto de desenvolvimento do Estado (FARIA, 1992, p. 32. **Grifos** nossos).

Podemos concluir que Fidélis Reis foi um representante da polivalência das classes produtoras mineiras e que ao transitar por diferentes associações de classe e redes de sociabilidade nas esferas pública e privada, foi um expoente de suas representações e interesses, especialmente junto ao Estado através de sua atuação parlamentar, que trataremos a seguir.

5.3 A atuação parlamentar de Fidélis Reis: a Lei de Imigração e a Lei do Ensino Profissional

Como vimos em sua trajetória, a partir da formação de engenheiro agrônomo Fidélis Reis ocupou diversos cargos, tais como Diretor de Povoamento e Inspetor Agrícola. Nestes cargos, Reis tomou contato com o problema do trabalho, e os decorrentes temas da imigração e do ensino profissional. Os projetos de lei que Fidélis Reis apresentou como parlamentar enfocaram estes temas.

O registro[85] biográfico de Fidélis Reis como patrono da Academia de Letras do Triângulo Mineiro corroborou seu foco parlamentar nestes temas:

> Fidélis Gonçalves dos Reis nasceu em Uberaba, no ano de 1880. Formou-se em engenharia agronômica, em 1898, pelo legendário Instituto Zootécnico de Uberaba, juntamente com seu irmão José Maria dos Reis, Hildebrando Pontes e Militino Pinto de Carvalho, entre outros. Foi deputado federal por três mandatos na década de 1920, apresentando **os polêmicos projetos da imigração e do ensino técnico-profissional** (...) (página da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. **Grifos** nossos).

Vimos que, como liderança polivalente das classes produtoras transitando pelas elites empresariais e políticas, e expoente de suas representações, Reis encontrou no americanismo seu modelo para representação do Trabalho.

E esta representação do Trabalho a partir do americanismo reverberou nos temas decorrentes. Dentre eles, as representações acerca dos trabalhadores: seja do trabalhador estrangeiro, imigrante ou ainda do trabalhador brasileiro, nacional.

No último livro de Reis, “Homens e Problemas do Brasil”, escrito em caráter autobiográfico um ano antes de sua morte, encontramos a chave para entender sua atuação

[85] Disponível em: <https://academiadeletrastm.com.br/fidelisreis.php>. Acesso em 26 set. de 2021.

política como intelectual e parlamentar: “a **política** não pode mais orientar-se por interesses regionais de campanário. Ela precisa gravitar **em torno das grandes questões nacionais**, como **colonização**, e da **educação do povo para o trabalho**” (Reis, 1962, p. 165. Grifos nossos).

Justamente sobre estas duas “grandes questões nacionais” acerca do trabalho e “para o trabalho” que Fidélis Reis veio a propor e defender na Câmara Federal “os polêmicos projetos da imigração e do ensino técnico-profissional”.

Em outra passagem do mesmo livro autobiográfico, Reis expressou: “O trabalho dimana da Ciência, e a Ciência foi feita para ensinar a trabalhar”. Fidélis Reis mobilizará sua formação, sua ciência, em prol da importância conferida ao trabalho, da sua representação do Trabalho, quando afirma: “Fundar a riqueza pelo trabalho, que precisamos sob todos os aspectos organizar, é o problema maior do Brasil” (Reis, 1962, p. 145).

A partir a atuação de Fidélis Reis nos citados cargos de inspetor agrícola, chefe dos Serviços de Imigração e Colonização e ainda Diretor de Povoamento, foi travado o contato com o problema da imigração e povoamento. “Nesse sentido, os itinerários percorridos por Fidélis Reis tiveram relevância nas bandeiras políticas defendidas, em seu curto mandato como deputado estadual como visto e posteriormente como deputado federal” (Riccioppo, 2014, p. 92).

Reis explicitou essa relação entre os itinerários percorridos em sua atuação profissional (a partir da engenharia agronômica) e a sua posterior atuação parlamentar, com a proposição da Lei de imigração, em seu livro autobiográfico:

> Caber-me-ia chefiar os Serviços de Imigração e Colonização no Estado do Espírito Santo, com recomendação pessoal e expressa de Afonso Pena, presidente da República, empenhado em reabilitar o Brasil contra o falado decreto Prineti, pois ao impaludismo, que dizimara **nas margens do Rio Doce** os primeiros imigrantes italianos, é que se devia a proibição desta imigração para o Brasil. Aí, nessa zona, no município de Baixo Guandu, **projetei e dirigi a construção do núcleo colônia** que lá fundou a União. Lição proveitosa me resultaria do exercício dessa função, para o estudo do **problema que**, em comissão de Governo, **iria também conhecer na República Argentina. Do estudo** consciencioso que dele fiz in loco, **aqui e naquela nação, resultaria o projeto que sobre o assunto apresentei à Câmara instituindo a proibição da imigração negra e limitação da amarela**, convocando, assim, pela primeira vez, o Parlamento Brasileiro ao exame desse problema, sob o ponto de vista étnico, projeto que despertaria a mais viva discussão, para ser apenas em parte, posteriormente, aprovado. (REIS, 1962, p. 115. **Grifos** nossos).

A experiência com o problema do povoamento e imigração a nível estadual, no território às margens do Rio Doce limítrofe entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, bem como

a nível internacional, na Argentina; facultaram a Reis a experiência e o conhecimento acerca do tema para, então, propor a Lei de Imigração "instituindo a proibição da imigração negra e limitação da amarela".

A experiência de intervenção de Fidélis Reis no território às margens do Rio Doce – entre Minas Gerais e Espírito Santo – nos remete à questão do povo Krenak: Fidélis Reis e o povo Krenak – "ser útil" e "a vida não é útil[86]"

Interessante observamos como os caminhos e discursos de Fidélis Reis e do povo indígena Krenak se cruzaram na história brasileira. Segundo Riccioppo (2014, p. 36), o deputado Fidélis Reis utilizou a defesa da demarcação e da concessão de terras do governo mineiro ao povo Krenak como pretexto para iniciar sua defesa de não concessão de terras aos imigrantes japoneses. Esse discurso anti-nipônico o deputado iria avolumar e recrudescer quando da mudança do parlamento mineiro para o parlamento nacional, ao propor uma lei restringindo a imigração de negros e japoneses para o Brasil. Vejamos:

> Quando parecia que o assunto seria levado a cabo em sabatina pelos demais pares da Assembleia mineira, subitamente a trama do discurso sobre o assentamento de terras para indígenas do interior do estado foi completamente alterada de rumo (...) Na sequência, o que ocorreu foi que Fidélis Reis expôs ao presidente da sessão de forma irônica, **o porquê não integrar o indígena ao mundo do trabalho** o que ao seu ver equivaleria a comunidade nacional**, uma vez que até a imigração japonesa se favorecia no Brasil e tinha por finalidade única concorrer negativamente com o elemento nacional.** Em suas palavras dizia: **"até o Oriente as nossas vistas se voltam em demanda do braço trabalho. Como, pois, não consentir que a dois passos de nós".**
> Ao que se percebe, um controvertido embate sobre a imigração asiática ao Brasil havia invadido os bastidores da casa legislativa. (....) Nelson Senna que abrasou o assunto apoiando o argumento de Fidélis Reis que, como dito, estava fugindo inteiramente do motivo inicial do discurso iniciado em plenário pouco antes, que era o tema da demarcação para terras indígenas e a finalidade de integrá-los ao trabalho (RICCIOPPO, 2014, p. 36-37).

Tratava-se de uma propositura para que fosse instalada pelo estado, uma colônia destinada aos índios Krenac e Pojixás no município de Peçanha, à margem esquerda do Rio Doce. (...) que para Fidélis Reis representavam

> centenas e centenas de **patrícios nossos, perdidos** para a comunidade, **que vamos assim arrancar à barbárie para integrá-los a civilização**. Serão centenas e centenas de brasileiros, filhos de nossas selvas, no dizer de Rondon – pioneiro herói

[86] Separados pelo tempo, o mote "ser útil" de Fidélis Reis e o título do livro "A vida não é útil" do líder indígena Aílton Krenak se cruzam nessa representação oposta acerca da vida, da utilidade, e a indiciar a profunda alteridade dos mesmos e dos povos que representam.

> "a parte da nossa **gente mais carecedora de proteção e de amor** por ser amada e protegida por poucos" – que iremos, **com o meu projeto**, concorrer para que amanhã **se transformem em elemento eficiente de trabalho e progresso** (REIS e FARIA, apud RICCIOPPO, 2014, p. 36. **Grifos** nossos).

Observamos no discurso de Reis uma representação paternalista dos indígenas e, em particular, do povo Krenak como "patrícios" "carecedores de proteção e de amor" a se "arrancar à barbárie para integrá-los a civilização".

O racismo e etnocentrismo de Fidélis Reis direcionam seu olhar sobre os indígenas. Para Reis, era preciso que os indígenas "se transformem em elemento eficiente de trabalho e progresso", ou seja, na sua concepção seriam "preguiçosos", e "elementos de atraso" na sociedade brasileira.

Reis enxergava como caminho de saída "da barbárie" para integração do indígena "à civilização", a integração deste na condição de trabalhador nacional, transformando-o "em elemento eficiente de trabalho e progresso".

Para Reis, o trabalho, a condição de trabalhador nacional, promoveria a transformação dos indígena de "bárbaro", em "civilizado", de "preguiçoso" a "elemento eficiente de trabalho e progresso". Assim, o Trabalho operaria a transformação desta representação do indígena, pois para o engenheiro Fidélis "o Trabalho é a Lei do mundo, e a vida não tem outro sentido e outra razão de ser" (Reis, 1962, p. 162).

Para entendermos por que Fidélis Reis direcionava tal representação aos povos indígenas e porque desejava retirar a proibição para a vinda de italianos ao Brasil e ao mesmo tempo desejava instituir a proibição da entrada de "negros" e cotas para a entrada de "amarelos", precisamos recorrer ao paradigma que grassava entre as elites intelectuais da época: a eugenia.

Como vimos, dentre as ideias raciais que circulavam entre as elites intelectuais, a eugenia lhes oferecia um caminho para equacionar o ideal do progresso com a realidade da mestiçagem racial, a eugenia oferecia uma solução viável: promover o melhoramento racial da população, tornando-a apta ao progresso (Kern, 2014).

Os preceitos da eugenia nos permitem entender a atuação de Fidélis Reis na defesa da aprovação de leis sobre temas aparentemente tão distintos como a imigração e o ensino profissional. Ambas lidavam com a questão primordial para Reis, que era o problema do Trabalho, e ambas tomavam como referencial os Estados Unidos.

Além disso, “muito precocemente, os teóricos eugenistas locais elegeram a educação como uma forma privilegiada de promoção do melhoramento racial da população brasileira” (Kern, 2020, p. 303).

Portanto, a proposta da Lei de Imigração visava ao controle dos trabalhadores estrangeiros, destes elementos externos, os imigrantes, para atrair os representados como desejados e proibir ou restringir aqueles representados na categoria dos indesejados.

E a Lei do Ensino Profissional permitiria a “moralização”, a “moldagem” da população interna, mestiça, a ser “civilizada”, para por meio da escola “aprender a trabalhar”, e assim moldar “cada brasileiro um elemento de trabalho, um fator de produção” (Reis, 1962, p. 158), o trabalhador nacional para “ser **útil**” ao seu país.

Portanto, Fidélis Reis enquanto expoente das elites do seu tempo,

> como parlamentar, **esteve envolvido em ações de cunho nacionalista, xenofóbicas e racistas**, **e era contrário à imigração de japoneses e de negros** afro-americanos vindos dos Estados Unidos para o Brasil, **bem como se colocava a favor da imigração em massa de Europeus** (RICCIOPPO, 2014, p. 33. **Grifos** nossos).

A proposição de Fidélis Reis desta Lei de Imigração inspirou-se no modelo americano, como atestou Riccioppo:

> O parlamentar se apegava ao fato que a **Lei aprovada nos EUA, a** Emergency Quota Law, **em 1921, estabelecia cotas** para a **entrada** de diferentes elementos **estrangeiros** no território daquele país. (....)
> Entende-se que, **é justamente nestas leis de cotas, principalmente as que tolhiam a entrada de asiáticos, umas das fontes de inspiração de Fidélis Reis**. Sendo assim, Reis justificava que, na história dos EUA, a imigração europeia foi a grande responsável pelo progresso político e econômico (RICCIOPPO, 2014, p. 93-94. **Grifos** nossos).

Ishizu (2007) corroborou esta influência da Lei norte-americana sobre Fidélis Reis e o Brasil, e também sobre outros países. Vejamos:

> **a decisão americana repercutiu negativamente contra a imigração japonesa no restante do continente americano**, fazendo com que países como México, Peru, Argentina, Equador e Chile, seguissem o mesmo caminho enveredado pelos hermanos do norte. **No Brasil, também se fez ouvir vozes contrárias à imigração dos asiáticos**. **Em 22 de outubro de 1923, o deputado mineiro Fidélis Reis apresentou ao Congresso um projeto de lei em que restringia o ingresso de japoneses no Brasil.** Em 14 de abril de 1924, apoiando a iniciativa do projeto em questão, Miguel Couto do Rio de Janeiro, membro do Conselho Nacional de Medicina, diria que os

> japoneses eram inassimiláveis e por motivo eugênico era contrário à vinda de imigrantes desta raça ao solo brasileiro (ISHIZO, 2007, p. 14. **Grifos** nossos).

A proposição da Lei de Imigração apresentada por Fidélis Reis repercutiu junto ao público por meio da sua divulgação pelos jornais, como verificamos:

> Colonização
> O Sr. Fidélis Reis apresentou traz-ante-ontem o seguinte projeto de lei na Câmara dos Deputados:
> Art. 1º Fica o governo autorizado a **promover** e a auxiliar a introdução de famílias de **agricultores europeus**, que desejarem transferir-se para o Brasil, como colonos. (...)
> Art. 5º **É proibida a entrada de colonos de raça preta no Brasil** e, quanto à **amarela**, **será ela permitida, anualmente, em número correspondente a 5%** dos indivíduos dessa origem existentes no paiz. (O Pharol, Juiz de Fora, 25 de outubro de 1923. **Grifos** nossos).

Este projeto de Lei de Imigração de Fidélis Reis despertou intensas polêmicas no seio da SNA e no parlamento federal. Nestes locais, Reis representou as demandas das classes produtoras mineiras e seu opositor, Lyra Castro, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, era representante dos interesses de uma oligarquia periférica, do estado do Pará, no qual havia vazios demográficos, e situado fora do circuito cafeeiro. Portanto:

> O próprio presidente da SNA, Lyra Castro, engenheiro agrônomo e deputado federal pelo estado do Pará (...) acabou tornando-se um árduo defensor da imigração japonesa no País como solução para essas zonas e o mais forte oponente que o deputado Fidélis Reis havia encontrado em seu caminho (RICCIOPPO, 2014, p. 120).

Essas disputas de representação acerca do imigrante japonês entre esses engenheiros agrônomos e deputados - na SNA e no parlamento - evidenciaram o que Chartier denominou como “lutas de representação, cuja problemática central é o ordenamento, logo a hierarquização da própria estrutura social” (Chartier, 1991, p. 186). Estas lutas de representação sobre o imigrante japonês transcorreram por vários anos, até que

> após a acessão de Washington Luís à presidência da República (...) Lyra Castro foi nomeado Ministro da Agricultura no ano de 1926 permanecendo no cargo até 1930.(...) Restava ao deputado Fidélis Reis lutar para que seu projeto de Ensino Profissional fosse aprovado neste governo (RICCIOPPO, 2014, p. 133).

Após essa derrota na luta de representação sobre os japoneses e na proposição da Lei de Imigração para coibir a entrada dos mesmos, restou a Reis atacar o problema do trabalho por outro flanco, focando no trabalhador nacional, com a proposição da Lei do Ensino Profissional obrigatório.

Sobre a Educação, vimos que, na época, as elites imbuídas de ideias eugenistas representavam a educação como um meio de saneamento, regeneração e embranquecimento da população para adquirirem hábitos e valores "civilizados". Nesse compasso,

> O desenvolvimento **da escola para amplas camadas da população** (...) foi um acontecimento importante para **regular** os processos de **inserção social**, com o objetivo de resolver a difícil questão da "igualdade perante a lei". (...) **Na escola,** esteve **a possibilidade do "branqueamento" pela interiorização de atitudes e valores do mundo civilizado**. No caso específico da **escola brasileira, as relações étnico-raciais se fizeram na perspectiva da hierarquia racial** (...), mas também nos gestos cotidianos de constrangimento pela cor, **produzindo-se uma escola de alma branca** (VEIGA, 2007, p. 11. **Grifos** nossos).

Fidelis Reis enfatizava o ensino profissional de maneira pragmática, aos moldes americanos, como uma educação para ensinar a trabalhar, para criar riqueza e progresso econômico visando a engrandecer a nação, pois

> A razão de ser da educação do povo brasileiro, na face atual do nosso desenvolvimento, é, antes e acima de tudo, preparar o maior número possível de cidadãos para tornarem-se unidades ativas e eficientes de produção da riqueza nacional (REIS, 1962, p. 133).

A representação de Reis da educação está atrelada a uma "razão", a uma racionalidade dos engenheiros, ao preocuparam-se com escala e, assim, preparar "o maior número possível de cidadãos" para tornarem-se "unidades ativas e eficientes de produção". Ou seja, a educação é representada nos moldes do americanismo-fordismo-taylorismo, a partir do qual os educandos são representados como "unidades" a serem transformadas pela linha educacional em unidades "ativas e eficientes", moldadas aos tempos modernos para produzirem riqueza e, assim, o progresso do país.

Gomes; Hansen (2016, p. 28) afirmaram

> o interesse de muitos mediadores na elaboração de produtos culturais que atinjam públicos mais jovens (...) por via da instituição escolar ou não, (...) as quais contribuem para a formação de culturas políticas que defendam valores por eles acreditados.

Nessa perspectiva, podemos entender a própria formulação e defesa da obrigatoriedade do Ensino Profissional, como forma de inculcar a moral do trabalho aos moldes do americanismo: um trabalho prático, "útil para si e para a nação". Assim, "Reis advoga a causa urgente de que se adotasse no Brasil uma educação científica, nos moldes da "cultura utilitarista" (...) que fez o progresso americano (Vieira; Gonçalves, 2020, p. 144).

O projeto de Lei do ensino profissional foi proposto por Fidélis Reis em 1ª versão na Câmara em 1922 "polarizando discussões" (Cunha, 2000, p. 204) ao propor a obrigatoriedade dessa modalidade de ensino. Vejamos

> O PROJETO
> Art. 1º É considerado obrigatório o ensino profissional no Brasil, nos casos previstos nesta lei.
> Art. 2º **Só será admitido a matrícula nos institutos superiores da União, quer civis ou militares** e aos a eles equiparados pela lei, **apresentar certificado de habilitação profissional.**
> Art. 3º O certificado de habilitação profissional assegurará, em igualdade de condições, **o direito de nomeação** ao que possuir entre esses candidatos **a funções públicas quaisquer da União.**
> Art. 4º Para efeito da matrícula e nomeação a que se refere o artigo terceiro, o candidato que não tiver o certificado de habilitação profissional, expedido por estabelecimento oficial, submeter-se-á às provas de habilitação que forem exigidas, perante comissões nomeadas para este fim e que funcionarão pelo espaço de três meses anualmente.
> Art. 5º O Governo elevará ao número que julgar conveniente os aprendizados agrícolas, escolas de aprendizes artífices e de artes e ofícios já existentes e fundará os estabelecimentos que entendia necessário para plena e cabal execução desta lei.
> Art. 6º - Fica o Governo autorizado a abrir os necessários créditos para execução desta lei.
> Sala de sessões, 10 de Outubro de 1922. (REIS, 1962, p. 184. **Grifos** nossos).

Constatamos no Projeto da Lei do Ensino Profissional que a proposição da obrigatoriedade do ensino profissional como condição para o acesso "nos institutos superiores" "civis ou militares" e também para o acesso à "nomeação" em cargos e "funções públicas" constituiu um artifício criado por Reis para combater a tendência que percebeu entre os brasileiros da preferência pelas carreiras bacharelescas, letradas, "metafísicas" e da "aspiração" "a sinecura do emprego público em todas as profissões, inclusive as militares" (Reis, 1962, p. 56). O deputado tinha consciência da acirrada oposição que esta obrigatoriedade suscitaria:

> "Legislador, abordei **corajosamente** o assunto na Câmara de que fiz parte como representante de Minas Gerais. **Não me arreceei das críticas mais ferinas, ao estipular no meu projeto a exigência de uma aprendizagem profissional para o direito à matrícula nos cursos universitários** da República, e bem assim a impus

> **aos candidatos às funções públicas**, com intuitos flagrantes que ressaltam ao primeiro exame. **Sabia-o, previamente, repelido pelo mentalismo das nossas chamadas elites. Nem podia ser de outra forma**, **dadas** as fontes em que se abebera a nossa culturas e **as origens degradas do trabalho no Brasil**. (...) **Temos que mudar de rumos**, alterar as diretrizes, despertar as vocações, orientar a formação dos moços **para a as carreiras produtivas e úteis**. (Reis, 1962, p. 135. Grifos nossos).

Reis com este artifício embutido na sua Lei do Ensino Profissional, visava a promover uma "mudança de rumos", uma transformação radical da mentalidade brasileira, pela valorização do trabalho, notadamente manual, pois na sua visão as elites brasileiras preferiam as carreiras bacharelescas pela representação negativa atribuída ao trabalho manual, devido às "origens degradas do trabalho" que por séculos esteve a cargo dos escravos.

Reis valorizava de forma primordial o Trabalho como meio de elevação e de progresso, individual e da nação. Assim, com a sua lei ele pretendia abolir a hierarquia, instaurar a competição e o mérito, ao obrigar a todos indistintamente ao Trabalho, pois para Reis "Só o Trabalho eleva e dignifica o Homem" (Reis, 1962, p. 184).

Ao realizar essa proposição da lei do Ensino Profissional "corajosamente" e ciente "das críticas mais ferinas" que a mesma suscitaria por provocar "mudar de rumos", esta situação nos remete a essa característica do intelectual mediador: "O sucesso de público desses bens culturais, vistos com suspeita pela "alta cultura", é parte integrante de seus objetivos e especificidades" (Gomes; Hansen, 2016, p. 33).

Reis cursou Agronomia na Sorbonne, na França (Faria, 1992, p. 133) e circulou pela Europa. Sua experiência profissional o levou a percorrer o interior do Brasil e da América do Sul. Seu trânsito por vários territórios e por várias redes de sociabilidade conferiram a Reis a percepção de que

> era imprescindível **colocar o Brasil nos trilhos do progresso**, Reis tem uma visão acurada da economia mundial e das transformações que se operavam mundo afora no campo da produção. (...) Os meios para colocar o Brasil nesse patamar de desenvolvimento segundo Reis (1921), **se fariam por meio da mudança de mentalidade em relação ao trabalho e pela adoção do ensino técnico e profissional.** . (Vieira; Gonçalves, idem, p. 146. **Grifos** nossos).

Fidélis Reis explicitou essas relações entre educação e trabalho, e entre educação e progresso quando, em sua última obra, transcreveu seu discurso aos formandos de um Ginásio na condição de paraninfo:

> Do meu esforço na cruzada patriótica que me impus de fazer vencedora no Brasil a orientação do **Ensino para o trabalho, guiado pela Técnica, orientado pela Ciência**.
> Dentro dessa orientação é criada uma **nova mentalidade** nas gerações que vão surgir; armado cada um de meio seguro de vida, de uma técnica, de uma profissão, é que – não tenhais dúvida – **lograremos realizar** (...) Mas realiza-los, e quanto antes, **é o imperativo da hora que vivemos no mundo** que se reorganiza e se transforma. É mister não vos esquecerdes que tudo que existe na Terra é produto do trabalho. E que **só o trabalho pode melhorar na Terra as condições de vida. Na convicção profunda dessa verdade tenaz, foi o meu combate, até a lei do ensino profissional obrigatório que**, representante de Minas Gerais, **fiz vitoriosa no Congresso** da Velha República (...)
> A esse **ensino** (...) um **importante lugar devia ser reservado no plano da Educação Nacional, não só pelo alcance econômico** que teria no surto do nosso progresso, **mas também** e principalmente, **pelo caráter de reforma** que encerra.
> Uma instrução profissional e técnica de vários graus, apropriada ás necessidades novas (...) **Sirva-nos, nesse lance, o exemplo americano**. Na luta econômica, cada vez mais áspera, é **pela qualidade do seu ensino técnico que se distinguirão as Nações** (REIS, 1962, p. 141. **Grifos** nossos).

Fidélis Reis nos apresenta a sua representação da Educação Profissional, na qual relacionou educação e trabalho, na defesa do "ensino para o trabalho", guiado pela "técnica", "orientado pela ciência".

Para Reis, o ensino para o trabalho significava uma "nova mentalidade", que era "o imperativo da hora". E reforça a importância do trabalho ao afirmar que "só o trabalho pode melhorar as condições de vida".

Essa convicção o levou à sua "cruzada" em prol da aprovação da Lei do Ensino Profissional ou Lei Fidélis Reis. A ideia de "cruzada" nos remete à autorrepresentação dos engenheiros como "missionários do progresso", desejosos com este ensino de promover uma reforma da educação e do caráter, aos moldes do "exemplo americano".

Ao afirmar que "pela qualidade do seu ensino técnico que se distinguirão as Nações", Reis condiciona o progresso do país ao desenvolvimento do ensino técnico.

O projeto de Lei de Fidélis Reis sobre o Ensino Profissional tramitou por cinco anos até ser aprovado[87] como Lei no Congresso Nacional e ser sancionada pelo Presidente da República Washington Luiz, por meio do Decreto[88] n.º 5.241, de 22 de agosto de 1927.

---

[87] Durante os anos de tramitação, o projeto sofreu alterações, de modo que na aprovação da Lei, "na questão pertinente à obrigatoriedade, o projeto aprovado já não mais dizia que era extensivo a todo o país. Vinculava-se, por conseguinte, às escolas primárias subvencionadas e mantidas pela União, pois foi reformulado nas comissões prévias" (RICCIOPPO, 2014, p. 154).
[88] A transcrição desta Lei do Ensino Profissional Obrigatório encontra-se nos Anexos.

Esperamos ter apresentado alguns elementos sobre o multifacetado sujeito Fidélis Reis a partir da sua formação, da sua atuação como intelectual mediador das classes produtoras circulando em cargos estratégicos nas esferas de poder privado e público. E na esfera pública destacamos a sua atuação parlamentar em defesa de uma representação do Trabalho atrelada ao americanismo, mediando as demandas das elites mineiras por meio das proposições de leis: lei acerca do trabalhador estrangeiro (Lei de Imigração) e do trabalhador nacional (Lei Fidélis Reis de obrigatoriedade do Ensino Profissional).

Nesta defesa da representação do Trabalho e de seus decorrentes temas e respectivos projetos de Lei, Fidélis Reis "utilizou de inúmeros expedientes e itinerários como: a imprensa, encontros, **congressos**, publicações, postos de poder e manifestos recheados de representações da população e de seus integrantes" (Riccioppo, 2014, p. 178. **Grifos** nossos).

Dentre esses expedientes, interessa-nos a participação de Fidélis Reis nos congressos. E, em especial, sua participação no Congresso das Classes Produtoras de 1928, na condição de relator da 5ª Tese, sobre o Ensino Profissional, na qual buscaremos identificar algumas representações a seguir.

5.4 A 5ª Tese de Educação Profissional e as representações sobre o trabalho e o trabalhador

No Congresso de 1928, o jornal Estado de Minas de 29 de maio de 1928 informou a Comissão responsável pela 5ª these – Ensino Profissional: Srs. Fidelis Reis, Tito Novaes, Thomaz Coelho, Genaro Vidal Leite Ribeiro e Guimarães Menegali.

Abaixo traremos trechos da tese intercalados com nossas análises:

> **V These do Congresso de 1928 – Ensino Profissional**
> Moção ao sr. Presidente da República apresentada pelo deputado Fidélis Reis, no Congresso das Classes Conservadoras de Minas Gerais, reunido nesta Capital.
> **Senhores Congressistas**,
> Não acudi ao vosso apelo para vir neste momento desenvolver aqui detalhadamente, sob os seus múltiplos e variados aspectos, a these referente ao ensino profissional, que me foi distribuída no Congresso.
> Teria para isso de elaborar ampla monografia com minúcias de ordem technica e educacional, que por certo exorbitaria dos objetivos desta assembléa. (...)
> **O problema,** a todas as luzes relevantíssimo, **nós o temos aqui de encarar nos seus aspectos gerais de ordem econômica e social e ir até onde permitido (...) numa oportunidade como esta**.
> Aliás, nem outro é o **espírito da lei de nossa iniciativa, que instituiu em caráter obrigatório o ensino profissional no Brasil. Ella concretiza antes uma afirmação de princípios, um rumo, uma orientação.** Fora disso, são os programas, os

> regulamentos, tarefas dos pedagogos e especialistas, que não somos. Nem tivemos esse intuito (Jornal Minas Gerais, 31 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

Observamos no discurso de Fidélis Reis de início o seu posicionamento de tratar do tema do Ensino Profissional a partir do seu lugar de político, ao citar o "espírito da lei" de sua iniciativa. Em seguida, percebemos em seu discurso a característica atribuída ao intelectual mediador, pela sua intencionalidade com a lei de buscar "concretizar" "um rumo", "uma orientação" sobre o ensino profissional e assim, "voltados para a construção de representações que têm grande impacto numa sociedade" (Gomes; Hansen, 2016, p. 36).

Continuando seu discurso como relator da 5ª Tese, Fidélis Reis afirmou:

> Dotar o paiz de uma lei em correspondência com as suas necessidades econômicas, (...) o objetivo da campanha em que estou empenhado, desde a apresentação, em 1922, do meu projecto à Câmara sobre o assumpto até a sua transformação, o ano passado, em lei da República.
> No fundo, **o que viso e está no âmago da lei, é a obrigatoriedade do trabalho para todos. Todos precisam trabalhar**. **Letrados ou não**. **Pobres ou abastados**. Seja qual for a profissão.
> **O homem que trabalha representa uma verdadeira força social.**
> **O trabalho, não importa que trabalho, é uma base excelente de educação**. É graças a elle que o homem se torna disciplinado e organizado. Educa-lhe o sentimento e o **enobrece**. **Constitue, por sem dúvida, o mais precioso meio de educação.**
> Hoje, mais que nunca, na civilização destes dias, **o homem precisa ser um elemento de produção, um fator econômico**. **Em nenhuma esfera se o admitirá como mero parasita.** Não haverá, daqui a pouco, lugar para os **ociosos**. Por si mesmos, povo ou indivíduo, assim, se aniquilaria irremediavelmente (Jornal Minas Gerais, 31 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

Reis, em seu discurso, explicitou que a sua lei do ensino profissional obrigatório visava "a obrigatoriedade do trabalho para todos". O trabalho é representado com tal importância que a lei do Ensino Profissional obrigatório teria sido um artifício para obter o efeito que todos viessem a trabalhar: "obrigatoriedade do trabalho para todos. Letrados ou não. Pobres ou abastados".

A partir da representação do trabalho e da valorização do ensino profissional como o meio para fomentá-lo, o deputado passa a tecer representações sobre os trabalhadores: para o deputado, "o homem precisa ser um elemento de produção, um fator econômico", precisa trabalhar, produzir e assim ser útil a si e à sociedade. Nesta representação, o homem que não trabalha, aquele que por algum motivo não se insere como trabalhador, enfraquece, fragiliza o corpo social.

A frase: “o homem precisa ser um elemento de produção, um fator econômico. Em nenhuma esfera se o admitirá como mero parasita”. O tom categórico e imperativo da frase denotou a ênfase na representação de um trabalhador que deve ser produtivo, “elemento de produção”, um fator econômico a contribuir para o progresso e nenhum homem será admitido como parasita. Só há admissão nesta sociedade para aqueles na condição de trabalhador, de “elemento de produção”.

O tom imperativo do discurso nos remete à noção do poder de uma representação “em transforma[r]-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta” (Chartier, 1991, p. 185).

Nesta sociedade “não haverá, daqui a pouco, lugar para os ociosos”. Todos devem trabalhar e produzir. Aquele que não produz, é representado como “mero parasita”. E essa metáfora nos remete às campanhas sanitaristas e ao Código de Higiene da época que propunham o ferrenho combate aos parasitas para sanear a nação.

Além disso, o trabalho é representado como meio de educação, meio para tornar-se “disciplinado” e “organizado”, valores por sua vez requeridos para os trabalhadores na representação das classes produtoras neste Congresso de 28 que visava a irradiar o taylorismo e a racionalização do trabalho, dos trabalhadores, da produção e da sociedade.

Na continuidade do discurso, Reis vocaliza representações sobre o trabalho e a partir delas erige a defesa da execução da sua Lei do Ensino Profissional. Vejamos:

> No trabalho, principalmente no **trabalho manual**, **já dizia Adam Smith** está **a primeira fonte da riqueza das nações**. (...) E **a moral de uma democracia, di-lo Alberdi, deve ser uma moral de trabalho.** É a que ele põe como base da civilização dos povos. Tudo que signifique riqueza, êxito ou lucro sem trabalho afigura-se a Alberdi como uma imoralidade. E **o desprezo do trabalho o pior dos sintomas de decadência.**
> **Que lei melhor do que essa, poderia, senhores, interpretar para um paiz nas condições do nosso** e para o momento que vivemos, o postulado há mais de um século, enunciado pelo grande economista escossez, atingido também o aspecto moral a que alude o pensador argentino?
> A nossa lei corresponde evidentemente a uma palpitante necessidade.
> Não há negar. Como negar não será possível, ante a evidência dos resultados, as vantagens e benefícios de toda ordem, que há de o paiz auferir de sua execução. Ela, quiçá, envolve, nos seus desígnios mais recônditos, **a organização de uma humanidade melhor.** De sobrelevante relevância, é pelo menos, **o seu aspecto moral.** Bem merecia ter sido melhor encarada sob este prisma.
> Desde o momento em que nas oficinas, nos laboratórios e nos atelieres, **todos** se ombrearem e **se nivelarem no trabalho com as próprias mãos, dias melhores despontarão** para o homem. Ele será mais feliz. **O trabalho não humilhará**.

> **Reduzidos** assim, **se não eliminados os preconceito**s que ele gera, **estancada estará a fonte e a origem dos maiores males.** A vida sorrirá para todos.
> **O trabalho é o símbolo majestoso da grandeza da nossa espécie,** escrevia o grande e malogrado Alberto Torres**. Todo o cidadão tem o dever de trabalhar, não se devendo permitir a prática de atos da vida política e civil a quem não exercer uma profissão**, assim afirmava o inolvidável pensador (Jornal Minas Gerais, 31 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

Reis, neste trecho do discurso, recorreu a dois pensadores para erigir sua representação do trabalho. Citou Adam Smith para representar o trabalho como "primeira fonte de riqueza das nações", enfatizando seu aspecto econômico; e citou o pensador argentino Alberdi para representar o trabalho como fonte da moral para uma democracia. E, em seguida, afirma que a sua lei do Ensino Profissional poderia atender tanto aos postulados econômicos de Smith, quanto ao postulado da moralidade de Alberdi, e assim defende: "que lei melhor do que essa, poderia, senhores, interpretar para um paiz nas condições do nosso?".

Reis, em seguida, vislumbra que a execução da Lei do Ensino Profissional ao obrigar todos a trabalhar, "a se nivelarem no trabalho", pelo trabalho manual se poderia reduzir "se não elimina[r] os preconceitos" sobre o trabalho. Para Reis este preconceito com o trabalho manual seria "a fonte e a origem dos maiores males". E vislumbra que com a aplicação da sua lei, e todos virem a trabalhar, seria reduzido o preconceito com o trabalho manual e a desigualdade e assim "dias melhores despontarão".

Reis recorre ao jurista Alberto Torres (1865 – 1917) qualificado por ele como "grande", para apropriar-se da sua representação sobre o Trabalho, repetida como "símbolo majestoso da grandeza de nossa Espécie" (Reis, 1962, p. 154). No final dos anos 20 e nos anos 30, "o pensamento de Torrres foi mobilizado por várias correntes intelectuais com posições políticas distintas". (CPDOC)[89].

Por fim, observamos a ênfase no "dever de trabalhar" a todo cidadão, o que nos remete à ideia de conformação da cidadania na Primeira República aos limites do trabalho, ou, em outras palavras, "o conceito de trabalho se erige, então, no princípio regulador da sociedade" (Chalhoub, 2012, p. 48) e assim, os que não tivessem trabalho, não seriam considerados e tratados como cidadãos, pois a estes "não se [deve] permitir a prática de atos da vida política e civil a quem não exercer uma profissão". Seriam desta forma excluídos da "vida política e civil", cairiam nas mãos do aparato judicial do qual Torres foi representante.

---

[89] Ver: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TORRES,%20Alberto.pdf

Reis vai contrastar a representação do Trabalho de Alberto Torres com a realidade brasileira:

> Iremos com a **lei do ensino profissional obrigatório inaugurar para o Brasil a era que há tanto se ambiciona**. Mais, a certos respeitos, **para nós** do que mesmo para outros povos, que não **tiveram pela escravidão, o trabalho aviltado e degradado.**
> **Tínhamos que começar pelas elites o nosso plano reformador**. Era o meio mais seguro de êxito numa campanha dessa natureza. **Daí a exigência**, que na lei estabelecemos, **da indispensável aprendizagem profissional aos candidatos à matrícula nos nossos chamados cursos superiores e** essa mesma condição exigida **para a admissão ao funcionalismo** da República. (...)
> **Tornar, pois, o trabalho obrigatório a providencia a impor-se preliminarmente**. (...) **Medida de emergência**, nas condições estabelecidas, dir-se-á. Foi a única, entretanto, dado o espirito liberal da nossa Constituição, que nos pareceu **capaz de remediar indiretamente**, de maneira eficaz, os **defeitos da nossa formação** (Jornal Minas Gerais, 31 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

No discurso, constatamos na defesa da Lei do Ensino Profissional obrigatório a sua representação como o meio para "inaugurar para o Brasil a era que há tanto se ambiciona". Assim, observamos a representação da educação como redentora, regeneradora do passado da escravidão que na visão de Reis legou ao país a representação do trabalho como vil, "trabalho aviltado", e assim legou atraso ao país e para a qual a lei obrigando todos a trabalhar, "ambicionava" "remediar" e assim trazer o progresso.

À semelhança dos reformadores escolanovistas, como Fernando de Azevedo, Reis defendeu a ação das "elites condutoras", mas gerou uma inflexão: as elites deveriam "dar o exemplo" e "começar por elas" o ensino profissional "obrigatório" para "remediar os defeitos" da formação do país, que começavam na representação pejorativa do trabalho manual que as elites bacharelescas nutriam. Logo, para Reis: "tínhamos que começar pelas elites o nosso plano reformador".

Reis, por meio da sua Lei do Ensino Profissional obrigatório, ambicionava promover uma alteração na representação sobre o trabalho no país, a começar pelas elites. Essa alteração da representação fomentaria o progresso por meio de uma educação para o trabalho "útil, produtivo".

Reis, como representante simultâneo e polivalente das elites políticas e econômicas, seria o intelectual mediador da inflexão na representação do trabalho, capaz de influenciar grandes transformações sociais, dentre elas reverberar representações sobre o trabalhador demandado para estes tempos modernos.

Seria assim, o mediador "voltado para a construção de representações que têm grande impacto numa sociedade, sendo estratégicos para se entender como uma série de novos sentidos são gestados" (Gomes; Hansen, 2016, p. 26).

Nesta mesma toada, Reis continua seu discurso:

> De alguma forma**,** corrigiria a **tendência generalizada do brasileiro para as carreiras liberais,** antes para a **conquista de um título de** recomendação e de prestígio social**, do que para outra coisa.**
> **Uma reforma da nossa própria mentalidade, o que em suma visamos.** É bem de ver que **nem a todos poderemos impor a disciplina do trabalho. Mas, bastará de começo essa exigência aos que se destinarem a essas carreiras**. Como na sua quase totalidade a outras não se consagram os que estudam no Brasil, considerável seria o número dos que a lei desde logo alcançaria. (...)
> O mesmo em relação ao funcionalismo, à burocracia. Muitos, a maioria, talvez, desistissem dessa medíocre aspiração, para ficaram nos ofícios e profissões técnicas que se lhes reclamaria e a oferecer-lhes outras possibilidades e muito maior futuro. (...) Geral a queixa contra a orientação da nossa cultura, que não aparelha o homem para a luta e para a vida. **Em regra, o que formamos é o letrado e o semi-letrado com uma instrucção geral sem base e sem utilidade imediata. Nunca o homem para o trabalho útil e produtivo**.
> **Mas nem só poderá um paiz como o Brasil, viver dos que se habilitam ao exercício das profissões liberais.** Outra coisa infelizmente não temos feito. (...) **As carreiras que preparam o homem para o commercio, para a industria, para a lavoura, em que há de fundar a grandeza da nação, dessas não cuidamos, ou, quando o fazemos, é em plano de visível inferioridade** (Jornal Minas Gerais, 31 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

Fidélis Reis critica as elites e sua mentalidade volta para a busca de uma formação bacharelesca, com vistas ao exercício de profissões liberais que lograriam títulos, prestígio social e o acesso ao serviço público, este por sua vez representado como "medíocre aspiração".

Reis considera que impor a obrigatoriedade do ensino profissional a quem pretendia acessar o ensino superior e o serviço público, dada a sua quantidade, seria o caminho suficiente para o sucesso da lei.

As profissões técnicas foram representadas como o oposto da formação bacharelesca: representadas como de "muito maior futuro", como formadora para o "trabalho útil e produtivo", para a "grandeza da nação".

Reis critica a importância no país conferida às carreiras liberais, bacharelescas, "sem utilidade imediata", fazendo descuidar, "não cuidar", ou ainda cuidar em inferioridade, "das carreiras que preparam o homem para o comércio, para a indústria, para a lavoura, em que há de fundar a grandeza da nação".

Reis vocaliza um discurso que expressa a imbricação entre educação, trabalho, nação e progresso, comum entre as elites republicanas.

Contudo, na sua posição de engenheiro, que se autorrepresenta como "homem de ação", "homem de trabalho", portador de um saber técnico, científico, útil, capaz de intervir na realidade concreta em prol do progresso, Reis se diferencia da representação das elites tradicionais bacharelescas cuja ascensão se daria pelo título ou pelo sobrenome familiar.

Após essa crítica à formação das elites, Reis direciona a sua crítica à formação para o trabalho nas outras camadas sociais:

> Agrava-se entre nós o mal, porque das elites, assim formadas, oscilamos para a massa imensa, dos analfabetos, a constituírem a maioria da nação. **Vivemos num círculo fechado, em que dos ginásios, onde disfarçadamente se faz uma educação de castas, se caminha automaticamente para as academias ao encalço do diploma**. Não se abre à mocidade brasileira a perspectiva de outros horizontes. Nem se diga portanto ser ela culpada, senão os governos, que até hoje não resolveram para o Brasil o seu maior problema. (....)
> Queremos, diz **Henry Ford, que todo homem seja capaz de ganhar a vida.** Por conseguinte, **todo o sistema de educação que não o ajude a isso, falha ao seu fim**. Em segundo lugar – fala ainda **o grande americano – uma verdadeira educação deve ter como resultado atrair o espirito do indivíduo para o trabalho em lugar de o afastar dele**.
> Assim é que os **trabalhos manuais constituem para os americanos disciplinas do mesmo título que o cálculo e as ciências naturais**. Para eles a inteligência que concebe, nada é sem a vontade que executa. **O pensamento não é nada sem a ação**. **Onde melhor inspirar-nos do que neste exemplo? (...)**
> Ao desaparecimento, a um completo aniquilamento estarão condenados de hoje para o futuro o povo ou indivíduo que não souber trabalhar, que não souber produzir. **Travada a competição no terreno do trabalho e da técnica, proscripta está, de vez, a velha cultura, verbalística, sem eficiência e sem finalidade econômica**. **O momento é de ação e dinamismo.**
> Porque, pois, protelar-se por mais tempo, a execução de uma **lei, que representa o primeiro esforço** e a primeira iniciativa sincera, **no sentido de mudar o rumo de nossa formação**, **ou pelo menos de atenuar-lhe os enormes inconvenientes?** Não logrou ela porventura o apoio da opinião, que no curso dos debates nos chegava de todos os pontos do paiz, caloroso e entusiástico? Não seriamos desta forma leais para com a nação (Jornal Minas Gerais, 31 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

O deputado representou a educação brasileira da época como um círculo produtor e reprodutor de desigualdades entre uma elite "letrada" e uma massa popular "analfabeta" ou "semi-letrada". Reis encontrou nos americanos o "melhor exemplo" para nos inspirar e para representar o contraste com os brasileiros.

A partir do referencial americano, Fidélis Reis em seu discurso busca positivar o trabalho, valorizando o "trabalho manual, prático, útil".

Reis encontrou no americanismo a sua representação do Trabalho, de modelo para o trabalho, e dela adviria também o modelo de representação do trabalhador demandado, idealizado, pois "foi a Cultura Técnica, (...) a Instrução Profissional para o trabalho, que fez a grandeza da América. Não menos considerável a missão que lhe está reservada no Brasil. Em máxima parte o nosso futuro dela depende (Reis, 1962, p. 167).

O parlamentar criticou o sistema educacional brasileiro da época e encontrou novamente no americanismo o modelo de sistema idealizado, quando reproduziu as palavras de Henry Ford: que todo homem seja capaz de ganhar a vida. Por conseguinte, todo o sistema de educação que não o ajude a isso, falha ao seu fim.

Reis representou os yankees como dinâmicos, que valorizam o "trabalho manual" no currículo nivelado ao "cálculo e as ciências naturais', para quem "o pensamento não é nada sem a ação". Novamente recorre ao recurso do contraste para representar nossa "velha cultura, verbalística, sem eficiência e sem finalidade econômica".

A ênfase no americanismo como modelo para o Brasil foi enfatizada em sua pergunta: "Onde melhor inspirar-nos do que neste exemplo?"

O discurso do deputado mobilizou a produção de contrastes para gerar a percepção da distância entre as representações do trabalho e do trabalhador entre americanos e brasileiros. A partir disso, então apresentou a defesa da sua lei como instrumento para reduzir essa distância, pois por meio dela poderíamos seguir em direção ao modelo americano de uma representação positiva do trabalho, e assim seguir em direção ao progresso.

Reis afirmou que a sua lei representou "o primeiro esforço" "no sentido de mudar o rumo de nossa formação, ou pelo menos de atenuar-lhe os enormes inconvenientes". E conclui questionando: "Porque, pois, protelar-se por mais tempo, a [sua] execução?".

O próprio parlamentar tratou de elencar um possível motivo para o adiamento da execução da Lei e o questionou. Vejamos:

> **Nem a escusa de grandes dispêndios, alegada pelo sr. Presidente da República, já hoje teria lugar.** Além de não ser, de início, tão vultosos, **poderemos contar outrossim, com o valioso concurso da iniciativa particular**, que por certo não se negará a vir ao encontro do governo para realização de reforma tão meritória.
> Moveríamos essa iniciativa através das **Associações de classes, mover-se-iam os poderes municipais e estaduais e, dentro de breve tempo, em cada recanto da pátria brasileira haveria funcionando uma escola-officina,** destinada a ministrar essa instrução.
> **Autor da lei quis**, como é natural, **tivesse ela no território mineiro a demonstração de sua exequibilidade** no domínio do facto, no terreno da prática. Não me foi a tarefa difícil. (...)

> Da propaganda desenvolvida nas terras fecundas do Triangulo Mineiro resultaria em breve **a vitoriosa fundação do Lyceu de Artes e Ofícios de Uberaba, e**stabelecimento que em todos os tempos honrará a geração que o erigiu. Ele ficara assinalando, luminosamente, na terra de Afonso Pena e João Pinheiro, o início auspicioso da cooperação publica na solução do grande problema nacional. (...) **Foi edificado com o concurso do povo e o auxílio do Estado. Nasceu da inciativa particular**, o Liceu de Uberaba. (...) Nem de outra **forma**, para o progresso a que lograram atingir, **agiram os povos dianteiros na civilização, como os Estados Unidos.**
> **Colégios, seminários, universidades, tudo é ali fruto da iniciativa particular**. São no geral estabelecimentos fundados ou mantidos por contribuição e a expensas particulares**,** não se falando da ação poderosa, do incentivo e de controle, **exercida pela administração yankee**. **É o fato que mais abona a cultura e a civilização do povo americano** (Jornal Minas Gerais, 31 de maio de 1928. **Grifos** nossos).

Fidélis Reis citou os "grandes dispêndios" como a justificativa apresentada pelo Presidente da República para a não execução da Lei do Ensino Profissional. O deputado argumentou que a Lei de início não demandaria "tão vultosos" recursos e que podia-se contar com a valiosa contribuição da "iniciativa particular" para essa "reforma meritória".

Observamos a tática de Fidélis Reis em aproveitar a oportunidade da condição de relator da 5ª tese sobre o Ensino Profissional para, no tempo e ocasião do I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, pressionar ao governo estadual de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e ainda obter a adesão dos seus pares congressistas para providenciar uma moção ao governo federal em prol da aplicação da lei de sua autoria.

O deputado argumentou visando a mobilizar o potencial de capilarização da ação das Associações Comerciais para que estas, junto aos poderes municipais e estaduais, viessem a criar instituições de ensino profissional em cada parte do país para a execução da lei.

Reis, enquanto membro das classes produtoras e relator no seu I Congresso, usou a estratégia de divulgar a criação do Liceu de Artes e Ofícios, erguido em 1928 em Uberaba, via parceria público-privada, para servir de modelo e assim fomentar, entre seus pares congressistas representantes das classes produtoras, a realização de iniciativas similares em seus respectivos municípios.

Em suas memórias Reis mencionou suas expectativas sobre os Liceus:

> LICEU DE UBERABA
> Amanhã, em todas as cidades mais importantes da República, se fundará um Liceu ou estabelecimento congênere, onde o órfão, o desamparado, e, também, o rico – porque a isso obrigará a Lei – poderão fazer a necessária aprendizagem profissional, a todo homem indispensável. Nos Liceus não iremos apenas ensinar a ler e ministrar noções de coisas. Ao que eles principalmente se destinam é à difusão do ensino profissional,

> da Cultura Técnica, à qual tão importante missão está reservada na obra do progresso nacional.
> A melhor desígnio não podia consagrar o meu esforço de homem público e de patriota. (...) Fica-me, além do mais, a satisfação de ter podido eleger para campo de minha primeira experimentação, na prática das ideias que propugno, a terra em que nasci, a minha querida Uberaba, todo o vasto e opulento Triangulo Mineiro.
> "Antecipam-se o nosso Liceu e o meu projeto no aspirar à vitória desses ideais. Aqui a Ciência andará estreitamente consorciada com a prática (REIS, 1962, p. 163-164).

O deputado argumentou pela viabilidade da sua iniciativa em Uberaba e em outros municípios recorrendo novamente ao americanismo - que para as elites representava o modelo - ao dizer que nos Estados Unidos os "Colégios, seminários, universidades, tudo é ali fruto da iniciativa particular" e esse fator o "que mais abona a cultura e a civilização do povo americano".

Em seguida, Fidélis Reis concluiu seu discurso no ICCIA:

> Nessa matéria, como de resto, em tudo mais, **só se apela aqui para o Estado. Ao menos até agora**. Sobre ele, vem pesando inteiro o ônus que acarreta a solução do magno problema. (...) **Ao exemplo de Uberaba, outras iniciativas sucederão. (...)**
> Dado, **sob os melhores auspícios, o primeiro passo para a disseminação da cultura técnica e profissional no Estado**, prosseguir não será difícil (...) Aos governos, como fez Mello Vianna, **e agora Antonio Carlos, o dever de amparar** e **acoroçoar o movimento que em Uberaba teve o seu vitorioso ponto de partida**. Minas está evidentemente em marcha para a realização dos seus grandes destinos. Tudo a isso induz.
> **O problema do ensino, que é incontestavelmente o problema maior da nacionalidade**, constitui a **preocupação dominante da administração.** (...). De louvores irrestritos, irá, por sem dúvida, ser agora objeto a sua atuação em prol do ensino profissional. **Auspicioso sinal é já o convite a Omer Buyse, para aqui vir organizá-lo**. Obra considerável que por certo nos dará o eminente criador da **Universidade do Trabalho** de Charleroi. **Todas as nossas congratulações ao governo pelo seu primeiro gesto. Não poderia começar melhor** (...).
> Mas tudo, senhores, resultará de efeitos somenos, **todos os nossos esforços serão relativamente baldados, enquanto não se dispuser o governo federal a executar, em toda a sua plenitude, a lei que instituiu a obrigatoriedade do ensino profissional em nosso país.**
> (...) **Alcançá-la, portanto**, prestando o maior dos serviços ao Brasil, **o nosso objetivo, reunidos em um Congresso como este.**
> **Assim, em nome da comissão, terminarei submetendo ao vosso julgamento uma moção ao sr. Presidente da República, pedindo a execução do decreto** n. 5.421, de 22 de agosto de l927, já por s. excia. Sancionado, e **que torna obrigatória a instrução profissional no território da República**. (....)
> Está assim redigida: "O Congresso das classes conservadoras de Minas Gerais, reunido em Belo Horizonte, prestando um grande serviço ao Brasil, pede ao sr. Presidente da República a execução da lei, já por sua excia. sancionada, que instituiu a obrigatoriedade do ensino profissional no país".
> **Entra em discussão a tese de "Ensino Profissional", lida pelo sr. Fidélis Reis. A comissão acha que o Congresso se deve dirigir ao Presidente da República, pedindo a execução do decreto n. 5.421, de agosto de 1927, em que está solucionada a questão** (Jornal Minas Geraes, 31 de Maio de 1928, p. n. 8 e 9. **Grifos** nossos).

Verificamos que o deputado novamente apontou o contraste da atuação da iniciativa privada nos Estados Unidos e da realidade do Brasil, em que "só se apela aqui para o Estado". E afirmou que "ao exemplo de Uberaba[90], outras iniciativas sucederão". Com esse discurso, ao mesmo tempo em que chamou à responsabilidade, à ação as classes produtoras para imitarem os americanos, também amenizou a cobrança sobre o poder público.

E, em seguida, em tom laudatório, elogiou a ação do governo mineiro de convidar a Omer Buyse, autor do livro "Métodos Americanos de Educação" e "criador da Universidade do Trabalho[91] de Charleroi" para organizar esta modalidade de ensino no estado.

Fidélis Reis, na condição de Relator, falou em nome da Comissão do ICCIA, concluindo que a execução da lei seria a resolução da questão do Ensino Profissional, ou seja, na execução da lei "está solucionada a questão". E, como tática, aproveitou a ocasião para realizar a moção - que já levara redigida – para ser levada ao Presidente da República solicitando a aplicação da lei do Ensino Profissional, tema da 5ª tese do ICCIA.

Percebemos no discurso a representação da positivação do trabalho, do trabalhador e a crítica ao bacharelismo por meio da defesa de uma educação útil, prática, que habilit[asse] o educando a "ganhar a vida", a ser produtivo para si e para a sociedade.

Fidélis Reis em seu último livro relatou os efeitos da defesa do Ensino Profissional após o Congresso de 28. Confirmamos assim que Reis utilizou dos expedientes dos Congressos e das Conferências para realizar a defesa da execução da lei por ele proposta e aprovada no ano anterior. Vejamos:

---

[90] Contudo, os planos de Fidélis Reis para o Liceu foram frustrados após o ICCIA, pois o prédio erguido passou a ser utilizado como Escola Normal e para outras finalidades, e somente 20 anos após construído, foi de fato, em 1948 transformado em uma instituição de ensino profissional, no caso, uma escola do SENAI. (RICCIOPPO, 2014, p. 157). Em suas memórias Reis relatou: "Tal qual o idealizáramos, não o vimos funcionar. Tivemos que transferi-lo ao SENAI, sigla que há sempre lembrar ao Brasil agradecido o nome de Roberto Simonsen. Mas não importa. Desta ou daquela forma, está ele preenchendo a finalidade para que o edificamos" (REIS, 1962, P. 172).

[91] A defesa da criação de uma Universidade do Trabalho em Minas Gerais, mencionada neste discurso de Fidélis Reis no Congresso de 1928 persistiria por mais alguns anos, pois segundo SOARES (1995, p. 104):" Em 1929, estimulado pela aprovação dois anos antes da Lei do Ensino Profissional, Fidélis Reis convence o governo mineiro a contratar o célebre educador belga Omer Buyse (criador da Universidade do Trabalho de Charleroi) para lançar as bases para a organização do ensino profissional. O trabalho foi interrompido com a eclosão da Revolução de 1930 e a implantação, no País, de um governo forte".

E as posteriores tentativas de criação de uma Universidade do Trabalho no Brasil foram analisadas por PRONKO (1999) no artigo: "Crônica de um fracasso: uma história dos projetos de criação de Universidades do Trabalho no Brasil". Educação & Sociedade, ano XX, nº 66, Abril/99.

> CLAMANDO PELA LEI
> **Venha ou não a ser executada a lei, ganha a causa no terreno das ideias**. Basta que surja um novo João Pinheiro, e o terreno estará preparado para a abençoada frutificação. Sem embargo, dentro ou fora da Câmara, **estarei na estacada, para que não se sepulte no olvido essa imensa conquista, interpretando, seguramente, desta maneira, o sentir da Nação inteira que trabalha**, **que produz e quer progredir.** (...) Aqui, como fora, **não fraqueei um só momento nesta patriótica campanha**, na convicção de um grande serviço prestado ao Brasil.
> Essa impressão eu a tive, nítida e confortadora, ao justificar, no **Congresso das Classes Produtoras, reunido em maio deste ano**, a **moção ao Sr. Presidente da República, pedindo a execução da lei de Ensino Profissional**. Votou-a de pé a Assembleia (...) Que traduz isso?
> **No mesmo sentido, e com apoio unânime, era votada a moção do Deputado Carlos Penafiel, na 2ª Conferência Nacional de Educação**, ali ultimamente reunida. Fundamentando-a em notável discurso, teve S. Exa. a apoiá-la naquele conclave de doutos e de técnicos, a palavra brilhante de Veiga Miranda, de Tobias Moscoso e outros. (....)
> Foi Tobias Moscoso o primeiro, em Belo Horizonte, com a dupla autoridade de representante do magistério superior e membro da Associação Brasileira de Educação, a romper o debate sobre a moção Penafiel, para apoiá-la e aplaudi-la.
> **E por que até agora não se executa uma lei assim tão desejada?** (REIS, 1962, p. 196-197. **Grifos** nossos.).

Confirmamos o trânsito de Fidélis Reis por amplas redes de sociabilidade, seja junto ao empresariado, aos seus pares políticos e ainda junto aos educadores da ABE, uma vez que a defesa da execução da Lei Fidélis Reis ocorreu tanto no Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928 quanto na 2ª Conferência Nacional de Educação[92], também em 1928, e ambos os eventos realizados em Belo Horizonte.

Constatamos acima a recorrência do ethos de engenheiro no discurso de Reis ao afirmar seu empenho "na estacada" em defesa "nesta patriótica campanha" em prol do Ensino Profissional, e ainda seu papel de intelectual mediador ao colocar-se como agente "interpretando, seguramente, desta maneira, o sentir da Nação inteira que trabalha, que produz e quer progredir".

Verificamos a representação da educação como instrumento para alcançar o progresso e desenvolvimento econômico, pois a educação proporcionaria o aprendizado do trabalho eficiente para aumento da produtividade, tal como demandados pelas classes produtoras e pelo sistema capitalista da época.

Concluímos na análise das teses e discursos das classes produtoras veiculados nos Congressos, atas e jornais durante a Primeira República a constância da instrumentalização da

---

[92] Realizada de 4 a 11 de novembro de 1928 e seus Anais encontram-se disponíveis em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/paginas_da_historia_noticias_da_ii_conferencia_nacional_de_educacao_da_abe_belo_horizonte_4_a_11_de_novembro_de_1928.pdf>.

educação e do ensino profissional para moldar e instituir representações do trabalho e do trabalhador de acordo com seus interesses.

Portanto, verificamos uma alteração no telos da Educação Profissional, que nas primeiras décadas da República teve um forte apelo de assistência social e de caridade, especialmente voltada para a contenção de uma ameaça, pois o pobre, o desvalido era visto como um delinquente em potencial, e na visão das elites republicanas, foi preciso utilizar a Educação Profissional para combater e administrar aquela ameaça.

Assim, o empresariado nos seus Congressos de classe ao final dos anos 20, ao representar a si como elemento esclarecido e apto a interferir nos rumos da educação nacional ao final da Primeira República, antecipou e indiciou, portanto, a sua efetiva participação na "redefinição das instituições e pedagogia da Educação Profissional" (Pedrosa, 2020), que se concretizou no período republicano seguinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, que tomou os discursos das teses do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928 como objeto, buscamos analisar as representações sobre o trabalho e o trabalhador, a partir da teoria de Roger Chartier. Essa opção se deu pelo fato de o conceito de representação se aplicar à compreensão da forma como as classes produtoras adjetivavam o trabalho e os trabalhadores.

O acesso às teses foi realizado por meio dos jornais e documentos que circularam em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Itajubá, assim como também foi possível acompanhar os debates e os noticiários acerca dos preparativos para a realização do Congresso. Como vimos, nos exemplares do jornal Gazeta Comercial e de outros periódicos selecionados e organizados em quadros (nos anexos), os trabalhadores eram representados por determinados termos e adjetivos, a partir de representações que circulavam do trabalho. Verificamos que as representações dos trabalhadores se articulavam ao modelo e concepção de trabalho e de sociedade almejados pelas classes produtoras, que tinha no americanismo a referência principal, conforme as fontes indicaram.

Esse americanismo no contexto pós-Primeira Guerra expressava-se no fordismo/taylorismo que instigava a administrar as várias instâncias da vida do trabalhador – seja seu arranjo familiar, a educação, a moral, a higiene, a circulação no espaço urbano – com vistas a moldar um “novo homem”, um cidadão “útil a si e à pátria”.

Com o crescimento da urbanização, da industrialização e dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores ao final dos anos 20, as classes produtoras utilizaram os seus Congressos de Classe, tais como o Congresso, foco desta dissertação, para irradiar entre seus integrantes o taylorismo, o fordismo e, por meio das teses debatidas, buscavam estender sua ação tentacular em temas como ensino profissional, legislação social, imigração, higiene, etc.

O trabalho seria então o elo entre a ordem e o progresso na República, e conforme Gonçalves (2019), falar sobre a produção do conceito de trabalho na República corresponde à produção da própria República.

Assim, na moldagem desse “novo homem”, desse novo trabalhador, as elites republicanas valorizaram a educação como instrumento valioso para inculcar valores, tais como a higiene, a moral e o trabalho.

Na imbricação entre trabalho, educação e república, notadamente na década de 20, com o centenário da independência, vários projetos de nação e de educação circulavam entre as elites, e a despeito de sua variedade e das lutas de representação decorrentes, em comum havia a ideia premente de produção da nação brasileira.

Neste intento de produzir uma nação homogênea, seria necessário, na visão das elites, administrar a diversidade da população representada como "mestiça", "atrasada", "inferior", com vistas a superar o "atraso", manter a ordem e atingir o progresso.

Assim, as elites encontraram nas ideias e apropriações da eugenia – que na época se espraiava em vários campos do saber, em várias redes de sociabilidade e discursos: tais como o do médico, do jurista, do sanitarista, do engenheiro e urbanista e, ainda, dos educadores – uma forma de legitimar as diferenças (raciais e, em decorrência da visão ideológica eugenista, diferenças também sociais) para justificar as desigualdades no contexto de estruturação de uma república, onde todos deveriam ser iguais perante a lei. Logo, as elites lançaram mão de diversos dispositivos e instituições para controle da população, categorizando os trabalhadores em nacionais e estrangeiros.

Para os nacionais, as elites propugnavam a importância de aplicar-lhes a instrução e o ensino profissional, de concorrer a uma série de instituições como a escola, a imprensa e um conjunto de códigos de conduta e aparatos tomados como dispositivos estratégicos para moldar representações sobre o trabalho e o trabalhador ideal, útil, com vistas ao progresso da República.

Aos trabalhadores estrangeiros, as teorias eugenistas tal como a que propugnava o branqueamento, direcionavam os aparatos diplomático, judicial, estatal a promover políticas para atrair o imigrante desejado, o branco europeu.

E aos imigrantes vistos como "indesejados", "inferiores", "inassimiláveis" à nação brasileira, dispositivos como as leis de imigração eram criados e acionados para proibir ou restringir sua entrada. Tal como se deu na proposição, pelo deputado Fidélis Reis, de uma Lei para restringir a entrada de japoneses e proibir a entrada de negros norte-americanos no Brasil.

Constatamos que as elites utilizaram o saber científico de forma intencional e instrumental, pois o taylorismo foi representado como um "saber técnico, neutro" e assim utilizado para arrefecer os conflitos entre trabalhadores e empresariado. O taylorismo era apresentado como uma técnica de administração e racionalização do trabalho "neutra", visando à eficiência e ecoava o modelo da fábrica para a sociedade, a começar pelas escolas, por meio das reformas de ensino sob os preceitos do escolanovismo.

Nesse contexto, a figura dos engenheiros, associados ao saber técnico e científico, adquire proeminência entre as elites brasileiras (Barbosa, 2012) como uma formação distinta da bacharelesca, "prática, útil", utilizada para diversificar a formação das elites, para atuação e influência no aparato estatal. E a presença dos "engenheiros-educadores" atuou na estruturação dos serviços educacionais e urbanos a nível local com as legislações e reformas, bem como a nível nacional por meio da atuação da ABE. Na educação e na escola, esteve a possibilidade do "branqueamento" pela interiorização de atitudes e valores do mundo "civilizado", produzindo uma escola de alma branca (Greive, 2007).

As redes de sociabilidade dos eugenistas e reformadores/educadores se intercruzavam. A eugenia espraiada nos diversos discursos e campos de saber produziu um racismo tão sofisticado, que estruturou a república brasileira a ponto disso afetar especialmente a maneira como essa sociedade se vê.

Logo, o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira não é consequência somente dos séculos de escravidão, como também do arcabouço institucional criado especialmente durante a Primeira República.

Ambos, a eugenia e o taylorismo, foram difundidos pelas elites como científicos, técnicos e, portanto, "neutros", com vistas a arrefecer conflitos e veicular representações e valores que partem de um grupo, mas que se arrogam como racionais, universais, públicos, republicanos.

Nessa perspectiva, para captar a dinâmica das relações entre o empresariado e outros atores sociais, tais como os trabalhadores, as mulheres e o Estado, durante o Congresso utilizamos as noções de estratégia e tática de Michel de Certeau. Para ele, "a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder" (Certeau, 2007, p. 101).

A presença de uma mulher, Mietta Santiago, entre os 268 representantes de 110 municípios no Congresso do empresariado de 1928, instigou a necessidade de buscar entender essa presença tática articulada ao contexto de iniciativas de luta pelo direito ao voto feminino. Assim, foi necessário discutir as representações das classes produtoras direcionadas às trabalhadoras, às mulheres no cenário de crescente importância atribuída às mesmas para a manutenção da família e da sociedade requerida pelo capitalismo-fordismo, constituindo o capítulo quatro.

A partir de Certeau, entendemos que as classes produtoras empregaram como estratégias o uso da educação profissional e da imprensa para difundir suas representações sobre os trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, suas táticas eram a polivalência, presente na diversificação da sua formação e dos seus cargos de atuação, notadamente com a ascensão da figura do engenheiro visto como representante de um saber técnico e científico, oportunizando sua presença no aparato estatal para fazer prevalecer seus interesses.

A demanda de um novo homem pelo capitalismo-americanismo-fordismo-taylorismo instigou a alteração da escala de produção dos dois elementos utilizados pelas classes produtoras de forma estratégica: a educação profissional e a imprensa.

Outra alteração que verificamos se deu no público da educação profissional, que, nos anos iniciais da República, era a criança, para inculcação da ética do trabalho e desvio da marginalidade; e, no final dos anos 20, passa a ser o jovem e o adulto, com vistas a torná-lo produtivo, útil ao progresso econômico da nação.

Para Certeau, autor que mobilizamos ao longo desta escrita da dissertação, uma obra historiográfica “torna possíveis novas pesquisas” (Certeau, 1996, p. 64). Assim, identificamos como possibilidade de pesquisa a exploração do mesmo corpus documental presente nos quadros (nos anexos), porém, com foco em outras questões, tais como analisar os efeitos imediatos do Código de Menores na imprensa patronal mineira.

Outra possibilidade de pesquisa seria ampliar os estudos sobre a temática dos Congressos de Classe, tomando como objeto o Congresso de 1929 - divulgado no jornal da ACEJF - e o Congresso de 1930 ou III Congresso Comercial e Agrícola de Minas, cujos Anais encontram-se na ACIEI.

REFERÊNCIAS

Fontes

Annaes do III Congresso Commercial e Agrícola do Estado de Minas, realizado em Itajubá, nos dias 19, 20 e 21 de junho de 1930. Imprensa Official – Bello Horizonte – 1931 – ACIEI – Itajubá/MG.

A.R.T.S. Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1868. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6702>. Acesso em 7 out. 2021.

Atas de Diretoria – 1927 a 1929 – sede da ACMinas – Belo Horizonte/MG.

Atas de Diretoria – 1926 a 1930 – sede da ACEJF – Juiz de Fora/MG.

Jornal Diário do Commercio – 1927 – Coleção Linhares.

Jornal do Commercio – 1927 a 1929 – Cememor da Biblioteca Municipal Murilo Mendes – Juiz de Fora/MG.

Jornal Gazeta Comercial – 1927 a 1929 – sede da ACEJF – Juiz de Fora/MG.

Jornal Minas Geraes – Maio de 1928 – Imprensa Official de Minas Gerais.

MONTEIRO, Norma de Góis. Dicionário Biográfico de Minas Gerais: período republicano 1889-1991. ALMG (Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais), 1994. Vol. 1 e 2. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/128>. Acesso em 8 abr. 2021.

Novo Dicionário Biográfico de Minas Gerais: 300 anos de história. Coleção Memória de Minas. ICAM (Instituto Cultural Amílcar Martins).

REIS, Fidélis. A política da gleba - falando, escrevendo, agindo (1909-1919). RJ: Oficinas da Casa Leuzinger, 1919.

REIS, Fidelis. Homens e Problemas do Brasil. Prefácio de Francisco Campos. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado pelo Sr. José Francisco Bias Fortes, Secretário de Segurança e Assistência Pública referente ao Anno de 1928. Imprensa Official do Estado, 1929. Disponível no Arquivo Público Mineiro.

Relatório relativo ao exercício de 1928 apresentado pelo seu presidente Benedicto Pereira – Est. Graph. “Casa Lucy” – Itajubá – sede da ACIEI – Itajubá/MG.

Referências bibliográficas

ABREU, M.; GOMES, Angela Castro. A nova “velha” república: um pouco de história e historiografia. Revista Tempo, Niterói, v. 13, n. 26 p. 1-14, abr. 2009.

ALMEIDA, Admário L. de; CARVALHO, Henrique de. Educação, imprensa e modernidade: representações de sociedade civilizada (1905-1930). In: II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, EDUFU, 2003. p. 316-327. Disponível em:

<http://www2.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo5/completos/educacao-imprensa.pdf>. Acesso em 23 jan. 2020.

ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. Movimento operário em Juiz de Fora na Primeira República. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

AMANTINO, Marcia. O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-9094.pdf>. Acesso em 9 de ago. 2021.

ANDRADE, Silvia M. B. V. A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas – 1912/1924. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

ANTUNES, Elton. Imprensa e cidade: diários da vida besta. In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. 2004. Bicentenário da Imprensa Brasileira. Florianópolis. Anais Eletrônicos. Disponível em: <www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/midiaimpressa.htm>. Acesso em 05 jan. 2020.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Do regional ao nacional: a atuação política das elites mineiras. X Encontro Anual da ANPOCS, 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/10-encontro-anualdaanpocs/gt11/gt05-9/6227-mariaarruda-regional/file>. Acesso em 10 mar. 2020.

AZEVEDO, Maurício Maia de. O Código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior. Monografia pelo Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30354/codigo_mello_mattos_seus_reflexos.pdf>. Acesso em 5 de out. 2021.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. Tecnoburocracia e Pensamento Desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969). 2012. Tese (Doutorado em Ciências) – FFLCH, USP. 316 f. São Paulo, 2012.

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BARROS, José D'Assunção. Emancipacionismo e abolicionismo. Tensões de um debate no Brasil escravista. Cultura Revista de História e Teoria das Ideias. Vol. 25., 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/695>. Acesso em 7 abr. 2021.

BARROS, Nicélio do Amaral. Relações políticas e des(envolvimento) regional: uma análise do comportamento dos setores industriais de Juiz de Fora e Belo Horizonte entre 1925 e 1940. Cadernos de História (UFOP), vol. IV, n.º 2, ano 2, pp. 208-229; 2007.

BARROS, Nicélio do Amaral. Sob clima tenso: crise estrutural, arranjos institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais: 1920/1940. Dissertação (Mestrado em História) UFES, Vitória, 2007.

BARROS, Surya A. P. de. História da Educação da população negra: entre silenciamento e resistência. Pensar a Educação em Revista, Ano 3, v.4, n.1, 2018. Disponível em: <http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/2018/07/10/766/>. Acesso em 2 set. 2021.

BASTOS, Wilson de Lima. Associação Comercial de Juiz de Fora - Centenário (1896-1996). Juiz de Fora: Esdeva, 1996.

BASTOS, M. H. C. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, J. C.; GATTI JR., D. (org.). Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas/Uberlândia: EDUFU, 2002, p. 151-174.

BORGES, Maria Eliza Linhares. A diáspora dos trabalhadores rurais mineiros: direitos civis e cidadania. Varia História, Belo Horizonte, n° 15, 1996, p.87-101.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Elites agrárias e modernização em Minas Gerais: notas para reflexão. Locus: Revista de História, Juiz de Fora, vol. 2, n.1, 1996. p. 67-86. Disponível em: <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2237/1618>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, 153 páginas. Tradução Nilo Odalia.

BUYSE, Omer. Methodos Americanos de Educação - Geral e technica, 1927. Imprensa Official do Estado da Bahia, 1927. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135019>. Acesso em 28 set. 2021.

CARLOS, Anderson Ricardo, FRANZOLIN, Fernanda e ALVIM, Márcia Helena. Problematizações das relações de gênero no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: status da mulher, determinação de sexo biológico e controle reprodutivo. História, Ciências, Saúde-Manguinhos v. 27, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000400005>. Acesso em 18 set. 2021.

CARVALHO, C. H.; ARAUJO, J. C. S.; NETO, W. G. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia – MG, 1930-1950). In: ARAÚJO, J. C.; GATTI JR., D. (org.). Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas/Uberlândia: EDUFU, 2002, p. 67-89.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. Reformas Educacionais em Minas Gerais: instrução primária, modernidade e progresso (1906-1928). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.46, p. 219-237, 2012.

CARVALHO, M. V. C. Moderno, modernidade, modernização: polissemias e pregnâncias. In: CARVALHO, M. V. C., LAGES, Rita C. L. L., GASPAR, Vera (Orgs.). Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX (Vol. 4, p. 15 - 32). Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil 1822-2022 Série Estudos Históricos. Belo Horizonte, MG: Mazza Edições, 2012.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e Política nos anos 20: a desilusão com a república e o entusiasmo pela educação. IN: LORENZO, Helena C. De; COSTA, Wilma Peres da. (Orgs.). A década de 20 e as origens do Brasil moderno. Editora Unesp: São Paulo: Editora da UNESP, 1997, p. 115-132.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Braganca Paulista: EDUSF, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Anísio Teixeira: Itinerários. In: Seminário "Um olhar sobre Anísio". Mesa Redonda "Política Educacional", Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de

Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/MartaCarvalho.htm>. Acesso em 3 ago. 2021.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano 1: artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3ª ed., 367 p., Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHAMON, Carla S. Modernizando a escola: Minas Gerais e a influência norte-americana no final do século XIX e início do XX. In: ANAIS do II Congresso de Ensino e Pesquisa em História da Educação em Minas Gerais. 2003, Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 489-499.

CHARTIER, R. A história ou a leitura do tempo (Tradução de Cristina Antunes). Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: Difel, 2002, 244p.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo (Tradução de Cristina Antunes). Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. Estudos Avançados vol. 5, n. 11, 1991. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ea/i/1991.v5n11/>. Acesso em 5 mar. 2021.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Europa dos Pobres – a belle-époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

COELHO, Nelly Novaes. Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711-2001). São Paulo: Editora Escrituras, 2002, 750 p.

COSTA, Alfredo; MATOS, Ralfo E. da S. Modernizações em Minas Gerais - Elementos teórico-conceituais e clivagens geohistóricas. Terra Brasilis (Nova Série), Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica. N. 13, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/5986>. Acesso em 5 jun. 2021.

CROCE, Marcus Antônio. Crises financeiras na primeira década republicana e os bancos em Minas Gerais (1889-1903). 2013. Tese (Doutorado em Economia) - CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte, 2013.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 255-272, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 193-239.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. Educação, v. 32, n. 2, 10 jul. 2009.

DÁVILA, Jerry. Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945). Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DÁVILA, Jerry, CARVALHO, Leonardo Dallacqua de e CORRÊA, Igor Nazareno da Conceição. Eugenia e educação no Brasil do século XX: entrevista com Jerry Dávila. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, p. 227-233.

DECCA, Edgar Salvadori de. "A Ciência da Produção: Fábrica Despolitizada. Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero, p. 47-79, n. 6, 1984. Disponível em: <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1718>. Acesso em 3 set. 2021.

DOMINGUES, Petrônio. Um "TEMPLO DE LUZ": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. IN: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Orgs.). A história da educação dos negros no Brasil. Niterói: EdUFF, 2016.

DUARTE, Renata Garcia Campos. Imprensa Operária e Educação: debates e demandas dos trabalhadores de Belo Horizonte (1897-1930). Tese de Doutorado. FAE/UFMG, 2019, 287 p. Disponível em: < https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BDKKGD>. Acesso em 20 de jul. de 2020.

DUARTE, Simone Ribeiro. Educar as mãos para descobrir o mundo: a proposta do professor Manoel Penna para o ensino de trabalhos manuais (1906-1934). 2017. (Dissertação de Mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica, Belo Horizonte, 2017.

DULCI, Otávio Soares. Empresariado e política em Minas Gerais, in: Revista do Departamento de História, n°10/Cadernos do DCP, n°08 (Ed. conjunta). Belo Horizonte: UFMG, 1990.

DULCI, Otávio Soares. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DULCI, Otávio Soares. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, Angela de Castro. Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 109-136.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. República e Trabalho no Registro da Burguesia. Revista do Departamento de História, n.º 10. Cadernos DCP, n. º 8 (número conjunto). Belo Horizonte: FAFICH/ UFMG, 1990.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Alternativas do Comportamento Operário: Belo Horizonte e Juiz de Fora. Belo Horizonte, 1981.

EISENBERG, Zena Winona; FERES JUNIOR, João; NASCIMENTO; Leonardo Fernandes. Monteiro Lobato e o Politicamente Correto. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, n.º 1, p. 69 a 108, 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). Arquivos, fontes e novas tecnologias – questões para a história da Educação. Campinas: Autores Associados, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). Pesquisa em História da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HG edições, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, 2000.

FARIA, Maria Auxiliadora. A política da gleba: as classes conservadoras mineiras. Discurso e prática na primeira República. 1992. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

FERREIRA, Camila Kézia Ribeiro. A polêmica como patrimônio: Augusto de Lima Júnior e a Revista de História e Arte nos embates da política patrimonial (1930-1966). 2014. Dissertação (PPG História) - UFOP. Mariana, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8471/1/DISSERTACAO_PolemicaPatrimonioAugusto.pdf>. Acesso em 20 mar. 2022.

FIGUERÔA, Silvia F. de M. Engenheiros e Engenharia no Brasil. Dossiê. Revista Brasileira de História da Ciência, v. 3, n. 1, p. 122-125, Rio de Janeiro, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Análise e Conjuntura. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.11, n.5/6, mai/jun. 1981.

GALVÃO, Laila Maia. Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920. Revista Direito & Práxis. Rio de Janeiro, Vol. 07. N. 13, 2016, p. 176-203.

GARCIA, Adriane. Garrafas ao Mar. Guaratinguetá, São Paulo: Editora Penalux, 2018.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. São Paulo, Editora Atlas, 2008.

GIROLETTI, Domingos. A Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930). Juiz de Fora: EDUFJF, 1988, 1ª ed.

GOMES, Angela de Castro. Primeira República no Brasil: uma história da historiografia. In: A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2014. p. 55-93.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 489 p.

GOMES, Warley Alves; CHAMON, Carla Simone. Entre o trabalho, a escola e o lar: o caso da Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte. In: II Seminário Nacional de Educação Tecnológica, 2010, Belo Horizonte. Anais do II SENEPT. Belo Horizonte: CEFET-MG, v. 1. p. 1-10, 2010.

GONÇALVES, Irlen Antônio. Cultura Escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

GONÇALVES, Irlen Antônio. Congresso legislativo e educação profissional: leitura partilhada para construção da República. In GONÇALVES, Irlen Antônio (org). Progresso, Trabalho e Educação Profissional em Minas Gerais. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

GONÇALVES, Irlen Antônio. A República e os seus projetos de educação profissional: escolarização do trabalhador do campo e da cidade. Revista Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 205-225. Jan./jun. 2012.

GONÇALVES, Irlen A. O ensino técnico primário em Minas Gerais (1896-1913) IN: BATISTA Eraldo L.; MÜLLER, Meire Terezinha (Orgs.). Instituições de educação profissional no estado de Minas Gerais. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

GONÇALVES, Irlen Antônio. A escolarização do trabalhador na república mineira. IN: CARVALHO, Carlos Henrique de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs. Vol. 3).

História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República: Vol. 3: República. EDUFU: 2019. p. 223-249. Disponível em: <http://www.edufu.ufu.br/catalogo/ebooks-gratuitos/historia-da-educacao-em-minas-gerais-da-colonia-republica>. Acesso em 17 de maio de 2020.

GONÇALVES, Irlen Antônio; CHAMON, Carla Simone. O Congresso Mineiro e a Educação Profissional em Minas Gerais: o ensino técnico primário. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 28, n. 02, 2012.

GONÇALVES, Irlen Antônio. NOGUEIRA, Vera Lúcia. Educação e escolarização em Minas Gerais: o Legislativo e o Executivo como produtores da representação dos trabalhadores. In: Progresso, trabalho e educação profissional em Minas Gerais / Irlen Antônio Gonçalves, (org.). Belo Horizonte: Mazza Edições. 2012.

GONÇALVES, Irlen A; NOGUEIRA, Vera L. Espaços de formação do trabalhador em Minas Gerais no alvorecer da República (1891-1920). Revista Brasileira de História da Educação. V. 18 (2018). Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/44832/pdf>. Acesso em 12 de maio de 2019.

GOODWIN JR., James William. Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição - Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOODWIN JR., James William. A imprensa e o papel do trabalho na sociedade mineira pós-escravidão. In: GONÇALVES, I.A. (Org.) Progresso, trabalho e educação profissional em Minas Gerais. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 171-196.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e Fordismo. Quaderni del carcere. Tradução Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008. 96 p.

GRINSPUN, Mírian, P. S. Zippin (org.). Educação tecnológica: desafios e perspectivas. 3ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 10.ed. São Paulo: Loyola. 2001.

HEINZ, Flávio M. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. Mundos do Trabalho – novos estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLL, Jessica. Uma Herança do Período Ditatorial não Superada pela Lei nº 12.034/2009: Reflexões sobre a presença das mulheres nas eleições para a Câmara dos Deputados do Brasil. Dissertação (PPG em Direito), UFMG. Belo Horizonte, 2019.

ISHIZU, Tatsuo. Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: Os japoneses em Monte Alegre - 1926-1962. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - UFPA, Belém, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4218/1/Dissertacao_ImigracaoOcupacaoFronteira.pdf>. Acesso em 31 out 2021.

IVASHITA, Simone Burioli. Fontes para a história da educação: a importância dos arquivos. X Anped Sul, Florianópolis, Out. 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/144-0.pdf>. Acesso em 20 fev. 2021.

IWASSE, Lilian F. A; ARAUJO, R. B.; RIBEIRO, A. C. Reformas da educação e trabalho no Brasil: um breve histórico do ensino em migalhas. Cadernos de História da Educação, v.20, p.1-21, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/download/58227/30263/245520>. Acesso em 26 out. 2021.

KARAWEJCZYK, Mônica. As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil. 2013. Tese (Doutorado em História) - FFCH/UFRGS. Porto Alegre, 2013.

KERN, Gustavo da Silva. Teorizações eugenistas no Brasil: melhoramento racial, eutecnia e educação. X Anped Sul, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1939-0.pdf>. Acesso em 13 abr. de 2021.

KERN, Gustavo da Silva. "Educar é eugenizar": racialismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940). Tese (Doutorado em Educação). UFRS. Porto Alegre, 2016.

KERN, Gustavo da Silva. A educação eugênica nos Annaes de Eugenía. Revista Linhas. Florianópolis, v. 21, n.45, p. 301-321, jan./abr. 2020.

KOBAYASHI, Elisabete, FARIA, Lina e COSTA, Maria Conceição da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 314-351.

KORNDORFER, Ana Paula. Jeca Tatu, um ilustre opilado: o movimento sanitarista e o combate à anciolostomíase na obra de Monteiro Lobato (Brasil, décadas de 1910-1920). Revista História: Debates e Tendências (Online), vol. 18, núm. 3, pp. 436-448, 2018.

KOSELLECK, R. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p. 134-146.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. Pesquisa e organização Rita Carelli. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LABRA, Maria Eliana. O movimento sanitarista nos anos 20: "da conexão sanitária internacional" à especialização em saúde pública no Brasil. Tese de mestrado, Rio de Janeiro, EBAP/FGV, 1985.

LE GOFF, Jacques (Trad. Bernardo Leitão). História e memória. Campinas: UNICAMP.1990.

LEITE, Sérgio Celani. A reforma Francisco Campos e o livro didático. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães, GONÇALVES, Irlen Antônio, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, XAVIER, Maria do Carmo (Orgs.). História da Educação em Minas Gerais. Belo Horizonte, FCH/FUMEC, 2002.

LIMA, Marcos Alberto Horta. Legislação e Trabalho em Controvérsias Historiográficas: o Projeto Político dos Industriais Brasileiros (1919-1930). Tese (Doutorado em História) IFCH/Unicamp, Campinas, São Paulo, 2005.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. Raça, ciência e sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 23-40.

LIMA, Nísia Trindade. Jeca Tatu e a representação do caipira brasileiro. XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, out. 1997. Disponível em:

<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt10-14/5117-nlima-jeca/file>. Acesso em 5 maio 2021.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (Orgs.). A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2003. p. 111-153.

LUPPI, Sheila C. A. de Lima. A eugenia e o projeto de aperfeiçoamento do povo brasileiro. 1900-1933. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901>. Acesso em 10 abr. 2021.

MACEDO, Sonayra da S. M. O modelo de gestão do empresariado para a educação básica brasileira: embates entre excelência e qualidade social? Tese (PPGE) da UFPB, João Pessoa, 2019.

MACHADO, Marcelo Oliano; ROSSI, Ednéia R; RODRIGUES, Elaine. Práticas de leituras escolares nos anos 20: Os usos do Almanaque Biotônico Fontoura. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 52, p. 155-164, set. 2013.

MACHADO, Vinícius Azevedo. Produtor, político e bacharel: João Pinheiro da Silva e a educação do trabalhador do campo. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, Belo Horizonte, 2010.

MANIFESTO DOS PIONEIROS. O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932): a reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização: a Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1928). Horizontes, Bragança Paulista, v. 22, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2004.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Anatomia de uma injustiça secular. O Estado Novo e a regulação do serviço doméstico no Brasil, Varia História, vol. 36, n. 70, 2020.

MAZZOTTI, Alda & GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais. São Paulo. Ed. Pioneiro, 2001.

MENDONCA, Sonia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. Mundo agrario, La Plata, v. 1, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/magr/v1n1/v1n1a02.pdf>. Acesso em 29 out. 2021.

MINTO, L. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, Epub. fev. 2018.

MIRANDA JUNIOR, Robson Freitas de. A história como "logos do outro": Michel de Certeau e a operação historiográfica. Temporalidades, UFMG, Belo Horizonte, v. 11, n. 1 (jan./abr.2019). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/12680>. Acesso em 3 abr. 2021.

MONTEIRO, L. M. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? Rev. Pensamento Plural. v. 14, p. 11-21. Pelotas, 2014.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 5, n. 3, p. 621-645, 1999.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professoras Negras na Primeira República. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.). Relações raciais no Brasil: alguns determinantes. Niterói: Intertexto/UFF, 1999.

NERY, V. S. C.; NERY, C. DO S. DOS S.; DIAS, A. DE S. Decolonizar a História da Educação: contribuições teóricas dos estudos subalternos e do pensamento decolonial. History of Education in Latin America - HistELA, v. 3, p. e21799, 27 jul. 2020.

NOGUEIRA, Vera Lúcia; GONÇALVES, Irlen Antônio. As reformas do ensino público primário como constituintes da política educacional do estado de Minas Gerais (1891- 1906). Educação em Foco, v. 18, p. 201-225, 2015.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. IN: GONDRA, José Gonçalves (org.). Pesquisa em história da educação no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 17 -63.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. A História como heterologia: do conceito de História em Michel de Certeau. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - UEL, Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mesthis/JoaoRMOhara.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2020.

OLIVEIRA, Juliana Jardim de Oliveira e. De muitos, um: estado, território e narrativas nacionais nos Estados Unidos e na Argentina no século XIX. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - ICHS/UFOP, Mariana, Minas Gerais, 2010.

OLIVEIRA, Pâmela Faria. Ações Modernizadoras em Minas Gerais: a Reforma Educacional Francisco Campos (1926–30). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

PÁDUA, Pedro Geraldo. O Conceito de Progresso nas Mensagens dos Presidentes do Estado de Minas Gerais (1891-1930). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, Belo Horizonte, 2012.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento. X Seminário sobre a Economia Mineira, 2002. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2002/D13.pdf>. Acesso em 15 abr. 2021.

PEDROSA, José Geraldo. A Educação Profissional Brasileira dos Anos 1920 aos 1950 na escrita de Francisco Montojos (1900–1981). Hist. R., Goiânia, v. 25, n. 2, p. 246–266, mai./ago. 2020.

PEDROSA, José Geraldo. Americanismo e Trabalho: Tocqueville e Gramsci. III Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade. UTFPR, nov. 2009.

PEDROSA, José Geraldo; DUENHAS, Flávia O.; RAMOS, Nívea Maria Teixeira. Estatuto e saberes da docência na educação profissional: questões inaugurais dos anos 1940. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 15, n. 31, p. 79-93, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em 8 de jul. de 2021.

PEDROSA, José Geraldo; SILVA, Reisla Suelen Oliveira. As viagens pedagógicas do jovem Anísio Teixeira à Europa (1925) e aos Estados Unidos da América (1927) e sua inclinação definitiva para a educação pública. Educação em Foco, ano23, n.40-mai./ago.2020. p.153-173.

PEREIRA, Fernanda Daniele de Abreu. Discurso sobre Educação Profissional: Representações sobre menor, infância e adolescência em Minas Gerais entre as décadas de 1890 a 1920. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - CEFET-MG, Belo Horizonte, 2021.

PEREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora. Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento. 1901-2001. Belo Horizonte: ACMinas, 2001. 456 p.

QUEIROZ, Marcos; SOUZA, Henrique P. Dias de. Das Prisões ao Trapiche: controle social, punição e ascese na formação brasileira à luz de Capitães da Areia. Revista Latino-Americana de Criminologia, v. 1, n. 1, p. 242–264, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/relac/article/view/36118. Acesso em 25 set. 2021.

RIBEIRO, Betânia de O. L., ARAÚJO, José C. S. A escola e a aluna: ensino profissional feminino em Belo Horizonte (1919–1950). Educação em Foco, ano 24, n. 44, set./dez. 2021. Belo Horizonte (MG). Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/6067/3875>. Acesso em 30 ago. 2021.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. A vida caseira é a sepultura dos talentos: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850 - 1886). 2019. Dissertação (PPG em História) - UFJF, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/9807>. Acesso em 7 out. 2021.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. Sur 24 – Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 13, n. 24, 1999.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional: Minas Gerais, 1888-1928. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2008.

RICCIOPPO, Thiago. Inassimiláveis ou prejudicialmente assimiláveis? Raça, etnia, miscigenação, imigração e trabalho na perspectiva de Fidélis Reis (1919-1934). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - UFU, Uberlândia, 2014.

ROCHA, Ana Cristina S. M. Experiências norte-americanas e projetos de educação no Distrito Federal e em São Paulo (1927-1935): Anísio Teixeira, Noemi Silveira, Isaías Alves e Lourenço Filho. 2016. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2016.

ROCHA, Célia A. A re-significação da eugenia na educação entre 1946-1970: um estudo sobre a construção do discurso eugênico na formação docente. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - FAE-UFMG, Belo Horizonte, 2010.

ROCHA, Simone. Educação eugênica na constituição brasileira de 1934. X ANPED Sul, Florianópolis, 2014.

ROSEMBERG, André. “A questão social é um caso de polícia”: da tragédia à farsa, uma ponte entre a Primeira República e o século XXI. Revista Hydra, vol. 1, n. 2, agosto de 2016.

SANTANA, Márcio Santos de. A difícil transformação: os industriais e a oposição ao Código de Menores de 1927. Dimensões, vol. 30, 2013, p. 315-334. ISSN: 2179-8869.

SANTOS, Oldair Glatson dos. Americanismo e Educação Profissional: a implantação do sistema de ensino técnico industrial na década de 40. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, Belo Horizonte, 2012.

SANTOS, Sandra Lúcia. Escritos de Anísio Teixeira do período de 1929 a 1951: leituras da americanidade a partir das viagens à Europa (1925) e Estados Unidos da América (1927 e 1929). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - CEFET-MG, Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, Ulisses Pereira dos. Ambiente Institucional e Inovação na Siderurgia de Minas Gerais. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 2009.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p. 225-242.

SCHWARTZMAN Simon. Resenha - As ciências na história das relações Brasil-EUA. Revista Brasileira de História da Ciência, RJ, v. 14, n. 1, p. 104-105, jan - jun 2021. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/470>. Acesso em 15 ago 2021.

SGROI, Fábio; KOURY, Ana Paula. No tempo do Jeca Tatu: representação das populações rurais no imaginário urbano do século XX (1914-1980). INTERFACES, v. 29, n. 1 (2019). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces/article/view/31494>.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. “Para os grandes males, os grandes remédios”: propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903). 2016. Tese. (Doutorado Faculdade de Educação) - USP, São Paulo, 2016.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. História da Educação em Perspectiva Transnacional. Cadernos de História da Educação, v. 20, p. 1-5, e032, 2021. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/60380/31336>. Acesso em 27 de maio de 2021.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. As propostas educacionais do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903). Revista Brasileira de História da Educação [online]. 2021, v. 21. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/10.4025/rbhe.v21.2021.e183>. Acesso em 20 jul. 2021.

SILVA, Lidiane R. C. da. et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. IX Congresso Nacional de Educação, 2009, PUCPR. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf>. Acesso em 2 dez. 2016.

SILVA, Maxwel Ferreira da. Indústria, Trabalho e Ensino Profissional nos Discursos (1918-42) de Roberto Cochrane Simonsen: os sentidos do americanismo. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Educação Tecnológica, CEFET-MG. Belo Horizonte. 2015.

SOARES, Manoel Jesus Araújo. Uma nova ética do trabalho nos anos 20 - Projeto Fidelis Reis in: PICANÇO, Iracy Silva. Gênese do Ensino Técnico Industrial no Brasil. Setec/Mec - Brasil.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sete c/arquivos/pdf2/artigos_genese.pdf>. Acesso em 27 dez. 2020.

SOIHET, R. O feminismo tático de Bertha Lutz. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.

SOUZA, F. F. de. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. Revista Mundos do Trabalho, vol. 7, nº. 13, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/39316>. Acesso em 4 out. 2021.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. Assistência às crianças pobres em Uberaba: práticas filantrópicas e de controle social (1911 a 1920). IX Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Universidade Federal de Uberlândia - 9 a 12 maio de 2017. Disponível em: <https://even3.azureedge.net/anais/50526.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2020.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul. - dez. 2008.

STEPAN, Nancy L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. ISBN 978-85-7541-311-1. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

STEPAN, Nancy Leys. "A hora da eugenia": raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STONE, Lawrence. Prosopography. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e de Renato Monseff Perissinotto. Republicado na Rev. Soc. Pol., V. 19, n. 30, Curitiba, 2011.

TOLENTINO, Luana. Outra educação é possível: feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

VECHIA, A.; LORENZ, K. M. Fernando de Azevedo e a questão da "raça brasileira": sua regeneração pela Educação Física. Cadernos de História da Educação, v. 8, n. 1, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/2275>. Acesso em: 27 ago. 2021.

VEIGA, Cynthia Greive. Monopolização do Ensino pelo Estado e a produção da infância escolarizada. X Simpósio Internacional Processo Civilizador. Unicamp, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Cynthia_Greive_Veiga.pdf>. Acesso em 15 ago. 2021.

VEIGA, C. G. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. Rev. Bras. Hist. Educ., Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 143-178, jan./abr. 2011. Acesso em 15 mar 2020. Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/viewFile/38510/20041>. Acesso em 20 mar. 2022.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância subalterna: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas). Perspectiva, V. 37. n.3., 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e53978/pdf>. Acesso em 9 nov. 2020.

VERSIEUX, Daniela Pereira. Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação

Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, Belo Horizonte, 2010.

VIDAL, D. G. Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org) Pensadores sociais e História da Educação. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.39, n.3, p.577-88, jul./set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000007> Acesso em 20 mar. 2022.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. Educação e Pesquisa, Volume: 28, Número: 1, 2002.

VIDAL, D. G.; SALVADORI, M. A. B.; COSTA, A. L. J. da. Cultura e história da educação: diálogos com Michel de Certeau e E. P. Thompson. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 19, 2019.

VIDAL, D. G; RABELO, R. S. Fórmula e utopia: o movimento internacional da educação nova. Sarmiento Revista Galego-Portuguesa de Historia da Educación. Vol. 25. Jul. 2021. Disponível em: <https://revistas.udc.es/index.php/sarmiento/article/view/srgphe.2021.25.0.8600>. Acesso em 20 out. 2021.

VIEIRA PINTO, Álvaro. A Técnica. In: ____. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. 2ª ed. Vol. I. p. 135-169.

VIEIRA, Evantina Pereira. Minas Gerais: Dominação Burguesa - conflitos políticos e formas de organização. 1927- 1940. 1984. (Tese de Doutoramento) - São Paulo: USP, 1984, mimeo.

VIEIRA, Helbert Félix; GONÇALVES, Irlen Antônio. A educação profissional no pensamento de Fidélis Reis. Anais do X COPEHE (Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação de Minas Gerais), p. 138-148, Diamantina, UFVJM, 2020.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e Educação: um ensaio no espelho, in: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol. 14, n. 2, pp. 37-47, 2000.

WIRTH, John. D. O fiel da balança. Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

ANEXOS

ANEXO 1

QUADRO 3 - Coleção Linhares - Jornais por categoria e descrição

	ANOS:	1927 - 1928 - 1929
	CATEGORIA:	DESCRIÇÃO:
1	CON	CON - 1-11-27 - Diário do Comercio - p1 - Lauro Jacques
2	CON	CON - 1-11-27- DM - p2-reivindicacao direito Classes conservadoras na política
3	CON	CON - 6-11-1927 - alistamento eleitoral ACMinas
4	CON	CON - 9-11-1927 - menciona C1903 e colonização!
5	CON	CON - 13-3-1928 - Estado de Minas - p. 6 - CCIA Lauro Gomes Vidal pela SMA
6	CON	CON - 22-11-1927 - dever classes conservadoras e frase façamos a revolução do presidente Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (ACRA)
7	CON	CON - 22-11-1927 - p. 3 - CCIA através do estado
8	CON	CON - 24-1-28 p. 1 - CCIA
9	CON	CON - 25-12-1927 - Ass. Comerciais no país
10	CON	CON - 26-11-1927 - p. 1 - recursos para exp. Pecuária - a margem do CCIA
11	CON	CON - 26-11-1927 - p. 2 - CCIA motivo convocação - Conf. Católica do Trab.
12	CON	CON - Estado de Minas - 9-3-1928 CCIA - noticia adesão Para de Minas
13	CON	CON - Tese Transp. - 18-11-1927 - tarifas altas CFCentral - Marzagão opta caminhões
14	EDU	CON - Tese Transp. - 19-11-1927 - p. 2 - CFCentral monopoliza e atrasa comércio
15	EDU	EDU - 12-9-1928 - Estado de Minas - ensino religioso nas escolas
16	EDU	EDU - 17-11-1927 - p. 1 - ensino religioso nas escolas e defesa catolicismo
17	EDU	EDU - 31-10-1927 - O Horizonte - p. 4 – Claudovino de Carvalho defende Ensino Profissional
18	EDU	EDU - 1929 - critica Francisco Campos - Reforma do Ensino - Dewey
19	ESC	ESC - 9-mar-1928 - O Estado de Minas - P. 6 - O escoteirismo e código do Escoteiro
20	ESC	ESC - 10-03-1928 - O Estado de Minas - P. 8 - origem Escoteirismo MG
21	ESC	ESC - 15-3-1928 - P. 2 - Escoteirismo e Vida Operaria Conf. Católica
22	ESC	ESC - 12-06-1929 - CAPA - Trab. Barroca p/ V. Operária - Escoteiros MG exterior
23	EUA	EUA - 14-12-1927 - o exemplo dos EUA - parágrafo final!
24	EUA	EUA - Diário da MANHA - 12-FEV-1928 -novos modelos FORD
25	EUA	EUA - O Facho - 1-MAIO-1929 - Brasil sob perigo garras yankee e fascista
26	EUA	EUA - O Facho - 1-MAIO-1929 - P. 2 - critica Governo ACRA - Código MENORES
27	IND	IND - 1-11-27- Diário do Comercio - p3 - Efeitos da branquinha (álcool)
28	IND	IND - 5-10-1928 - Estado de Minas - p. 4 - efeitos do álcool
29	IND	IND - 13-12-1927 - Congresso das Classes Conservadoras - Cons. Deliberativo
30	IND	IND - 13-12-1927 - P. 2 - Associação Emp. Comercio reclama imposto e vida operários -

31	IND	IND - 20-11-1927 - pedinte no xadrez - ACMinas tenta minorar imposto junto ao governo
32	IND	IND - 20-12- 1927 p. 2 – Dos braços de Morpheu para o Xadrez
33	IND	IND - correio da tarde - 4-6-1928 - Juiz de Fora e inócua repressão ao Jogo
34	IND	IND - correio mineiro - 10-4-1928 - P. 3 - feitiçaria candomblé e polícia
35	IND	IND - Estado de Minas - 11-03-1928 - p. 8 - falsa mendicância
36	IND	IND - 5-10-1928 - EM - feminismo visão positiva eleitoral (contraste com Gazeta Comercial)
37	MEN	MEN - 9-11-1927 - p. 2 - menor preso por suspeição e ACMinas arregimenta eleitores
38	MEN	MEN - 10-03-1928 - EM - Código de Menores e trabalho infantil nas fabricas e serviços -!
39	MEN	MEN - 10-03-1928 - EM - P. 2 Código de Menores e habeas corpus para menores abastados
40	MEN	MEN - 11-mar-1928 - EM - p. 1 - Código Mello Mattos - Menores
41	MEN	MEN - 15-3-1928 - EM - p. 8 - Conluio justiça e policia ponto de vista expectador!
42	MEN	MEN - 16-3-1928 - EM P. 1 - Código de Menores - Querela!
43	MEN	MEN - 25-12-1927 - Menores tratantes
44	MEN	MEN -5-11-27 - Diário do Comercio - p. 2 - CCIA 1903 e atual - Menor
45	MEN	MEN - 1-1-28 - Diário do Comercio - Robustez infantil
46	MUL	MUL -6-11-1927 - p. 2 - a mulher dá o primeiro passo
47	MUL	MUL -26-1-28 - Um D. Juan barato - assedio mulheres
48	TRE	TRE - 2-11-27 - defesa imigração italiana SP "superior" e perigo alemães no Sul
49	TRE	TRE - 23-ago-1927 - capa - comunismo - Sacco e Vanzetti 2 dias antes execução
50	TRE	TRE - DM - 19-FEV-1928 - Imigrante perambula e vai ao xadrez - pseudomendigo
51	TRN	TRN - 1-11-27- Diário do Comercio - p5 - Funcionalismo público - representação
52	TRN	TRN - 10-03-1928 - O Estado de Minas - P. 6 - sessão Vida Operária!
53	TRN	TRN - 13-3-1928 - EM - Unificadora Trabalho reunindo 5 entidades Conf. Católica
54	TRN	TRN - 13-12-1927 - Associação Emp. Comércio reclama imposto e vida operários!

Fonte: elaboração própria

ANEXO 2

QUADRO 4 - Levantamento Jornal do Comercio por categoria e descrição

	ANOS:	**1927 - 1928**
	CATEGORIA	**DESCRIÇÃO**
1	IND	Jornal do Comercio - 13-fev-1927 - Vila Operaria
2	MUL	Jornal do Comercio - 13-fev-192 - O Código da mulher
3	CON	Jornal do Comercio - 26-fev-1927 - px exposição de Belo horizonte
4	TRN	Jornal Comercio - 30jan1927 - Reorganização proletária, hospedaria de imigrantes
5	IND	05 - Jornal Comercio - 30jan1927 - Uma providencia que se impõe (Trabalho Infantil)
6	TRN	4maio1927 - Operariado (incentiva filiação operários ao sindicato católico)
8	TRN	Jornal do Comercio 13-5-1927 (representações Igreja sobre a escravidão - Mãe Preta)
9	EDU	18 maio 1927 - ENSINO PROFISSIONAL em cada operário um profissional perfeito
10	ESC	Jornal do Comércio - 20 de maio de 1927 - Escotismo EM JF
11	IND	Jornal do Comércio - 3 JAN1928 - Ameaça apavorante - Pardieiros e doenças
12	MEN	JC - 4Jan1928 - Menores - delinquentes anormaes e abandonados
13	IND	4Jan1928 - Mulata auxiliar do padre - conflito saber científico e crenças populares
14	IND	JC - 7jan28 - morfético a vender queijos
15	IND	8jan1928 - presentes Menores - Escotismo - Inspetor Hygiene
17	IND	01 - 8jan1928 - presentes Menores - Escotismo -
18	EUA	JC - 11JAN28 - 01 - Ford no Pará
19	ESC	JC 115JAN1928 - 03 - Criado grupo Escoteirismo católico pelo bispo
20	EDU / MEN	JC - 21 JAN 1928 - 2 - obrigatório 7 a 14 anos na escola
21	EDU / ESC	JC - 22JAN28 - 01 - Escoteirismo apoio ACRA - Centro Espirita em JF
22	EDU /IND	JC - 22JAN28 - 02 - Notas policiais obrigam industriais - meninos 7a14 anos na escola
23	ESC	JC - 29JAN19298 - 05 - Escoteiros Católicos e defesa catolicismo
24	TRN	JC 31-JAN-1928 - 02 - embriaguez e consequências p/ grande número de indivíduos
25	TRN	JC - 4fev1928 - 03 - patrões descumprem lei acidente trabalho com operários

Fonte: elaboração própria

ANEXO 3

QUADRO 6 - Jornal Gazeta Comercial - livro 1: 1/jan. a 31/mar. de 1928

CATEGORIA	DATA	PÁG	DESCRIÇÃO
TRN	03/01/1928	1	Reforma do Ensino - trabalho feminino professora
TRN	11/01/1928	2	Trabalhador nacional x estrangeiro
TRN	11/01/1928	3	A necessidade de um corpo de bombeiros em Juiz de Fora
CONG	22/01/1928	1	"A intervenção da classe trabalhadora na política"
TRN	22/01/1928		ACEJF apoia fechamento comércio as 6 da tarde
CONG	21/01/1928	1	Justifica o Congresso
IND	25/01/1928	1	Falsos Mendigos
CONG	25/01/1928	1	Reproduz o Diário do Comércio de BH sobre o CCIA
CONG	26/01/1928	2	o CCIA e sua relação com as classes trabalhadoras
CONG	28/01/1928	1	CCIA
CONG	07/02/1928	1	CCIA - relação empresários e trabalhadores
CONG	09/02/1928		Discurso Sarmento
CONG	03/03/1928		A margem do congresso
CONG	08/03/1928		Reunião semanal das AC sobre CCIA
CONG	10/03/1928	1	4anos Gazeta Comercial: homenagem Sarmento, Mascarenhas
MUL	10/03/1928	3	A verdadeira vitória da mulher moderna
CONG	13/03/1928	1	Regimento interno do CCIA
CONG	14/03/1928	1	Preparativos congresso
MUL	16/03/1928	1	Divórcio - Uma desgraça que aumenta
MUL	17/03/2028	2	Notas e comentários sobre Feminismo
CONG	21/03/1928	1	Validade de um congresso
TRN	21/03/1928	2	Notas industrialização - progresso ou dependência
TRE	22/03/1928	1	Comunismo e o Brasil

ANEXO 4

QUADRO 7 - Jornal Gazeta Comercial - livro 2: 1abril a 30/jun. de 1928

CATEGORIA	DATA	DESCRIÇÃO
TRN	*04/04*	A concepção patriótica da História - artigo sobre elite educar as massas
CONG	*12/03*	*CCIA*
MUL	*13/03*	A mulher moderna
CONG	10/05	Convite do Pres. ACEJF reunião dia 14 eleger comissão no CCIA
CONG	11/05	"A representação das classes conservadoras" e lista cidades participantes
CONG	15/05	PUBLICA REGIMENTO INTERNO
CONG	16/05	INFORMA CIDADES E REPRESENTANTES PARA O CCIA.
CONG	20/05	Reforça congresso dia 27 e os nomes dos representantes por município.
CONG	22/05	Publica nome de cada representante por município e "adhesões pessoaes"
CONG	25/05	Resume o congresso e informa a presença da SNA
TRN	25/05	Defende o lavrador mineiro, taxado pelos jornais "desmazelado”
CONG	26/05	Apresenta novas adesões e Lauro Jacques representará ACRJ.
CONG	27/05	Informa a instalação do CCIA em BH e as theses a serem discutidas.
CONG	29/05	Instalação ante-hontem em Bello Horizonte. "Relação dos Congressistas".
CONG	30/05	Página sobre "A importância objectivo e finalidade dentro e fora do estado
CONG	31/05	Primeira Sessão Ordinária. As theses - Discussão da 1ªthese
TRN	01/06	2ª e 3ª sessões ordinárias - Parecer de comissão - aprovação da these III
EDU	02/06	**Quarta e quinta sessões. 5a sessão do Ensino Profissional**
TRN	03/06	As últimas theses approvadas
EDU	03/06	Minas combate o analphabetismo
TRN	05/06	A sexta these - últimas notas
MUL	05/06	A missão da mulher
CONG	05/06	Sobre o Dr. José Carlos de Moraes Sarmento
CONG	05/06	Notas e commentarios do CCIA e da economia mineira
CONG	06/06	"O remédio para as crises econômicas”.
CONG	07/06	CCIA - "REGIMEN TRIBUTARIO - these sobre esse mesmo assumpto.
CONG	08/06	Continuação - CCIA - "REGIMEN TRIBUTARIO - these
EDU	09/06	"Ensino Profissional commercial - Trabalho Sr. Professor Tito Novaes"
TRN	12/06	Crédito Agrícola - "Trabalho lido prante o CCIA município de Pitangui".

TRN	13/06	**Legislação Socia**l - These VIII do CCIA, reunido 27 de maio último
EUA	13/06	Notas e comentários sobre os "arranha-ceos" dos **EUA**
TRN	14/06	Legislação Social - These VIII, pelo dep. Daniel de Carvalho,
CNG	14/06	Notas expansão da rede ferroviária para estâncias hidro-minerais e Caldas.
TRN	16/06	These VIII do CCIA. Continuação de Daniel de Carvalho.
TRN	16/06	Notas (Daniel de Carvalho fala **Jeca tatu,** representações brasileiro).
TRN	17/06	These VIII do CCIA. Trabalho apres. dep. Daniel de Carvalho
CONG	17/06	Notas criação de um partido para as classes conservadoras.
TRN	19/06	These VIII, continuação Daniel de Carvalho.
CONG	19/06	Notas. Ideia de criação centro comercial em ou próximo a Belo Horizonte.

ANEXO 5

QUADRO 8 - Jornal Gazeta Comercial - livro 3: 1/jul. de 1928 a 30/jun. de 1929

CATEGORIA	DATA	DESCRIÇÃO
EDU	04/07/1928	Congresso Mun. da Zona Da Matta Instrução profissional e Agrícola
TRN	06/07/1928	CMZM - Organização do Trabalho Rural
TRN	07/07/1928	CMZM - Organização do Trabalho Rural - Conclusão
EUA	12/07/1928	Gustavo Penna compara o triângulo aos Yankees - "a utilidade de uma ponte'
CONG	15/07/1928	Relatório da diretoria da ACJF, fala do CCIA e diz que terá novo em maio de 1929
CONG	19/07/1928	Sarmento menciona o CCIA. **Coloca Gazeta como ativo da Associação.**
EDU	20/07/1928	Ensino como base de todo esforço - relaciona progresso, produtividade e educação
EDU	22/07/1928	Ensino Primário
TRN	03/08/1928	Congresso Mun. do Norte de Minas em Diamantina em outubro de 1928
TRN	04/08/1928	"volta a escravidão ao Brasil" tensões no trabalho rural. theses CM do Norte de Minas
MUL	08/08/1928	Congresso das Mulheres Socialistas
TRN	17/08/1928	A ligação ferroviária Bello Horizonte - Victoria
	25/08/1928	Visita presidente Washington Luis a JF
TRE	12/09/1928	Integridade da raça e imigração
EDU	05/06/1929	Omer Buyse contratado pergunta a Sarmento necessidades cursos técnicos e profissionais
TRN	25/06/1929	Homenagem e recepção a ACRA em JF por Antonio Scanapieco em nome da classe operária.
EDU	27/06/1929	Reforma do ensino, formar técnicos em 2 meses, missão quixotesca da reforma do ensino
EDU	30/06/1929	Fazenda Modelo Gamelleira

ANEXO 6

QUADRO 10 - Dados biográficos dos integrantes da Comissão Organizadora do Congresso de 1928

NOME	DADOS BIOGRÁFICOS
Antonio Gonçalves Gravatá	Salvador/BA, 12/7/1875 - BH/MG, 13/5/1950. *Engenheiro* Civil. Era filho de Antonio Eusébio Gonçalves de Almeida, político de prestígio no Império, que fora deputado provincial pela Bahia e deputado constituinte após a proclamação da república. Engenheiro Civil na Escola Politécnica do RJ (1901). Em MG trabalhou na implantação do ramal ferroviário de Divinópolis, sendo chefe da construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas (1910). Na capital de Minas trabalhou no desmonte hidráulico da avenida dos Andradas e Horto Florestal e na construção de oficinas. Em seguida construiu prédios no centro de BH. Responsável pelo monumento ao centenário da independência (pirulito da Praça Sete). Teve ainda serralheria, olaria e pedreira e proprietário da Usina de Álcool Motor de Minas Gerais, atual Espaço Cultural Dr. Gravatá, em Divinópolis//MG (1ª usina de álcool combustível do BR). Suas empresas faliram em 1928 e atravessou período de pobreza até ser contratado pós Revolução de 30 para chefiar a Cia Econômica do Estado, sob o governo de Olegário Maciel. Escreveu artigos defendendo uso da mandioca como combustível em revistas. Sócio fundador do Automóvel Clube de MG e Rotary e da Sociedade Mineira dos Engenheiros. Foi prefeito de Rio Pomba / MG (1945 e 1947) e intendente do recém-criado município de Coronel Fabriciano/MG (1949). **Colaborou com a missão Rockefeller** e, em 1920, teve matrícula registrada na Diretoria de Obras Públicas da PBH/MG. Fonte: Novo Dicionário Biográfico de Minas Gerais: 300 anos de História. ICAM (Instituto Cultural Amílcar Martins).
Antônio Ribeiro de Abreu	Industrial. Político e empresário, nasceu em Santo Antônio do Amparo, então Distrito de Oliveira, Província de Minas Gerais, a 10 de outubro de 1878, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 8 de agosto de 1940 e de Elvina Castro Abreu. Casado com Ambrosina de Castro Abreu. Exercendo atividades comerciais na Capital do Estado, foi Presidente da Associação Comercial de Minas (1928-1929), da

	Sociedade Mineira de Agricultura e da Associação Mineira dos Proprietários. Na mesma cidade, fundou o Banco dos Proprietários e a primeira fábrica de tecidos no Bairro da Cachoeirinha, além de ter participado da criação do Centro de Atacadistas de Cereais. Como político, integrou, em várias legislaturas, o Conselho Deliberativo de Belo Horizonte (Câmara Municipal). Foi, ainda, Presidente do América Futebol Clube. Pertenceu ao PRM.
Antônio dos Reis Meirelles	Fazendeiro
Augusto Botelho Junqueira	Fazendeiro
Cristiano F. Teixeira Guimarães *Presidente da Comissão Executiva*	Industrial-banqueiro. Político, banqueiro, *engenheiro* e industrial, nasceu na Fazenda do Paraíso, no município de sete Lagoas, MG, a 8 de dezembro de 1995, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 31 de agosto de 1970. Filho do empresário Américo Teixeira Guimarães, um dos pioneiros da indústria têxtil em Minas Gerais, e de Laurinda França Guimarães. Casado com Alda Magalhães Guimarães. Fez o curso secundário no Colégio Mineiro, em Ouro Preto e em Belo Horizonte, e diplomou-se Engenheiro de Minas, metalurgista e civil pela EMOP em 1909. Logo depois de formado transferiu-se para o Rio de Janeiro, DF, onde se dedicou ao comércio técnico de implementos industriais. De volta a MG, assumiu o posto de gerente da empresa têxtil Companhia Industrial Belo Horizonte, função que exerceu durante 16 anos. Em 1915 elegeu-se Presidente da ACMinas. Em jan. de 1917 com Amaro Lanari, Sebastião Augusto de Lima, Gil Guatimosin e outros, fundou a Companhia Siderúrgica Mineira, transformada, em 1923, na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S.A. de 1918 a 1920, esteve encarregado do Consulado da Bélgica em Minas Gerais. Participou, em 1923, do grupo de líderes do comércio e da indústria que fundou o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A., do qual foi Vice-Presidente até 1926 e, a seguir, Presidente. Em 1928 elegeu-se membro do Conselho Deliberativo de Minas Gerais. Fundador da Companhia Renascença Industrial, também colaborou na criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, hoje incorporada à UFMG.
Eduardo Dalloz Furett	"Político e empresário, nasceu em Barbacena e faleceu em Belo Horizonte em 24 de dezembro de 1932. Dedicou-se a atividades

	comerciais em Belo Horizonte e durante nove meses presidiu a ACMinas. Foi também presidente da Associação dos Empregados do Comércio de Belo Horizonte, órgão que ajudara a fundar, e membro do Conselho Deliberativo da Capital. Fonte: MONTEIRO, Norma de Góes (Coord.) Dicionário Biográfico de Minas Gerais, p. 277.
Genaro Vidal Leite Ribeiro	Industrial de Juiz de Fora. Consta também como advogado e comerciante, primo do poeta juiz-forano Murilo Mendes, descendente da família de barões e financistas de Vidal Leite Ribeiro[93] de Juiz de Fora.
Jair Negrão de Lima *Secretário Geral*	Político, promotor e advogado, nasceu em São João Nepomuceno, então distrito de Lavras e hoje cidade de Nepomuceno, MG, a 30 de agosto de 1905. Filho do empresário e político João Nepomuceno Licas de Lima e Maria das Dores Negrão de Lima. Fez os estudos secundários no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, MG, e o curso superior na FDUMG, pela qual se bacharelou em 1927. Antes de concluir o curso jurídico foi convidado para o cargo de consultor jurídico da ACMinas. Nomeado durante o governo Olegário Dias Maciel, Promotor Público na Capital mineira. Posteriormente mudou-se para o Rio de Janeiro, DF, onde abriu escritório de advocacia. Durante a Interventoria Wilson João Beraldo, ocupou o posto de Secretário de Finanças de Minas Gerais (3/2/1946-12/8/1946). Mais tarde elegeu-se Vice-Prefeito de Belo Horizonte para dois períodos: jan. de 1963 a jan. de 1965, e jan. de 1965 a jan. 1967. Consultor jurídico da Confederação Nacional do Comércio, participou das comissões que procederam à revisão da legislação do imposto de renda, e à regulamentação da Lei de Acidentes de Trabalho. Atuaram na vida pública, além de seu pais, seus irmãos Otacílio Negrão de Lima, Oscar Negrão de Lima e Francisco Negrão de Lima. Fontes: Minas Gerais, Belo Horizonte, 5 fev. 1946.
José Carlos de Moraes Sarmento *Vice- Presidente da Comissão*	- *Engenheiro*. Proprietário da indústria têxtil Moraes Sarmento em Juiz de Fora.

[93] Família citada no estudo de GENOVEZ, Patrícia F. *Os Barões e os trilhos: a Estrada de Ferro União Mineira e os laços de sangue na Zona da Mata de Minas Gerais.* XIII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2008. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2008/D08A090.pdf>. Acesso em 3 de jul. 2020.

	Presidente da ACEJF (1927 a 1934). Fonte: <https://acejf.com.br/ex-presidentes> - Presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora (1927 a 1928). Fonte: <http://centroindustrialjf.com.br>. - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) eleito em 1933 (Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Arquivo).
José Procópio Teixeira Filho 	Comerciante. (1899-1999) "Natural de Sarandira. Advogado, foi um dos fundadores e diretor do Banco de Minas (1929). Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1937-1941). Diretor da Imobiliária Riachuelo Ltda. Provedor da Santa Casa de Misericórdia (1960-1969). Presidente do Sport Club de Juiz de Fora (1919-1924), do Clube Juiz de Fora em 1933 e do Abrigo Santa Helena por seis anos. Membro da Junta Administrativa da Escola Superior de Agricultura de Viçosa (1933-1936). Cidadão Benemérito de Juiz de Fora em 1947. Fundador do Rotary Club de Juiz de Fora e seu presidente por duas vezes. Agraciado com a Grande Medalha da Ordem da Inconfidência Mineira e com a Medalha Municipal do Mérito Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Personalidade juizforana de 1971. Fundador do Centro Rural em 1937. Cafeicultor e pecuarista da "Recreio", em Sarandira e das "Pitangueiras", em Matias Barbosa. Investidor imobiliário e acionário. Fez parte do Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio e agraciado com a Medalha Alfredo Lage. Fonte: <http://www.pjf.mg.gov.br/cidade/prefeitos.php>
Lauro Gomes Vidal	Empresário e líder da classe comercial, nasceu em Bicas, então Distrito de Mar de Espanha, MG, a 23 de junho de 1894. Filho de José Félix da Silva e de Jordelina Angélica de Azevedo. Casado com Maria José de Carvalho Vidal. Exercendo atividades empresariais em Belo Horizonte, MG, em 1920, filiou-se à Associação Commercial de Minas, da qual foi 2º Secretário (1931), Secretário- Geral (1932-1934) e Presidente (1941--1942). Considerado sócio benemérito da entidade, a partir de 1971 presidiu o Conselho Superior. Exerceu ainda os cargos de Secretário da Sociedade Mineira de Agricultura, Diretor da Fábrica de Papel Cruzeiro S.A, do Banco Mercantil de Minas Gerais S.A. e da seguradora A Equitativa, e os de Pres. do Departamento

	Imobiliário do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A. e da Junta Comercial do Estado, nesta tendo sido assessor. Sócio da Imobiliária Vidal Paiva Ltda., integrou os Conselhos Fiscais da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais, da Companhia Siderúrgica Mannesmann S.A., da Companhia Imobiliária Mineira e da Fiat Automóveis S.A.
Lauro Jacques de Oliveira	Nasceu em Ouro Preto (MG) no dia 14 de março de 1875, filho de Manuel Frederico de Magalhães e de Maria de Oliveira Jacques. Cursou o secundário, mas não chegou a concluí-lo. Como tipógrafo, construiu longa trajetória, tornando-se presidente da Companhia Oliveira Costa, importante livraria e tipografia mineira. Entre 1925 e 1926 presidiu a Associação Comercial de Minas, entidade da qual foi um dos fundadores. Em 1927 foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano e exerceu o mandato até o fim da legislatura, em dezembro de1929. Em 1931 assumiu novamente a presidência da Associação Comercial de Minas. Desempenhou diversas funções na Santa Casa de Misericórdia e presidiu a Associação dos Empregados do Comércio, assim como a Associação Beneficente Tipográfica. Faleceu em Belo Horizonte em 19 de outubro de 1936. Era casado com Laura Beltrão Jacques. Fonte: CPDOC (<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JACQUES,%20Lauro%20de%20Oliveira.pdf)
Olimpio Pinto Reis	Fazendeiro
Saint Clair de Miranda Carvalho	Industrial, *Engenheiro* e agricultor, fundou a primeira fábrica de cimento em Juiz de Fora no início do século XX. Segundo Silva (2016, p. 72)[94]: "abastado agricultor, engenheiro e industrial em Juiz de Fora.
Sebastião Augusto de Lima *Presidente de Honra*	Político, farmacêutico, industrial e banqueiro, nasceu em Gouveia, então Distrito de Diamantina, Província de Minas Gerais, a 20 de janeiro de 1867, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 24 de novembro de 1953. Fez o curso de Humanidades no Seminário de

[94] SILVA, Leandro Gracioso de Almeida e. *Memórias de um ofício: os marmoristas e o Cemitério Municipal de Juiz de Fora (1864-1974).* 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5437>. Acesso em 29 abril 2020.

	Diamantina e formou-se pela EFOP. Quando estudante em Ouro Preto, colaborou no jornal Província de Minas. Em 1892, fixou-se na Serro, MG, onde exerceu a profissão de farmacêutico e os mandatos de Vereador e Agente Executivo Municipal. Foi deputado estadual entre 1903 e 1910, quando então se dedicou exclusivamente às atividades empresariais. Fundou e presidiu a Cia. Industrial (têxtil), a Cia. Siderúrgica Mineira, antecessora da Cia. Belgo-Mineira, a Cia Renascença Industrial (têxtil), a Cia. de Seguros Minas Brasil e o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A. Foi também, com Nansen de Araújo, incorporador da Cia. Brasileira de Instrumentos Científicos Nansen. Tesoureiro da SMA entre 1916 e 1923, e presidente da ACMinas entre 1919 e 1924, e 1930. Foi o presidente de honra do Congresso de 1928. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico de Minas Gerais.
Severino Costa *Presidente de Honra*	Industrial. Coronel. Estabelecido em Juiz de Fora.
Theodulo Leão *Thesoureiro*	Político e comerciante, nasceu em Diamantina, Província de Minas Gerais, a 24 de fevereiro de 1880, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 21 de janeiro de 1943. Filho de Manuel Procópio Ribeiro Leão e de Honorina Pereira Leão. Casado com Nazaré Pereira Leão. Em sua terra natal desempenhou várias funções públicas, entre as quais as de Vereador e Secretário da Câmara Municipal, e dedicou-se ao comércio. Passando a exercer atividades empresariais em Belo Horizonte, foi Presidente da ACMinas em 1933 e da Junta Comercial em vários períodos. Fontes: Estado de Minas, 22 jan. 1943. p. 3.
Teofilo Ribeiro (Teófilo Domingues Alves Ribeiro)	Primeiro Presidente da ACMinas (1901 a 1908), advogado, fazendeiro, industrial e jornalista. Nasceu em Aracati, Província do Ceará, a 31 de agosto de 1843, e faleceu em Belo Horizonte, MG, a 12 de setembro de 1944, com 101 anos de idade. Filho do Coronel da Guarda Nacional e Cavaleiro da Ordem de Cristo Domingos Teófilo Alves Ribeiro e de Maria Mendes Ribeiro. Casado com Rita Martins da Costa Cruz. Fez os estudos secundários em Chester, Inglaterra, e diplomou-se pela FDR em 1868. Advogou em Fortaleza, conde fundou o jornal Comércio do Ceará, e em Leopoldina, Província de Minas Gerais. Foi Secretário da Província do Rio Grande do Sul por oito meses. De novo em Leopoldina, retomou a advocacia e exerceu atividades

	de fazendeiro e industrial. Ali foi buscá-lo José Cesário de Faria Alvim para a direção da Companhia de Chá de Vila Rica, fundada em Ouro Preto. Desempenhou interinamente as funções de Secretário do Interior e Justiça (1892) e de Secretário de Finanças (1895) de Minas Gerais. Foi, ainda, Diretor da Instrução Pública e Diretor da Receita Estadual, cargo em que se aposentou. Por incumbência do Governo Francisco Sales, observou o desempenho da agricultura e indústrias derivadas em vários países da Europa. Seu relatório dessa viagem foi publicado sob o título Agricultura no estrangeiro. Ainda em missão da administração estadual, realizou duas viagens aos EUA. Em Ouro Preto, integrou o grupo de juristas e intelectuais que fundou, em 1892, a FLDMG, onde lecionou Hermenêutica Jurídica e Prática Forense, Direito Nacional e Direito Público e Constitucional. Em 1917, ao se afastar voluntariamente da docência, a Congregação lhe conferiu o título de Lente Honorário. Já havia encerrado toda a atuação pública e contava 88 anos quando, no período da Revolução de 1930, dirigiu a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Minas Gerais. Fonte: Revista da Faculdade de Direito; memória histórica (1892-1959). Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais.
Victorino Dias	Industrial/banqueiro de Ouro Preto. Português, dono da antiga fábrica de tecelagem de Ouro Preto, primeiro grande empresário em Ouro Preto, responsável pela Cia Força e Luz, pelo Banco Comércio Indústria, e Fábrica de Tecidos" segundo o 89º Informativo[95] da SemopBH-A³EM – Fevereiro 2014.

Fonte: elaboração própria com base nas informações do CPDOC e dicionários biográficos do ICAM

[95] Disponível em: <http://semopbh.com.br/arquivos_pdf/89_informativo_semop.pdf>. Acesso em 29 jun. 2020.

ANEXO 7 – Relatório do presidente da ACIEI sobre o Congresso de 1928

RELATÓRIO relativo ao exercício de 1928 apresentado pelo seu Presidente Benedicto Pereira – 1929 – Est. Graph. "Casa Lucy" Itajubá – Pág. 19:

CONGRESSO COMMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA

Convidada a Associação para tomar parte no Congresso Commercial, Industrial e Agrícola, que se instalou na Capital do Estado em 27 de Maio do corrente anno, ali comparecemos, assintindo aos debates das varias theses que foram apresentadas em plenário. Dentre essas theses, salientamos as seguintes:

1ª. Organização do corpo eleitoral das trez classes para a disputa de cargos de representação política – ficando victoriosa para imediata realização a constituição de uma Junta Deliberativa, que já se acha funccionando sob a presidência do ilustre commerciante e banqueiro Cel. Sebastião Augusto de Lima;

2ª. Industria de transportes e tarifas ferroviárias;

3ª Regimen Tributario, sobre o qual a Associação, oppotunamente, havia apresentado desenvolvido estudo que mereceu elogiosas referencias do Sr. Cel. Torquato de Almeida, um dos ilustres relatores dessa these;

4ª. Crédito Agricola e Estabilisação, preconizando a creação de um Banco Central de Credito Real e Agricola, operando principalmente com as carteiras hypothecaria e rural;

7ª. Defesa do Café. Esta these, muito succinta, contem três conclusões importantes, que vêm a ser: 6) difficultar a exportação de cafés baixos; 7) abolir a sobre-taxa de 3 francos; 8) promover, por processos commerciaes, a intensa propaganda do consumo;

8ª. Legislação social. Conclue que se activem os estudos da legislação social, tendo por base o acordo entre os interessados (patrões, operários e Estado).[96]

Não podemos calar o enthusiasmo causado pelo êxito completo de todas as theses apresentadas, todas discutidas com calor no meio de uma assembléa numerosa, pois o Congresso foi instalado com a presença de 210 representantes das classes convocadas.

---

[96] Neste documento a tônica conciliatória de acordo entre patrões e empregados com a mediação do Estado prenuncia a atuação do governo durante o período histórico da chamada Era Vargas (1930 -1945).

Quer nos parecer que actuarão em futuro muito próximo os resultados obtidos pelo Congresso Commercial, Industrial e Agrícola, realisado graças à tenacidade da ilustre Commissão de comerciantes e industriaes mineiros, cuja iniciativa mereceu dos poderes públicos inequívocas manifestações de sympathia.

ANEXO 8 – Lei Fidélis Reis

DECRETO N.º 5.241, DE 22 DE AGOSTO DE 1927

Cria o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados, e dá outras providências.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º. – O ensino profissional no Brasil será ministrado de acordo com as disposições desta lei.

Art. 2º. – Em todas as escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União farão parte obrigatoriamente dos programas: desenho, trabalhos manuais e rudimentos de artes e ofícios ou indústrias agrárias, conforme as conveniências e as necessidades da população escolar.

Art. 3º. – No Colégio Pedro II e em quaisquer estabelecimentos de instrução secundária, mantidos pela União, como também nos equiparados, serão instaladas aulas de artes e ofícios, sendo livre ao aluno o escolher aquele em que se queira especializar, não se dando, porém, o certificado da conclusão do curso sem essa especialização.

Parágrafo único. – Os que pretenderem o certificado de habilitação profissional, sem haverem cursado estabelecimento de instrução secundária oficial, serão admitidos a prestar o respectivo exame para esse fim em qualquer estabelecimento oficial ou equiparado.

Art. 4º. – O Certificado de habilitação profissional assegurará, em igualdade de condições, o direito de nomeação ao que o possuir, entre os candidatos a funções públicas quaisquer da União.

Art. 5º. – O Governo entrará em acordo com os governos dos Estados para a fundação de escolas profissionais nos territórios destes, podendo a União concorrer com metade das despesas necessárias aos custeios e aparelhamentos destas.

Art. 6º. – Sem prejuízo do disposto no Artigo anterior, o Governo elevará ao número que julgar conveniente os Aprendizados Agrícolas, Escolas de Aprendizes, artífices e de Artes e Ofícios já existentes, e fundará os demais estabelecimentos técnicos que entenda necessários.

Art. 7º. – Fica o Governo autorizado a abrir o crédito de cinco mil contos de réis, para a execução desta lei, e a expedir os respectivos regulamentos.

Art. 8º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1927, 106º da Independência, e 39º da República.

WASHINGTON LUÍS P. DE SOUSA.

Augusto de Vianna do Castelo.

Geminiano Lyra Castro

Fonte: (REIS, 1962, p. 184-185).

ANEXO 9

QUADRO 13 – Municípios e seus representantes no Congresso de 1928

Município:	**Representante(s):**
Ayuruoca:	Sr. Augusto Botelho Junqueira
Araxá:	Sr. Hildebrand Pontes
Araçá:	Sr. Romeus Nunes Moreira
Araguary:	Srs. Levy Cerqueira, Thiers Botelho e Leovigildo Costa
Arassuahy:	Srs. Clemente de faria, Oluntho Martins Silva e João Libano Soares
Abaeté:	Sr. Edgardo da Costa Pereira
Alto rio Doce:	Srs. José Gonçalves Moreira Couto e Levindo Gomes Barbosa.
Alfenas:	Sr. Luiz Libanio do Prado
Areado:	Srs. José dos reis Rezende e José Rodrigues do Prado
Aymorés:	Srs Colllares Junior e Nilo rosenburg
Bom Despacho:	Srs. Segismundo Marques Gontijo, José Theodoro d'Assumpção e Antonio Theodoro da Costa
Bocayuva:	Srs. Odilon Alves Loures, José Augusto Caldeira e Gastão Valle
D. Sylverio:	Sr. Gonçalo de Moura
Barbacena:	Srs. Euclydes de Souza, Adriano de Oliveira e José Jorge de **Sá Fortes**
Bom Sucesso:	Sr. Belmiro Machado
Brazopolis:	Sr. Arthur de Mendonça Chaves (Sociedade Agrícola)
Bello Valle:	Srs. Rinaldo Giacomo Gherardi e Pedro Rocha
Brasília:	Srs. Aníbal marques Gontijo e Camillo Prates

Bomfim:	Srs. Nilo de Freitas, João Baptista de Paula Lima, João Gonçalves da Costa, Manoel Sampaio, Francisco Luiz de Figueiredo, Olivio Vilefort e Castellar de Andrade
Barroso:	Srs. Francisco Ferreira Filho e Silvino Abertoni
Caeté:	Srs. **Israel Pinheiro da Silva**, José Nunes de Mello Junior e José Ignacio da Costa Lima
Conquista:	Sr. Tancredo França
Curvello:	Srs. Ernesto Werna Magalhães, Claudovino de Carvalho e Antonio Diniz Mascarenhas
Carangola:	Srs. Sebastião José de Souza, Nascimento Nunes Leal, Agostinho Brandão, Luiz Lourenço Lima e Henrique Gripp
Christina:	Sr. Juscelino Barbosa
Claudio:	Sr. Joaquim da Silva Guimarães
Carmo da Matta	Sr. Manoel Jorge de Mattos
Bello Horizonte:	Sr. Joaquim Rocha, Felippe Gillberto Cohannier, Vito Leão, Luiz Haas, Benjamin de Lima; dr. Gastão de Britto, coronel Symphronio Brochado, Augusto Gonçalves Filho, coronel Arthur Vianna, Americo Amarante, e José Procopio da Silveira, representantes das classes conservadoras.
Capelinha:	Srs. coronel Theodulo Leão, coronel José Antonio de Assumpção e coronel Annibal Gontijo.
Divinopolis:	Srs. Jose Maria T. Botelho, Thirezio Mendes Mourão e capitão Symphronio Gontijo da Silva
Dores de Campos:	Srs. Ildefonso Silva e Joel Elpidio Gonçalves
Diamantina:	Srs. Pedro da Costa Miranda, Franklin de Carvalho e dr. Pedro Matta.
Dores da Boa Esperança:	Srs. dr. Olivera Naves, major Alfredo Naves e Alvaro de Monte Raso.
Esperança:	Usina Queiroz Junior Limitada
Espinosa:	Srs. coronel Antonio Ribeiro de Abreu e coronel Joaquim Tolentino
Eloy Mendes:	Sr. J. Guimarães Menegale
Estrella do Sul:	Sr. Aluisio Davis
Fructal:	Ar. Antonio Longo
Fortaleza:	Srs. coronel Hormindo de Almeida e coronel João de Almeida
Ferros:	Srs. coronel Juventino Dias, José Procopio da Silveira, Caetano de Vasconcellos, Gastão Carvalho Couto e Antonio Carmo.
Guaranésia:	Sr. Comendador Victorino Dias
Itamarandyba:	Sr. Coronel Theodulo Leão
Itabira:	Sr. Dr. **Altivo Drummond de Andrade**
Itajubá:	Srs. Benedicto Pereira e João Feixas
Itaúna:	Srs. Victor Gonçalves Souza, Augusto Rodrigues, cornoel João Cerqueira Lima, Honorio Gomes, capitão Djalma Nogueira, e dr. J. Janot Pacheco
Itabirito:	Srs. coronel José Theodoro Alves Junior e coronel Agostinho Rodrigues
Ibiá:	Sr. Silvestre Moreira
Januária:	Srs. coronel Sebastião Augusto de Lima, dr. Nilo Resenburg e coronel Izidoro Cordeiro
Juiz de Fora:	Srs. Angelo Falci, Genero Vidal Leite Ribeiro, Alvaro Braga de Araujo Alfredo Surens, Renato Cordeiro Dias e Pedro de Araujo Porto.
Lagoa da Prata:	Sr. Botelho Bernardes
Lafayette:	Srs. Appolinario Correia Loureiro, Francisco José do Nascimento e Joaquim Nogueira de Almeida.
Luz:	Srs. capitão Miguel Moreira de Macedo e Pedro Cardoso da Silva.
Leopoldina:	Srs. coronel Marco Aurelio, dr. Arthur Leão e Erico Junqueira.

Lavras:	Srs. Antonio Alvarenga, Procopio Alvarenga, Francisco Modesto de Souza Filho e dr. Delphino de Souza
Lagoa Dourada:	Srs. Eliziario Rezende, José Barreto de faria e José Ferreira Barreto
Mar des Hespanha:	Srs. coronel Joaquim Gonçalves Pereira Almeida, Ademar Martins e Luiz Gonçalves Pacheco.
Monte Carmello:	Sr. Virgilino Rosa
Montes Claros:	Sr. Antonio Augusto Teixeira
Manhumirim:	Srs. Alfredo J. T. Breder, Belizario Augusto de Miranda, Theophilo Tostes e Alvaro Carreira da Silva.
Manhuassu:	Sr. Dr. **Milton Campos**.
Marianna:	Srs. coronel Lindouro Augusto Gomes, dr. Nicolau Horta e dr. Christovão Breyner
Mercês:	Srs. José Gordiano Maciel e Mário do Amaral Castellões
Ouro Preto	Srs. Antonio José Netto, Raymundo Guido de Andrade e Estevo Seljam
Pouso Alegre:	Srs. José Rodrigues Sette Camara
Piranga:	Srs. Antonio Pedro Vidigal, Licinio de Carvalho e General Affonso Monteiro.
Pitanguy:	Srs. José Gonçalves de Souza e José Antonio da Assumpção.
Porto Novo	Srs. Augusto Peracio, José Mercadante, Eugenio Piraja Esquerdo Curty e Francisco dos Santos Reis.
Passa Quatro:	Srs. N. M. Donardi e J. Guimarães Menegale
Passos:	Sr. Wellington Brandão.
Patrocínio:	Srs. Antonio ribeiro de Abreu e Silvestre Moreira
Pirapora:	Srs. Sebastião Lima e Miguel Abras
Paraopeba:	Srs. Romeu Nunes Moreira e Theophilo do Nascimento.
Pequy:	Srs. Cicero ramos e João Barbosa de Souza.
Prados:	Sr. Getúlio Silva
Piumhy:	Sr. Joubert de Vasconcellos.
Peçanha:	Srs. Edgard da Cunha Perreira e lauro Jacques.
Pitanguy:	Srs. coronel Hormínio de Almeida e major Agenor Lopes Antonio Alves machado Filho, Ignacio Camillo dos Santos, José Xavier Saldanha, Leonardo Lopes Cançado, Francisco de Borja Rocha e Francisco de Valladares Vasconcellos.
Ponte Nova:	Srs. Caetano de Vasconcellos, Carlos Fonseca Brandão, Alvares Soares Teixeira e Orlandino Rodrigues.
Pará de Minas:	Srs. Torquato de Almeida, Feliciano de Abreu e Silva, Joaquim José de Oliveira e Francisco Ferreiro de Mello.
Prata:	Sr. Deputado Argemiro de Rezende.
Pomba:	Srs. Jair Mendes Ferreira, José Mendonça dos Reis, Luiz Furtado de Mendonça e Manoel Dias Carvalho.
Queluz:	Sr. Dr. Francisco Rodrigues Pereira Junior.
Rio Casca:	Srs. Benigno do Couto, João Evangelista Cotta e Antonio Baeta Costa.
Recreio:	Sr. Dr. J. R. Sette Camara.
Rio Paranahyba:	Sr. Lindouro Augusto Gomes
Rio Piracicaba:	Srs. João Baptista Sampaio e **Lauro Gomes Vidal.**
Rio Branco:	Sr. Mario Bouchardet.
Rio de Janeiro:	(Sociedade Nacional de Agricultura): Srs. deputado Ildefonso Simões Lopes e Ottoni de Freitas.
Rio de Janeiro:	(Centro Comercio e Industria): Sr. Hildebrando Gomes Barreto.
Rio de Janeiro:	(Associação Comercial e Federação): Sr. Deputado Lauro Jacques.

Rio de Janeiro:	Adesão pessoal: Washington Rodrigues Pereira.
Sete Lagoas:	Srs. coronel Americo Teixeira Guimarães, Manoel José de Mendonça, Christiano Diniz Mascarenhas e Francisco Teixeira da Costa
São João d'El Rey:	Srs. Manoel Soares de Azevedo, José Nacimento Teixeira e Fidelis Guimarães.
Serro:	Sr. Sebastião Augusto de Lima.
Santa Quitéria:	Srs. José Lucas Gomes e Manoel Campolina Sá.
Santa Rita do Sapucahy:	Sr. Eurico Dutra.
Santa Antonio do Monte:	Srs. Antenor das Chagas Moreira e Aristoteles Brasil.
São Domingos do Prata:	Ar. Altivo Quintão
Santa Luzia do Rio das Velhas:	Srs. Manoel Teixeira de Salles, Arthur da Costa Guimarães, João Adolpho e Emilio Zeymer.
São Francisco:	Sr. Lourenço Antonio de Carvalho.
Salinas:	Sr. Idalino Ribeiro.
Santa Maria do Suassuhy:	Srs. Manoel Byrro e Arthur Marchiner.
São João Evangelista:	Sr. Theodulo Leão.
Tombos:	Sr. Manoel Martins Quintão
Três Pontas:	Sr. Aprígio de Mesquita Netto
Tremedal:	Sr. Joaquim Tolentino
Theophilo Ottoni:	Sr. Alfredo Sá
Uberaba:	Sr. Deocleciano Vieira
Ubá:	Sr. Rodato de Lacerda Rodrigues
Varginha:	Sr. Matheus Nogueira de Acayaba.
Villa de **Tiros:**	**Sr. Lauro Gomes Vidal.**
Villa Campestre:	Sr. Jair Negrão de Lima.
Conceição:	Sr. Daniel de Carvalho
Formiga:	Sr. Donato de Andrade.
Itapecerica:	Sr. Severo Mendes do Couto Ribeiro
Juiz de Fora:	Sr. Renato Cordeiro Dias
Poços de Caldas:	Sr. Jorge Pio da Silva Filho.
Rio de Janeiro:	Sr. Francisco Negrão de Lima (Centro do Café)
São Gonçalo do Sapucahy:	Sr. Olympio Reis
Bello Horizonte:	Srs. Dolabella Portella & Comp., Moreira & Comp. Comparecerão também como congressistas os srs. Diretores da Associação Commercial de Minas, da Associação Comercial e do Centro Industrial de Juiz de Fora.
Araçá:	Sr. Paulo Fontes, José Carlos Pedro Grande.
Corintho:	Srs. Francisco Firmo de Mattos, Arthur Olivier e Nereu de Almeida.
Cassia:	Sr. Jorge Luiz Davis, Leônidas Pádua de Mello e Souza.
Bello Horizonte:	Srs. Dollabella Portella & Comp. Limitada, Ferreira de Freitas e Tito Novaes
Dores do Indayá:	Srs. Oscar de Souza, José Theodoro Costa e Firmino Guilherme da Costa.
Jequitinhonha:	Sr. Olyntho Martins
Oliveira:	Sr. Manoel Jorge de Mattos.

Conceição do Rio Verde:	Sr. José Bernardino Oliveira.
Patos:	Sr. José Gonçalves Borlido.

Fonte: Jornal Minas Geraes – Segunda e Terça-feira, 28 e 29 de maio de 1928. **Grifos** nossos.

ANEXO 10

QUADRO 14 - Levantamento bibliográfico sobre o Congresso de 1928 em bancos de teses e dissertações

Subscritores utilizados nas buscas: classes conservadoras, classes produtoras, Congresso Comercial, Trabalhador, Minas Gerais, Primeira República, Desenvolvimento Mineiro.

N°.	Tipo	Fonte	Ano	Título	Autor	Objetivo geral da pesquisa
1	Tese	USP (cópia na Biblioteca da FAFICH/UFMG)	1992	"A Política da Gleba" – As classes conservadoras mineiras. Discurso e prática na Primeira República	*FARIA, Maria Auxiliadora	O estudo aborda a singularidade do desenvolvimento mineiro na Primeira República, a partir do discurso e da prática das classes conservadoras. Apresenta um quadro geral da realidade mineira e dos esforços empreendidos pelo Estado, em aliança com as classes conservadoras, no sentido de garantir a unidade geográfica e a substância econômica de Minas. Os resultados desses esforços se traduziram na elaboração de um projeto de desenvolvimento baseado no incentivo à produção agropecuária diversificada e no princípio da união na diversidade. Os principais cenários sociais de enunciação do referido projeto foram as entidades e os congressos de classe. Neste estudo foram privilegiados a Sociedade Mineira de Agricultura e os Congressos de 1903, 1923 e 1928**.** (Abordou o Congresso de 1928: p. 202 a 215).
2	Tese	USP (cópia na Biblioteca da FAFICH-UFMG)	1984	Minas Gerais: A dominação burguesa – conflitos políticos e formas de organização (1927 – 1940)	*VIEIRA, Evantina Pereira	O trabalho objetiva analisar a atuação da classe dominante mineira, principalmente dos setores comercial e industrial, no processo de reorganizar a sociedade, regulação do novo capital e do novo trabalho, num período de instabilidade da permanência da economia agroexportadora e de suas relações internacionais com a crise de 29. O núcleo orientador deste estudo está situado na abordagem da prática política da classe dominante para identificar e definir a sua atuação na conjuntura histórica mineira. (Abordou o Congresso de 28: p. 52 a 58).
3	Tese	UNB	2008	O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928	RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo	O estudo pretende historicizar os processos de instituição do imaginário social do trabalho, enfocando particularmente as representações e práticas que presidiram naquele momento, a invenção do trabalhador nacional. Com efeito por meio da pesquisa empreendida interrogamos em múltiplos discursos o investimento feito na construção e projeção de sentidos positivos às imagens do trabalho e do trabalhador. Percebemos nesse projeto discursivo uma das condições indispensáveis para a instituição de uma sociedade ordeira, progressiva e civilizada.

3	Tese	BDTD (FEUSP)	2016	"Para os grandes males, os grandes remédios": propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903)	SILVA, Carolina Mostaro Neves da	Nesta tese sobre o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, procurou-se analisar referências para a compreensão do que, na passagem do século XIX para o XX, deveria ser o ensino profissional ou, precisamente, a educação considerada com necessária e propícia ao progresso econômico. Os representantes das classes produtoras apresentaram propostas de instrução com enfoques diferenciados com relação ao tipo de ensino, suas modalidades e níveis.
4	Dissertação	BDTD (FJP)	2007	O empresário como ator político na construção da ordem econômica: o caso de Minas Gerais	PETTERSEN, Pedro Paulo Moreira	Esta dissertação analisa a formação do Modelo de Desenvolvimento Econômico Mineiro e identifica as bases de sua constituição. Tomando por base o conceito de capacidade empresarial procede-se à discussão sobre a participação do empresário como ator político na definição da trajetória de dependência que marca a industrialização de Minas Gerais.
5	Dissertação	BDTD (UFES)	2007	Sob clima tenso: crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais 1920/1940	BARROS, Nicélio do Amaral	O objetivo central desta dissertação é analisar o deslocamento dos eixos político e econômico em Minas Gerais durante a década de 1930. Analisamos como o complexo cafeeiro da zona da Mata foi sobrepujado, neste processo, pela região centro-metalúrgica, especializada no setor siderúrgico.
6	Tese	USP	2012	Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)	BARBOSA, Daniel Henrique Diniz	Este trabalho se propõe a abordar a construção de um conjunto de estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais a partir, especialmente, do início do século XX e sobretudo da atuação de uma elite tecno-burocrata que, originalmente, foi composta pelos engenheiros. Procura, neste sentido, discutir a possibilidade de ter surgido, em Minas, agenda dedicada ao planejamento da economia e à intervenção por parte do poder público já desde o princípio do século XX. Nela, elementos como a modernização agrícola, a diversificação produtiva, o ensino técnico e profissionalizante, a exploração mineral e a implantação da grande siderurgia forjaram uma consciência regional que percebia, no Estado, seu formulador, organizador e financiador primordial e, notadamente no corpo técnico, seu mais perfeito executor.
7	Tese	UNICAMP	1993. 282f	Reconstruindo as Minas e planejando as Gerais: os engenheiros e a constituição de grupos sociais	BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira	O trabalho procura analisar a trajetória de uma profissão, a trajetória dos engenheiros mineiros que tornou evidente o papel do agente social, ator coletivo que se organiza em torno de um tipo de saber e constrói um projeto de sociedade segundo uma racionalidade que, de certa forma, define o tipo de modernidade que tivemos. A história veio mostrar o caráter permanente da luta social no enfrentamento e diferenciação em relação aos bacharéis.

8	Tese	UFMG	2019	Imprensa operária e educação: debates e demandas educacionais dos trabalhadores de Belo Horizonte (1987-1930)	DUARTE, Renata Garcia Campos	Esta tese teve como principal objetivo identificar e discutir as demandas educacionais de trabalhadores de Belo Horizonte a partir da análise de periódicos de quatro associações operárias, quais sejam, Associação Beneficente Tipográfica, Centro Confederativo dos Operários, Confederação Auxiliadora dos Operários e Confederação Católica do Trabalho, no período compreendido entre a última década do século XIX e o final da década de 1920. A hipótese desta pesquisa é a de que as políticas públicas educacionais, por meio de reformas estaduais e municipais, não contemplavam as necessidades dos trabalhadores e de seus filhos, e nem foram efetivadas a contento. Desse modo, surgiram iniciativas, promovidas por associações operárias e divulgadas em seus impressos, com a intenção de fomentar a instrução para os trabalhadores.
9	Dissertação	UFRJ	2005	Movimento Operário em Juiz de Fora na Primeira República	ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira	O presente trabalho estuda o Movimento Operário em Juiz de Fora na Primeira República, enfocando as greves de 1912, 1920 e 1924. Pretende, através da análise de jornais como “Diário Mercantil”, “O Dia”, “Jornal do Commercio” e o “O Proletário”, investigar as relações entre esta classe operária e os demais segmentos da sociedade juiz-forana. Estabelece também uma discussão sobre o processo de construção da identidade política desta classe mediante sua organização durante o movimento grevista. Tendo em vista que a temática já foi percorrida pela historiografia, esta dissertação teve na produção bibliográfica um importante referencial, pois se tratava de pensar desde a ótica daquilo que a historiografia já havia produzido.
10	Dissertação	UFU	2014	Inassimiláveis ou prejudicialmente assimiláveis? Raça, etnia, miscigenação, imigração e trabalho na perspectiva de Fidélis Reis (1919-1934).	RICCIOPPO, Thiago	Neste trabalho de pesquisa, buscou-se apreender discursos proferidos e/ou formulados pelo político uberabense Fidélis Gonçalves dos Reis, conhecido como Fidélis Reis (1880-1962), e também textos sobre ele ou recortados por ele discursos diversos, projetos políticos, cartas, memorandos, artigos da imprensa, publicações de sua autoria e de outros, na intenção de rastrear suas reflexões acerca de alguns dos principais temas/problemas que foram alvo de suas preocupações, bem como parte do debate político no País. Entre estes temas estão: questões sobre a economia, o trabalho, a imigração, a população e os destinos da nação brasileira.
11	Dissertação	CEFET-MG	2013	O discurso sobre educação profissional nos jornais de Belo Horizonte (1896 a 1926)	GARNER, Ana Clara Oliveira Santos	O objetivo deste trabalho é o de compreender o sentido de Educação Profissional nos jornais do início da cidade de Belo Horizonte. Entende-se que a imprensa não somente retrata a realidade, mas projeta a realidade que deseja que seja vista, atuando como espaço para produção de sentido e significado. A imprensa procura atuar como guia da sociedade, determinando o caminho a ser seguido. A abordagem proposta aproxima-se do conceito de lugar de sociabilidade no qual os intelectuais divulgam suas propostas. Este trabalho se constituiu na leitura dos exemplares dos principais jornais que circularam em Belo Horizonte entre 1896 e 1926, disponíveis nos acervos da Hemeroteca do Estado de Minas Gerais e na Coleção Linhares, da

						biblioteca da UFMG. Foram selecionados 40 exemplares para proceder à análise do discurso dos mesmos. Esta análise permitiu observar de que modo o discurso dos jornais debatia o tema da Educação Profissional. Além disso, constatou o papel do discurso sobre Educação Profissional na construção do ideal republicano.
12	Dissertação	UFMG	2007	NASCIDAS DO SOL E DA CHUVA: Minas Gerais e o combate às saúvas (1928-1936)	*SILVA, Valéria Mara da.	Essa dissertação tem por objetivo analisar as discussões acerca do combate às formigas saúvas (*Atta spp*), no período entre 1928 e1936 no Estado de Minas Gerais. As questões relacionadas a esse inseto-praga foram analisadas a partir dos textos produzidos por profissionais técnicos ligados à agricultura, principalmente agrônomos. Buscamos identificar como o combate era visto por esses profissionais e de que maneira traduziam as demandas dos agricultores e da sociedade. Além disso, analisamos as estratégias utilizadas para mobilizar os homens contra a Atta e o papel da administração pública na condução da Campanha Nacional contra a saúva de 1935. Nesse sentido, procuramos compreender os vários aspectos simbólicos em torno daquele que era considerado um dos maiores flagelos da agricultura nacional.

* Estudos que dedicaram algumas páginas ao Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928, realizado em Belo Horizonte. As outras foram lidas por tangenciarem o tema e seus atores e, assim, pertinentes para esta dissertação.